UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RENATA REIS CORNELIO BATISTELLA

A "GRANDE FAMÍLIA" DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ:
a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas
no início do século XX

NITEROI
2018

RENATA REIS CORNELIO BATISTELLA

A "GRANDE FAMÍLIA" DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ:
a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas
no início do século XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Campo de confluência: Trabalho e Educação

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Ciavatta

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

R375" Reis, Renata
A "grande família" do Instituto Oswaldo Cruz: a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas no início do seculo XX. / Renata Reis ; Maria Ciavatta, orientadora. Niterói, 2018.
275 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/POSEDUC.2018.d.00164655719

1. Primeira Republica. 2. Trabalho-Educação. 3. Instituto Oswaldo Cruz. 4. Produção intelectual. I. Título II. Ciavatta,Maria , orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

Renata Reis Cornelio Batistella

A "GRANDE FAMÍLIA" DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ:
a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas
no início do século XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Campo de confluência: Trabalho e Educação

Aprovado pela banca examinadora.
Niterói, 31 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Ciavatta Pantoja Franco
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Claudia Maria Costa Alves de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Sonia Maria Rummert
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Luiz Antonio Teixeira
Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Professora Doutora Filippina Chinelli
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz

Niterói
2018

Para Joana.

Para Ione.

Para os meus alunos do passado, presente e futuro.

AGRADECIMENTOS

Terminar algo, assim como começar, não é fácil. É um exercício de desapego, de entrega. E, de certa forma, de recomeço. Assim foi todo esse processo, cuja duração não se restringe aos quatro anos do Doutorado e nem se encerra neste trabalho. Seguimos, portanto, neste movimento contínuo e descontínuo, que vai e volta na gira da vida.

Enquanto giro, agradeço a muita gente que me ajudou a chegar até aqui, neste exato instante: a Maria Ciavatta, minha orientadora, por sua sabedoria, força e alegria, partilhando comigo esta caminhada. A Pina Chinelli, minha "personal" querida e carinhosa. A Sonia Rummert, professora e participe da banca examinadora, desde a qualificação. A Claudia Alves, que assim como Sonia, foi professora de uma das disciplinas mais importantes para mim neste processo e que aceitou o convite para estar na banca final. Ao Luiz Teixeira, pelo acolhimento, disponibilidade e carinho comigo e com o objeto de pesquisa. A José Roberto Franco Reis, pela leitura da tese e suplência e por ser um dos responsáveis por me apresentar ao Thompson e a tantos outros historiadores do trabalho. A professora e amiga Tânia Maria Fernandes, por ter estado comigo desde o primeiro projeto, colaborando também com as referências bibliográficas para pensar as fontes orais. Ao professor Jaime Benchimol, pelas contribuições e sugestões de sua participação na banca de qualificação.

Não posso deixar de agradecer também a Eunice Trein e Lia Tiriba, queridíssimas professoras do campo Trabalho-Educação da UFF e que também estiveram comigo durante esta jornada.

A todos os funcionários da secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFF. Aos colegas da turma de 2014 da UFF, especialmente Rosângela, que dividiu comigo mais de perto as dores e delícias deste processo. Sania, Lisia, Sandra, Diogo, Jordan, Roberta, Jacqueline, Thais, Monica, Marcelo e Domingos, parceiros de tantas reflexões.

Aos colegas do Lateps: André Feitosa, Marcio, Ana Margarida, Lobo e Rosana. A Sandra Martins, pelo carinho e alto astral de sempre. A Marise Ramos, atual coordenadora e querida amiga. A Muza Clara, que junto com o Zé, também me apresentou ao Thompson e aos outros historiadores do trabalho e foi responsável por viabilizar estrutura e conforto indispensáveis para a escrita da tese, através do notebook adquirido pelo Projeto Faperj 26/110.558/2014: Trabalhadores Técnicos da Saúde no Brasil, do qual foi coordenadora. A Ialê amiga querida da vida e ao Zeca que acompanhou e partilhou comigo o ponto de partida mais concreto deste trabalho. França Lima meu eterno amor. André Malhão meu irmão

escolhido. As companheiras doutorandas Carla, Márcia Valeria e Anna Violeta. Esta última, parceira de Lateps, de Eixo Trabalho, de TI, de turma de Doutorado. Quanta coisa boa a vida nos deu!

Angelica minha linda e generosa! Robertinha Coroa minha amada! Marília Sirianni, outra querida, que me apresentou ao Sorriso e ao laboratório de malacologia. Ao Sorriso pelo sorriso e conversa. Greg, Seu Roberto, Moysés Baiano, Marinoca, Edmar, Ana Lucia, Felipe, Zé Vitor, Camila e Marcela Abrunhosa, também parceiras (os) de trabalho e caminho. Ao Robson Marcelo, amigo querido.

Agradeço à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, por preservar com tanto zelo e cuidado a memória de nossa instituição. Sou especialmente grata aos funcionários da Sala de Consulta: Nathacha, Bianca, Gabriel e Thaissa. Sem vocês nada seria. Francisco e Ricardo também. E ao Paulo Elian, "baranguense" como eu, atual diretor da unidade e um dos responsáveis pela gênese do Arquivo da COC/Fiocruz.

A Ludmila Almeida e todas (os) da turma dos Diálogos que tem me movimentado e ajudado a me desconstruir, descolonizar e a me reinventar.

A Mary Vanise e Anita. Pedro Paulo e Bernadete.

Minhas Nós 4! Monica, Marcia e Roberta! Amor e amizade que atravessa tempos que nem sabemos ao certo! Roda gira! Gira roda! Renata e Maninho, meus queridinhos!

Aos familiares de Joaquim Venâncio Fernandes: Sandra Ligia, Teresa Fernandes e Sergio Fernandes. A Teresa Trevino, neta de Ernani de Moura Caldas que dividiu comigo as histórias que seu avô lhe contava! Ao Marcos e a Dona Celina, familiares de Venâncio Bonfim. Ao Antonio José Alves (Tuninho) querido colega da Fiocruz. A Sra. Conceição Correia Borba, pela confiança e pelo documento de fundação do Centro Espírita Oswaldo Cruz.

Minha família, Tia Teresa, Tizinha, Tenri, Juba, Bebel, Guto, Dudé, Cecil, Patricia, Kveta, Nathalie, Seu Waldyr, Dona Lidia, Ted, Geth, Dudu e Bia, agradeço pela torcida e pela compreensão. Minha rimã, Leti, por todo amor.

Ao povo daqui de casa, Xande e Vitor, amores e desafios. Ione, que gira junto na roda, para quem dedico meus esforços e minha gratidão sempre!

Gêma e Hilton estrelas de luz!

Joana, mô de vida, modo de vida. Que me ajuda a ter coragem, compaixão. A ser mais generosa e tolerante comigo e com o mundo. Que me abre os olhos e os sentidos e que me ajuda a sonhar! Te amo filha! Dedico a você também todo meu esforço!

Bati, Carlos Batistella, “matutador de linguagem do tempo, desatando os nós do pensar o pensar, cismando com as existências e conhecimentos, fazendo com que na canjira, não se crie canjerê” [1]companheiro que transmuta, que me transmuta desta e de muitas outras vidas que o tempo acolhe. Obrigada por tudo! Mas aqui especialmente, pela leitura atenta, pela troca de ideias, pela paciência, pelos chazinhos, pelo trabalho braçal da formatação, por aceitar o desafio de partilhar a vida! Te amo!

Aos auxiliares de laboratório do Instituto Oswaldo Cruz e suas histórias tão ricas que nos precederam. Pela permissão de poder interpretá-las e registrá-las aqui.

[1] SIMAS, Luiz Antonio e RUFINO, Luiz. **Fogo no mato. A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

E a vida
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão

E a vida
Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é? O que é?
Meu irmão

Há quem fale
Que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo

Há quem fale
Que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do criador
Numa atitude repleta de amor

Você diz que é luta e prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é
E o verbo é sofrer

Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
Como der, ou puder, ou quiser

Sempre desejada
Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
Só saúde e sorte

E a pergunta roda
E a cabeça agita
Eu fico com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita

Gonzaguinha

RESUMO

REIS, Renata. *A "GRANDE FAMÍLIA" DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ*: a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas no início do século XX. 2xxf. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2018.

No Brasil da Primeira República, o legado do longo período de escravidão, aliado aos interesses de manutenção da propriedade privada, dos privilégios das elites agrárias, e, por outro lado, as lutas e resistências das classes subalternas, resultaram na conformação de um processo social que combinou a construção de uma nova ideologia do trabalho, como sinônimo de progresso e dignidade, e a repressão à ociosidade das chamadas classes perigosas. Neste processo, a incorporação de outras formas ideológicas de manutenção e expropriação da força de trabalho envolveu relações sociais que se assemelhavam a vínculos paternais e envolviam a cordialidade e o favor como mediações principais. No Instituto Oswaldo Cruz, enquanto uma instituição situada neste tempo histórico, os afetos operaram como recursos que buscaram amenizar a exploração do trabalho e os possíveis conflitos emergentes da desigualdade, gerados principalmente, por mecanismos de poder, autoritarismo e distinção de classe que se manifestavam na totalidade da construção do trabalho livre e na particularidade do cotidiano do trabalho em Manguinhos. Ao observamos as trajetórias profissionais dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz, a primeira questão que se destaca é a presença de ligações de cunho pessoal que atravessaram as relações de trabalho na instituição. Estas podiam ser de parentesco, amizade ou algum outro tipo de vínculo, tanto com pesquisadores do Instituto como com outros funcionários. A pessoalidade esteve presente desde o recrutamento, passando pela formação profissional, ascensão funcional, incluindo aspectos como a residência e alimentação no próprio local de trabalho. Agindo como sujeitos de suas próprias histórias, os trabalhadores subalternos souberam transitar pelos meandros de uma hegemonia cultural da instituição, que tentava impor um modo de vida onde o cientista era incontestavelmente soberano, atuando de forma a reverter os mesmos mecanismos de manutenção da hegemonia dominante em favor de seus próprios interesses. A moradia no Instituto, ao mesmo tempo em que os submetia a um regime de trabalho quase que ininterrupto, favoreceu relações de solidariedade e ajuda mútua entre os companheiros de trabalho, como a organização de práticas associativas que pressupunham a institucionalização de sociabilidades de diferentes ordens, de esporte, lazer e religiosidade.

Palavras-chave: Trabalho-Educação. Trabalhadores subalternos. Instituto Oswaldo Cruz. Primeira República.

ABSTRACT

In Brazil of the First Republic, the legacy of the long period of slavery, together with the interests of the maintenance of private property, the privileges of the agrarian elites, and, on the other hand, the struggles and resistance of the subaltern classes, resulted in the formation of a social process which combined the construction of a new ideology of work, as synonymous with progress and dignity, and the repression of the idleness of the so-called dangerous classes. In this process, the incorporation of other ideological forms of maintenance and expropriation of the labor force involved social relations that resembled paternal bonds and involved cordiality and favor as main mediations. In the Oswaldo Cruz Institute, as an institution located in this historical time, the affections operated as resources that sought to soften the exploitation of labor and the possible emerging conflicts of inequality, generated mainly by mechanisms of power, authoritarianism and class distinction that manifested in the totality of the construction of free labor and the particularity of the daily work in Manguinhos. When we observe the professional trajectories of the subordinate workers of the Oswaldo Cruz Institute, the first question that stands out is the presence of personal connections that have crossed the work relations in the institution. These could be of kinship, friendship or some other kind of bond, both with researchers from the Institute and with other employees. Personality has been present since the recruitment, through professional training, functional ascension, including aspects such as residence and food in the workplace. Acting as subjects of their own histories, subordinate workers were able to navigate the meanderings of a cultural hegemony of the institution, which tried to impose a way of life where the scientist was undeniably sovereign, acting in a way to reverse the same mechanisms of maintenance of the dominant hegemony in for their own interests. Housing in the Institute, while at the same time subjecting them to an almost uninterrupted labor regime, favored relations of solidarity and mutual aid among the workmates, such as the organization of associative practices that presupposed the institutionalization of sociabilities of different orders, sports, leisure and religiosity.

Keywords: Work-Education. Subaltern workers. Oswaldo Cruz Institute. First Republic.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. "Joaquim Venâncio Fernandes". BR RJ COC 02-10-20-10-134-001 20

Fotografia 2: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1900-1920 [Produção]. Autor desconhecido. "Gabinete de fotografia de Joaquim Pinto: à direita máquina fotográfica, e à esquerda, processador de filme" BR RJ COC 02-10-20-05-004.v.05-014. 57

Fotografia 3: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1928. Autor: J. Pinto. "Os cinco J. Pintos". Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1928. Autor: J. Pinto. "Os cinco J. Pintos" 59

Fotografia 4: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [06/1904]. Autor: J.Pinto. "Henrique da Rocha Lima e Ezequiel Dias realizando inoculação em cavalo". BR RJCOC 02-10-20-05-001-005. 98

Fotografia 5: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1903. Autor desconhecido. "Trecho do Instituto Soroterápico de Manguinhos". BR RJCOC 02-10-20-05-001-009. 100

Fotografia 6: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Sangria de Cavalo realizada por Figueiredo de Vasconcelos, auxiliado por Manoel Gomes que cuida do cristalizador (?), Borges e Antônio. Cavalariça, Rio de Janeiro". BR RJCOC 02-10-20-05-021-v.01-012. 102

Fotografia 7: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1924?]. Autor: J. Pinto. "Carlos Chagas, pacientes e a Comissão designada pela Academia Nacional de Medicina para avaliar os estudos sobre a Doença de Chagas". BR RJCOC 02-10-20-20-006-v.03-005. 106

Fotografia 8: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1904?]. Autor: J. Pinto. "Cavalos fornecedo-res de soro. Rio de Janeiro". BR RJ COC 02-10-05-001-022. 113

Fotografia 9: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Assuerus Overmeer no interior da biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz". BR RJCOC 02-10-20-10-094-001. 116

Fotografia 10: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1950-1960. Autor: J. Pinto. "Museu Anatomia Patológica. Rio de Janeiro". BR RJCOC 02-10-20-05-004.v.03-003. 117

Fotografia 11: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Sala de preparo de meio de cultura no Pavilhão Mourisco". BR RJCOC 02-10-20-05-004.v.05-010. 118

Fotografia 12: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Antonio Cardoso Fontes em seu laboratório". BR RJCOC 02-10-20-10-051-004. 120

Fotografia 13: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Adolpho Lutz no laboratório". BR RJCOC 02-10-20-10-077-002 122

Fotografia 14: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1942. Autor desconhecido. Volta da caçada. Da esquerda para direita Mário Ventel e Lino. Salobra, Mato Grosso. BR RJCOC 02-10-20-35-010-028. 124

Fotografia 15: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1938. Autor: J.Pinto. "Sr. Amaro, auxiliar de laboratório, Dr. Burle Figueiredo, Dr. Julio Muniz e Dr. Arêa-Leão (da esquerda para a direita)".BR RJCOC 02-10-20-25-001-013. 126

Fotografia 16: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 19/05/1952. Autor desconhecido. "Souza-Araújo, Joaquim Venâncio e outros em mata" BR RJCOC 02-10-20-45-003.v.01-004. 133

Fotografia 17: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Domínio Público. Data: 1936. Autor desconhecido. Joaquim Venâncio, de chapéu, no alto à esquerda na posse de Bertha Lutz como Deputada Federal. No canto direito, em baixo, da esquerda para a direita estão o Dr. Lutz e sua filha Bertha Lutz, de gola branca. [Editado]..... 137

Fotografia 18: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Domínio Público. Data: 1936. Autor desconhecido. "Fotografia de Bertha Lutz após cerimônia de posse com familiares, feministas e outros nas escadarias da Câmara dos deputados, Rio de Janeiro, RJ." 138

Fotografia 19: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. "Vacínico". BR RJCOC 02-10-20-05-001-029. 144

Fotografia 20: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1904. Autor: J. Pinto. "Carlos Chagas, pesqui-sador do Instituto Soroterápico Federal e ao seu lado, em pé, Rocha Lima, pesquisador". BR RJCOC 02-10-20-20-006.v.02-00. 146

Fotografia 21: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1905?]. Autor: J.Pinto. "Artífices da construção do prédio Central do IOC. Rio de Janeiro".BR RJ COC 02-10-20-25-002-001 149

Fotografia 22: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1920-1930]. Autor: J. Pinto. "Embalagens de soros e vacinas para distribuição". BR RJCOC 02-10-20-45-001.v.05-123. 151

Fotografia 23: Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal A Noite, Edição de sábado, 23 de Nov de 1946. p. 12. 155

Fotografia 24: Acervo pessoal de Teresa Trevino. Sem data. Autor desconhecido. "Família de Ernani de Moura Caldas" 161

Fotografia 25: Acervo pessoal de Teresa Trevino. Sem data. Autor desconhecido. "Retrato de Ernani de Moura Caldas". 162

Fotografia 26: BNDigital. Biblioteca Nacional. O Malho. Edição de 07 de dezembro de 1912. 164

Fotografia 27: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. “Acampamento em Lassance [?] com Raul de Avelar e J. Pinto”. [Imagem editada da fotografia original]. Título original da foto: “Acampamento não identificado”. BR RJCOC 02-10-20-35-012-032. 166

Fotografia 28: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. 1988. Autor: Paulo Rodino (COC). “Francisco Gomes, conhecido como Chico Trombone”. 170

Fotografia 29: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. “Lauro Travassos, José Carneiro Felippe, Júlio Muniz, Ângelo Moreira da Costa Lima e pessoa não identificada”. BR RJCOC 02-10-20-25-001-029. 173

Fotografia 30: Acervo Tatiana Chagas Memória. Data: 1937. Autor: desconhecido. “Pesquisadores pioneiros do Instituto de Patologia Experimental do Norte. Da esquerda para a direita – do primeiro ao quarto: Leônidas Deane, Felippe Nery Guimarães, Evandro Chagas e Maria José Von Paumgartten. Abaeté, Pará, Brasil”. 175

Fotografia 31: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1904. Autor: J. Pinto. “Vista de Manguinhos- no meio da vegetação a casinha em que foi instalado o segundo laboratório para organização do Instituto Soroterápico em 1900. Rio de Janeiro”. 177

Fotografia 32: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1952. Autor desconhecido. “Vista da Rua Sizenando Nabuco. Rio de Janeiro”. BR RJCOC 02-10-20-05-003-025. 180

Fotografia 33: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. “Vista aérea do Campus com área delimitada em vermelho: ‘área invadida’". Rio de Janeiro. BR RJCOC 02-10-20-05-003-075. 182

Fotografia 34: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1908-1919]. Autor: J. Pinto. “Crianças diante do antigo Hospital de Lassance. (Produção)”. BR RJCOC 02-10-20-20-007.v.01-003. 185

Fotografia 35: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [05/1912-08/1912?]. Autor desconhecido. “Barca à noite entre os municípios Teresina e Floriano com cientistas e membros da expedição reunidos”. José Gomes de Faria e [João Pedro de Albuquerque?]. BR RJCOC 02-10-20-35-002-039 188

Fotografia 36: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1912. Autor: José Teixeira. “Acampamento. Ao centro, sentados, Belisário Penna e Arthur Neiva”. BR RJCOC 02-10-20-35-003-083. 192

Fotografia 37: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1912. Autor: José Teixeira. “Camaradas da excursão” BR RJCOC 02-10-20-35-003-100. 193

Fotografia 38: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. Operários das Obras do Castelo. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Administração Geral. Série: Serviço de Fotografia. 204

Fotografia 39: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1910. Autor: J. Pinto. Operários da cavalariça. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Administração Geral. Série: Serviço de Fotografia. 206

Fotografia 40: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. . Data: 193[?]. Autor: J. Pinto. "Lauro Travassos, Astrogildo Machado e Carlos Burle de Figueiredo" BR RJCOC 02-10-20-25-001-008. 215

Fotografia 41: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1930-1940. Autor: J.Pinto. "Grupo de Funcionários do Instituto Oswaldo Cruz" . BR RJCOC 02-10-20-25-002-003. .. 216

Fotografia 42: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1908?]. Autor: J.Pinto. "Interior da Casa de Chá"..... 230

Fotografia 43: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Quarto de Oswaldo Cruz no Pavilhão Mourisco".BR RJCOC 02-10-20-05-004-v.02-094. 236

Fotografia 44: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Fachada do Pavilhão da Peste". BR RJCOC 02-10-20-05-007-014. 238

Fotografia 45: BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal Sports Illustrado, edição n° 26, Rio de Janeiro (Brasil) de 29 de janeiro de 1921. 243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: vencimentos do pessoal do Instituto Oswaldo Cruz a que se refere o art. 51 de regulamento aprovado pelo decreto n. 13.527, de 29 de março de 1919. 108

Quadro 2: extrato do relatório de atividades do Instituto Vacinogênico, 1939 (selecionado pelo autor):..... 110

Quadro 3: excursões realizadas por Joaquim Venâncio para coleta de material científico.... 136

Quadro 4: participação dos auxiliares de laboratório nas expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz entre 1912 e 1924. 190

Quadro 5: linhagens familiares entre trabalhadores subalternos contratados no Instituto Oswaldo Cruz, 1900-1930:..... 203

Quadro 6: tipo e motivo das penalidades aplicadas aos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz no período 1913-1936:..... 224

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COC	Casa de Oswaldo Cruz
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação
DGSP	Diretoria Geral de Saúde Pública
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MT	Ministério do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO I
RECORRENDO AS BASES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA..... 26

1.1 O conceito de história em Marx..... 26

1.2 Totalidade, Mediação e Contradição: refletindo sobre a História..... 28

1.3 Braudel e as temporalidades da História..... 30

1.4 Walter Benjamin e o papel do historiador..... 33

1.5 A História e o conceito de trabalho-educação..... 34

1.6 A história vista de baixo: classes sociais e suas mediações..... 37

1.7 Em busca dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz: caminhos e fontes para a escrita desta história..... 45

1.7.1 A história contada pelos próprios personagens: memórias e oralidades..... 50

1.8 A fotografia como fonte histórica..... 52

1.9 J.Pinto: "Pinto fotógrafo" do trabalho e da ciência..... 56

CAPÍTULO II
AS MUITAS HISTÓRIAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA..... 61

2.1 O Brasil Republicano..... 63

2.2 A educação moralizadora: de casa para a escola..... 66

2.3 Vida e Sociedade no Rio de Janeiro na Primeira República..... 76

2.3.1 O saneamento da Capital..... 76

2.3.2 Trabalho, trabalhadores: classes perigosas?..... 83

2.3.3 Quando acaba a Avenida Central: morar na capital da República..... 89

2.4 O saneamento dos sertões..... 93

CAPÍTULO III
TRABALHO SUBALTERNO NO INSTITUTO OSWALDO CRUZ..... 96

3.1 O Instituto Oswaldo Cruz em seus primórdios..... 96

3.2 Os regulamentos do Instituto Oswaldo Cruz e o lugar dos subalternos..... 103

3.3 Apresentando os trabalhadores subalternos..... 128

3.3.1 Joaquim Venâncio Fernandes..... 129

3.3.2 Attílio Romulo Borriello..... 142

3.3.3 Hamlet William Aor 148

3.3.4 Ernani de Moura Caldas..... 156

3.3.5 Francisco José Rodrigues Gomes..... 163

3.3.6 José Cunha..... 171

3.4 Aqui comíamos, aqui dormíamos..... 176

3.5 O trabalho subalterno nas expedições científicas..... 183

3.6 A relação entre ciência pública, mercado privado e trabalho subalterno..... 195

3.7 Os anos 1930..... 197

CAPÍTULO IV
PATERNALISMO, FAVOR E CORDIALIDADE: MEDIAÇÕES DA "FAMÍLIA" DE MANGUINHOS..... 200

4.1 As relações de trabalho sob a égide do favor: parentesco, amizade e entrelaçamento..... 201

4.2 Aprendizados no trabalho: a formação dos subalternos..... 208

4.3 Ponham-se no seu lugar..... 222

4.4 "Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro" em Manguinhos..... 233

4.5 Moradia como espaço de ajuda mútua e resistências: esporte, lazer e religião..... 239

4.6 Submissão e resistência..... 246

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 251

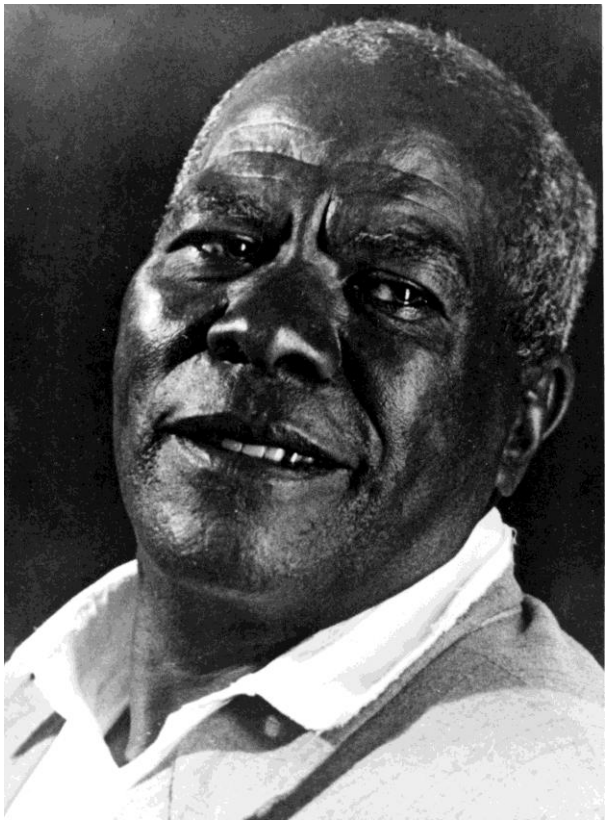
REFERÊNCIAS..... 255

INTRODUÇÃO

No ano de 2009, um grupo de alunos e professores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, recorreram à historia, na tentativa de compreender alguns aspectos que compunham a identidade do trabalhador técnico de laboratório. Durante o processo de investigação, o personagem de Joaquim Venâncio imediatamente veio à tona, assumindo para o grupo de pesquisa, a função de fio condutor entre os tempos históricos do passado e presente.

No entanto, o grupo se deparou com uma questão fundamental: não sabíamos quase nada, ou, o que sabíamos era muito pouco, sobre Joaquim Venâncio. As informações sobre ele limitavam-se a pequenos fragmentos de sua história, e aumentavam nosso interesse em conhecer mais sobre o trabalho, a personalidade, a vida deste homem, que foi um dos principais auxiliares de laboratório da história da Fiocruz e patrono da Escola Politécnica.

As interrogações concentraram-se especialmente sobre uma foto (nº 1). A única imagem que tínhamos de nosso personagem.



Fotografia 1: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. “Joaquim Venâncio Fernandes”. BR RJ COC 02-10-20-10-134-001

A análise deste retrato (foto nº 1), realizada pelos alunos, nos levou a construir algumas hipóteses sobre o instante em que a imagem foi feita. O olhar de Joaquim Venâncio, não incidia diretamente para a câmera. Apesar de sereno, parecia um pouco triste, acompanhando o sorriso quase contido. O colarinho de sua camisa apresentava claros sinais de desgaste, o que nos levava a supor que era um homem de poucos recursos. Talvez esta fosse a sua melhor roupa, escolhida para posar na fotografia.

O contexto em que a fotografia foi produzida, também nos intrigava: teria sido realizada na própria instituição? Em sua casa? Em um estúdio? Seria uma foto utilizada para fins institucionais ou pessoais? Quem foi o autor da foto? Em que época da vida de Venâncio foi produzida?

Todas estas questões continuam sem resposta, mas resultaram em um pequeno documentário, elaborado pelos alunos, cujo título, "Em busca de Joaquim Venâncio" [2]retratou o processo de construção de conhecimento e de investigação sobre este personagem da história da Fiocruz e do trabalho técnico em saúde no Brasil.

Desde então, o tempo passou, os alunos cresceram, concluíram o Curso Técnico e continuaram suas trajetórias de formação profissional e de vida, mas as indagações permaneceram e se transformaram neste estudo.

Não são poucos os estudos que tratam da história da Fiocruz na perspectiva da construção da ciência e da saúde pública no Brasil[3]. Muitos são os sujeitos dessa história. No entanto poucas pesquisas se ocuparam do trabalho e dos trabalhadores subalternos da Instituição. Com exceção do artigo de Jaime Benchimol publicado em 1989, "Retratos do Cotidiano em Manguinhos" [4], que foi a base e uma importante inspiração para este estudo, há pouca informação. O livro de Olympio da Fonseca Filho (1974) e as duas publicações de Carlos Chagas Filho (1993, 2000), fazem menção aos auxiliares de laboratório, inclusive a Joaquim Venâncio, balizados em suas memórias pessoais sobre a convivência com estes trabalhadores, da mesma forma, constituíram-se em importantes fontes históricas de informação.

---

[2] Refiro-me ao Trabalho de Integração, realizado em 2009, com os alunos do 2° ano do Curso Técnico Integrado do Ensino Médio em Análises Clínicas: Evandro Suzano da Silva, Jasmine Costa do Espírito Santo Rocha, Julia Barbalho da Mota, Lucas de Oliveira Lodrão, Mariana Neiva Galiaço Reis, Matheus Ângelo Garcia, Paulo Henrique dos Santos Almeida, Talita de Andrade Ferreira, Thayanne Oliveira de Freitas Gonçalves, Thiago do Amaral Ribeiro e os professores: Renata Reis Cornelio Batistella, Zeca Ferreira, Lygia Costa, Moyses Gomes e Gregório Galvão. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=SUkk5DLbUOQ.

[3] BENCHIMOL (1990, 2004), BENCHIMOL e TEIXEIRA (1993), SCLIAR (2002), BRITTO (1995), KROPF E MASSARANI (2009), CUKIERMAN E TEIXEIRA (2008), CALAÇA (2001), entre tantos outros.

[4] BENCHIMOL, Jaime. Retratos do Cotidiano em Manguinhos in Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz, n°1, vol. 1, novembro de 1989.

Mas para nós, pesquisadores do campo Trabalho-Educação, se fazem necessário aprofundar aspectos da história presentes nos arquivos que guardam interpretações a ser desvendadas, e que nos possibilitem "pensar analiticamente e atuar socialmente sobre os processos educativos em sua relação com o mundo do trabalho" (CIAVATTA, 2017, p. 5).

Quem eram estes trabalhadores? Como ingressaram no Instituto? Que histórias podem ser reveladas a partir destes personagens? Como eram as relações de trabalho no IOC à época? Como se estabeleciam essas relações entre eles? Como se estabeleciam as relações destes com os cientistas? E entre sua formação e a prática profissional? Estas são algumas interrogações e dúvidas que esta pesquisa buscou enfrentar na busca de elucidar alguns dos muitos aspectos da história do trabalho na Fiocruz.

Apesar de serem declaradas como fraternas e cordiais[5], dando a impressão de um sentimento de pertencimento de igualdade e de família, essas relações mantinham uma tradição fortemente hierarquizada, apoiada por uma herança escravocrata, acompanhada de uma lógica de benevolências carregada de contradições que pressupunham formas de exploração do trabalho muito particulares desta época histórica.

Quando tratamos de um objeto de pesquisa e sua historicidade, convém considera-lo no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem. Isso requer concebê-lo de forma inseparável de uma perspectiva que é ao mesmo tempo conjuntural e estrutural, e que implica examina-lo não como um somatório de fatores isolados, mas imbricados através de mediações que o constituem como parte de uma totalidade (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2011).

Desta forma, as concepções e ideologias relativas aos trabalhadores técnicos e, em nosso caso particular, aos trabalhadores técnicos da saúde, assumem um sentido histórico quando percebidos no conjunto de relações sociais de produção da existência e dentro de um determinado contexto.

O período cronológico anteposto por este estudo é a Primeira República brasileira, mais especificamente entre os anos de 1900 a 1930. Tal escolha foi pautada pelo interesse em examinar as relações de trabalho no Instituto Oswaldo Cruz, desde sua gênese, marcada pelo ingresso do médico sanitarista Oswaldo Cruz no antigo Instituto Soroterápico Federal no ano de 1900. O limite temporal assinalado pela década de 1930 corresponde a acontecimentos históricos como a instituição do governo provisório de Getúlio Vargas, e as mudanças estruturais produzidas no âmbito da administração federal com a criação do Ministério da

[5] Ferreira (2003); Fonseca filho (1974); Chagas Filho (1993, 2003).

Educação e Saúde Pública (MESP) e do Ministério do Trabalho[6] (MT). Neste contexto, o Instituto Oswaldo Cruz, até então subordinado à pasta da Justiça e Negócios Interiores, é transferido para o MESP.

O tipo de atividade laboral desempenhado pelos auxiliares de laboratório, normalmente reputado como um trabalho manual simples, destituído de conhecimentos superiores, apesar de imprescindível para o apoio e sustentação da construção da ciência e da saúde pública no país, não foi suficientemente explorado na produção acadêmica sobre a história da saúde. Esta particularidade insere-se no lugar histórico que o trabalho manual ocupa nas sociedades ocidentais, especialmente a brasileira, inicialmente atrelados à condição de escravização.

A despeito do lugar subalternizado que ocupavam na instituição, mediado pelo favor e dissimulado pela cordialidade, os trabalhadores auxiliares dos cientistas prestaram uma efetiva contribuição para a construção do Instituto Oswaldo Cruz e, consequentemente, para a ciência e a saúde pública brasileira. Para tanto, parto do pressuposto de que a participação e contribuição desses trabalhadores foram subtraídas pela desvalorização histórica do trabalho manual e pela evidência de relações de subordinação fortemente hierarquizadas entre os cientistas e seus auxiliares.

Ao ingressar no Instituto, os trabalhadores subalternos passaram por experiências diversas que produziram uma transformação no seu lugar histórico, pois adquiriram conhecimento, reconhecimento e valor profissional. No entanto, isso não implicou em rompimento com o lugar institucional de subalternos. As relações de trabalho entre os auxiliares de laboratório e os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, ao mesmo tempo em que colocavam os primeiros em uma situação de submissão vinculada à retribuição do favor e ao apelo pela conquista de laços de pertencimento de família que garantissem um reconhecimento profissional, colaborou para fortalecer entre os próprios subalternos a construção destes laços expressos através de práticas de solidariedade e de apoio mútuo.

Na intenção de confirmar estas hipóteses, o objetivo mais geral deste estudo foi a descrição e análise dos processos, da divisão do trabalho e das relações sociais daí engendradas, visando apreender a participação dos trabalhadores auxiliares de laboratório dos

---

[6] Salientamos que não serão aprofundadas neste estudo, as questões relativas às mudanças provocadas pela modificação da estrutura administrativa e os acontecimentos políticos do período Vargas. No entanto, compreendemos que tais mudanças estiveram relacionadas aos aspectos históricos conjunturais presentes no período contemplado por esta pesquisa.

cientistas na construção da ciência e da saúde pública brasileira nas três primeiras décadas do século XX.

Como objetivos específicos, pretendemos a) identificar e analisar os percursos de formação/qualificação profissional e de vida dos trabalhadores auxiliares dos cientistas, b) a reconstrução da sociabilidade (em suas formas subjetivas e objetivas) construída nos espaços de trabalho e de vida, considerando a articulação espaço de trabalho/espaço doméstico/local de moradia, dos auxiliares de laboratório e c) identificar e analisar aspectos das condições de vida e da divisão social do trabalho nas fontes documentais e iconográficas disponíveis.

As fontes históricas utilizadas para esta investigação em sua maioria pertencem aos Arquivos da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que possui um acervo imenso e muito valioso sobre a história institucional da Fiocruz, composto por mais de 100 fundos e coleções com documentos de origem institucional e pessoal de variados gêneros, incluindo textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e filmográfico. A partir da imersão em uma parte deste arquivo, compreendemos a necessidade de recorrer a outros repositórios de fontes documentais que estarão detalhados na seção metodológica deste estudo.

A partir do contato com as fontes e conforme o andamento da pesquisa percebemos uma nomenclatura variada, mas que faz referência aos mesmos sujeitos sociais do estudo. Portanto, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Em relação aos auxiliares de laboratório, estes estão também designados como trabalhadores subalternos ou serventes. Ambos os termos estão ancorados nos Regulamentos institucionais do Instituto Oswaldo Cruz. O termo “pessoal subalterno” compunha a denominação geral da categoria funcional dos trabalhadores da instituição. Já a denominação “servente” tem relação com o cargo ocupado pelo trabalhador.

Foge ao escopo temporal da pesquisa a denominação de “pratico de laboratório” e de “técnico de laboratório”, adotadas pelo Instituto Oswaldo Cruz após o ano de 1930.

Os mesmos Regulamentos atribuem aos cientistas a denominação de “pessoal técnico-científico”. Nesta categoria, estão incluídos todos os cargos que exigiam o nível de escolaridade superior, como o diretor do Instituto, os chefes de serviço e os assistentes. Apesar do que sugere a documentação institucional, optamos neste estudo, em não designar os profissionais de nível superior como técnicos, de modo a evitar eventuais confusões com a forma atual de nomear os trabalhadores de nível médio da saúde.

Assim, os trabalhadores de nível superior poderão ser encontrados no texto como cientistas, pesquisadores ou médicos.

Do mesmo modo, o Instituto Oswaldo Cruz está referido como Manguinhos, Fazenda de Manguinhos ou IOC, sua sigla. Estas foram denominações que encontramos tanto na historiografia já produzida sobre a instituição, como em algumas fontes consultadas.

A tese está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, abordamos as questões teórico metodológicas que embasaram esta investigação, os principais autores e conceitos trabalhados, as fontes utilizadas e o tratamento metodológico de cada gênero documental.

No segundo capítulo, apresentamos a conjuntura histórica em que viveram estes trabalhadores. Nesta perspectiva, estarão presentes os aspectos ideológicos e políticos que compuseram uma determinada visão de mundo, atrelada aos aspectos históricos mais gerais do período da Primeira República brasileira, mais particularmente nos campos da educação, da saúde pública, do trabalho e da habitação no Rio de Janeiro, capital do país à época, onde se situava o Instituto Oswaldo Cruz.

O terceiro capítulo retrata o Instituto Oswaldo Cruz, desde sua gênese, a partir de um olhar sobre o lugar atribuído aos trabalhadores subalternos nos quatro Regulamentos institucionais que vigoraram neste período histórico. Em seguida, apresentamos um esboço inicial da trajetória profissional e de vida de seis trabalhadores técnicos que viveram no período temporal do estudo. São eles: Joaquim Venâncio Fernandes, Attilio Borriello, Hamlet William Aor, Ernani de Moura Caldas, Francisco José Rodrigues Gomes e José Cunha. Através destas pequenas histórias apresentamos alguns sujeitos de nossa pesquisa e oferecer uma aproximação inicial dos aspectos que nos permitem conhecer as mediações presentes na construção das relações de trabalho do Instituto Oswaldo Cruz. Outro tópico a ser abordado, diz respeito à dinâmica das relações que o IOC estabeleceu com os trabalhadores subalternos que moravam em seus terrenos e como estas se modificaram ao longo do tempo. Por fim, a participação dos trabalhadores subalternos nas expedições científicas realizadas no período.

No quarto e ultimo capítulo, apresentamos a análise das relações de trabalho no Instituto Oswaldo Cruz, a partir de suas particularidades inscritas na totalidade histórica mais geral.

As considerações finais apresentam uma síntese e uma reflexão sobre este processo de pesquisa e de construção de conhecimento sobre a história do trabalho subalterno na saúde, na particularidade do Instituto Oswaldo Cruz.

CAPÍTULO I
RECORRENDO ÀS BASES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA

A definição do objeto de estudo e a forma de abordá-lo constituem um desafio ao pesquisador porque implica em escolhas políticas, teóricas e epistemológicas.

Recontar a história do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) a partir da perspectiva de vida e trabalho de seus trabalhadores auxiliares de laboratório requer a adoção de um referencial teórico que vá além do modo tradicional de fazer história, que costumeiramente privilegia as instituições e seus grandes personagens. Neste sentido, adotamos a perspectiva do materialismo dialético de Karl Marx, que modificou profundamente a construção do pensamento histórico.

1.1 O conceito de história em Marx

Foi a partir de Marx que a ciência da história se distinguiu do modelo empirista. Ao analisar o capitalismo e suas promessas de progresso universal, Marx percebeu que a aparência do visível, aquilo que se tomava como real era, na verdade, uma ilusão. O que o intrigava era o fato do capitalismo ser apresentado como um sistema que traria progresso e felicidade para todos, sendo que os meios de produção pertenciam a uma minoria e a maioria da população dispunha somente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Assim, os ricos se tornavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Para Marx não bastava indagar sobre a aparência imediata da realidade. Mais do que isso, era necessário desvelar a superfície do objeto real e construir o objeto teórico do conhecimento para explicar também a estrutura interna da realidade. Assim se faria a história através de seus acontecimentos, interrogados a partir de procedimentos científicos.

De forma oposta às filosofias da história que procuravam ficar fora ou acima do próprio processo histórico, baseando-se em explicações divinas, o marxismo colocou a interpretação da história no mundo dos homens. Nesta perspectiva, a produção do conhecimento científico deve se dar a partir da sociedade real, concreta e por isso mesmo histórica. Este processo implica em considerar a objetividade dos fenômenos, subjetividade do conhecimento e a impossibilidade do historiador prescindir da interpretação. Neste sentido, os papéis da mediação teórica, da objetividade e dos aspectos empíricos na produção do conhecimento assumem uma importância fundamental (PETERSEN, 2013).

Uma das formulações mais importantes da obra de Marx é o entendimento da história como uma totalidade que é dinâmica, sempre em movimento contínuo. O motor desse movimento é a relação dialética do todo com suas partes, onde cada parte influencia e transforma as demais, ao mesmo tempo em que é também influenciada e transformada pela totalidade.

A dinâmica da história tem como base o modo de produção material da vida. Para Marx, essa dinâmica inscreve-se na disputa entre aqueles que possuem os meios de produção e que desejam mantê-los, e entre esses e os que não os possuem, e que precisam vender a sua força de trabalho. Essa é a base da teoria da luta de classes.

Hobsbawm (1998) afirma que a influência e o papel fundamental de Marx sobre os historiadores estão baseados

> [...] tanto em sua teoria geral (a concepção materialista da história), como seus esboços, ou pistas, sobre a compleição geral do desenvolvimento histórico humano a partir do comunalismo primitivo até o capitalismo, quanto em suas observações concretas relativas a aspectos, períodos e problemas específicos do passado. (HOBSBAWM, 1998, p.174).

A partir de uma crítica à dialética hegeliana e ao humanismo naturalista de Feuerbach, Marx e Engels integram o princípio da dialética no corpo do materialismo e o reconstroem como materialismo histórico dialético (GORENDER, 1998).

As reflexões suscitadas a partir dos contatos com o movimento operário, com a crítica da Economia Política e com a produção historiográfica francesa da época, especialmente sobre a Revolução Francesa, levam os autores a elaborar uma teoria da história que rompe definitivamente com o modelo positivista. Na concepção de Marx e Engels, a história é a própria existência humana. São os homens reais que a produzem e o que eles são dependem de suas condições materiais de produção. A partir desse pressuposto fundante é que as relações entre o ser e a consciência são definidas: é a vida que determina a consciência dos homens, ou seja, a consciência é um processo da vida real humana (MARX E ENGELS, 1998).

O primeiro fato histórico é então a produção da vida material, que permite que os homens satisfaçam suas necessidades para viver. Este é o antecedente em qualquer concepção histórica: observar a produção da vida material em todo o seu significado e extensão. Uma vez satisfeita a produção da vida material, esta leva à geração de novas necessidades, como a criação de novos instrumentos de trabalho e formas de relacionar-se com a natureza, o que configura o primeiro ato histórico.

As relações sociais relativas à reprodução dos homens também são parte do desenvolvimento da história. Desta forma, a produção da vida pelo trabalho ou pela procriação, tem uma dupla relação: ela é natural e social, o que faz com que o modo de produção da vida esteja ligado a um modo de cooperação entre os indivíduos. Esse modo de cooperação é ele mesmo, uma força produtiva. A dependência material dos homens entre si é condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção. Assim, para estudar a história é necessário que se faça em correlação com a história das trocas e intercâmbios.

Portanto, para reescrevermos a história dos trabalhadores técnicos do Instituto Oswaldo Cruz, buscando revelá-la a partir da reconstrução das relações sociais engendradas pela divisão social do trabalho no Instituto, precisamos considerá-las como parte de uma totalidade que é permeada por mediações, contradições e determinações que a constituem (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2011). Dito de outra forma: é necessário buscar as articulações que irão explicar os encadeamentos e significados do real na busca da construção de suas totalidades sociais. Para isso, passaremos agora a descrever brevemente estes conceitos que são a base epistemológica para a realização deste estudo.

1.2 Totalidade, Mediação e Contradição: refletindo sobre a história

Conforme Ciavatta (2015, p.42), a totalidade não se confunde com o todo ou com o totalitarismo no sentido político. Ao contrário. Este conceito se inscreve na oposição a modelos ou estruturas cristalizadas e é caracterizado pela “capacidade de problematizar os fenômenos que não são fatos isolados, mas relacionados a muitos outros fenômenos” que são socialmente produzidos pelo homem.

O conceito de mediação está diretamente relacionado ao de totalidade. As mediações compõem a totalidade na medida em que se referem às singularidades nas suas particularidades históricas, dos diferentes aspectos da realidade. Elas reconstroem ao nível do pensamento, os processos da vida real com seus nexos e significados e permitem ao pesquisador ultrapassar a aparência da essência oculta do fenômeno.

A contradição, na concepção de Hegel, é o próprio movimento da realidade em transformação. Aquilo que é e que não é ao mesmo tempo. Marx se apropria desta concepção e a insere no mundo real da sociedade capitalista, entendendo-a como o antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção, entre as classes daqueles que detém os meios

sociais de produção e os que empregam sua força de trabalho cujos interesses e aspirações são incompatíveis ou contrários.

Diante do desafio de operar com estes conceitos, cabe ao pesquisador buscar compreender quais as contradições presentes no objeto de pesquisa e reconhecê-las como mediações que constituem sua totalidade social. Partindo deste pressuposto, passamos a caracterizar a história como processo e a história como método. A história como processo refere-se "a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas de distribuição social da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas" (CIAVATTA, 2015, p.39). A história como método se refere "a concepção e a narração ou a escrita da história sobre os fatos. À luz de sua realidade nas diferentes sociedades" (ibid).

No caso particular deste estudo, a história como processo é a história das relações de trabalho no IOC, que explicam uma tradição hierárquica e autoritária característica do trabalho em saúde, que coloca o saber médico acima dos demais, especialmente daqueles relacionados ao trabalho manual e a processos formativos menos qualificados, como por exemplo, os atuais trabalhadores técnicos da saúde.

A história como método é a construção desta narrativa, o que implica considerar as contradições e mediações presentes nas relações de trabalho no IOC nas três primeiras décadas do século XX e que expressam não só as relações econômicas como também as relações sociais presentes na sociedade brasileira no início da República, diante da perspectiva de construção de uma ciência e saúde pública brasileira.

Outra questão importante no tratamento de um objeto de estudo em sua perspectiva histórica é a questão da temporalidade.

A historiadora Silvia Petersen (2013, p.230) afirma que "somente o homem, como um ser autorreflexivo, que pensa a si mesmo, leva 'dentro de si' o tempo". Esta afirmação nos induz perceber que o tempo da história não é algo externo que submete os homens. O que passa é a vida dos homens e das sociedades. O tempo é a medida desta passagem, sua duração.

O tempo para o historiador não deve estar resumido ao tempo da natureza, dos relógios ou dos calendários. O tempo cronológico não é, necessariamente, o tempo social. No entanto a realidade do tempo é uma só. O que varia é a percepção da duração do tempo pelos homens (PETERSEN, 2013).

A autora chama a atenção para as disputas que existem no campo da história em relação à temporalidade. Para a historiografia tradicional, de base positivista, a história é uma sucessão de fatos. O tempo da história é entendido como uma sequencia contínua e homogênea onde os acontecimentos encontram-se distribuídos.

Este modelo de pensar a história não dá conta das várias dimensões que o tempo social possui. A forma de perceber o tempo nas sociedades humanas é múltipla e diversa se pensarmos, por exemplo, na visão ocidental e na visão oriental do tempo. De qualquer modo estas especificidades não querem dizer autonomia do tempo em relação aos acontecimentos, pois eles não existem isolados uns dos outros. A história é processo, o que indica vínculo, continuidades e descontinuidades. Qualquer acontecimento é resultado de situações ou momentos que o antecederam.

Neste sentido, é necessário para o historiador investigar "(...) a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro" (KOSELLECK, 2006 *apud* PETERSEN, 2013, p.236). O tempo não pode ser tomado como algo natural, mas sim como uma construção cultural que subjaz às relações entre o passado, presente e futuro.

1.3 Braudel e as temporalidades da história

Ciavatta (2009) ao refletir sobre a questão do tempo e da periodização, afirma que não se trata somente de uma questão meramente cronológica, mas que é, essencialmente, a divisão da história em termos de conteúdos formados pelos fatos relevantes ocorridos. Isto implica dizer que as datas-limite, por si só, não dão conta de todo o significado dos fatos, as datas são marcos simbólicos. O sentido lhes é dado a partir da interpretação dos eventos que constituem seu conteúdo.

Desta forma, a periodização também é objeto de disputa no campo da história, uma vez que é resultado de uma "(...) seleção dos fatos conforme a ótica do historiador e, por extensão, seus pontos de vista de classe" (CIAVATTA, 2009, p.87).

Nesta perspectiva, a relação do historiador com seu objeto de estudo deve ultrapassar a compreensão meramente cronológica do tempo, mas entender que

> [...] relações entre passado, presente e futuro, as várias percepções do tempo e os aspectos culturais e subjetivos que as permeiam, as concepções sobre o tempo e os próprios conteúdos da temporalidade (transcurso, sentido, duração, processo, ruptura, intensidade, continuidade, evolução, etc) não podem ser ignorados por

> aqueles que se propõem explicar a história dos homens em sociedade. Mas estes múltiplos ângulos não terão maior utilidade analítica se não forem pensados como um todo orgânico, no qual os vários aspectos da temporalidade estão simultaneamente presentes, como múltiplas e interligadas faces de um mesmo objeto (PETERSEN, 2013, p.239).

Um dos autores que melhor tratam desta relação múltipla entre os tempos é Ferdinand Braudel. É sobre ele e sua dialética da duração que nos deteremos a partir de agora.

Braudel (1982) inicia sua reflexão propondo uma maior integração entre as diversas ciências sociais; economia, sociologia, antropologia, geografia e a história. A contribuição da história nesta aproximação é a reflexão sobre a "duração social" (p.09). Para o autor, a duração social são os tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que não pertencem somente ao passado, mas também ao presente em uma contínua oposição entre o instante e o tempo lento. Nesta perspectiva, situa-se a dialética da duração, o caráter múltiplo e plural do tempo em uma íntima oposição entre o tempo longo e o instante.

Na tentativa de criticar a forma de escrever história que trata somente do tempo limitado dos eventos, como a história tradicional, Braudel (1982) propõe a diferenciação de três ritmos: um tempo individual, um tempo social e um tempo geográfico.

O primeiro retrata os eventos, os acontecimentos, os instantes. É o tempo breve, da vida cotidiana dos indivíduos, das ilusões, "das nossas rápidas tomadas de consciência" (p.10). Seria, conforme o autor, o tempo da crônica ou da reportagem jornalística:

> (...) os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. É pois, evidente que existe um tempo breve de todas as formas da vida: tanto econômico, social, literário, institucional, religioso e inclusivamente geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político (BRAUDEL, 1982, p.11).

O segundo tempo representa uma história jurídica, econômica e política cujas mudanças podem ocorrer através de séculos e que não são percebidas por seus contemporâneos. É o tempo das estruturas.

Algumas estruturas podem durar um tempo maior, convertendo-se em elementos estáveis por muitas e muitas gerações, determinando o decorrer da história. Outras estruturas podem ser mais efêmeras, mas ambas constituem obstáculos e limites para a experiência humana: "pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração" (BRAUDEL, op. cit., p.14).

Os estudos históricos sobre a cultura, a economia e as ciências também são exemplos de tempos das estruturas.

Não como nova categoria de tempo, mas como duração, Braudel fala de um tempo mais lento, de longa duração, resultante da relação do homem com a natureza. Para Braudel, este é o grande desafio dos historiadores, pois aceitar o tempo longo requer uma mudança de estilo, de atitude, uma inversão do pensamento, uma nova concepção do social. Implica uma familiaridade com o tempo lento, quase imóvel, imperceptível, como tão bem retratou em sua obra sobre a geopolítica do mar Mediterrâneo.

Ciro Flamarion Cardoso (1986) interpreta o pensamento de Braudel:

> sobre os três níveis temporais – a curta duração dos acontecimentos, a média duração da conjuntura (com múltiplos ritmos por sua vez) e a longa duração das estruturas, para não mencionar a longuíssima duração da Geoistória. Outrossim, sabemos que o próprio tempo estrutural, 'a longa duração' de Braudel, é também múltiplo: as estruturas econômicas, as sociais e as mentais são sucessivamente mais lentas na sua evolução (p.35-36).

Ciavatta (2009) compartilha dessa análise que torna relativa a duração os tempos das diversas estruturas em que se realiza a vida humana. A concepção de tempos múltiplos permite tratar as estruturas de tempos médios como conjunturas, tempos que se condensam ou superpõem-se nos tempos breves cada situação ou acontecimento.

Para Braudel (op. cit.) a história é a junção de todas estas histórias possíveis, como um conjunto de particularidades que integram uma determinada totalidade que é composta por "todos os níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, que se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela" (p.17).

O principal desafio para os historiadores quando se pensa na dialética da duração é considerar esta multiplicidade e pluralidade dos tempos históricos contidos em um mesmo objeto de estudo.

> Mais umas palavras a guisa de conclusão. Lucien Febvre, durante os últimos dez anos de sua vida, repetiu: "a história, ciência do passado, ciência do presente". A história dialética da duração, não será, à sua maneira, a explicação do social em toda sua realidade e, portanto, também do atual? A sua lição vale neste aspecto como precaução contra o acontecimento: não pensar apenas no tempo breve, não acreditar que só os setores que fazem ruído são os mais autênticos; também há os silenciosos (BRAUDEL, op. cit., p.22).

1.4 Walter Benjamin e o papel do historiador

As múltiplas temporalidades da história estão inscritas de maneira semelhante também nas reflexões de Walter Benjamin (2012) quando afirma que o passado contém o presente e que o lugar da história é preenchido de "tempo de agora" (Benjamin, 2012, p.249). Baseado na teoria de Marx, o autor faz um contraponto com a forma mais tradicional de elaboração da história através de uma reflexão sobre a recuperação e reconstrução do passado em sua relação com o presente, o que significa também a junção entre história e política e entre rememoração e redenção.

Benjamin traz uma importante contribuição para pensar sobre o papel do historiador diante da história: esta deve ser engajada e ativa e não somente contemplativa como a do historiador tradicional. Considerado por algumas análises7 como um autor controverso, porque assume uma postura revolucionária estruturada a partir de um caráter teológico, Benjamim entende a história como um caminho necessário para a redenção dos sujeitos oprimidos. A partir da rememoração que significa uma volta ao passado, evocamos o sofrimento das gerações que nos precederam para então redimi-las e assim nos redimirmos e repararmos os sofrimentos a que nossos antepassados estiveram submetidos. Aqui o caráter messiânico é, na verdade, emancipatório: não há um messias, nós somos os agentes da nossa libertação. Nesta perspectiva, apropriar-se historicamente do passado significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento do perigo. O perigo a que o autor se refere, é o da submissão econômica e cultural às classes dominantes.

Para o autor, o que está em jogo é uma ameaça à existência da tradição. Não se pode permitir que o conformismo se apodere da tradição. O papel do historiador é o de despertar no passado a luta pelos aspectos brutos e materiais sem as quais não se revelam as questões mais refinadas e espirituais, o que significa contar a história dos dominados e suas lutas também através dos elementos que se relacionam com a cultura. Benjamin os define como confiança, coragem, humor, astúcia e firmeza, que vão constituir um sentimento de classe (BENJAMIN, 2012, p.243).

Na concepção do autor, é preciso que o historiador/investigador estabeleça uma relação de empatia com seu objeto de estudo e alerta que a empatia com o vencedor, própria

---

[7] Michel Lowy (2005) distingue três grandes escolas de interpretação das teses de Benjamim: a escola materialista, que considera o autor materialista e suas formulações teológicas como metáforas complementares desse pensamento; a escola teológica, que entende Benjamim antes de tudo como um teólogo judeu e que o marxismo é apenas uma terminologia; a escola da contradição, que entende que ele fracassou ao tentar conciliar marxismo e messianismo (LOWY, 2005, p.36).

do modo tradicional de fazer história, beneficia os dominadores. Por isso é importante que o historiador marxista "escove a história a contrapelo" para dar ênfase à história dos vencidos. Neste sentido, entendemos que trazer à tona a história dos trabalhadores auxiliares dos cientistas, é uma forma de recuperar a contribuição que eles deram ao processo de construção do Instituto Oswaldo Cruz, da ciência e da saúde pública no Brasil.

Se totalidade, mediação e contradição serão as categorias mais gerais que conduzirão este estudo, trabalho, classe social, subalternos, experiência e paternalismo são outros conceitos que deverão orientar o escopo teórico da análise da história dos trabalhadores auxiliares de laboratório no Instituto Oswaldo Cruz.

1.5 A história e o conceito de trabalho-educação

Partindo do pressuposto de que os sentidos e significados do trabalho se constituem e são constituintes das relações sociais em diferentes tempos históricos, concordamos com Frigotto (2009, p.169) ser preciso:

> [...] tratar as relações de produção e de reprodução sociais, a linguagem, o pensamento e a cultura de forma histórico-dialética e, para não cairmos numa discussão abstrata, atemporal ou – nos termos de Marx – escolástica, que o sentido do trabalho, expresso pela linguagem e pelo pensamento, só pode ser efetivamente real no campo contraditório da práxis e num determinado tempo de contextos históricos.

A partir desta assertiva, compreendemos que o próprio termo "trabalho" é resultado de uma construção social. Para chegarmos a essa compreensão, é importante reconhecer que o trabalho tem naturezas distintas e complementares de ordem filosófica, econômica e política. Em seu sentido ontológico é condição que constitui a vida humana. É através do trabalho que o homem pode transformar a natureza, produzindo bens para satisfazer à suas múltiplas necessidades.

Tomando por base o debate de Georg Lukács (1978) sobre a ontologia do ser social em uma perspectiva histórica, podemos afirmar que a existência do homem deve ser sempre parte de um complexo concreto. O ser é um processo histórico e como tal, se move e é movido pelas determinações da existência. Em outras palavras, o homem constrói sua própria história e, ao mesmo tempo, resulta de determinadas relações sociais que são assumidas historicamente.

Partindo desta constatação, o trabalho admite uma dupla centralidade quando assumido como valor de uso, pois é criador e mantenedor da vida. Consequentemente, a partir desta concepção, o trabalho é também princípio educativo (FRIGOTTO, 2002).

O conceito de propriedade nesta perspectiva é ontológico, pois implica em um direito que o ser humano deve ter, a partir de relações que pressupõe um acordo solidário, de transformar, criar e recriar a natureza, para produção de bens materiais e imateriais, como sua existência física, biológica, cultural, simbólica e afetiva.

Neste sentido, o trabalho implica na relação dialética entre liberdade e necessidade. Uma é complementar à outra na medida em que a liberdade, que está presente na essência do ser social, é dada pelo trabalho, assim como o ato de transformar a natureza e produzir bens, atendem à necessidade de prover a vida. Para isso o homem, necessariamente, está em permanente relação com outros homens (LUKÁCS, 1978).

O outro elemento central do valor de uso, o trabalho como princípio educativo, é um dever e um direito. O dever deve ser aprendido e socializado desde a infância, o que requer que os seres humanos possam participar das tarefas da produção de sua própria vida e da vida coletiva, de acordo com sua capacidade e maturidade física e psíquica. O direito é o exercício de sua capacidade criadora e criativa, que possibilite a permanente reprodução de sua existência.

Frigotto (2009) assevera que, com o desenvolvimento das relações sociais produtivas no capitalismo, a partir do século XVIII, o trabalho assume um outro sentido mais ligado à ideia de riqueza e produção. Há um deslocamento do conceito de uma ação ontocriativa para uma relação social de dominação que é da ordem do econômico e do político. Esta se dá através da propriedade privada, da divisão social do trabalho e da cultura do vivido sob o modo de produção capitalista.

De fato para (MARX, 2004), a acumulação do capital e a propriedade privada dos meios e dos instrumentos de produção engendram o caráter de exploração do homem pelo homem. Nesta perspectiva, o trabalho assume um duplo sentido, pois ao mesmo tempo em que é criador e emancipador da vida dos homens, também é o que mutila a liberdade e o potencial criativo do ser humano, assumindo um valor de troca. Esse processo de subsunção se inicia quando os trabalhadores, ao empregarem sua força de trabalho aos donos do capital, passam a ser submetidos por estes ao controle de seu tempo, de suas condições e instrumentos de trabalho.

Do mesmo modo, a incidência da divisão do trabalho no desenvolvimento histórico está intimamente ligada à noção de propriedade. Na comunidade tribal representa a divisão sexual em virtude das disposições e diferenças entre homens e mulheres (força física, etc). Conforme as exigências de novas demandas diante da produção opera-se uma divisão entre

trabalho manual e trabalho intelectual. É essa divisão do trabalho que promove a desigualdade em relação à quantidade e à qualidade do próprio trabalho e ao resultado de sua produção. O pensamento sobre a superioridade do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual é produto de relações sociais que tem sido historicamente determinadas socialmente.

Desta forma, refletir sobre a divisão do trabalho implica também em considerar o sentido educativo que o trabalho pode assumir, a partir de determinados processos sociais que o tornam, ou não, capazes de educar e desenvolver o homem em suas potencialidades. Nesse sentido, a educação, situada dentro ou fora da escola, se constitui como prática mediadora e formadora da sociedade.

Os processos educativos atrelados às relações sociais de dominação tendem a reforçar a subordinação do trabalho, dos bens da natureza e de outros bens, como a ciência e a tecnologia, utilizando-os como propriedade privada e valores de troca, que produzem a exclusão dos seres humanos da possibilidade de uma vida digna, que permita, por exemplo, o arbítrio sobre suas escolhas profissionais.

Para Marx (2004) a divisão do trabalho é parte do processo de produção de mais-valia produzida pela diferença entre o valor que o trabalho produz e o salário pago ao trabalhador. Dito em outras palavras, a mais-valia é o excedente de valor gerado pelo trabalhador, durante o tempo em que desenvolve seu processo de trabalho, que não é pago pelo empregador, gerando lucro para o sistema capitalista. Como a mais-valia é o produto imediato do capital, somente é produtivo o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção visando sua valorização. Desta forma, o trabalho produtivo é aquele que possibilita diretamente a extração de mais-valia, valorizando o capital.

Por outro lado, Marx assevera que “todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo” (MARX, 2004, p.111). Essa afirmação relaciona-se com aqueles processos de produção onde o trabalho é consumido como valor de uso, como serviço, e que não se transforma em fator do capital, o que significa um consumo improdutivo.

Mattos (2014, p.204), ao analisar a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, afirma que “é a condição proletária e o assalariamento como horizonte” que definem a condição de trabalhador produtivo. Concordando com a análise de Daniel Bensaid, o autor argumenta que partindo de uma visão da totalidade e da reprodução ampliada do capital, não há motivos para circunscrever a definição de classe somente ao trabalho produtivo. Em suas palavras,

> [...] não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo da produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução da sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores confronta-se com o capital (MATTOS, 2014, p.204).

Desta forma, o autor busca demonstrar que as classes sociais são determinadas durante um processo que, para além da produção material, incorporam também a questão da propriedade, as reivindicações dos trabalhadores, a divisão do trabalho, as relações com o Estado e com o mercado, a cultura e a ideologia (ibid).

Este é o caso dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz. Ainda que não possamos considerar o trabalho no campo da saúde pública como diretamente associado à extração de mais-valia, as relações de trabalho no IOC foram marcadas pela divisão social do trabalho, pelas desigualdades no acesso ao conhecimento e à formação escolar e pelas diferenças de classe.

1.6 A história vista de baixo: classes sociais e suas mediações

Os historiadores do trabalho tem se empenhado na direção de rediscutir o conceito de classe no marxismo. Os estudos mais recentes têm demonstrado que as fronteiras que separam trabalhadores escravizados e livres são bem mais tênues do que aquelas reveladas pela historiografia mais tradicional.

Marcel van der Linden (2013), parte do pressuposto que não há nitidez no que se refere à divisão entre trabalho assalariado livre, trabalho autônomo e trabalho não livre, e ainda que não tomemos as diferenças entre trabalho urbano e rural como absolutas (idem, p.27). O próprio autor admite que a definição tem caráter provisório, mas, de fato, se recorrermos a estudos[8] que vem discutindo a história do trabalho no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, podemos observar uma convivência entre novas e velhas formas de organização da produção. O trabalho escravo e suas muitas especificidades conviviam com formas de trabalho livre ligadas ao artesanato e à manufatura, inclusive com compartilhamento de organizações e estratégias de resistência à exploração do trabalho.

Nesta perspectiva, Van der Linden adota a noção de classe dos trabalhadores subalternos: “Na realidade, existe na sociedade capitalista uma grande classe de pessoas cuja força de trabalho é mercantilizada de muitas formas diferentes. [...] eles formam um grupo

[8] Cf. Challoub (2011), Mattos (2006), Negro e Gomes (2006).

variado que inclui escravos, meeiros, pequenos artesãos e trabalhadores assalariados.” (op. cit., p.40). O autor adverte para as formas intermediárias da mercantilização da mão de obra entre o trabalho assalariado e a escravidão e como estas podem ser sobrepostas: o trabalho assalariado infantil, quando este é forçado; a heterogeneidade dos tipos de trabalho escravo, escravos de ganho, escravos alugados; trabalhadores assalariados que tem um regime de servidão por dívida.

Esta categoria tem como base os escritos de Gramsci (2002) sobre a história dos grupos sociais subalternos que é necessariamente desagregada e episódica, estando sempre submetidos aos grupos dominantes mesmo quando se insurgem e se rebelam. “Na realidade”, diz Gramsci, “mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...] por isso todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ter valor inestimável para o historiador integral [...]” (GRAMSCI, 2002, p.135). Ao pensar sobre a emancipação do subalterno, Gramsci considera que a unificação das classes exploradas e oprimidas sobre o capitalismo passa por sua emancipação cultural, entendendo que os aspectos econômicos, políticos e filosóficos expressam uma mesma realidade em movimento. Como assevera Del Roio (2007, p.69):

> a emancipação do subalterno passa pela construção de um novo bloco histórico e, como constitutivo desse processo, de uma reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas). Eis a razão da grande importância do estudo do folclore, da religiosidade, do senso comum, das formas de organização das classes subalternas.

Este conceito é fundamental para analisarmos o grupo de trabalhadores auxiliares dos cientistas do IOC, na medida em que estes existiram em um período de interseção entre modos de produção e exploração da força de trabalho que combinavam uma economia agrária exportadora com os primórdios de um processo de industrialização e os resquícios de uma sociedade escravocrata em transição para o trabalho livre no sistema capitalista.

A esta interpretação pode ser aproximada a reflexão de Schwartz (2000) sobre a forte presença das relações de favor na sociedade brasileira. Produto da estrutura de classes do regime colonial, o favor sujeita aqueles que não têm acesso aos bens materiais àqueles que os possuem. Ou seja, o favor é, conforme o autor "o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”. O favor, "nossa mediação quase universal" (op.cit, p.16), atravessa e compõe a existência nacional presente por toda parte nas mais diferentes atividades como administração, política, indústria, comércio, vida urbana e etc.

O emprego de novas tecnologias como a máquina a vapor, especialmente as ferrovias e a navegação, abriram caminho para um novo modo de produção embrionário do capitalismo. Outros fatores como a proibição do tráfico negreiro em 1850, a guerra do Paraguai e a crescente necessidade de reposição de mão de obra escravizada nas fazendas de café do Vale do Paraíba, contribuíram para tornar o trabalho escravo no meio urbano caro e escasso. (Benchimol, 1992). No plano das ideias, a escravidão afastava o Brasil da modernidade e do progresso já alcançado pela Europa e Estados Unidos. O favor, apesar de contraditório ao ideário liberal, absorve e desloca seus princípios dando origem, segundo Schwarz (2000) a um "padrão particular":

> [...] no campo dos argumentos [...] adotávamos sofregamente os [princípios] que a burguesia europeia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, [...], sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções que implica. [...] Além dos naturais debates, este antagonismo produziu, portanto, uma coexistência estabilizada – que interessa estudar. Aí a novidade: **adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviam de justificação, normalmente 'objetiva', para o momento de arbítrio que é da natureza do favor** (SCHWARZ, 2000, p.17 e 18. Grifos do autor).

A valorização dos laços de afeto e de sangue é historicamente incorporada ao discurso presente nas instituições da época, sobretudo no que se refere aos aspectos coercitivos do que Sergio Buarque de Holanda entende por "boas maneiras" e "civilidade". Para o autor há uma tendência à negação do caráter impessoal característico do Estado, procurando submetê-las a um padrão mais pessoal e afetivo:

> [...] é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre estes círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. [...] as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas" (HOLANDA, 2012, p.146).

De acordo com Holanda (op.cit), a cordialidade tem sido um traço da personalidade e do espírito das relações sociais no Brasil. Vista como uma virtude do povo brasileiro representa, no fundo, o contrário da polidez e exprime uma certa aversão ao ritualismo e à formalidade.

Esta perspectiva destaca a relevância analítica dos sistemas de valores, crenças, moral e atitudes envolvidas no processo de construção das trajetórias profissionais e das identidades.

A obra de Thompson sobre a dimensão cultural das relações sociais de produção no capitalismo trouxe outras contribuições ao que o próprio autor denominou como "silêncio" em Marx. Porém, para Thompson não haveria nada na obra de Marx que impedisse a superação deste silêncio. Para isso seria necessário relacionar a dimensão cultural ao modo de produção na perspectiva da simultaneidade entre economia moral e cultura (MATTOS, 2011). Assim, a concepção social abrangente que Marx tem da história e da política, autoriza a tratar da cultura como um aspecto importante da sociabilidade desenvolvida entre os trabalhadores auxiliares e os cientistas do IOC.

Recuperando a pesquisa empírica e a participação dos sujeitos na história, Thompson encontra no próprio materialismo histórico, a chave para pensar a cultura através da indissociabilidade entre cultura e experiência. A experiência é a mediadora entre a determinação da estrutura material e a ação do homem. Neste sentido, a produção e a luta de classes envolvem além das questões econômicas, as questões morais, culturais e políticas.

A partir da crítica ao pensamento estruturalista de Althusser, Thompson propõe outra reflexão, baseada na experiência das classes trabalhadoras. Para o marxismo estruturalista há uma relação quase automática entre a formação da classe trabalhadora e o modo de produção. Primeiro existe a classe que vai adquirindo consciência e, então, luta. Thompson subverte o pensamento focado no determinismo econômico argumentando que primeiro as pessoas experimentam a exploração, identificam os interesses antagônicos, começam a lutar e neste processo de luta se descobrem como classe.

O reconhecimento da ação humana está estritamente relacionado a um modo de produção da história que pressupõe considerar a "história vista de baixo", voltada para a recuperação das práticas e da experiência das pessoas comuns. Olhar a história dessa perspectiva implica em perceber as classes trabalhadoras no contexto das relações e das lutas de classe sem perder de vista a dimensão política destas lutas, ampliando o conceito de classe social como um fenômeno histórico inserido na totalidade social.

Ao analisar os embates entre a gentry[9] e a plebe na Inglaterra no século XVIII, o autor dá destaque ao costume como uma importante categoria de análise, entendendo-o como "[...] um campo para mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes" (THOMPSON, 2015, p.17). Sua preocupação é pensar uma noção de cultura que extrapole os "[...]'significados, atitudes e valores', mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e

[9] A gentry pode ser traduzida como pequena nobreza ou fidalguia (THOMPSON, 2015, pág 16).

resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência" (THOMPSON, 2015, p.17). Para isso, o autor recorreu ao conceito de hegemonia em Antonio Gramsci:

> Ao discutir a ideologia nos seus cadernos da prisão, Gramsci a vê fundamentada na "filosofia espontânea comum a todas as pessoas". Uma filosofia conclui – que deriva de três fontes: a primeira é "a própria linguagem que é um conjunto de determinadas noções e conceitos, e não apenas de palavras desprovidas gramaticalmente de conteúdo"; a segunda é o "senso comum"; e a terceira, o folclore e a religião popular. [...] Assim, "as duas consciências teóricas" podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres, etc. de outro lado, "o senso comum", derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta (THOMPSON, 2015, p.20-21).

Thompson recorre a essa noção para desmistificar a tentativa de imputar à dominação uma força tão abrangente que impede qualquer reação por parte dos dominados. Ao analisar o paternalismo na perspectiva da plebe deixa claro o quanto essa relação é dialética, ou, em outras palavras, o quanto a classe trabalhadora encontra possibilidades de ação e reação, ora como estratégia de autopreservação, ora como medidas calculadas para conseguir êxito em suas lutas.

Na tradição crítica do materialismo histórico-dialético, Thompson traz uma perspectiva para a compreensão e o enfrentamento das contradições, ambiguidades e polissemias presentes no conceito de cultura, colocando-a como um elemento central sem estar isolado das condições materiais e do ser social para entender a dinâmica histórica da luta de classes.

No capítulo intitulado "Patrícios e Plebeus" de seu livro "Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional" examina a categoria "paternalismo" e as relações de favor entre a *gentry* e a plebe no século XVIII na Inglaterra[10]. A historiografia inglesa sobre esta época analisava a história vista de cima, escamoteando os conflitos e os reais interesses dos trabalhadores, desconsiderando a existência da luta de classes até o advento da industrialização. Contrariando esta visão, Thompson reconstrói a história da classe trabalhadora, que nesse período guarda muitas semelhanças com a formação da República brasileira na transição entre os séculos XIX e XX no Brasil.

---

[10] THOMPSON, E. P. Patrícios e Pebleus. In Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. 8ª reimpressão, 2015, p.25-85.

Para Thompson o controle da classe dominante no século XVIII estava localizado principalmente em uma hegemonia cultural e secundariamente na expressão do poder econômico ou físico (militar). Dessa forma, a análise se situa nas imagens do poder, autoridade e nas mentalidades populares de subordinação que permeavam as relações sociais entre a *gentry* e a plebe. Esse tipo de hegemonia possibilita que se naturalize a exploração, na medida em que as estruturas de autoridade e os modos de exploração parecem fazer parte do curso natural dos acontecimentos da vida. Por outro lado, a naturalização da exploração, segundo o autor, não é capaz de impedir ressentimentos ou os atos de protesto ou vingança.

Completando o exercício de dominação de classe, Thompson considerou outra categoria, o "teatro da lei". A *gentry* utilizava de algumas estratégias para manter de forma eficaz sua hegemonia. Dentre elas, a mediação de administradores, intendentes e outros representantes que se interpunham entre a *gentry* e a plebe, evitando que esta relação fosse realizada de modo direto, reservando esse encontro para situações específicas (datas festivas, Natal, dia do padroeiro, etc) ou em momentos acompanhados de algumas características rituais significativas como as caçadas, a pompa das cortes, os lugares determinados nos bancos das igrejas.

De acordo com Thompson, o que mais importava era manter este estilo de vida e sua artificialidade como uma maneira de segregar os subalternos mantendo-os assim em um lugar social onde não representassem uma ameaça real à *gentry*. Por outro lado, do mesmo modo em que a gentry se preservava do olhar da plebe, esta também se valia da mesma condição. O lazer dos trabalhadores, que se misturava ao trabalho, era investido de um enorme capital emocional, onde os membros da plebe aguardavam todo o ano de suas vidas para os acontecimentos dos dias festivos e os festivais especiais. Como assevera Thompson "Não só os elementos mais óbvios - as canções folclóricas, os clubes de ofícios e as bonecas de sabugo - eram ali criados, mas também interpretações da vida, satisfações e rituais" (THOMPSON, 2015, p.54).

Thompson avança na análise da luta de classes e admite que a oposição entre patrícios e plebeus não excluía os últimos de sua existência política, ao contrário. Estas relações sociais admitiam um caráter de reciprocidade mais ativo. Em suas palavras: "Num certo sentido os governantes e a multidão precisavam um do outro, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e o contrateatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político mútuo" (THOMPSON, 2015, p.57).

Estas considerações iniciais apontam para a discussão de um conjunto de dimensões para a construção de uma história do Instituto Oswaldo Cruz vista "de baixo", que poderá revelar diversos aspectos que certamente entrarão em contradição com o "mito da cordialidade" nas relações de trabalho, especialmente entre os cientistas e seus auxiliares. Apesar do discurso majoritário presente na história institucional oficial e extraoficial, um olhar a partir da perspectiva de Thompson, ainda que preliminar, parece apontar que as coisas não eram bem assim.

Outra mediação importante para a reconstrução desta história situa-se na relação entre trabalho-educação. Historicamente no Brasil, a divisão social do trabalho tem sido reificada e consolidada por uma proposta de formação para os trabalhadores que estabeleceu a separação entre o trabalho manual e intelectual.

De acordo com Ciavatta (2015, p.34),

> A relação entre trabalho e educação se enraíza nas condições de vida, de trabalho e de educação da sociedade em que vivemos – no caso, a brasileira, uma sociedade de classes baseada na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos produtos do trabalho coletivo, expressa na riqueza social concentrada em bens e serviços (educação, cultura, ciência, tecnologia, arte, comunicação etc) distribuídos de forma diferenciada para as classes sociais. A compreensão histórica de como as políticas conduzem a esses resultados, implica também o conhecimento de suas representações. Significa conhecer como os objetos de estudo ou os fenômenos são representados ao nível dos discursos elaborados pelos sujeitos envolvidos nos acontecimentos e/ou nos relatos e narrativas, ao darem ciência dos mesmos pela história escrita ou oral, recorrendo às imagens, aos documentos, a mapas, etc.

O tipo de atividade laboral desempenhado pelos auxiliares de laboratório, considerado somente como um trabalho manual**,** destituído de conhecimentos superiores, apesar de imprescindível para o apoio e sustentação da construção da ciência e da saúde pública no país, tem reflexos atuais no campo do trabalho em saúde. Os rígidos padrões hierárquicos das relações de trabalho neste campo manifestam-se na prevalência do saber e da autoridade dos profissionais médicos, sob todas as demais categorias, principalmente os trabalhadores subalternos.

Esta particularidade insere-se no lugar histórico que o trabalho manual ocupa nas sociedades ocidentais, especialmente a brasileira, inicialmente submetidos à condição de escravização. Autores como Cunha (2000) e Fonseca (1986), trazem uma importante contribuição à história do trabalho e da educação (CIAVATTA; REIS, 2016).

De acordo com Cunha (ibid), no Brasil, desde o início da colonização, as relações de produção baseadas no trabalho escravo resultaram em um afastamento da força de trabalho livre do trabalho artesanal e manufatureiro. Os homens livres se apartavam do trabalho

manual para não deixar dúvidas quanto à sua própria condição, na tentativa de eliminar as ambiguidades de classificação social.

Os mestres de ofício e os homens brancos e livres, sempre que podiam, compeliam os escravos a aprender uma ocupação para explorar sua força de trabalho. Eram comuns não só nas cidades os trabalhadores escravizados ao ganho nas ruas, mas também na lida dos engenhos e das fazendas de café. O ato de trabalhar era concebido como um castigo e o ócio uma virtude. "O trabalho manual passava, então, a ser 'coisa de escravos' ou da 'repartição de negros', como se houvesse algo de [...] aviltante no trabalho manual, quando a exploração do escravo é que o era", afirma Cunha (2000, p.16).

Fonseca (1986) ao trazer a história do ensino de ofícios no Brasil, que também remonta aos tempos coloniais, demonstra que este foi concebido de forma dissociada dos processos de educação formal. O autor conta que os colonizadores ibéricos e os jesuítas, ao ensinar um ofício primeiro aos índios e depois aos africanos escravizados, tinham como propósito prepará-los para assumir os pesados encargos que a vida na colônia impunha.

Os padres da Companhia de Jesus, que valorizavam um tipo humanístico de cultura voltado para o intelecto e o letramento, reservavam estes conteúdos para os filhos dos colonos europeus, deixando para a população escravizada uma formação restrita ao trabalho braçal/manual (FONSECA, 1986, p.186). Esta filosofia foi predominante até a abolição da escravatura e a proclamação da República. O ensino de ofícios manteve-se atrelado aos herdeiros dos escravizados, estendendo-se às camadas mais pobres da população: os órfãos e deserdados da fortuna[11].

O desenvolvimento de um modo de produção baseado em uma economia agroexportadora, que trazia exigências de agilidade no escoamento das mercadorias, a crescente urbanização das cidades e o emprego de maquinarias que favorecia a penetração de capital estrangeiro, principalmente da Inglaterra, formaram os determinantes principais de um novo modelo econômico que pressupunham novos valores para o trabalho. Para isso, foi necessário inculcar no novo "cidadão" brasileiro uma ideologia positiva e dignificadora do trabalho assalariado.

As características das relações de trabalho que vigiam à época no IOC refletiam a estrutura de relações sociais constitutivas da sociedade brasileira nas três primeiras décadas do século XX. À época, a divisão do trabalho nos laboratórios do Instituto era ainda pouco

---

[11] A Escola de Aprendizes Artífices foi criada em 1909, pelo governo do presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566.

nítida. Os cientistas executavam junto com seus auxiliares alguns dos muitos procedimentos laboratoriais necessários para o andamento das pesquisas. Mas seu tempo de trabalho era dividido entre a pesquisa, o ensino e a produção.

Já os trabalhadores auxiliares de laboratório, denominados de serventes e enquadrados como subalternos pelo regulamento de pessoal, além da execução de tarefas que envolviam diversas técnicas laboratoriais, eram responsáveis ao mesmo tempo, pela limpeza e arrumação dos laboratórios, das vidrarias, do conserto de gaiolas dos biotérios, da inoculação de soros nos cavalos e limpeza das cocheiras... Todo o tipo de trabalho manual era feito por eles. Desde os mais complexos, como a leitura de lâminas no microscópio, autópsias e preparação de meios de cultura, até os mais simples como a limpeza das fezes dos animais.

A desvalorização do trabalho simples, presente na historiografia do trabalho técnico no Brasil, pode ser uma das chaves que expliquem a pouca produção historiográfica sobre os trabalhadores subalternos da saúde.

1.7 Em busca dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz: caminhos e fontes para a escrita desta história

As fontes são parte inerente do trabalho de um estudo sobre a história. A intensa relação entre a história vivida e os vestígios desta experiência é a porta de entrada do pesquisador para construir o conhecimento sobre o passado.

Petersen (2013) considera três aspectos principais que devemos ter em conta para pensarmos sobre as fontes:

> a) as fontes não se restringem aos documentos escritos oficiais; b) as fontes não falam por si, as perguntas do historiador é que lhe dão voz; c) as fontes não são vestígios neutros do passado, pois trazem as marcas e as intenções das sociedades que a produziram" (PETERSEN, 2013, p.294).

Partindo desta assertiva, podemos pensar que tudo aquilo que o ser humano produziu ao longo de sua vida, seja na esfera do trabalho, pessoal, familiar, do lazer, da cultura ou da religião podem converter-se em testemunhos potenciais da história. Sob este aspecto é fundamental o papel do pesquisador. Os documentos não falam por si, cabe ao pesquisador interrogá-los. Neste sentido, um mesmo documento pode oferecer diferentes respostas, dependendo das perguntas que se estabeleçam.

Outra questão importante, especialmente para os estudos que tem como fontes documentos oficiais da instituição, como é o nosso caso, é necessário considerar que estes

materiais não são neutros, sua produção já vem carregada de intencionalidades que podem demonstrar relações de força, de negociação, poder e hierarquias.

Assim entendemos que a relação do pesquisador com suas fontes pressupõe uma constante interlocução, "[...] um diálogo, em que a busca de dados nas fontes é guiada pelo objetivo da pesquisa, ao mesmo tempo em que o contato com a documentação pode suscitar novas perguntas, ideias e hipóteses" (PETERSEN, 2013, p.300).

Diante desta perspectiva, trataremos agora de descrever e refletir sobre o trabalho de pesquisa que envolveu as fases da documentação ou coleta de dados, a crítica ou análise, a síntese e algumas considerações sobre os achados desta etapa do estudo.

Já sabíamos de antemão que nosso lócus principal de coleta de dados seriam os documentos pertencentes aos arquivos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que constituem um acervo composto por mais de 100 fundos e coleções, documentos institucionais e pessoais dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e filmográfico.

É possível realizar consultas presenciais, no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), e também consultar pela web através da Base Arch[12] que é o repositório de informações sobre o acervo arquivístico permanente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Conforme a descrição em sua página web:

> abriga fundos produzidos e acumulados pelos institutos que em 1970 passaram a integrar a Fundação Oswaldo Cruz, como também aqueles de cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos que participaram da formulação e execução de políticas públicas de saúde, além de parcelas de arquivos de instituições da área da saúde

O ponto de partida para a pesquisa documental foram os Livros de Registros pertencentes à Seção Cadastro de Funcionários Estatutários que se revelou um verdadeiro tesouro. Composto por nove livros manuscritos, todos originais, contém os registros funcionais do Instituto Oswaldo Cruz, desde 1908 até a década de 1970, apresentando informações onomásticas sobre cada funcionário contratado ou nomeado para o IOC com dados sobre ingresso, ascensão funcional, férias, licenças, suspensões e punições e outros atos administrativos.

No entanto, não constam nos registros dos funcionários dados pessoais como data de nascimento, nacionalidade, escolaridade, endereço residencial ou classificação racial. A

[12] Disponível em http://arch.coc.fiocruz.br/.

ausência dessas informações não nos permitiu realizar outras análises que seriam fundamentais para compreender a construção identitária destes trabalhadores. A data de nascimento, por exemplo, seria uma informação importante que poderia revelar dados sobre trabalho infantil em Manguinhos. Da mesma forma, a classificação étnico-racial nos daria uma dimensão do perfil destes trabalhadores, permitindo uma análise comparada entre sua ocupação e cor de pele ou raça.

A partir destas fontes, selecionamos 127 registros de trabalhadores subalternos no período entre 1908, ano de abertura dos Livros, até 1930, data limite deste estudo. Para esta seleção utilizamos como critério geral aqueles trabalhadores que constassem em suas notações o cargo de servente, servente de laboratório ou auxiliar de laboratório. Este parâmetro foi escolhido por permitir uma maior assertividade acerca da participação daquele trabalhador nas atividades mais relacionadas com os estudos e pesquisas, incluindo os trabalhos de campo, realizadas no Instituto Oswaldo Cruz.

A partir deste conjunto, foi possível agregar outras fontes tais como depoimentos orais, relatórios das expedições, fotografias, recortes de jornal, e outras fontes documentais que dizem respeito ainda à relação que o IOC estabeleceu com os funcionários que moravam em seus terrenos e com os demais moradores do entorno.

O passo seguinte foi identificar no repositório web, quais seriam os demais conjuntos de documentos que eu deveria me debruçar. Com a colaboração dos funcionários da sala de consulta, identificamos o Fundo 02 - Instituto Oswaldo Cruz[13], cuja produção documental percorre o período entre 1873 a 1998 e está subdividido em 15 seções[14].

A extensão do Fundo oferecia inúmeras possibilidades de pesquisa, entretanto, para este estudo, fizemos a opção de nos fixar nas três primeiras: Direção[15], Serviço de Administração Geral[16] e Serviço Técnico Auxiliar[17]. Estas foram elencadas inicialmente, por estarem dentro do escopo temporal e por conterem em suas descrições tipos de documentos textuais e iconográficos com um grande potencial para constituírem-se como fontes que poderiam ser bastante relevantes para sabermos mais sobre a vida institucional dos

---

[13] Cf. BR RJCOC 02.

[14] Que estão assim organizadas: Direção, Serviço de Administração Geral, Serviço Técnico Auxiliar, Departamento de Ensino e Curso, Hospital Evandro Chagas, Divisão de Fisiologia e Farmacodinâmica, Departamento de Medicina Tropical, Departamento de Zoologia Médica, Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular, Departamento de Patologia, Departamento de Entomologia, Departamento de Helmintologia, Departamento de Imunologia, Departamento de Ultra Estrutura e Biologia Celular e Serviço da Peste.

[15] Cf. BR RJ COC 02-05.

[16] Cf. BR RJCOC 02-10.

[17] Cf. BR RJCOC 02-15.

trabalhadores auxiliares de laboratório do Instituto: correspondência, relatórios e ordens de serviço da administração do campus de Manguinhos; documentação técnico-científica sobre o planejamento, execução e acompanhamento das atividades finalísticas da instituição, impressos, documentos pessoais e recortes de jornais.

No entanto, a documentação administrativa mais geral correspondente ao período da pesquisa, apresentou muitas descontinuidades cronológicas e não acrescentou outros dados significativos de conteúdos diferentes daqueles que encontramos nos livros de registros. Da mesma forma, há poucas informações sobre o trabalho desempenhado pelos auxiliares de laboratório. As atribuições e funções dos trabalhadores subalternos estão ausentes dos relatórios redigidos pelo diretor do Instituto e remetidos ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Essa ausência já anunciava o caráter coadjuvante do trabalho subalterno no Instituto Oswaldo Cruz.

Encontramos ainda uma vasta documentação sobre os imóveis construídos nos terrenos do Instituto e que serviam de moradia para seus funcionários. Apesar das datas dos documentos extrapolarem o período deste estudo, foi possível perceber através do cruzamento com outras fontes, especialmente as entrevistas dos trabalhadores, as mudanças das relações do Instituto com os ocupantes dos imóveis e com seu entorno, após a década de 1930.

Não foi fácil realizar este levantamento, foram muitos os desafios. Em primeiro lugar, o maior de todos: refrear o impulso de pesquisar além do período histórico correspondente ao estudo nas informações contidas no Livro de Registros. Os nove volumes, além de serem um riquíssimo material para consulta, são sequenciais. Foi possível acompanhar um trabalhador desde o seu ingresso no IOC até a sua aposentadoria. As folhas são numeradas e as sequências das fichas estão meticulosamente anotadas em cada uma delas.

Além disso, o enorme volume de dados e informações encontradas nos arquivos do DAD/COC/Fiocruz aliado ao fato que os conteúdos sobre estes trabalhadores encontrarem-se dispersos por todo o acervo, envolveram uma minuciosa e trabalhosa busca por estes auxiliares, que poderiam estar em qualquer lugar do arquivo. Durante a pesquisa iconográfica, somente a título de exemplo, encontramos fotos deles em um dossiê[18] cujo descritor tinha o enunciado “Estudos em animais – solicitações não identificadas”. Nos itens de número 036 e

[18] Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção Serviço de Administração Geral. Série serviço de Fotografia. Dossiê Estudos em Animais. BR RJ COC 02-10-20-45-002.v.32 -036 e Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção Serviço de Administração Geral. Série serviço de Fotografia. Dossiê: Estudos em animais. BR RJ COC 02-10-20-45-002.v.32 -043.

043 ambos intitulados como “Cavalo inoculado” lá estava, em segundo plano na fotografia, um trabalhador auxiliar sem identificação.

Outro banco de dados fundamental externo aos arquivos da COC foi a página web “Memórias do Instituto Oswaldo Cruz” [19], periódico científico criado em 1909 por Oswaldo Cruz, com o intuito de criar uma publicação abrigasse e divulgasse nacional e internacionalmente as pesquisas e a produção de conhecimento produzida pelo IOC.

Atualmente é possível encontrar digitalizados desde sua fundação em 1909, todos os números do periódico ano a ano. Nestes volumes encontram-se publicados alguns relatórios de expedições científicas que pelo seu caráter descritivo nos deram pistas importantes para reconstruir aspectos do cotidiano destas incursões, incluindo os trabalhos desempenhados pelos auxiliares.

Foram selecionados todos os relatórios de expedições cientificas publicados no periódico Memórias de Manguinhos que ocorreram desde 1909 até 1930, totalizando seis relatórios publicados.

Por último gostaria de citar ainda dois outros bancos de dados que também foram indispensáveis para a pesquisa. São eles os portais da Câmara dos Deputados e a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

O portal da Câmara dos Deputados[20] possui um acervo informatizado de toda legislação da Republica Brasileira, sendo possível pesquisar por data, número, palavra ou tipo da norma. Foram levantados todos os decretos mencionados na documentação pesquisadas nos arquivos da COC, sobre o IOC e outros órgãos governamentais como a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, legislação sobre o funcionalismo público da época e de outras instituições de ciência como o Museu Nacional e o Jardim Botânico.

A Hemeroteca Digital Brasileira[21] é um portal que disponibiliza parte do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional. Através da leitura dos jornais da época, foi possível descobrir a existência e características de funcionamento do Manguinhos Futebol Clube, clube de futebol, fundado em 1915 pelos trabalhadores do IOC e que na década de 1920 disputou vários campeonatos da Liga Brasileira de Desportos, consagrando-se campeão no ano de 1921.

---

[19] Fonte: http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/past.html.

[20] Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao.

[21] Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

1.7.1 A história contada pelos próprios personagens: memória e oralidades

Ainda sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação há um enorme acervo de depoimentos orais que resulta de projetos de pesquisa realizados no campo da história das ciências e da saúde ou registros de eventos, conferências e palestras.

Dentre estes registros uma fonte fundamental para nosso estudo é o acervo de depoimentos orais Memória de Manguinhos[22]. Tal conjunto, constituído por 30 depoimentos que versam sobre a história do Instituto Oswaldo Cruz, contém entrevistas que foram realizadas entre os anos de 1986 a 1989 com vários pesquisadores e antigos técnicos auxiliares. A maior parte dos depoimentos teve como foco o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970, quando a Fiocruz viveu um dos acontecimentos mais tenebrosos de sua história o chamado "Massacre de Manguinhos" [23].

A relação entre memória e história oral é outro referencial metodológico fundamental para esta pesquisa. Seguindo a orientação de trabalhos que destacam a importância e as possibilidades de aplicação da narrativa como fonte histórica, como apontam Fernandes e Costa (2009, p.187), ao tratarem de sua relação com a documentação oficial: "A fonte narrada e a documentação oficial, então colocadas em diálogo, possibilitam uma configuração histórica das diversas conjunturas que conformam o retrato de uma sociedade ou de grupos que a compõem".

Os depoimentos orais traduzem subjetividades e significados presentes nas experiências de vida dos indivíduos, a partir da memória que é construída e compartilhada socialmente. Aspectos característicos da narrativa como discordância, esquecimento e intencionalidade, fazem parte do objeto a ser analisado e podem se constituir como o centro do diálogo a ser travado para a configuração de uma leitura histórica do tema. Estes aspectos são individuais e singulares e conformam interpretações da própria experiência, que, quando recordada, assume significados próprios dados pelos sujeitos históricos. São estes significados e representações construídas individualmente que consolidam as narrativas orais.

> A história oral se inicia na oralidade do narrador, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador. Os narradores orais estão cientes dessa destinação escrita e tem isso em mente na medida em que dão forma as suas

---

[22] Acervo Casa de Oswaldo Criz/Fiocruz. Fundo Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Pesquisa em História da Ciências e da Saúde. Projetos de Pesquisa. Depoimentos Orais do Projeto Memórias de Manguinhos. BR RJCOC 05-05-02-01.

[23] O Massacre de Manguinhos foi o processo de perseguição que culminou com a cassação de dez pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz pela ditadura militar, no ano de 1970.

> performances; por outro lado, a tarefa do historiador "oral" é escrever de tal modo que os leitores constantemente relembrem as origens orais do texto que estão lendo. Por fim, podemos definir historia oral como o gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado (PORTELLI, 2001, p.13).

Outro caráter significativo da fonte oral é que ela contribui para a expressão da historicidade da experiência pessoal e do papel dos indivíduos na história da sociedade e em eventos públicos. Neste sentido ela possibilita o reconhecimento de outros personagens como protagonistas da esfera pública (idem, p.14).

Cabe ao pesquisador que incorpora o processo narrativo à investigação acadêmica, um papel fundamental na reconstrução do passado destes sujeitos históricos, pois é ele quem vai fazer a interlocução com o narrador em torno do tema a ser estudado, bem como a análise da configuração sugerida no depoimento. A relação construída entre estes dois personagens orientará o narrador, no que tange não somente à confiabilidade da lembrança íntima e particular, mas também ao estabelecimento de focos dos temas a serem iluminados e reconfigurados (FERNANDES e COSTA, 2009).

As fontes selecionadas para nosso estudo foram os quatro depoimentos destes técnicos que viveram suas experiências de trabalho e de vida no IOC no período cronológico de nossa pesquisa: Attílio Romulo Borriello, Francisco José Rodrigues Gomes, Hamlet William Tezi Aor e José Cunha. E ainda mais duas outras entrevistas de Venâncio Bonfim e Sebastião Patrocínio, que apesar de terem ingressado em Manguinhos após a década de 1930, revelaram aspectos importantes sobre as relações de trabalho, sobre a formação profissional e principalmente sobre Joaquim Venâncio Fernandes, uma vez que ambos eram seus sobrinhos, filhos de seu irmão mais velho, José Venâncio Fernandes. Estes depoimentos já haviam sido explorados em etapas anteriores do processo de formação do doutorado.

A partir do desenvolvimento da pesquisa documental percebemos a necessidade de trabalhar também com depoimentos de alguns pesquisadores que mencionavam em suas memórias as experiências partilhadas em seu cotidiano com os auxiliares de laboratório. Foram eles: Carlos Chagas Filho, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Wladimir Lobato Paraense e Domingos Arthur Machado Filho.

Com o auxílio das fontes orais, foi possível reconstruir aspectos do trabalho subalterno em Manguinhos, que não estavam nítidos nas fontes documentais produzidas oficialmente pela Instituição.

1.8 A fotografia como fonte histórica

A coleção de imagens do acervo da Casa de Oswaldo Cruz também se constituiu uma importante fonte de pesquisa. Reunindo cerca de 20 mil itens, entre negativos de acetato ou nitrato, negativos em vidro e cópias ampliadas, há imagens de pesquisadores, instalações, construções, laboratórios, funcionários e visitantes.

A pesquisa iconográfica contemplou todos os itens da Série 20 – Serviço de fotografia[24] que apresenta 12 subséries[25] que retratam entre outros temas a história do IOC, suas antigas instalações e o conjunto arquitetônico mourisco, pesquisadores e outros funcionários, expedições científicas, atividades de laboratório, estudos em animais e plantas, micro e macrofotografias, retratos de doentes e etc.

Graças às atuais facilidades de acesso proporcionadas pela tecnologia e ao esforço e investimento da Casa de Oswaldo Cruz na organização de seus arquivos, foi possível realizar uma pré-seleção na própria base, deixando para a consulta presencial apenas aquelas imagens que não estavam digitalizadas.

Nossa pesquisa privilegiou as imagens do trabalho e dos trabalhadores subalternos do IOC. Como não há no arquivo um lugar único que agregue documentos referentes especificamente ao universo do trabalho subalterno, foi necessário percorrer toda a Série 20 – Serviço de Fotografia que possui, de acordo com a descrição da Base Arch, 4.212 fotografias.

Dentro da Série 20, somente a Subsérie 25 – Pesquisadores e outros funcionários[26] menciona em seu enunciado, a possibilidade de encontrar mais facilmente estes trabalhadores.

Pensar a fotografia como fonte para a pesquisa histórica impõe uma série de desafios. Diferente do texto escrito, a imagem é um documento visual que pode ser, ao mesmo tempo, revelador de informações e provocador de emoções. Talvez pela ambiguidade inerente à imagem como representação do real e a necessidade de sua interpretação ainda não haja um consenso sobre a utilização de documentos iconográficos para o resgate da história.

Boris Kossoy (1989) em seu livro “Fotografia e História”, chega a considerar que há um certo preconceito no que diz respeito à sua utilização como fonte documental e expõe duas razões principais para isso. A primeira delas refere-se ao aprisionamento que tem perdurado

---

[24] BR RJCOC 02-10-20.

[25] Divididas em: Núcleo arquitetônico da Fiocruz, Personalidades, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Pesquisadores e outros funcionários, Eventos, Expedições, Campanhas sanitárias, Atividades em laboratório, Aspectos do estado do Rio de Janeiro e do Instituto Butantã em São Paulo, Retratos de doentes e Reproduções fotográficas de documentos.

[26] BR RJCOC 02-10-20-25.

ao longo de séculos e que reconhece a transmissão escrita como a única forma válida, ou pelo menos a forma predominante de transmissão do saber científico, calcada em uma herança livresca. A segunda, decorrente desta, está relacionada com a expressão da imagem. Esta tem se configurado como um entrave, tanto para os pesquisadores de arquivos, museus e centros de memória, como para os pesquisadores que utilizam e frequentam estas instituições. A questão, segundo o autor, é a resistência em aceitar, analisar e interpretar uma informação que não pode ser decodificada da mesma forma que a comunicação escrita.

Aline Lacerda (2012), pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz e coordenadora do arquivo da instituição, apresenta uma importante reflexão sobre a fotografia como documento de arquivo que nos ajuda a pensar o documento fotográfico para além de seu valor artístico, costumeiramente mais valorizado nas pesquisas que envolvem este tipo de registro.

Ao refletir sobre o estatuto e valor da fotografia como documento de arquivo institucional, a autora busca problematizar os aspectos distintos entre documentos visuais e textuais entendendo que as imagens trazem consigo materialidades e recursos de expressão bem diferentes dos demais documentos que compõem os registros de arquivo, em sua maioria de natureza verbal.

A primeira questão é que a fotografia em arquivos, por conta de seu caráter serial, pertencente a uma determinada coleção, já pressupõe uma desmistificação do aspecto meramente artístico da imagem e atribui uma ideia de autoridade e de prova ao documento imagético. No entanto, nem sempre as fotografias se encontram em séries estáveis podendo estar distribuídas em diversas séries de tipologias documentais distintas. Neste caso é necessário entender o documento levando em conta os procedimentos tomados em sua gênese para que se possa “restituir à massa documental acumulada durante anos, e já divorciada de suas atribuições originais, contornos mais consistentes sobre sua existência” (LACERDA, 2012, p.290).

A autora compreende o valor documental da imagem fotográfica como socialmente construído. Desta perspectiva, aponta para a necessidade de entender os significados do documento em relação ao arquivo.

Para isso é preciso considerar: a existência ou não de referências verbais que acompanhem a fotografia, seu contexto de criação com data e local da cena retratada, o conteúdo da imagem (assunto), buscar contextualizar os documentos fotográficos em articulação com outros documentos de natureza distinta e conhecer o autor da imagem, o autor institucional e as demais pessoas que colaboraram para a criação da foto (LACERDA, 2012,

p.293). Esse último aspecto, a noção de autoria, constrói um diálogo interessante com a questão metodológica da fotografia como mediação.

Para a autora, o papel do fotógrafo é análogo ao do escritor. Em uma situação de produção iconográfica institucional, o fotógrafo, como funcionário contratado, não tem autoridade para decidir sobre a criação de imagens para determinada função. No entanto, o conhecimento da técnica, das formas de composição e da expressão deste tipo de registro, confere a ele a possibilidade de autoria, assim como os demais funcionários delegados para redigir documentos textuais oficiais, influenciando e decidindo sobre o conteúdo dos documentos e consequentemente sobre a memória institucional.

> A fotografia, no universo de produção rotineira e burocratizada da produção documental institucional, tem sua origem determinada pelas mãos do fotógrafo, mas esse é um momento pontual numa cadeia de produções que contribuem para definir os contornos dos documentos fotográficos. Por essa razão é importante buscar na investigação desse contexto de produção, que inclui a lógica funcional, os parâmetros para se pensar na autoria ou nas pessoas envolvidas na produção do documento" (LACERDA, 2012, p.298 e 299).

Mauad (2004) propõe três premissas para o tratamento crítico das imagens fotográficas: a noção de série ou coleção - não fica limitada a um simples exemplar; o princípio da intertextualidade – envolve o conhecimento de outros textos que precedem a imagem ou que a complementam para a produção da textualidade; e o trabalho transdisciplinar – no diálogo com elementos da cultura material que a produz e o desenvolvimento de novos questionamentos e procedimentos em coordenação com outros saberes.

Este procedimento demanda alguns desdobramentos teórico-metodológicos que envolvem três aspectos principais: a produção da imagem, enquanto um dispositivo que vai mediar a relação entre o olhar e a elaboração através da manipulação da câmera fotográfica; a recepção da imagem, que é a atribuição de valor de quem a produz para quem a recebe e as representações que são formuladas a partir deste olhar; e, por último, a questão do produto que trata da imagem como resultado de um processo de produção de sentido, como relação social que é resultante de uma relação entre sujeitos, estabelecendo um diálogo de sentidos com outras referências culturais e que nos fazem, por exemplo, inventar vivências e imaginar a história.

Partindo desta concepção, a autora considera que a imagem fotográfica requer outro tipo de crítica por parte do pesquisador. Baseada no pensamento de Jacques Le Goff (*apud*

Mauad, 2004), a fotografia é simultaneamente considerada como imagem/documento e imagem/monumento:

> "No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares, nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo" (MAUAD, 2004, p.22).

Mas, para que as fotografias não sejam concebidas apenas como ilustrações que ornamentam a história, é necessário ultrapassar o primeiro olhar sobre a imagem, entendendo que esta é e não é ao mesmo tempo, que mostra e que dissimula. Como assevera Maria Ciavatta (2002, p. 18),

> [...] fazer a decodificação das mensagens subjacentes, o desvelamento de seus elementos e a busca das relações ocultas ou menos aparentes. Significa buscar ir além da fragmentação da realidade e da perda de sentido das partes, dos elementos e dos aspectos, operadas pela imagem. A busca da compreensão pela totalidade implícita, mas oculta na fotografia, supõe o esforço de articular as partes em todo com seus significados. Isto supõe investigar o contexto da produção, da apropriação e do uso da fotografia.

Partindo desta perspectiva, as imagens dos trabalhadores produzidas no IOC nas primeiras décadas do século XX, estão carregadas de um sentido histórico quando percebidas no conjunto de relações sociais de produção da existência, dentro de um determinado contexto. Essas imagens podem refletir as concepções e ideologias relativas aos atuais trabalhadores técnicos e, em nosso caso particular, aos trabalhadores técnicos da saúde.

Em concordância com Ciavatta (2002), a utilização da fotografia como fonte de pesquisa social coloca um desafio que implica em ultrapassar seus limites e seu fascínio de recriação da realidade e, ao mesmo tempo, utilizá-la como documento na reconstrução da realidade.

A fotografia será utilizada como mediação, o que significa interpretá-la "no conjunto das relações presentes no local e no tempo de sua produção." (CIAVATTA, 2004, p.38). Não há na opinião da autora, "'inocência' nesse processo", visto que

> os objetos incluídos, sua forma de aparecer, o que ganha expressão e destaque, os efeitos conotativos da fotografia, as legendas ou informações que a complementam compõem um painel educativo que estrutura determinada memória e participa da escrita de uma 'verdade' histórica"

Uma das questões fundamentais propostas pela autora é a que envolve a fotografia e o conceito de representação, o que implica em discutir a própria noção de conhecimento e sua relação com a realidade. Seria então o conhecimento um reflexo da realidade ou uma representação elaborada pelo sujeito carregada de valores e de subjetividades? Ciavatta aponta que a representação está mais relacionada com a função do que com a forma. É preciso estar atento para a necessidade de articular os discursos com a posição de quem os utiliza. São os discursos que produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, legitimar um projeto, situadas em um campo de disputa de poder.

Neste sentido, será necessário ter como pano de fundo os objetivos de Oswaldo Cruz ao contratar um fotógrafo e o contexto de afirmação e institucionalização de uma ciência e saúde pública no Brasil para toda a comunidade científica internacional. E ainda de obter um reconhecimento da opinião pública brasileira, mobilizada com as transformações por que passava a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, buscando associar ciência e modernidade, em uma época de grandes obras de reurbanização, embelezamento e saneamento da cidade.

1.9 J.Pinto: "Pinto Fotógrafo" do trabalho e da ciência

No caso deste estudo, as fotografias analisadas são imagens produzidas em sua maioria por um mesmo fotógrafo: Joaquim Pinto da Silva, mais conhecido como J.Pinto. Baiano de Alagoinhas nasceu em 24 de abril de 1884. Seu pai era o boticário da cidade. Com 14 anos, brigou com a família e veio para o Rio de Janeiro tentar a vida. Através de um anúncio de emprego em um jornal, se apresentou em Manguinhos para exercer o cargo de fotógrafo em 1903, ainda na época do Instituto Soroterápico.

Não sabemos como ele aprendeu seu ofício, no entanto, o depoimento de seu filho, Wilson Pinto[27], nos conta que foi o próprio Oswaldo Cruz que o ensinou a fazer microfotografias. Seu equipamento de trabalho era fornecido pelo Instituto, mas sua câmera preferida era de seu uso particular, uma Leika 35mm. Era com ela que fazia a maioria de suas fotos.

---

[27] Cf. PINTO, Wilson. 1989, Fita 1, lado A.

Fotografia 2: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1900-1920 [Produção]. Autor desconhecido. "Gabinete de fotografia de Joaquim Pinto: à direita máquina fotográfica, e à esquerda, processador de filme" BR RJ COC 02-10-20-05-004.v.05-014.

A fotografia nº 2 exibe o seu gabinete de trabalho que ficava na torre esquerda do Castelo Mourisco. Ao fundo, J.Pinto maneja um equipamento de micro-fotografia, provavelmente na tentativa de evidenciar a importância de seu ofício para a ciência.

Desde a segunda metade do século XIX, com o avanço tecnológico e a possibilidade de reprodução da imagem, propiciadas pelo advento da máquina fotográfica e do cinema, há uma intensificação da relação entre o olhar e o conhecimento (NOVAES, 2009). Nesta perspectiva, as imagens fotográficas passaram a ser imprescindíveis às atividades científicas, na medida em que se impôs como auxiliar do conhecimento nos processos da microscopia que envolvia a biologia, a botânica, a zoologia entre outras ciências.

J. Pinto atuou por mais de 40 anos, aposentando-se em junho de 1946[28], por problemas cardíacos. Neste tempo de trabalho dedicado exclusivamente a Manguinhos, deixou um legado que reúne cerca de 20 mil itens como negativos em vidro, negativos flexíveis (acetato ou nitrato) e cópias ampliadas.

[28] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 3, folha 390.

Há imagens de pesquisadores, instalações, construções, laboratórios, funcionários, visitantes, além das micro-fotografias que subsidiavam os estudos e pesquisas realizados no Instituto, e o periódico científico "Memórias do Instituto Oswaldo Cruz" [29]. Suas fotos das instalações arquitetônicas, produzidas com riqueza de detalhes e aprimoramento técnico, foram utilizadas para a restauração do Castelo Mourisco.

O fotógrafo tinha uma personalidade alegre e era ousado em seus takes. Para fazer as fotos de um plano panorâmico do sítio arquitetônico de Manguinhos, escalava as altíssimas chaminés dos fornos de incineração de lixo[30], que ficavam situadas nos terrenos do Instituto. Pinto fotógrafo, como era carinhosamente conhecido, gostava de fazer fotomontagens onde misturava os estilos fotográficos, produzindo fotos cômicas, como a de Oswaldo Cruz montado em uma pulga[31].

A dissertação do historiador Eduardo Thiellen (1992) buscou analisar o acervo iconográfico e investigar o papel que as imagens produzidas pelo fotógrafo do IOC, nas três primeiras décadas do século XX, desempenharam. O autor classificou as imagens em três conjuntos fotográficos que dizem respeito à experiência histórica dos sanitaristas no Brasil. Os três conjuntos trazem intencionalidades diferentes e ao mesmo tempo, complementares.

O primeiro conjunto enfatiza as imagens microscópicas e os retratos dos doentes. A técnica fotográfica é incorporada às pesquisas científicas e tem como objetivo o registro de uma memória institucional e a propagação dos êxitos da ciência e da saúde pública.

O segundo conjunto é um registro das expedições pelo interior do país no início do século XX. As fotografias revelam um outro Brasil diferente da imagem de país civilizado e saudável forjado pela proclamação da República. Uma natureza exuberante e uma população doente e abandonada. As fotos revelam que a investigação médico-científica é estendida aos aspectos sociais.

O terceiro conjunto procura mostrar a intervenção da saúde pública sobre as mazelas da população em todo o território do país e a tentativa de evitar que a capital, embelezada pelas obras de saneamento e urbanização não se contaminasse com a feiura da doença. A

---

[29] A revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz foi criada por Oswaldo Cruz em 1909 e publica artigos científicos na área das ciências biomédicas. É um dos mais antigos periódicos científicos da América Latina.

[30] Os fornos para incineração de lixo foram construídos nos terrenos da Fazenda de Manguinhos ainda no século XIX, durante o governo de Floriano Peixoto, mas nunca chegaram entrar em funcionamento. Deste empreendimento, restou uma alta chaminé, que foi demolida durante a década de 1930 (BENCHIMOL, 1990).

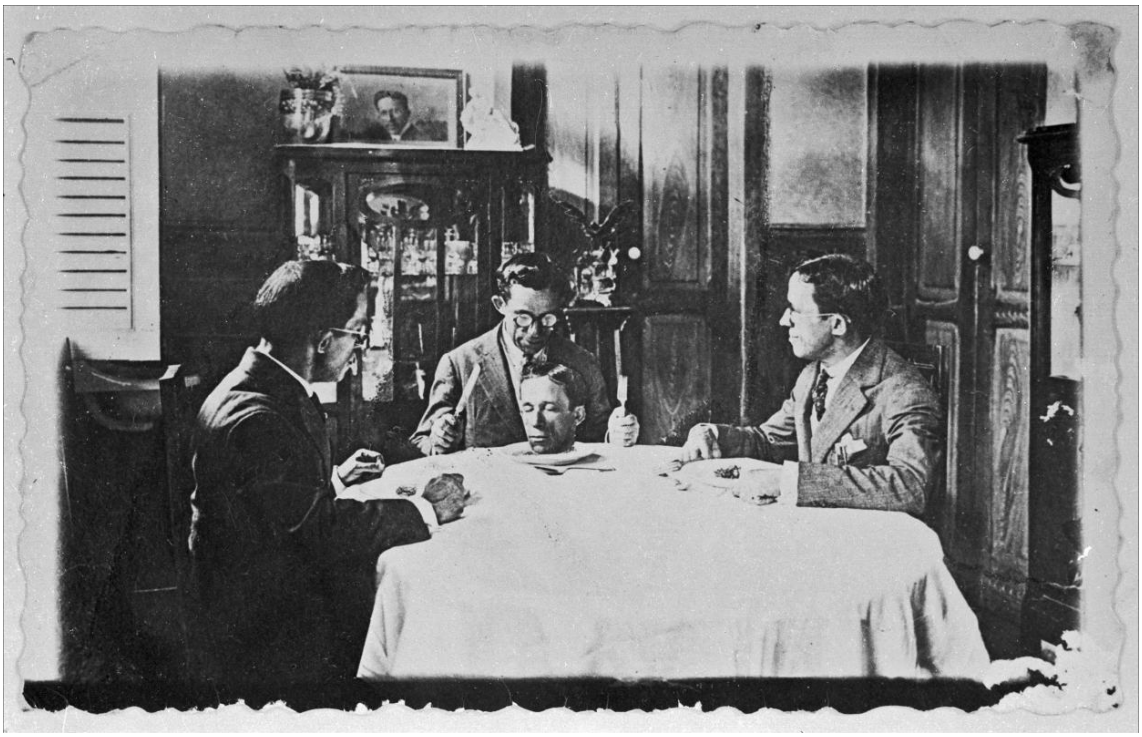
[31] AOR, Hamlet, 1986. Fita 5, lado B. Não tivemos acesso a esta fotografia. Provavelmente deve estar situada em uma parte do acervo institucional que não foi explorado para este estudo. O depoimento de Wilson Pinto, filho do fotógrafo, revela que a família destruiu boa parte do acervo particular de J. Pinto, após a sua morte em 1951.

fotografia cumpre aqui um duplo papel: de divulgação das práticas médicas e de educar as populações interioranas, consideradas atrasadas em seus hábitos de vida e de higiene.

Thiellen (1992) afirma que os sanitaristas reconheciam a impossibilidade de tratar o interior do país sem a superação das condições de vida e de trabalho das populações, mas o que prevalece nas imagens propagadas é triunfo do Instituto Oswaldo Cruz na busca de institucionalizar não só o seu saber médico-científico como também a construção de um imaginário nacional sobre a instituição. O autor procura demonstrar em sua análise que as imagens da saúde no Brasil afirmam:

> a vitória da concepção da fotografia como um documento que produz fielmente a realidade. Visão que mascara o seu sentido político, para o qual a fotografia foi um instrumento valioso, mais do que uma técnica incorporada para reproduzir imagens das investigações médicas (op. cit, p.166).

O contraponto desta visão é revelada pelo próprio fotógrafo que além das fotos institucionais produzia fotomontagens. Em uma delas, destacadas pelo pesquisador, J. Pinto aparece em uma mesa de refeições tendo como prato principal sua própria cabeça e sendo observado por ele mesmo[32].



Fotografia 3: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1928. Autor: J. Pinto. “Os cinco J. Pintos”.

[32] A fotomontagem foi um postal com votos de Feliz Ano Novo, que o fotógrafo elaborou e enviou para seus amigos próximos (SANTOS, 2018) in http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=j-pinto.ultimo. Acesso em 27 de junho de 2018.

A referência à antropofagia, segundo o autor, aponta para “o registro, no meio de uma quase totalidade de imagens científicas, da autodevoração nessas fotografias da saúde do Brasil” (ibid, p.168).

A alusão à antropofagia de J. Pinto segundo a interpretação de Thiellen (ibid, p.175) parece

> querer lembrar que a fotografia tem um duplo caráter que é inerente à sua existência. Para realizar as imagens científicas, sabia das variáveis que se encontram por trás do ato de fotografar, e para produzir seu sonho antropofágico teve que recorrer à materialidade de sua própria imagem frente à objetiva.

O que o autor procura mostrar é que, por trás das imagens científicas e institucionais da saúde no Brasil, há um sentido político de consolidação do mito que deu origem à moderna saúde pública brasileira.

John Berger (2017), ao discutir o significado do objeto fotográfico, nos convida a refletir sobre a atuação do fotógrafo e seu poder de decisão sobre aquilo que ele considera importante deixar registrado. Para o autor, o verdadeiro conteúdo de uma fotografia é invisível, pois deriva de um jogo com o tempo, com a escolha de registro de um momento x ou y. Assim, ao registrar o que foi visto, sempre e por sua própria natureza se refere ao que não é visto. A fotografia isola, preserva e apresenta um momento tirado de um continuum (ibid, p.39). Nesta perspectiva, o instante escolhido pelo fotógrafo, pode conter o que está ausente e o que está presente.

É nesse jogo entre ausência e presença que se insere a fotografia como mediação. É o próprio movimento dialético do processo de pesquisa, um processo que é historicamente produzido e que exige do pesquisador mais do que uma simples interpretação da fotografia, mas principalmente resgatar o invisível que se manifesta no mesmo objeto e incluem outras visões, linguagens e discursos sobre a história do trabalho e da educação.

CAPÍTULO II
AS MUITAS HISTÓRIAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A instituição da República Brasileira foi marcada por um período de profundas mudanças na estrutura demográfica, econômica e social, em um momento de transição do país para a ordem capitalista. Foi o apogeu de um longo processo anterior sublinhado por várias tensões e complexidades que incluíram, como assinala Edgard Carone (1974), tendências federalistas, movimentos republicanos, crises religiosas, questões militares, problemas escravagistas, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do Império.

Dentre as tensões mencionadas, as revoltas e fugas de escravizados, a pressão do movimento abolicionista e o interesse aliado à necessidade econômica de atrair mão de obra estrangeira integravam a crise estrutural do regime imperialista, implicando na exigência de uma nova organização do trabalho e da distribuição dos recursos econômicos, sociais e políticos.

O desejo de alcançar o progresso e a modernidade europeia contrastavam com a situação real de pobreza que grassava tanto as cidades quanto o interior do país. O que estava em jogo era o ideário de construção de uma nova nação e de um povo, de preferência, sem os traços característicos do período Imperial identificados com o atraso e a degeneração.

As ideologias do trabalho e da educação precisaram ser reconstruídas e difundidas de forma que toda sociedade absorvesse os novos valores de moralidade e civilidade, moldando um tipo de cidadão empenhado e disposto a se enquadrar neste projeto, que beneficiava as elites e favorecia a formação de uma classe burguesa capitalista. Para isso, bastava que todos tomassem seus lugares diante das novas formas de exploração do trabalho livre.

O campo da educação assumiu, nesta perspectiva, um papel de extrema relevância: o de servir aos propósitos do progresso em andamento. Para isso, era considerada como atribuição da educação a missão de organizar a sociedade através da escolarização. A escola assumia a "[...] tarefa de educar os filhos da 'boa sociedade' e de todos os outros segmentos que constituem o 'povo brasileiro': crianças pobres, negros, imigrantes, índios e mestiços" (TORRES, 2012, p.19).

Uma das principais reivindicações e disputas deste campo à época era a ampliação do número de escolas primárias e a obrigatoriedade do ensino. A necessidade de ampliação da instrução fomentava o debate sobre o papel do Estado na oferta da escolarização. Para o

alcance do progresso, fazia-se necessário garantir o acesso ao conhecimento e o aperfeiçoamento intelectual e moral da população. Estas eram medidas para prevenir a ociosidade e a criminalidade e ao mesmo tempo, impulsionar setores emergentes da economia tais como o comércio, a indústria e etc.

Neste contexto era inerente a transformação do espaço público, em processo nas principais cidades do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém (FAUSTO, 2015). No Rio de Janeiro, sede da capital da República, o Presidente Rodrigues Alves empenhou-se na reestruturação do espaço físico e no embelezamento da paisagem urbana, considerados aspectos prioritários para o estabelecimento de uma nova dinâmica social.

O saneamento completava o rol de prioridades. Era urgente debelar as enfermidades que a cada ano causavam a mortalidade de um grande contingente da população e afastavam os imigrantes, sujeitos chave no processo de regeneração do país.

As questões de saúde pública ocuparam boa parte da agenda e das disputas políticas do período, inaugurando e consolidando a intervenção do Estado neste campo e denunciando a existência de dois universos muito diferentes entre o meio urbano e o rural. Este último ainda a ser desbravado, esquadrinhado e saneado.

Os personagens sobre os quais este estudo irá tratar viveram e participaram ativamente deste tempo, especialmente das realizações do campo da saúde.

Com o intuito de buscar compreender as experiências daqueles trabalhadores, organizamos este capítulo buscando enfatizar um tempo-espaço dos acontecimentos que marcaram a Primeira República e que compõe um tempo histórico e social onde a questão do trabalho, da educação, da habitação e da saúde são aspectos que se relacionam e que integram a conjuntura de vida e de trabalho dos auxiliares de laboratório do Instituto Oswaldo Cruz.

Na primeira parte do capítulo serão abordados os aspectos mais gerais do período como o regime político, o papel das oligarquias, a reconfiguração do Estado, a economia e a infraestrutura. Em seguida buscaremos apresentar as principais características e mudanças da educação, buscando conhecer algumas ideias centrais para a época através da obra de um dos principais intelectuais deste campo no início da República: José Veríssimo.

O destaque para Veríssimo, mais do que para outros intelectuais que influenciaram o pensamento social da educação na Primeira República, se dá porque muitos de nossos personagens são sujeitos históricos que nasceram e viveram suas infâncias no período de transição entre os séculos XIX e XX ou ainda na primeira década do século XX. Neste caso,

consideramos que "A Educação Nacional" publicada na capital da República em 1906, influenciou as bases teóricas, ideológicas e políticas do pensamento educacional no país.

Depois, aportaremos no Distrito Federal, em meio ao seu processo de urbanização, para buscar entender as relações do Estado com a saúde, o trabalho e os trabalhadores e a habitação. Por último iremos abordar a intervenção do Estado no saneamento do interior, o sanitarismo rural e a revelação de um outro Brasil.

2.1 O Brasil Republicano

Quando Oswaldo Cruz escreveu o termo de abertura do livro de assentamentos funcionais, no dia 20 de março de 1908[33], a recém República tinha somente vinte e um anos, mas muita coisa já havia mudado desde então.

O Brasil tinha uma nova constituição promulgada em 1891, inspirada no padrão norte americano, instituindo a Republica federativa liberal (Fausto, 2015). A Constituição instaurou os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, que eram independentes e deveriam funcionar de forma harmônica: o poder Executivo a cargo do Presidente da República eleito para um mandato de quatro anos, o Legislativo não alterou sua configuração dos tempos imperiais mantendo-se dividido entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, com a existência do mandato vitalício dos senadores e o poder Judiciário organizou-se a partir de duas esferas de competências: Federal e Estadual.

No tocante à participação política, a Constituição instituiu o voto direto e universal e passaram a ser considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos. No entanto, foram excluídos os analfabetos, os mendigos e os praças militares. O voto feminino não foi sequer mencionado no texto constitucional, o que tornou implícita a exclusão do voto das mulheres (FAUSTO, 2015).

A separação entre Estado e Igreja, inspirado no pensamento positivista, foi uma tentativa de fazer com que o catolicismo deixasse de ser considerada religião oficial, pelo menos na legislação. A questão religiosa poderia significar um entrave para o estímulo à imigração, pois nem todos os europeus e outras nacionalidades que adentravam no país eram adeptos do catolicismo, especialmente os alemães. Desta forma, o casamento, nascimento, morte e o registro civil passaram a ser atribuições do Estado.

---

[33] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz – BRRJCOC02, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registro.

Uma importante característica do regime político da Primeira Republica foi a grande autonomia atribuída aos estados e municípios, o federalismo. Conforme o texto constitucional cabia aos estados a propriedade das minas e terras devolutas de seus territórios, sendo permitido que realizassem ajustes e convenções entre si. Foi permitido ainda legislar sobre qualquer questão que não ferisse os princípios constitucionais da União. Desta forma os estados poderiam cobrar impostos, contrair empréstimos, organizar sua própria força militar, sistema eleitoral e judiciário (FLORES, 2003).

Nesta perspectiva o federalismo concorreu para manter o poder das oligarquias já estabelecidas desde a monarquia. No plano político os reflexos se manifestam também através da formação de partidos republicanos estaduais que tinham prestígio e influência para decidir sobre os destinos da política nacional através de acordos para a indicação de candidatos à presidência da República (FAUSTO, 2015).

No contexto municipal, os coronéis dominavam a cena. Oriundos da Guarda Nacional, instituição paramilitar de elite fundada durante a Regência, os coronéis eram grandes proprietários de terras que assumiram a liderança da política local e, consequentemente a máquina eleitoral. O voto era moeda de troca de favores.

As fraudes eleitorais foram características do período. O voto não era secreto, o que permitia um controle direto do eleitorado pelo “chefe” político local muitas vezes através da coação violenta. Além disso, havia uma série de adulterações como falsificações de atas e contabilização de votos de pessoas já falecidas.

A explicitação das fraudes acabou afastando do processo eleitoral muitos eleitores potenciais. Geralmente os que participavam do processo eram aqueles que aceitavam usufruir de benefícios das relações clientelistas com as lideranças políticas locais (BATALHA, 2003).

José Murilo de Carvalho (1997) argumenta que os coronéis representaram um controle que ia muito além da questão eleitoral. O fato de estes arbitrarem sobre a distribuição de cargos públicos implicava que a ação de um juiz, delegado de policia ou coletor de impostos estariam vinculados aos interesses dos donos da terra e dos grandes comerciantes.

No entanto os coronéis não reinavam de forma absoluta. Outros grupos que expressavam interesses urbanos também tinham influência na condução política. Além disso, para que pudessem proporcionar melhorias em suas regiões, como construção de estradas e escolas, os coronéis dependiam de negociações com o poder estadual (FAUSTO, 2015).

De uma maneira geral, havia uma relação de dependência mútua entre os coronéis e os chefes políticos dos estados, mas isso variava de acordo com as realidades sociopolíticas de

cada região do país. Na Bahia, por exemplo, a força política deste grupo era bem maior do que nos estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Autores como Carvalho (1987), Batalha (2003), Schwarcz e Starling (2015) avaliam que o regime republicano gerou uma frustração geral em relação à promessa de democracia e de conquista de direitos políticos e sociais. O período foi marcado também por muitas revoltas oriundas de vários movimentos da sociedade: rebelião de militares, levantes no interior do país, revoltas populares e greves operárias.

A situação dos trabalhadores subalternos era de penúria. As péssimas condições de trabalho dos operários fabris, por exemplo, com jornadas de mais de 12 horas diárias, trabalho infantil, baixos salários, escassez e alta de preços de alimentos e condições precárias de moradia, fizeram com que o ano de 1917 fosse marcado por uma greve geral generalizada que atingiu todas as categorias, acompanhadas por manifestações, saques, motins e embates de rua em seu momento mais crítico (BIONDI, 2016).

A forma como as classes dominantes e a elite do governo brasileiro relacionavam-se com as classes subalternas, era através da repressão. Manifestações discordantes da ordem política vigente poderiam ser punidas com prisões arbitrárias, deportações de estrangeiros, exílio de brasileiros para o Acre. Essas medidas foram bastante intensas durante as greves operárias, acentuando-se após 1920.

Em relação à economia, até 1930 o Brasil foi um país predominantemente agrícola. O café era o principal produto de exportação, seguido pela borracha e o açúcar até 1918 (FAUSTO, 2015, p.250). Além do café, havia uma diversificação de culturas que se relacionaram diretamente com a presença da imigração estrangeira. Produtos como o arroz, feijão, milho e algodão expandiram-se. O arroz, produzido principalmente no Rio Grande do Sul, foi responsável pelo abastecimento de outros estados aumentando a produção de forma suficiente para a exportação do produto. O cultivo do algodão, por volta de 1919, alcançou no estado de São Paulo, um nível de produção capaz de garantir o fornecimento de matéria prima para a indústria têxtil em ascensão.

O transporte dos produtos conduzidos por animais de carga tornou-se inviável para atender às necessidades da economia. Safras de café perderam-se algumas vezes durante o armazenamento por não haver a agilidade exigida ao escoamento das safras (NETO, 2003).

A necessidade de aumentar a capacidade de distribuição dos produtos agrícolas estimulou a construção de estradas de ferro que buscavam interligar as regiões produtoras às cidades portuárias principais como o Rio de Janeiro e São Paulo: “as ferrovias constituíram-se

em grandes empreendimentos econômicos pois absorviam maciçamente ferro e aço, carvão, maquinaria pesada, mão de obra e investimentos de capital" (NETO, 2003, p.207).

O sistema de transportes foi um dos principais investimentos do período, através da implantação de uma malha ferroviária e da melhoria dos portos marítimos.

> "Embora persista de certo modo, na memória nacional, a associação entre a República e o desenvolvimento da indústria nacional, é necessário destacar que a expansão cafeeira não propiciou apenas a melhoria dos portos e a implantação de ferrovias. De modo geral, ela estimulou e foi estimulada pelos melhoramentos urbanos e pelo desenvolvimento de determinados tipos de indústrias ainda no período imperial" (NETO, 2003, p.209).

Mas foi somente após a década de 1930 que ocorreram iniciativas mais decisivas na área dos transportes visando à expansão territorial.

Durante todo o período da Primeira República a dependência do café como principal produto de exportação, deixou a economia sujeita às vulnerabilidades do mercado externo. Desta forma, com a queda dos preços do produto a partir do final da década de 1920, o equilíbrio político também se abalara (GOMES, 2002).

A década de 1920 foi marcada por muitos acontecimentos que acabaram por evidenciar uma crise no regime oligárquico, manifesta pelas demandas de maior participação política das camadas urbanas. A criação do Partido Comunista em 1922, a Semana de Arte Moderna, e o início do movimento tenentista mudaram significativamente a perspectiva política e cultural do país.

A quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, faliu centenas de fábricas nas principais cidades do país e afetou também as exportações agrícolas, deixando mais de um milhão de trabalhadores desempregados. "O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbano-industriais, as pretensões dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar", todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de um novo pacto político que conduziu Getúlio Vargas ao poder, em 1930 (ibid. 2002, p.462).

2.2 A Educação moralizadora: de casa para a escola

José Veríssimo Dias de Mattos nasceu em Óbidos, no estado do Pará, em 1857. Jornalista, escritor e crítico literário, desde muito jovem despertou seu interesse sobre a questão da educação.

Republicano convicto e anti-escravagista, José Veríssimo foi diretor de Instrução Pública do Pará em 1890 e entre os anos de 1892 a 1898 foi diretor do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, na época denominado Ginásio Nacional.

O contexto histórico onde viveu e atuou Veríssimo - o fim do século XIX e início do século XX no Brasil - já destacado anteriormente, foi um período de grande efervescência no campo das ideias, da política e de importantes transformações econômicas e sociais. A introdução de tecnologias como o transporte ferroviário, a iluminação pública e o serviço telefônico, produziram mudanças importantes que impactaram a instauração do capitalismo industrial no Brasil.

O campo da educação assumia, nesta perspectiva, um papel de extrema relevância: o de servir aos propósitos do progresso em andamento. Para isso, era considerada como atribuição da educação a missão de organizar a sociedade através da escolarização. Uma das principais reivindicações e disputas deste campo era a ampliação do número de escolas primárias e a obrigatoriedade do ensino. No entanto, é necessário considerar as contradições e diferenças acentuadas pelo regime federalista no âmbito nacional e regional. Para a população das áreas rurais o acesso à escolarização era bem mais limitado do que para os moradores das áreas urbanas.

Uma prática comum à época era a escolarização doméstica. No início do século XX, esta forma era majoritária atendendo a um grande número de pessoas (GOMES, 2002). Este tipo de escolarização variava conforme o poder aquisitivo das famílias. As mais abastadas geralmente contratavam um preceptor ou preceptora, pois era bastante usual que se tratassem de mulheres de nacionalidade estrangeira; geralmente alemãs, francesas ou inglesas; que dedicavam-se à instrução de meninos e meninas filhos de proprietários de terras ou de uma burguesia urbana em ascensão.

Os conhecimentos ensinados pelos preceptores tinham como centralidade o ensino de línguas estrangeiras, música e desenho. Noções de cálculo, história, geografia e língua portuguesa. Havia uma divisão de gênero bem demarcada pelos papéis sociais que eram esperados dos meninos e das meninas. Estas eram educadas para o casamento e para uma vida doméstica onde era uma virtude o domínio de trabalhos manuais. Já os meninos, após as noções elementares dos conhecimentos citados, seguiam para algum colégio em regime de internato.

Ainda dentro da modalidade doméstica, havia aquelas situações onde professores ofereciam estes conhecimentos de forma particular em suas casas ou nas casas de uma

determinada família, mas para várias crianças de famílias diferentes, sendo remunerados diretamente pelos pais. Os trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz, quando podiam ter acesso a algum tipo de escolarização, era através deste último modelo, especialmente os filhos dos trabalhadores imigrantes mais qualificados.

Gomes (ibid) assevera que conviviam ao lado desta modalidade outras escolas que eram mantidas pelo poder público, mas que aconteciam em espaços improvisados como a residência do professor. Neste caso o Estado contribuía com o aluguel da casa e com o salário do docente.

A necessidade de ampliação da instrução fomentava o debate sobre o papel do Estado na oferta da escolarização. Havia os que defendiam a educação pública e os que estimulavam a iniciativa privada. Na visão de José Veríssimo, o ensino particular poderia ser oferecido, desde que fosse de boa qualidade. Para isso defendia que o Estado deveria ter um papel de fiscalizador, estabelecendo critérios para a implantação das escolas privadas supervisionando sua execução.

Rosane Torres (2012) defende que uma das principais preocupações por parte dos intelectuais e políticos era a de garantir um trabalho harmônico entre a instrução e a educação. Além de proporcionar o acesso às primeiras letras, era preciso incutir valores e princípios compatíveis com os anseios do progresso da nação: "[...] a instrução recebida, confundida com educação, proporcionaria aos alunos adquirir as luzes da razão, e ao país, a oportunidade de acompanhar o movimento realizado pelas nações mais 'modernas.'" (TORRES, 2012, p.36).

No entanto, o modelo de educação predominante manteve o caráter reformista do pensamento social vigente, reafirmando a exclusão e a hierarquização através do estabelecimento de programas específicos para determinados públicos também específicos.

> "O mesmo discurso que defendia a inserção das 'crianças pobres' no mundo letrado reservava, na maior parte das vezes, para os componentes desse mundo social, os saberes mais elementares em termos de ensino. Para elas não estavam destinados, por exemplo, os cursos superiores e as academias. Essas instituições continuavam a ser 'local de formação' das elites cariocas e dos filhos das famílias bem aquinhoadas, Quanto à população mais pobre, essa deveria ser alfabetizada e, posteriormente encaminhada para o 'mundo do trabalho', o que seria possível graças ao aprendizado de conteúdos específicos, ligados às oficinas, à indústria, ao comércio e à manufatura" (TORRES, 2012, p.37).

A obra "A Educação Nacional" foi publicada pela primeira vez em 1890, no Pará, e a segunda edição, em 1906, pela Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro. A preocupação

maior de seu trabalho era a de contribuir para um projeto de educação que alicerçasse um projeto de nação. Para Claudia Alves (2011, p.34),

> O livro traz um ensaio que sintetiza uma reflexão sobre as possibilidades da nação brasileira se erguer e se impor no panorama das nações. Não se tratava de uma defesa de domínio de outros povos, mas da busca de uma identidade que pudesse dar coesão ao povo brasileiro. Indivíduo e nação, nessa reflexão são pontas interligadas. Para o autor, o que dá consistência à nação é a sua dimensão humana, o seu povo. Por outro lado, o indivíduo também se fortalece e se orienta por sua identidade nacional.

De acordo com Maria Auxiliadora Cavazotti (2003), Veríssimo identificava-se com dois princípios essenciais do evolucionismo social: o que entende o desenvolvimento social como uma capacidade de adaptar-se ao ambiente, correspondendo a hábitos e comportamentos que seriam mais apropriados à luta pela sobrevivência. E em segundo lugar, que a evolução é o movimento da sociedade que representa a sua melhoria. Neste sentido, a construção de um projeto de nação, implica na construção de uma identidade nacional, onde seus membros ligados por laços naturais de língua, religião e tradições, carecem de uma coesão que pode ser dada através da educação.

Apoiado no pensamento de Spencer, que considerava a biologia e a psicologia como ciências que informavam a sociologia e a pedagogia, Veríssimo seguia a tendência liberal republicana que considerava o homem enquanto indivíduo singular que predomina diante da sociedade. Daí a crença de educar o indivíduo, dar a ele a formação em bases científicas, articulada a uma ideia moral de existência perfeita, em outras palavras, prepara-lo para a família, a pátria e a humanidade.

Nesta perspectiva, “A Educação Nacional” faz uma crítica ao incipiente sistema de educação pública da época. Severo nas críticas à Reforma de Benjamim Constant[34] Veríssimo aponta a artificialidade nas medidas de organização e expansão das escolas, bem como a liberalidade da expansão do ensino privado, acusando o governo de omissão e descaso pela educação no país, travestido sob a égide do regime liberal.

O ensino cívico e moral era considerado o alicerce de toda educação. As ideias de Spencer, sempre presentes no pensamento de Veríssimo, servem de fundamento para embasar a defesa da instrução que privilegiasse o conhecimento da Pátria. Para isso, o ensino da história e da geografia seriam disciplinas centrais no programa de ensino. Desta forma, seria possível compreender conceitos vitais da realidade brasileira e capacitar os alunos, na

---

[34] Reforma educacional de 1890 proposta por Benjamin Constant, primeiro ministro da Instrução Pública após a proclamação da República.

condição de cidadãos, a intervir nesta realidade e desenvolver os sentimentos de amor à pátria, consciência nacional e senso de deveres cívicos (CAVAZOTTI, 2003).

Está presente em sua obra uma preocupação com os materiais didáticos, especialmente os livros, que deveriam ser escritos por autores brasileiros e com conteúdos que levem ao conhecimento da pátria, tais como os aspectos da geografia, da história, das instituições democráticas, das leis, da ética, da economia e da política.

A crença em bases teóricas que desqualificavam a população brasileira nata, atribuindo valores como a fraqueza de caráter relacionado-a a miscigenação de etnias, Veríssimo atribui a falta de energia moral ao fato do povo brasileiro ser produto de três raças: duas selvagens e uma em declínio, referindo-se ao índio, ao negro e aos portugueses. Para ele o estado selvagem e primitivo dos negros e índios e a tibieza dos portugueses aliadas à exuberante fauna e flora brasileiras, contribuíam para a apatia e o conformismo do povo brasileiro que se acomodava diante da riqueza de alimentos proporcionada pelas riquezas naturais do país, sem se esforçarem para torná-las produtivas:

> "Molle pelo clima, molle pela raça, molle por esta precocidade das funcções genésicas, molle pela falta de todo trabalho, de qualquer actividade, o sangue pobre, o caracter nullo ou irritadiço e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra – eis como de regra começa o jovem brazileiro a vida" (MATTOS, 1906, p.36).

"A Educação Nacional" apresenta ainda um capítulo sobre a educação do caráter, que deve se dar dentro do ambiente familiar, daí sua preocupação também com a educação da mulher para fazer dela um "[...] fator consciente da nossa evolução e da educação eficaz da nossa sociedade" (MATTOS, 1906, p.152). A partir deste ponto de vista, a educação assume um papel de regeneração social. Esta função não é atribuição somente da escola, mas de todas as instâncias da sociedade e, especialmente, da família. Para Veríssimo, os vícios da escravização deixaram marcas importantes na constituição da personalidade do povo brasileiro, inclusive em relação ao papel secundarizado da mulher na educação dos filhos, antes de responsabilidade das escravas domésticas. A mulher brasileira carecia, também ela, de um maior cuidado na sua formação intelectual e moral, no sentido de torná-la apta para exercer uma educação positiva ao caráter das crianças. No entanto, a mulher não precisaria adquirir nenhum conhecimento aprofundado, bastando para ela uma instrução mediana.

A Educação Física é outro elemento importante para a formação do caráter, pois ressalta a importância da força e disposição físicas para a constituição de cidadãos úteis e produtivos. Além da robustez, a educação física engloba as questões de higiene como

vestuário, alimentação, arejamento da casa, disciplina em relação ao tempo: refeições, sono, brincadeiras, exercícios e primeiros estudos. Mais uma vez conclama a família a assumir com mais rigor a educação física dos filhos desde a mais tenra idade e condena até mesmo as amas de leite escravas ou ex-escravas, por fornecerem um “leite eivado de vícios” (CAVAZOTTI, 2003, p.137).

O oitavo capítulo é dedicado aos Estados Unidos como um modelo que deve servir de exemplo para o Brasil e seu povo, aludindo e valorizando o ideário liberal norte-americano. Para Veríssimo, havia muito o que aprender com os americanos, mas sem copiá-los. Os americanos, de acordo com Veríssimo, alcançaram êxito na tarefa de organizar um sistema de educação que primava pela educação moral de seu povo, incutindo o orgulho pela pátria e a prosperidade do progresso material da sociedade.

A obra de José Veríssimo nos faz perceber, como a educação na história brasileira foi instrumentalizada a serviço da ideologia, do conjunto de valores e significados a que se refere o progresso. Esses valores incluíam, a regeneração pelo trabalho assalariado através do enquadramento da população a estereótipos dos bons e maus cidadãos.

Os bons, evidentemente, seriam aqueles que estivessem submetidos às regras impostas por um sistema de exploração da força de trabalho, próprio de um capitalismo em ascensão. Qualquer um que não obedecesse a estas regras era considerado um perigo ao bem comum da sociedade, especialmente se fosse negro.

Desde os tempos do Império, iniciativas como a adoção do trabalho compulsório já explicitavam a preocupação em garantir disponibilidade de mão de obra para o artesanato e a manufatura. Quando havia um empreendimento de grande porte, como o arsenal da Marinha, por exemplo, aqueles que se recusassem eram punidos com o encarceramento. No entanto a coação não era aplicada com qualquer homem livre, mas especialmente com aqueles miseráveis que não podiam oferecer resistência. O mesmo procedimento era empregado com os órfãos e desvalidos da sorte, encaminhados pelo poder judiciário ou pelas instituições filantrópicas para a internação nas escolas de aprendizes artífices.

Durante todo o período da República podemos visualizar a herança escravista na relação trabalho e educação. Ela se enraíza nas condições de vida, educação e trabalho na sociedade brasileira através do estabelecimento de uma divisão de classes elitista e moralmente conservadora de suas benesses.

Para Romanelli (1978), a Constituição de 1891 atribuiu novos valores à educação escolarizada, mas ao mesmo tempo, de forma contraditória, consagrou a dualidade do sistema

de ensino ao estabelecer sua descentralização através do pacto federativo, determinando diferentes atribuições e responsabilidades entre União, estados e municípios. À União caberia o ensino superior e aos estados e municípios o ensino primário e secundário. Para a autora, esta organização representava uma forma de "[...] oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional)" (ROMANELLI, 1978, p.42).

Essa dualidade materializou-se durante o governo de Nilo Peçanha, que em 1909 criou as escolas de aprendizes artífices, cuja finalidade era oferecer para crianças e adolescentes uma formação profissional, privilegiando o aprendizado em oficinas de trabalho manual ou mecânico, de acordo com as necessidades de cada estado (CUNHA, 2005).

O trecho do decreto que explicita a finalidade da criação destas escolas deixa bem claro a função moralizante e correcional da educação para os pobres:

> Considerando o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é dos primeiros deveres do governo da república formar cidadãos úteis à nação (Decreto n. 7.566/1909 *apud* CUNHA, 2005, p.66).

Dentre outras questões que compuseram o contexto histórico onde se estabeleceu o ensino de ofícios após a proclamação da República, o autor destaca a influência da doutrina positivista, muito presente entre os militares, no desenvolvimento da educação escolar no Brasil. Na Constituição de 1891 essa influência manifestou-se através do ensino não religioso para as escolas públicas, no combate aos privilégios da aristocracia e na defesa da meritocracia para ocupação de cargos públicos através de concursos.

Cunha cita o industrialismo e a maçonaria como versões da ideologia burguesa que orientaram o pensamento e a ação de Nilo Peçanha na criação das escolas de aprendizes artífices que foram a iniciativa mais significativa para o ensino profissional no período da primeira república. Nilo Peçanha era maçom, mas não ficou imune à orientação de ambas vertentes para pensar a instrução popular.

As lutas e organização dos trabalhadores pelo ensino profissional foram também decisivas para criação destas escolas. Desde o século XIX, as associações mutualistas e sociedades de resistência conviveram neste período com uma heterogeneidade de formas de

organização como cooperativas, associações culturais, recreativas, políticas e educacionais (BATALHA, 2000).

A justificativa de criação das escolas de aprendizes artífices era a preocupação com a ociosidade e a tendência ao vício. O ensino industrial viria para corrigir esta característica e afastar a massa de trabalhadores das greves e do pensamento subversivo, tornando o trabalho assalariado mais qualificado e em condições de proporcionar o desenvolvimento da indústria como um caminho para a modernidade e o progresso que aproximariam o país das nações mais civilizadas.

As instituições e o pensamento sobre o ensino profissional expandiram-se e complexificaram-se em uma tendência à constituição de um corpo de profissionais especializados e a elaboração de um discurso institucional sobre essa modalidade de ensino (CUNHA, 2005, p.20).

No que dizia respeito à escola primária, o excesso de autonomia dos estados acabou por aprofundar, em alguns casos, a distância já existente entre os sistemas escolares regionais. A Constituição estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. No entanto, o grau de autonomia das federações não assegurava sua implementação na prática, pois cada estado adotava uma forma de legislação específica.

Em relação ao caráter obrigatório, havia posições divergentes entre os que entendiam que esta era uma importante medida para a formação de cidadãos, como aqueles que consideravam uma ameaça às liberdades das famílias. Gomes (2002) nos lembra que este debate durou por quase todo o período da Primeira República e a gratuidade só foi sancionada pela Constituição de 1934.

Era necessário, para que o projeto educacional republicano fosse bem sucedido, que as famílias incorporassem a ideia de enviar seus filhos à escola, consagrando a instituição escolar como o local privilegiado para a oferta educacional, atribuindo ao Estado um maior poder de intervenção sobre as liberdades individuais.

Nesta perspectiva, a arquitetura das escolas e a organização em grupos escolares eram a tradução do que se pretendia com a educação republicana. Os prédios suntuosos edificados nos principais centros urbanos do país simbolizavam a reunião de requisitos que reuniam conhecimentos, sentimentos e valores de uma nova moral e de amor à Patria. Os grupos escolares que tinham como características a seriação, a divisão e hierarquização da atuação profissional, a racionalização do tempo escolar e o controle mais efetivo das atividades na

escola (SCHUELER e MAGALDI, 2009, p.43) expressavam a “nova pedagogia republicana” (GOMES, 2002, p.396).

Educar o corpo e o espírito do alunado, tal como concebido por José Veríssimo, imprimiu um aumento da diversificação de matérias e atividades escolares que cuidavam da educação física, intelectual e moral das crianças: “combinar o ensino da língua nacional, da aritmética, geometria, ciências físicas e naturais, da história geografia, da educação física, do desenho; dos trabalhos manuais, da música, do canto e da dança e da educação cívica e moral” (ibid, p.400).

Os preceitos higienistas também se faziam presentes na escola através de uma disciplina rígida que supervisionava os cuidados com o corpo, o gestual, a postura e adotava castigos físicos e psicológicos para aqueles que não conseguissem se manter dentro dos padrões exigidos. O professor era uma figura central neste processo e deveria ser um exemplo de virtude e moralidade.

As festas e exposições realizadas dentro do espaço escolar, assim como a participação da escola em comemorações cívicas, como o dia 07 de setembro completavam o rol de atividades que contribuíam para afirmar que a escola era o caminho mais efetivo para a formação de um projeto de nação para o país.

No entanto, embora houvesse uma forte preocupação com a ampliação da escolarização, este ainda era um ideal muito distante nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Gomes *et al* (2002), os dados do censo realizado em 1908 demonstravam que a cada 1.000 crianças, somente 134 estavam matriculadas na escola, e destas, apenas 96 compareciam às aulas.

Estas taxas motivaram algumas iniciativas que buscaram uma efetiva ampliação da oferta de escolarização, como por exemplo, na década de 1910, período de um nacionalismo crescente, a criação de Ligas de Combate ao analfabetismo em vários estados do país (SCHUELER e MAGALDI, 2009), mas não houve resultados efetivos.

Mais tarde, na década de 1920, um movimento que ficou amplamente conhecido como Escola Nova, ganhou força a partir de estudos e experiências educacionais realizados em vários estados do país. Este movimento surgido no bojo da crítica à implantação da reforma educacional de São Paulo, a Reforma Sampaio Dória, tinha como proposta a educação integral investindo em novos métodos pedagógicos e na formação de professores.

Os idealizadores da Escola Nova[35] foram responsáveis por trazer para o debate do campo educacional as propostas de cientificização das práticas educativas, da formação docente e da valorização dos processos de ensino-aprendizagem a partir da centralidade do aluno.

Havia ainda uma proposta de mudanças da cultura escolar, que abolia os castigos e instaurava uma relação dialógica entre alunos e professores em um novo clima de sociabilidade política e afetiva (GOMES *et al*, 2002).

O estímulo à leitura era peça chave do processo pedagógico estimulando no interior da escola a construção de bibliotecas, clubes e feiras de leitura.

O escolanovismo, como ficou conhecido o movimento, foi sempre alvo de muitas críticas. Entre elas foi acusado de subestimar experiências pedagógicas anteriores, e ao mesmo tempo incorpora-las e resignifica-las no interior do movimento. A defesa dos princípios da universalização da educação, pública, gratuita e laica e a idealização de uma escola comum, que previa um modelo único de educação para todas as crianças, incluindo a preparação para o trabalho e para o ingresso secundário, constituíam-se o centro do movimento, mas, na verdade já estavam presentes nos debates do campo da educação desde o século XIX (ibid, 2002).

O movimento congregava objetivos educacionais e políticos, pois acreditavam em uma sociedade democrática, porém baseada no mérito, onde a posição dos indivíduos estaria relacionada à sua qualificação. Neste sentido, a Escola Nova aproximava-se de uma concepção de sociedade liberal, preparando cidadãos qualificados, mas aptos a compor a moderna sociedade urbano-industrial em ascensão.

A urbanização das cidades foi também um agente de mudanças socioeconômicas que caracterizaram esta etapa da história do país. Rodrigues Alves, candidato à Presidência da República em 1901, já trazia como prioridade de seu programa de governo o saneamento da capital federal. São Paulo já havia passado por este processo quando Alves havia sido seu presidente (BENCHIMOL, 2003).

Durante o processo de reformas pelo qual passou o Rio de Janeiro, a cidade foi palco de importantes mudanças em relação ao trabalho, à moradia e ao saneamento que serviram de exemplo para outras regiões do país.

---

[35] Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho eram considerados a trindade do movimento (GOMES, 2002, p. 413).

Para isso iremos a partir de agora, nos fixar em um determinado tempo-espaço da história que irá nos ajudar a compreender as relações de trabalho e de moradia presentes no Instituto Oswaldo Cruz, além do protagonismo que o IOC desempenhou nas reformas e embelezamento da capital, através de seu líder e idealizador, Oswaldo Cruz.

2.3 Vida e sociedade no Rio de Janeiro na Primeira Republica

2.3.1 O saneamento da capital

A capital da república cumpria um papel privilegiado que intermediava os recursos da economia cafeeira e sua situação de centro político do país. Detentora da maior malha ferroviária, estava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, São Paulo e os estados do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso. Além disso, mantinha relações comerciais marítimas com os estados do Norte e do Nordeste.

O Rio centralizava ainda as finanças nacionais. Aqui estavam situados o Banco do Brasil, a Bolsa de Valores e as grandes casas de bancos nacionais e estrangeiras.

No entanto a estrutura urbana, herança dos tempos coloniais, mostrava-se cada vez mais incompatível com as novas demandas econômicas do capital: ruas estreitas e sinuosas que dificultavam a passagem e o escoamento de mercadorias para o porto, a ferrovia, os armazéns e casas de comércio, as áreas de pântano que atravessavam a cidade, havia ainda o medo de doenças e um contingente populacional formado por ex-escravizados e trabalhadores pobres, que estavam em constantes embates com o Estado lutando por sua sobrevivência e seus direitos sociais.

Dar um fim a essa imagem de cidade insalubre e insegura converteu-se em um objetivo central para que a cidade pudesse finalmente aliar-se ao tão desejado progresso enquanto um sinônimo da verdadeira civilização (SEVCENKO, 1985).

A modernização do porto, o prolongamento do Canal do Mangue e a abertura de três importantes avenidas, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, foram marcos importantes na transformação da cidade que queria se reconhecer regenerada de tudo o que representava a sociedade imperial.

A Avenida Rodrigues Alves obedecia às necessidades de circulação de mercadorias do porto, diminuindo a distância até a zona industrial, localizada em São Cristóvão, e os subúrbios mais próximos. Além disso, sua localização vizinha aos bairros da Saúde e Gamboa

tinha um objetivo estratégico de facilitar o acesso e a circulação da polícia em uma área considerada de alta periculosidade pelas autoridades da época.

O Canal do Mangue originou-se a partir do aterro do Mangue de São Diogo, que já estava em processo desde os tempos do Império. Seu curso foi alterado para que transcorresse em linha reta até o mar e em suas margens foi aberta a Avenida Francisco Bicalho para ser mais um elo de ligação entre o centro da cidade, o bairro de São Cristóvão e o porto.

Já a Avenida Central, constituiu-se no núcleo e símbolo fundamental do embelezamento e saneamento da capital, transformando a ultrapassada, suja e doente cidade colonial em uma metrópole moderna, à imagem e semelhança dos grandes centros urbanos europeus (BENCHIMOL, 1990).

No entanto era ali que residia grande parte da população pobre carioca. As ruas estreitas e movimentadas que abrigavam estalagens, cortiços, casas de cômodo, pequenas oficinas artesanais, manufatureiras e fabris, deram lugar a palacetes e edificações suntuosas ao longo da avenida que passou a abrigar ricas moradias, prédios administrativos do próprio Estado, setores financeiros e comerciantes em ascensão. O Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional são edificações decorrentes desta desapropriação.

A remodelagem da cidade promovida pelo poder público foi bastante benéfica para o setor privado e o capital estrangeiro internacional. Empresas de arquitetura e engenharia, de venda e fabricação de materiais de construção e principalmente para a empresa canadense Light and Power, que explorava o fornecimento de energia elétrica, gás, telefonia e transporte coletivo (BENCHIMOL, 2003).

O Prefeito Passos, dotado de plenos poderes pela lei n. 939 de 29 de dezembro de 1902[36], e munido de recursos para proceder ao chamado saneamento da capital, além de promover a desapropriação das famílias, estabelece uma série de outras medidas complementares de proibição, regulação e controle que versavam sobre: a proibição da circulação de vacas leiteiras pela cidade, proibição do comercio de bilhetes de loteria, proibição da circulação de mendigos, regulação da construção, conservação e reforma de prédios (CARONE, 1974).

Algumas dessas atividades como a venda de leite e o comercio de bilhetes constituíam o ganha-pão de muitas das famílias habitantes desse espaço. Mas o desejo de transformar a

---

[36] Esta lei adia as eleições do Conselho Municipal e afasta possíveis intervenções de parlamentares em projetos públicos. Além disso, autoriza o governo da União a realizar operações de créditos necessárias para as medidas de saneamento da capital federal. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-939-29-dezembro-1902-585356-publicacaooriginal-108367-pl.html.

capital na Paris dos trópicos, símbolo do progresso e da ordem urbana, foi executado sem que se pensasse uma alternativa para a população que ali residia, sua cultura, hábitos e costumes, sobrando para eles a sobrecarga destas medidas:

> Ao mesmo tempo em que remodelava, com o governo federal, a estrutura física da cidade, o prefeito semeava um cipoal de interdições para banir 'velhas usanças' incompatíveis com esse ideal de civilização. Quis alterar as formas de trabalho e lazer, costumes e hábitos arraigados no tecido sociocultural da cidade. Quer se inspirassem em razões econômicas, em imperativos sanitários ou em valores ideológicos, seus decretos serviram para descarregar boa parte do ônus da modernização sobre as camadas populares (BENCHIMOL, 2003, p.263).

As "velhas usanças" citadas por Benchimol incluíam ainda a destruição dos quiosques; uma espécie de botecos de madeira de estilo oriental em que se vendiam aguardente, fumo e outros produtos e onde no final do dia muitos trabalhadores pobres se reuniam para tomar uma cachacinha; o banimento de cocheiras, hortas e a criação de animais como galinhas e porcos. A circulação de cargas puxadas a burro foram também proibidas bem como urinar, cuspir e soltar pipa na rua.

As festas foram igualmente interditadas: São João, Carnaval, as serenatas, as religiões de matriz africana. Tudo isso com o intuito de fazer com que o povo abandonasse seus hábitos considerados degenerados e se transformassem, em cidadãos enquadrados segundo padrões mais adequados para servirem à burguesia "tropical" europeia.

O Morro do Castelo permanecia um incômodo. Habitado por famílias pobres, situava-se em uma das áreas mais valorizadas da cidade, próximo da Avenida Central, atual Rio Branco e da Escola de Belas Artes. "[...] com a religiosidade marginal das 'casas de preto' e demais hábitos ligados à cultura africana, figurava como um escândalo ao lado de símbolos civilizados [...]" (CIAVATTA, 2002, p.104).

Mais tarde na década de 1920, um outro "bota-abaixo" foi implementado no Rio de Janeiro durante a administração do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922). Em nome da "aeração e da higiene" (ABREU, 2013, p. 76) e da preparação da capital para o primeiro centenário da Independência e a Exposição Internacional, figurava o caráter autoritário e excludente das ações civilizatórias (CIAVATTA, ibid.).

Assim as reformas não se limitaram ao remodelamento do espaço físico, mas vieram acompanhadas da tentativa de eliminação dos hábitos e costumes populares e da restrição das liberdades civis.

Sevcenko (1985) cita quatro princípios fundamentais que regiam o discurso destas medidas:

> A condenação de hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (ibid, p. 30).

Duas outras deliberações importantes que concorreram para alterar a vida dos moradores foram o regulamento para a Diretoria Geral de Saúde Pública, fixando uma verba específica para o desempenho de suas funções, e a reforma da polícia do Distrito Federal.

Como já dito anteriormente, fazia parte do "pacote" das reformas de Rodrigues Alves o saneamento da cidade capital da República. Febre amarela, desinteria, varíola, peste bubônica, tuberculose eram doenças endêmicas que grassavam no Rio de Janeiro e em várias outras partes do país. O medo de adoecer afastava os estrangeiros, desviando a rota de navios e prejudicando muito o comércio e a imigração. O desenvolvimento econômico e consequentemente o progresso encontravam-se ameaçados.

Desde os tempos de Campos Sales (1898-1902) houve algumas tentativas de unir os organismos sanitários competentes para que pudessem encontrar uma solução para tantas enfermidades.

Rodrigues Alves resolve então nomear para cuidar da reforma sanitária um jovem médico, Oswaldo Gonçalves Cruz, seu conterrâneo paulista que tinha assumido recentemente a direção do Instituto Soroterápico Federal na Fazenda de Manguinhos.

Oswaldo Cruz, ainda pouco conhecido entre os médicos da capital, assume o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública em 23 de março de 1903 e apresenta um detalhado plano para eliminar a febre amarela em um prazo de três anos, assumindo ainda o compromisso de combater a varíola e a peste bubônica.

Aproveitando as sobras das verbas destinadas à sua diretoria, mesmo sem o aval da Presidência da República e do poder legislativo[37], iniciou as obras do suntuoso sítio arquitetônico de Manguinhos, que tal e qual a nova Avenida Central tinha seu símbolo de modernidade e um quê de mistério com o imenso castelo de estilo mourisco que depois de pronto, enxergava-se à distância por quem entrava na cidade pela baía de Guanabara. Mais adiante, o Instituto Soroterápico passou a se chamar Instituto Oswaldo Cruz.

As três patologias que o plano sanitário prometia debelar, peste bubônica, febre amarela e varíola, eram consideradas o terror da política de imigração estrangeira, pois

---

[37] Em 1903 o Congresso discutia a reforma dos serviços sanitários. Oswaldo Cruz propõe a transformação do Instituto Soroterápico em um instituto de pesquisas nos mesmos moldes do Instituto Pasteur de Paris, o que foi vetado pelo Congresso (BENCHIMOL, 1990).

implicavam em repetidas quarentenas às embarcações marítimas e colaboravam para que o porto da cidade levasse a alcunha de porto sujo. As companhias de navegação já não queriam mais atracar lá seus navios (BENCHIMOL, 1990).

O regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública, publicado em 05 de janeiro de 1904[38] e idealizado por Oswaldo Cruz, reorganizou e regulamentou todos os serviços da Diretoria, a vigilância e a política sanitária e estabeleceu medidas repressivas para tornar efetiva a notificação das doenças infecciosas. O código sanitário promulgado pelo mesmo decreto regulava:

> a) tudo quanto diz respeito à higiene urbana e domiciliária; b) assegurando a profilaxia geral e especifica das moléstias infectuosas; c) estabelecendo o serviço sanitário dos portos e a profilaxia sanitária internacional; d) regulamentando o exercício da medicina e da farmácia; e) abrangendo o código farmacêutico (BRASIL, 1904).

Estas foram medidas consideradas necessárias para alcançar as metas apresentadas no plano de combate à febre amarela que contemplava os três elos da cadeia de transmissão da doença: a contaminação dos mosquitos, a infecção das pessoas e a permanência de casos isolados que poderiam desencadear novos focos epidêmicos (BENCHIMOL, 1990).

A proposta causou muita polêmica entre a classe médica, uma vez que as suas causas e as medidas terapêuticas eram motivos de disputas científicas no interior da comunidade acadêmica.

Trabalhando com instrumentos de coação e de convencimento da população, a campanha para erradicação da febre amarela teve princípios e orientações rígidas baseadas em estratégias militares, reorganizando a cidade em distritos sanitários que ficavam sob a responsabilidade de delegacias de saúde. Os médicos, além de aplicar soros e vacinas e receber as notificações, tinham poderes para multar e intimar os donos dos prédios insalubres e obrigá-los a reformá-los ou até mesmo demoli-los.

As brigadas de mata-mosquitos do serviço de profilaxia da febre amarela transitavam cotidianamente pelas ruas da cidade executando serviços que implicavam na invasão de moradias e intervinham na vida das pessoas como relata Benchimol (1990):

> [...] lavando caixas d'água, petrolizando ralos e bueiros, limpando telhados e calhas, e removendo quaisquer depósitos de larvas de mosquitos. A seção de isolamento e expurgo, por sua vez, desinfetava pela queima de enxofre e piretro as casas situadas nas zonas de focos, providenciando também, o isolamento domiciliar dos doentes ou

---

[38] BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904. Disponivel em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1151-5-janeiro-1904-583460-publicacaooriginal-106278-pl.html.

> convocando o Desinfectório Central para removê-los para o Hospital São Sebastião (ibid, p.25).

A campanha contra a peste bubônica teve início em 1904. Comprovada cientificamente em 1898 por Alexander Yersin, um bacteriologista francês, não gerou controvérsias entre a sociedade médica brasileira. Transmitida pela pulga dos ratos infectados, as ações de combate previam também a notificação compulsória e o isolamento do doente para que fosse tratado com o soro produzido na fazenda de Manguinhos.

As medidas preventivas incluíam a vacinação e a caça aos ratos, o que gerou uma operação conjunta com a prefeitura e o serviço de limpeza pública, intimações para que os donos dos imóveis removessem entulhos acumulados e, quando necessário, a reforma dos prédios. Uma estratégia utilizada pela Diretoria foi a compra de ratos, que ocasionou um comércio no mínimo pitoresco de compra e venda desses animais.

No que diz respeito à varíola, a situação foi bem mais complexa. A obrigatoriedade da vacina em todo território do país, incluía decisões que desagradaram ainda mais a população, a imprensa, os políticos de oposição, setores militares e tantos outros grupos sociais a ponto de organizarem uma Liga contra a Vacina Obrigatória (CARONE, 1974). Os atos de desobediência foram muitos: no estado de São Paulo 36 operários foram demitidos por recusarem-se à vacinação. Na Bahia soldados da Cavalaria de Polícia recusam-se a tomar a vacina da peste bubônica. A imprensa não parava de noticiar inúmeros casos de pessoas que se negavam a ser vacinadas (ibid, p.203).

Mas foi no Rio de Janeiro, no dia 10 de novembro de 1904, que um motim com a duração de dez dias envolvendo vários setores da sociedade carioca, combinou um levante contra a vacina obrigatória e uma tentativa de depor Rodrigues Alves da Presidência da República.

O golpe foi planejado inicialmente para o dia 17 de outubro de 1904, aniversário de Lauro Sodré, que seria o novo presidente. A imprensa denuncia o intento e obriga os golpistas a adiarem seus planos. Uma nova tentativa é realizada no dia 17 de novembro em meio às manifestações contra a vacina. No entanto, o grupo de cerca de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha foi interceptado no caminho para o Palácio do Catete, por tropas fiéis ao governo que estavam em Botafogo, na Rua da Passagem. Os alunos retornam para a escola, que é bombardeada pelos navios de guerra. No dia seguinte, os golpistas se entregam (CARONE, 1974).

A Revolta da Vacina, como ficou conhecida pela historiografia[39], foi uma das manifestações mais intensas da história da saúde pública e da cidade do Rio de Janeiro. Os motivos que levaram às manifestações foram muitos e de diversas ordens: a insatisfação crescente com as medidas impopulares que o poder público impusera para executar o embelezamento da capital; a repressão à cultura negra e ao culto de alguns orixás como Omulu ou Obaluaiê, que é o senhor das enfermidades e da cura e que tem a representação simbólica de seu corpo coberto por palhas para esconder as chagas da varíola; a prática intervencionista, autoritária e militarista das autoridades de saúde pública; as divergências com o regime republicano e o desejo de voltar à monarquia, a influência das ideias do positivismo que não aceitava a teoria microbiana e a intervenção do governo na saúde, que deveria ser reservada à questão espiritual.

Por uma semana a cidade transformou-se em uma verdadeira praça de guerra com barricadas espalhadas por vários pontos, bondes e carroças reviradas, troca de tiros, invasão e depredação de bens públicos. Na região dos bairros da Saúde e Gamboa, o núcleo de resistência foi a barricada de Pôrto Artur e seu líder era o trabalhador da estiva que tinha a alcunha de Prata Preta. O Jornal do Comércio foi quem deu a notícia:

> A luta foi tremenda e, no meio dos turbulentos, avultava um dênodo, numa bravura de verdadeira fera, um crioulo alto e reforçado, que era o chefe dos grupos da saúde. Esse indivíduo empunhava um revolver em cada mão e desfechava-o seguidamente sobre a força, e quando esta pôs o grupo em debandada ainda ficou ele a lutar, em resistência aos soldados, dos quais prostou um morto e dois gravemente feridos... Afinal, ao cabo de tenaz e cega resistência foi o sinistro crioulo preso... Esse crioulo tem a alcunha de 'Prata Preta' e, pela sua conhecida bravura como famoso desordeiro fora proclamado chefe dos subelevados da Saúde. Nos embates ali travados foi sempre visto nos pontos mais perigosos atirando contra a força (Jornal do Comercio, 17.11.1904, *apud* Carone, 1974, p.212).

A reforma do serviço policial no Distrito Federal, lei n 947 de 29 de dezembro de 1902[40], realizada dois anos antes da eclosão da revolta, já havia sido uma tentativa de criminalizar a população pobre afetada pelo remodelamento da cidade.

O decreto divide a polícia entre civil e militar[41], estabelece os serviços de estatística policial e judiciária, de identificação antropométrica e cria colônias correcionais e de reabilitação através do trabalho e da instrução.

---

[39] Cf. Carone (1974), Sevcenko (1984), Chalhoub (1996), Carvalho (1987), Benchimol (2003).

[40] Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-republicacao-107075-pl.html.

[41] De acordo com o artigo 2° e 3° da lei, a polícia civil estava subordinada ao chefe de polícia geral e tinha como atribuições, além dos serviços de ronda e vigilância, todos aqueles encarregados à polícia militar. As funções da polícia militar continuaram serem exercidas pela já existente brigada militar, de acordo com o artigo 5°.

No entanto, conforme o texto da Lei em seu artigo I inciso IV, esta medida valia apenas para “mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como tais julgados no Distrito Federal, compreendidos nessas classes os definidos no Código Penal e no decreto n. 145, de 12 de julho de 1892” (CARONE, op. cit.).

O controle das classes literalmente citadas nesta lei, não é inaugurado na gestão de Pereira Passos. Desde o fim do século XIX, a pedra fundamental ou mito de origem das remoções é o episódio da destruição do cortiço Cabeça de Porco em 1893 ordenada pelo então prefeito, Barata Ribeiro.

Sidney Chalhoub (1996) faz uma importante análise sobre a forma que historicamente as autoridades republicanas vinham lidando com as diferenças sociais e a questão da pobreza nos centros urbanos. Para isso apresenta a noção de “classes perigosas” e a forma como este conceito serviu, e infelizmente continua servindo, para a criminalização das classes pobres no Brasil.

2.3.2 Trabalho, trabalhadores: classes perigosas?

O conceito de classes perigosas foi um dos eixos principais dos debates parlamentares que ocorreram no poder legislativo durante o Império, logo após a abolição da escravidão em 1888. Os deputados basearam-se nas ideias imprecisas de alguns autores franceses, dentre eles M. A. Frégier. Na tentativa de produzir uma descrição detalhada dos tipos de malfeitores que atormentavam a sociedade Parisiense, acaba realizando um amplo diagnóstico das condições de vida da população pobre de Paris, sem obter êxito em relação à definição das fronteiras entre os termos “classes perigosas” e “classes pobres” (CHALHOUB, 1996).

É justamente desta imprecisão que nossos parlamentares buscaram iluminação para pensar e formular sobre as questões do trabalho, do ócio e da criminalidade nos nossos trópicos. Para Chalhoub (ibidem) percebe-se uma tendência

> Para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas” vemos que as palavras “pobres” e viciosas” significam a mesma coisa para os parlamentares (ibid, 1996, p. 22).

Desta forma, um indivíduo pobre pode ser imediatamente considerado um malfeitor em potencial. É o que o autor chama da "suspeição generalizada" que vem, desde então, orientando o pensamento e a ação do Estado brasileiro, e mais especialmente da polícia carioca. Nesta perspectiva todo cidadão pode ser suspeito de alguma coisa até que se prove o contrário.

Para o autor a suspeição e escravização tem uma relação bastante íntima. Desde a abolição, a repressão à ociosidade origina-se da dúvida de como fazer trabalhar quem já não se encontrava mais sobre o domínio do cativeiro. Assim a teoria da "suspeição generalizada" passou a funcionar como uma espécie de mecanismo de regulação de uma "nova" classe trabalhadora, ultrapassando os limites do local de trabalho e estendo-se para o controle da vida dos trabalhadores através de mecanismos institucionais de manutenção da ordem e suas esferas específicas de controle como a polícia e, bem mais tarde, a carteira de trabalho e de identidade.

Chalhoub (ibid.) argumenta que a guerra às moradias pobres do centro da cidade também pode estar relacionada a uma tentativa de refrear e desmontar a memória recente dos movimentos de lutas, protestos e revoltas que remetiam às reivindicações dos negros contra a escravidão, uma vez que os cortiços e casas de cômodos já se constituíam enquanto um local de moradia para escravizados que trabalhavam ao ganho e que no pós-abolição constituíram-se em cenários importantes de resistência.

A repressão policial e judiciária materializada na lei tem um companheiro ideológico fundamental para a institucionalização e manutenção do regime republicano: a redefinição do conceito de trabalho. O caráter modernizador da capital da República requereu uma nova trama de relações sociais para a constituição do espaço urbano. Assim, o projeto político mais urgente e importante foi a transformação de ex-escravizados e de imigrantes pobres em trabalhadores assalariados. Esse projeto, de certa forma, já se encontrava em curso desde a proibição do tráfico negreiro e da implementação e regulamentação de leis[42] que incidiram sobre o acesso à propriedade de terra, vedando ao homem livre a possibilidade de se tornar pequeno proprietário.

A repressão à ociosidade, projeto de lei votado no mesmo ano da abolição, foi um outro instrumento ideológico importante para garantir a obrigatoriedade do trabalho para as

---

[42] A lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 dispunha sobre as terras devolutas do Império e proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. (COSTA, 1999, p.171).

classes populares. Elaborado pelo deputado Ferreira Vianna, tinha como preocupação transformar o liberto em trabalhador.

Os debates em torno da lei revelam a construção de um novo conceito de trabalho pautado em algumas premissas (CHALHOUB, 1986): o trabalho passa a ser o elemento ordenador de uma sociedade bem organizada e a andar de mãos dadas com a moralidade. A dedicação e abnegação do indivíduo ao trabalho é seu atestado de caráter, de "homem de bem".

Desta forma, o trabalho assalariado ganha uma conotação positiva, integrada à ordem necessária para impulsionar o crescimento do país, incorporando um sentido dignificador e civilizador do homem. Com isso procurava-se resolver especialmente o problema do contingente de libertos do regime escravista que, de acordo com os governantes da época, eram indivíduos sem nenhum senso de moralidade.

O trabalho, nesta perspectiva, se constituía no princípio regulador da uma ordem social burguesa em ascensão, baseada na expropriação do trabalhador direto, destituído da propriedade privada e que deveria mercantilizar sua força de trabalho – o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido concedido pela lei de 13 de maio de 1888.

Desde a segunda metade do século XIX o principal problema para as classes dominantes, era como fazer trabalhar quem já não era mais escravo. A Constituição de 1823, em seu artigo 255, determinava o trabalho compulsório como um meio de corrigir vadios, dissolutos e criminosos. Da mesma forma, o Código Criminal do Império no Brasil de 1830, estabelecia penalidades severas para vadiagem e mendicância (CUNHA, 2000, p.89).

Os estudos sobre o mundo do trabalho e educação e a história das políticas educacionais43 em curso, evidenciam a permanência das diferenças de classe e o preconceito contra o trabalho manual. O longo processo de escravização, como base econômica e como fundamento das relações sociais, alicerçaram essa ideologia na vida pública e privada e nas relações familiares.

O conhecimento da história de nosso país evidencia que, através dos séculos de colonização, de geração em geração, buscou-se consolidar o poder patriarcal das oligarquias latifundiárias e empresariais no mundo político e no padrão de vida da população. Gerou-se grande desigualdade de acesso aos bens econômicos e sociais, inclusive na educação diferenciada para diferentes classes de cidadãos brasileiros.

---

[43] Esta reflexão tem por base Ciavatta (1998; 2016).

A análise de Luiz Antônio Cunha (2005) sobre o desvalor do trabalho manual nos instiga a refletir a partir dos debates suscitados pela recente produção acadêmica sobre a historiografia do trabalho no Brasil, que vem desde a década de 1980, propondo novas formas de interpretação sobre o trabalho escravo e as relações sociais daí engendradas.

A visão do escravo como um ser coisificado, subjugado por seu senhor, incapaz de protagonizar sua própria história, pensar e agir por si e para si, dá lugar a sujeitos que redefinem significados culturais e políticos que se manifestam através de diferentes percepções sobre liberdade e sobre a conjuntura política e social em que estavam inseridos.

As revoltas e organizações quilombolas, talvez sejam as formas mais imediatamente reconhecidas como mecanismos de luta e resistência da população escravizada no século XIX. Uma das mais difundidas e conhecidas é a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, em Salvador (REIS, 2003). Mas houve muitas outras formas de resistência e protagonismo na história através de estratégias utilizadas no cotidiano da sociedade escravista. Chalhoub e Silva (2009) chamam a atenção para a forma como os trabalhadores escravizados souberam utilizar em proveito próprio as contradições presentes no Estado Imperial, lutando por seus direitos através dos mesmos mecanismos ou instituições que garantiam a continuidade da hegemonia da classe senhorial:

> (...) a legislação escravista da segunda metade do século XIX abriu brechas para que escravos obtivessem a liberdade por via judicial à revelia da vontade senhorial. (...) esse tipo de aproximação concebe o Estado escravista não como sujeito unívoco e demiurgo da nação, mas vazado por contradições que permitem a escravos e libertos lutar por objetivos próprios e conquistar direitos" (CHALHOUB e SILVA, 2009, p.24).

Da mesma forma Silvia Lara (1989) enfatiza os diferentes modelos de exploração do trabalho escravo que não estavam limitados somente ao trabalho nas fazendas e no meio rural. A escravidão nas cidades assumia outros modos, como, por exemplo, os cativos alugados, que trabalhavam para seus senhores ou para terceiros executando atividades e recebendo uma remuneração que ao fim de um período determinado (fim do dia, da semana ou do mês) deveria ser entregue ao senhor.

A distância física entre senhores/feitores e seus escravos, permitia o exercício de escolhas e ações individuais que fugiam à rede de vigilância e controle a que os escravizados estavam submetidos. Por outro lado, a complexidade das relações sociais entre senhores e escravos, permeadas por paternalismos e apadrinhamentos, envolvia e controlava os cativos, mostrando ser um mecanismo de dominação bastante eficiente, evitando que estes quebrassem seus elos com as residências senhoriais.

Lara (1989) cita ainda a interferência e participação dos escravos em seus próprios processos de compra e venda que ocorriam nas negociações subsequentes ao tráfico, barganhando do mesmo modo suas condições de trabalho e de sobrevivência.

> Muitos se recusavam a ser vendidos: manifestavam desagrado pelo novo senhor (...), procuravam padrinhos que os protegessem ou mesmo que os comprassem; fugiam quando a venda estivesse acertada; ou praticavam ações mais violentas que os levassem às malhas da justiça, tornando assim o negócio impraticável" (LARA, 1989, p.9).

Negro e Gomes (2006), propõe a superação de uma dicotomia na escrita da história sobre o tema do no Brasil através de abordagens que contemplem a experiência do trabalho escravo com outras formas de trabalho compulsório, livre e assalariado. Para isso, os autores afirmam a premência de um reexame sobre o papel dos africanos escravizados e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira, mais comumente estudada a partir da chegada dos imigrantes europeus nas lavouras de café.

Tanto Negro e Gomes (2006) como Mattos (2009), apontam para a coexistência de trabalhadores escravizados e livres no trabalho manufatureiro e pré-industrial no decorrer do século XIX. Esta convivência proporcionou também formas de organização e de luta, agregando valores e expectativas comuns, que influenciaram momentos posteriores do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil (MATTOS, 2009).

O Brasil foi um dos países que mais recebeu estrangeiros em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Entre 1887 e 1930 entraram no país cerca de 3,8 milhões de imigrantes (FAUSTO, 2015).

No imaginário dos governantes e parlamentares da Primeira República, o imigrante representava o exemplo da moral e da disposição para o trabalho que faltava ao ex-escravizado. Havia uma forte inclinação dos membros da elite dominante em associar os negros a maus trabalhadores e em reconhecer nos imigrantes um agente capaz de acelerar a transição para uma nova ordem capitalista (CHALHOUB, 1986).

O racismo dava o tom e justificava a obsessão das classes dominantes em promover o "progresso" do país. Uma das estratégias utilizadas foi a de branquear a população nacional. O embranqueamento tinha como base o crédito na superioridade da raça branca e na crença de que a miscigenação era redentora, pois acabaria por eliminar os negros da população brasileira. O negro era sinônimo de degeneração.

Os impactos do preconceito racial na conformação do trabalho assalariado no início do século promovia a discriminação dos negros no momento da contratação de empregados e impulsionava conflitos entre imigrantes pobres trabalhadores e negros.

Particularmente na cidade do Rio de Janeiro, havia uma presença maciça de imigrantes que se juntavam aos brasileiros pobres e negros criando uma situação altamente competitiva no interior da classe trabalhadora.

De acordo com Batalha (2003), a organização dos trabalhadores foi um traço marcante no Brasil da Primeira República. No entanto, tratou-se de um arranjo complexo que pressupunha a convivência de diferentes etnias, culturas e interesses, colocando em discussão as análises que tendem a associar de uma forma direta e linear o acontecimento da imigração com a organização da classe trabalhadora. Nem todos os imigrantes que aportaram no país, tinham uma experiência política prévia. Este era o caso de alguns, inclusive imigrados por questões de ordem política, mas o perfil majoritário vinha de regiões camponesas que não acumulavam experiência prévia de engajamento sindical ou militante.

Para o autor havia uma relação entre a qualificação para o trabalho e a militância operária. Os trabalhadores estrangeiros mais qualificados tinham uma posição mais vantajosa frente aos demais, pois enquanto detentores de um ofício, de um saber, tinham mais condições de estarem à frente da mobilização e negociação por melhores condições de trabalho e aumento de salários, eram mais bem remunerados e possuíam mais facilidade de se colocar no mercado de trabalho. Portanto, até 1917 o movimento operário esteve sob a liderança de trabalhadores qualificados de ofício, sendo possível observar a presença de correntes anarquistas e socialistas (ibid, 2003).

No período correspondente entre os anos de 1917 a 1919 foram criadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo um sem número de associações operárias. Para Batalha (ibid), esta dinâmica poderia indicar tanto um caráter fugaz e instável do movimento como também uma disposição para se reconstruir e ampliar sua organização.

Nas palavras do autor, “o mundo associativo” (ibid, 180) do período retratou uma rede muito diversa e abundante de tipos de agremiações: “Sociedades recreativas, carnavalescas, dançantes, esportivas, conviviam lado a lado com sociedades profissionais, classistas e políticas” (ibid). A filiação a sindicatos ou sociedades mutuais lhes conferia também proteção contra o desemprego ou mesmo contra enfermidades que os impedissem de trabalhar.

Desta forma o autor propõe uma análise da formação da classe trabalhadora no período “como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e

desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma o seu caráter de classe" (BATALHA, 2003, p.173).

2.3.3 Quando acaba a Avenida Central: morar na capital da República

Uma das principais reivindicações das lutas dos trabalhadores, era pela questão da moradia. Em 1872, Engels (2015), analisou a questão da moradia dos trabalhadores na Europa a partir das reformas urbanas realizadas em entre 1850 e 1860, em Paris, pelo prefeito George Eugène Haussmann. Na obra "Sobre a questão da moradia", Engels esclarece como se dá a especulação imobiliária, denunciando-a como fraude e enriquecimento privado:

> A expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas. Em vez de elevar esse valor, acaba, pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar. Isso acontece sobretudo com moradias de trabalhadores localizadas no centro, cujo aluguel, por mais superlotadas que estejam as casas, jamais ou só muito lentamente teria como ultrapassar um certo valor máximo. Elas são demolidas e, em seu lugar, constroem-se lojas, depósitos de mercadorias, prédios públicos (ibid, p.39-40).

De acordo com Benchimol (1992), a reforma de Haussmann é a inspiração para as reformas urbanas empreendidas pelo Prefeito Passos. Fundamentado em Engels (op. cit), traz uma importante análise sobre a crise habitacional pela qual passou a cidade do Rio de Janeiro argumentando que a habitação no desenvolvimento da relação capitalista de produção do espaço urbano, tem um valor de uso e um valor de troca.

O valor de uso diz respeito à necessidade vital mais imediata que é o seu espaço de moradia, de abrigo. E o valor de troca diz respeito à moradia como um produto, uma mercadoria que pode ser comercializada e que, para determinadas classes sociais, representa uma fonte de acumulação de recursos mercantis. Esse não era, evidentemente, o caso da grande massa de trabalhadores que chegavam habitava o centro urbano do Rio de Janeiro naquela época. A opção que lhes restava era habitar, de forma muito precária e insalubre, uma das tantas casas de cômodos ou cortiços que se acumulavam na cidade, especialmente nos morros ou em locais onde as obras da reforma ainda não haviam alcançado.

É importante destacar, como faz Benchimol (1992), que no início do século XX, esse tipo de habitação assegurava a permanência da massa proletarizada no centro da cidade garantindo assim, a exploração de sua força de trabalho e o desenvolvimento da economia urbana. Todavia, o crescimento acelerado da população e a reforma urbana na cidade do Rio

de Janeiro empreendida pela administração do Prefeito Pereira Passos - aliado a uma elite de empresários - buscaram reorientar o espaço urbano para atender as necessidades do processo de expansão imobiliária e acumulação do capital.

Para Ciavatta (2002) a urbanização da cidade do Rio de Janeiro ocorre antes mesmo do processo de industrialização. O crescimento da cidade está inicialmente atrelado à economia agroexportadora e consumidora de produtos para consumo interno. Desta forma, a cidade é tratada como “matéria-prima de valorização do capital” que tem como marcas o crescimento da indústria da construção civil, da política de saneamento e dos transportes urbanos (ibid, p.108).

Como já mencionado anteriormente, a derrubada das casas para a construção da Avenida Central pelo poder municipal, não previu nenhuma alternativa de moradia para a população ali residente. As possibilidades que se impunham eram de um deslocamento para os subúrbios da capital ou de ir habitar um dos morros próximos ao centro da cidade.

Os segmentos das camadas médias “funcionários públicos, militares, empregados do comércio ou trabalhadores especializados, que possuíam remuneração estável e suficiente para as despesas de transporte, aquisição de terreno, construção ou aluguel de uma casa” mudaram-se em direção aos subúrbios (BENCHIMOL, 2003, p.265). Os trabalhadores sem emprego fixo, que viviam de diárias ou bicos, os subúrbios eram inviáveis. Restaram a estes as opções de "pagar aluguéis ainda mais exorbitantes que antes (...) por casinhas ou quartos nos cortiços e casa de cômodos ainda existentes. Ou "[...] ir habitar em um dos inúmeros morros que rodeavam o centro da cidade” (CHALHOUB, 1986, p.91).

Uma outra situação característica do período, era a moradia no próprio lugar de trabalho. Era comum que os imigrantes de origem portuguesa, por exemplo, residissem com seus patrões, da mesma nacionalidade, em seus estabelecimentos.

Chalhoub (1986) observa que à época as relações entre patrão e empregado tinham sobretudo caráter paternalista: o patrão acolhia, aconselhava e quando necessário, defendia seus empregados que, em troca, deveriam respeitá-lo e ser-lhe absolutamente dedicados. Chama ainda a atenção para a compatibilidade de relações de trabalho de cunho paternalista com as relações de produção capitalistas que se esboçavam no país. O argumento é que neste período de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República, esta imagem paternal funcionou de forma bastante eficaz, como um fator mediador e diminuidor de possíveis tensões existentes nestas relações.

Nesse ponto, é inevitável a comparação com as relações de trabalho e moradia em Manguinhos. Como veremos no terceiro capítulo, no início da ocupação dos terrenos do Instituto havia, por parte da direção interesse de que seus trabalhadores habitassem seus terrenos, seja com a construção de casas dentro do próprio Instituto e em seu entorno, ou improvisando dormitórios nos prédios do sítio arquitetônico.

Esse foi o caso do Morro do Amorim, à época ainda pouco habitado, que passou a abrigar imigrantes e famílias pobres que originalmente residiam em áreas mais valorizadas e incorporadas ao projeto de modernização da cidade. O Morro do Amorim é a localidade vizinha à atual Fiocruz, pertencente ao conjunto das comunidades de Manguinhos.

A ocupação inicial do Amorim confunde-se com a instalação do Instituto Soroterápico Federal, denominação anterior do Instituto Oswaldo Cruz, no início do século XX. Sua estruturação ocupou uma faixa de fazendas limítrofes ao Instituto. A denominação "Amorim" refere-se à família proprietária dos lotes de terras, mas não há consenso quanto ao verdadeiro proprietário. A pesquisa de Fernandes e Costa (2009) encontrou diversos registros que apontam para nomes diferentes de proprietários, mas todos com o sobrenome Amorim[44].

As terras do Amorim pertenciam à antiga Freguesia de São Tiago de Inhaúma, que atualmente compreende o local onde estão situados os bairros de Pilares, Engenho de Dentro, Engenho da Rainha, Thomas Coelho, Del Castilho, Higienópolis, Olaria, Bonsucesso indo até a Penha[45]. A antiga freguesia era uma área rural, criada em 1743, constituída por fazendas e chácaras que produziam gêneros alimentícios como "[...] milho, feijão, batata, abóbora, melão, aipim e arroz" (MIYASAKA, 2011, p.15). Sua urbanização iniciou-se ainda no século XIX com a chegada da estrada de ferro. Na última década deste século, as freguesias receberam a denominação de distritos municipais e foram divididos em urbanos e suburbanos. Inhaúma era o subúrbio mais próximo da capital e para lá migraram muitas famílias removidas pelo processo de desapropriação que acompanhou a reforma da capital (ibid.).

Cristiane Miyakasa (ibid) realizou uma extensa pesquisa sobre a região no período que compreende os anos de 1890 a 1910 e produziu algumas informações importantes sobre o perfil socioeconômico da região no período. Em relação à moradia o estudo mostra que em 1901 era possível alugar um espaço de moradia em locais semelhantes às casas de cômodos por 25$000. Em 1902 haviam casinhas e chalés com fornecimento de água, quatro cômodos e quintal pelo mesmo valor. O aluguel de uma casa maior e mais espaçosa, toda murada, com

---

[44] Cf. FERNANDES, Tania M. e COSTA, Renato Gama-Rosa. História de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009, págs. 91-107.

[45] Cf. https://www.bn.gov.br/noticia/2015/06/rio-450-anos-bairros-rio-freguesia-inhauma-igreja-penha.

chuveiro e latrina, portão de ferro, cinco cômodos e cozinha em uma das melhores ruas do local saía por 60$000. O salário médio de um trabalhador da Estrada de Ferro Central do Brasil era de 125$000, sendo possível então, que este habitasse uma casa por 25$000 (ibid. p.71).

Ainda de acordo com o mesmo estudo, morar na região central da cidade saía bem mais caro. Na Rua da Misericórdia, um cômodo alugado poderia custar entre 18$000 a 30$000. Na região do Catete, os valores chegavam a 40$000. Uma casa em São Cristóvão com quatro cômodos e quintal era oferecida por 80$000 em 1902. (ibid, p.72).

A autora afirma também que ao longo da primeira década do século XX houve aumentos significativos no preço dos aluguéis suburbanos que praticamente dobraram de valor por volta da década de 1910, obrigando, mais uma vez, àqueles que residiam nesta parte da cidade ir habitar moradias mais precárias e insalubres, como as casa de cômodos e outras construções que foram povoando a região sem obedecer às regras de construção e planejamento. Os problemas que geravam a insalubridade tinham haver muito mais com uma ausência da oferta de infraestrutura mínima de serviços públicos como luz, água e esgoto e revelam a total negligência do poder público para com a população que habitava essa parte da cidade.

Desde o século XIX, a já citada obra de Engels, chamava a atenção para a criação do que ele denominou de “bairro malsão”:

> [...] no qual estão confinados os trabalhadores, é o foco de onde se propagam todas as enfermidades contagiosas que de tempos em tempos se abatem sobre nossa cidade [...] elas praticamente nunca são erradicadas desses lugares e, sempre que as circunstâncias são favoráveis, evoluem para enfermidades de caráter epidêmico, ocasiões em que ultrapassam os limites de seus focos e penetram nos bairros mais ventilados e saudáveis em que residem os senhores capitalistas (ENGELS, 2015, p. 65).

De acordo com Abreu (2013) a evolução da urbanização da cidade foi um reflexo das contradições do sistema político-econômico do Brasil na Primeira República, que atuaram estimulando e favorecendo a especulação imobiliária continuando o processo de embelezamento das áreas do centro e zona sul.

Por outro lado, as indústrias começam a se expandir em direção aos subúrbios, facilitando a criação de novas áreas habitadas em busca de empregos. O êxodo das populações em busca de trabalho povoa cada vez mais as áreas suburbanas dando origem a novas favelas que se localizam próximas às zonas industriais.

A intervenção direta do poder público sobre a cidade exerce uma transformação tanto no que diz respeito à sua estrutura e aparência como em relação ao uso e divisão de classes sociais em seu espaço. A separação em bairros burgueses e bairros proletários e o privilégio de recursos e infraestrutura que os primeiros possuem, intensificam o processo de estratificação do território urbano, mantendo e consolidando a segregação entre centro e periferia, que permanece até os dias atuais.

A ordenação do espaço urbano acima descrita se constituiu em um dos determinantes da projeção espacial do processo de estruturação de classes característico de uma sociedade em transição para um modelo de sociedade capitalista, aliando a busca de emprego e moradia.

2.4 O saneamento dos sertões

A remoção das camadas pobres para a periferia dos centros urbanos empurrava para longe do alcance da vista os problemas que acompanhavam esta população. Na década de 1910, os discursos pronunciados por médicos como Miguel Pereira e Afrânio Peixoto, realizados no âmbito da Faculdade de Medicina, revelavam que a insalubridade que tanto preocupava as autoridades públicas tinha apenas mudado de endereço: "... não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da Avenida" (HOCHMAN, 1998, p.218).

O sertão foi um dos temas marcantes que perpassou o pensamento social do período da Primeira República. O impacto com a publicação da obra clássica da literatura "Os Sertões", de Euclides da Cunha, entre outras questões, contribuiu para revelar aos brasileiros que já desfrutavam dos efeitos do progresso e da civilização, que o Brasil ainda tinha um longo caminho a desbravar para alcançar seu ideário de povo e de nação. Os paradoxos da divisão entre o campo e a cidade eram atribuídos às características específicas de cada perfil populacional e condenavam o homem sertanejo a ser portador de um caráter indolente e preguiçoso, degenerado. Cunha contribuiu para alterar essa visão, considerando viável e passível de solução a integração do sertão e do litoral através de um projeto de bases nacionais desde que incorporasse o interior do país (LIMA, 1998).

O decorrente movimento de valorização do interior foi acompanhado pelos valores, símbolos e praticas do progresso: a construção de ferrovias, demarcação de fronteiras, utilização de recursos naturais e o saneamento (ibid.).

Nesta perspectiva, fazia-se necessário adentrar pelas regiões mais inóspitas do país, tal como descritas por Euclides, para oferecer soluções políticas e institucionais que transformassem o sertão em um local saudável e condizente com o ideário civilizador.

A natureza missionária destas incursões, remetiam ainda para valores e aspirações identificadas com um certo tom de heroísmo, muito comum e presente quando se trata de obter legitimidade de um regime político que buscava reconstruir uma identificação coletiva.

Na década de 1910, os cientistas-sanitaristas do IOC participaram de várias missões científicas no interior do país. Foi uma época marcada por grandes expedições com o objetivo de estudar e combater as diversas enfermidades que assolavam regiões e que, de alguma forma, poderiam comprometer os avanços do "progresso" e da construção do Estado-Nação. O ponto central dos debates situava-se na constituição física e moral do brasileiro diante da necessidade de integrar à condição de cidadão uma imensa parcela da população, recém-saída da escravidão, sem acesso aos meios produtivos, à qualificação profissional e à escola.

Nesta perspectiva, as missões científicas estavam também alinhadas com o ideário liberal e com interesses de expansão da economia industrial brasileira. Podemos citar, ainda no ano de 1910, a ida do próprio Oswaldo Cruz ao atual território de Rondônia, a serviço da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. No mesmo ano, em Belém do Pará, Oswaldo Cruz executa uma campanha contra a febre amarela. Em, 1911, foi a Ribeirão das Lajes no estado do Rio de Janeiro, a serviço da *Light and Power* para combater uma epidemia de malária.

Em 1912, três outros cientistas, incluindo Carlos Chagas, vão para a região amazônica a partir do Plano de Defesa da Borracha, aprovado naquele ano no congresso, para sanear a região e possibilitar a modernização da extração, do beneficiamento, da comercialização e do processo de trabalho nos seringais. Outras expedições estiveram no centro e norte e nordeste do país, na maioria das vezes, acompanhando algum empreendimento de exploração comercial ou a implantação de estrada de ferro, aberturas de estradas, etc.

Em uma de suas muitas incursões, Adolpho Lutz juntamente com Astrogildo Machado percorreu o vale do rio São Francisco de abril a junho de 1912 a serviço da Inspetoria das Obras contra a Seca. O relatório foi publicado na revista científica Memórias do Instituto Oswaldo Cruz no ano de 1915.

Mas foi a publicação do relatório de viagem de Artur Neiva e Belisário Pena em 1916 que causou maior impacto junto à opinião pública brasileira.

Os médicos Neiva e Pena percorreram, em 1912, uma vasta região do nordeste do país e de Goiás. O relato da expedição revela uma população extremamente pobre e excluída do

sistema social. Contestam as explicações causais entre pobreza-doença e clima e ao longo do estudo, denunciam a existência de trabalho forçado, análogo à escravidão constatando a dependência dos habitantes da região ao poder dos latifundiários. A pequena propriedade é praticamente inexistente (SANTOS, 1985).

Por outro lado, mantém uma posição ambígua, pois não chegam a confrontar com as oligarquias. Acreditam que os imigrantes podem ter um papel importante, não exatamente na perspectiva do embranqueamento, mas na introdução de novas técnicas e tecnologias.

O relatório criou muita polemica e trouxe à tona novamente o debate sobre a vida do sertanejo, esquecido desde o episódio de Canudos (ibid.).

O movimento sanitário significou uma reificação do projeto ideológico de construção de nacionalidade na Primeira República, ao revelar que o atraso do país devia-se às enfermidades e não ao determinismo biológico. Esta constatação colocava às elites a necessidade de olhar para as grandes endemias dos sertões e de reunir esforços para integra-los no projeto de nação que já se consolidava nas cidades já saneadas.

No entanto, os resultados das expedições não influenciaram de imediato as políticas econômicas ou sociais da primeira república. A velha oligarquia dos coronéis, que com a República atingem o ápice de sua expansão, segundo Carone (1974), ainda era um entrave importante que exigiu esforços políticos e ideológicos à incorporação do discurso do sanitarismo e da medicina preventiva para explicar o atraso da nação brasileira. Neste sentido, a participação de intelectuais como Monteiro Lobato, que opera uma transformação de seu personagem Jeca Tatu, que passa de indolente para vítima das péssimas condições de saúde e de vida do sertanejo, foi muito importante.

Posteriormente, com a criação da Liga Pró-Saneamento no Brasil no ano de 1918, e a criação do serviço de Profilaxia Rural, o movimento político do sanitarismo campanhista adquire maior repercussão na imprensa, entre os intelectuais e no Congresso Nacional, culminando com a criação em 1920 do Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido por Carlos Chagas (KROPF E LIMA, 2010). Mas é somente a partir da década de 1930 com a criação de um Ministério da Educação e Saúde Pública que a saúde começa a se transformar em objeto de política nacional.

CAPÍTULO III
O TRABALHO SUBALTERNO NO INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Neste capítulo apresentaremos a história da constituição do Instituto Oswaldo Cruz até o ano de 1930. O recorte cronológico foi assim estabelecido por ser este o ano que marcou o fim da Primeira República e o início do governo provisório de Getúlio Vargas. Neste ano o Instituto Oswaldo Cruz é transferido da pasta da Justiça e Negócios Interiores para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

A primeira parte do texto irá abordar os primórdios do IOC como Instituto Vacinogênico Municipal, dirigido pelo Barão de Pedro Affonso, e sua transição para uma instituição de pesquisa, ensino e produção na gestão de Oswaldo Cruz.

Serão apresentados os quatro primeiros regulamentos vigentes neste período, destacando as principais questões da gestão do trabalho e o lugar dos trabalhadores subalternos nos documentos. A questão da moradia é um forte aspecto característico das relações de trabalho no Instituto. Neste texto apresentaremos os aspectos mais gerais desta questão.

As expedições científicas são outro tópico importante. Buscaremos apresenta-las de acordo com os relatórios das viagens publicados no período e que trazem um relato do cotidiano desta linha de atuação de Manguinhos, que significaram o embrião das políticas de saneamento no interior do país.

Buscaremos abordar de maneira mais geral, como a concessão de pró-labores pela comercialização dos produtos biológicos produzidos no IOC afetaram as relações de trabalho entre os cientistas e representaram uma jornada de trabalho extra para os subalternos.

Por fim, os anos 1930 e a crise financeira do Instituto e sua transformação em Departamento de Medicina Experimental.

3.1 O Instituto Oswaldo Cruz em seus primórdios

A gênese do Instituto Oswaldo Cruz relaciona-se intimamente com os acontecimentos históricos que marcaram o início do século XX abordados no segundo capítulo deste trabalho.

Era o ano de 1899 e a peste bubônica atingia o porto da cidade de Santos, causando sérios prejuízos econômicos à exportação do café e ao fluxo imigratório europeu (NASCIMENTO, 2011).

Alarmado com a possibilidade de a epidemia atingir a capital da República, o prefeito Cesário Alvim solicita ao Barão de Pedro Affonso[46], diretor do Instituto Vacinogênico Municipal, a produção de soro antipestoso em larga escala.

O Vacinogênico, localizado na Rua do Catete, produzia vacinas contra a varíola, mas não tinha condições estruturais de produzir soro em grandes quantidades. Pedro Affonso sugere a Alvim, a criação de um Instituto Soroterápico na Fazenda Municipal de Manguinhos. Após o acerto das tratativas, já no fim de 1899, o Barão segue para a Europa para adquirir material necessário para o funcionamento do Instituto, retornando em fevereiro de 1900[47].

Durante a estada do Barão em Paris, Coelho Rodrigues assume a prefeitura da capital no lugar de Cesário Alvim. O novo prefeito não adere ao projeto do Barão por considera-lo muito dispendioso para os cofres municipais. A solução foi passar o Vacinogênico para a esfera da União, subordinado à Direção Geral de Saúde Pública e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, passando a denominar-se Instituto Soroterápico Federal, inaugurado em julho de 1900 (FERNANDES, 1989).

Já empossado como diretor, o Barão nomeia para o Instituto os médicos Oswaldo Cruz, Ismael da Rocha e Henrique Figueiredo de Vasconcelos; os acadêmicos de medicina Ezequiel Caetano Dias e Cardoso Fontes e quatro serventes: José Muniz de Medeiros, Artur Leite Câmara, Manoel Dias Caldeira e Miguel Ferreira dos Santos.

Cruz e Rocha recebiam um conto de réis cada um. Vasconcelos seiscentos mil réis e os dois estudantes duzentos mil réis cada[48].

Oswaldo Cruz ficou responsável por toda a parte técnica, além do serviço de soros que desenvolvia junto com Ezequiel Dias. Figueiredo de Vasconcelos e Cardoso Fontes cuidavam da preparação dos soros e da vacina antivariólica. Ismael da Rocha pediu exoneração do cargo alegando incompatibilidade de tempo com seu trabalho na direção do Laboratório de Bacteriologia do Hospital do Exército.

Em outubro de 1900 foi feita a primeira remessa de 100 frascos de vacina antipestosa para a Diretoria Geral de Saúde Pública.

---

[46] O médico-cirurgião Pedro Affonso Franco destacou-se durante o Brasil Império como clínico e importador de tecnologias médicas da Europa. Em 1887 introduziu e iniciou a produção da vacina antivariólica em vitelos no Brasil. Foi, desde o fim do Império até 1902, uma espécie de conselheiro dos assuntos de saúde pública.

[47] Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Série: Direção. Seção: Serviço de Administração Geral. Dossiê Albino Taveira. BR RJ COC 02-10-05-067.

[48] No período da Primeira República o sistema monetário era padronizado pela unidade de medida de mil-réis. Era representado pela abreviatura Rs grafada antes do valor, e por um cifrão ($) colocado entre a unidade de mil réis e a centena de réis. Para representar o conto de réis, equivalente a um milhão de réis, escrevia-se Rs 1:000$000.

Uma série de desentendimentos entre Cruz e o Barão terminaram com a saída deste da direção do Instituto Soroterápico (FERNANDES, 1989). Com a saída de Pedro Affonso[49], Oswaldo Cruz assume a direção do Instituto em dezembro de 1902. Em 1903 torna-se também Diretor Geral de Saúde Pública e passa a participar do plano de intervenção do Estado no saneamento urbano durante a gestão de Pereira Passos. Neste mesmo ano, ingressa no Instituto, o Dr. Henrique da Rocha Lima, especializado em bacteriologia e anatomia patológica na Alemanha (BENCHIMOL, 1990).

Fotografia 4: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [06/1904]. Autor: J.Pinto. "Henrique da Rocha Lima e Ezequiel Dias realizando inoculação em cavalo". BR RJCOC 02-10-20-05-001-005.

Na foto nº 4, um dos primeiros flagrantes do cotidiano de trabalho em Manguinhos, ainda como Instituto Soroterápico Federal. Ao fundo, estão suas antigas instalações.

Em primeiro plano está o Dr. Rocha Lima e Dr. Ezequiel Dias, ainda um jovem acadêmico de medicina. Ambos portam tubos de ensaio com material para inoculação. Em segundo plano, atrás dos médicos, três serventes que não são mencionados na legenda original da foto, seguram os animais utilizados para a produção de soro.

[49] O Barão de Pedro Affonso continuou à frente da direção do Vacinogêncio Municipal até o ano de 1921(Fernandes, 1989, p.40).

Certamente nesta foto estão três dos quatro serventes que à época trabalhavam no Instituto Soroterápico: José Muniz de Medeiros, Artur Leite Câmara, Manoel Dias Caldeira e Miguel Ferreira dos Santos.

De acordo com as informações do Livro de Registros Funcionais, que inicia em 1908, já como Instituto Oswaldo Cruz, José Muniz de Medeiros[50] foi contratado com o salário mensal de 180$000 (cento e oitenta mil réis). Em 1909 foi nomeado foguista do IOC. Pode ser que entre suas atribuições estivesse o manejo de caldeiras e maquinas a vapor. Arthur Leite Câmara[51] era português naturalizando-se mais tarde, na década de 1920. Foi contratado pelo ordenado de 150$000 (cento e cinquenta mil réis). Manoel Caldeira e Miguel dos Santos não foram encontrados nos registros.

De acordo com o relato do Dr. Henrique Aragão[52] (1950), o maior facilitador dos trabalhos e mais apreciado, é que cada um dos jovens pesquisadores passaria a dispor de um auxiliar de laboratório. Para Aragão significava "[...] termos ao nosso lado, a todos os momentos e quaisquer que fossem as circunstâncias, um servidor leal, diligente e sempre muito dedicado a seu chefe" (ARAGÃO, 1950, p.16).

Oswaldo Cruz assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) de 1903 a 1909. A entrada de Cruz para direção geral facilitou muito a administração do Instituto. Foi possível adquirir novos aparelhos, animais para experiências, livros e revistas científicas do exterior que permitiram a ampliação da biblioteca do Instituto, e a vinda de novos pesquisadores, além da expansão da produção de soros e vacinas para três outras atividades - a fabricação de produtos biológicos, pesquisas médico-experimentais e ensino de bacteriologia.

---

50 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 17 verso.

51 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 17.

52 Jovem acadêmico de medicina que ingressa no ano de 1903 como estagiário. Foi diretor do Instituto na década de 1940.

Fotografia 5: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1903. Autor desconhecido. “Trecho do Instituto Soroterápico de Manguinhos”. BR RJCOC 02-10-20-05-001-009.

Ao mesmo tempo, foram iniciadas as construções monumentais do sítio arquitetônico. Na foto nº 5, tirada em 1903, vemos a derrubada de árvores para preparação dos terrenos que receberiam as novas instalações. No centro da foto, um biotério para pequenos animais, que ficava ao lado da antiga casa do Instituto Soroterápico Federal. A primeira construção do conjunto arquitetônico do Instituto Oswaldo Cruz iniciou-se em 1904, sob o comando do arquiteto Luiz de Moraes.

Durante o Governo Rodrigues Alves, de 1902 a 1906, as atividades de Manguinhos estiveram mais voltadas para as campanhas sanitárias que ocorriam na capital. As campanhas influenciaram o interesse pelos estudos da microbiologia.

Durante este tempo, foram desenvolvidos os métodos de desinfecção domiciliar de vetores, inicialmente com a queima de piretro[53] e, mais tarde, com o uso de DDT (CHAGAS FILHO, 1993).

No período seguinte, 1906 a 1909, as ações da DGSP ficaram mais restritas à capital e o Instituto passou a se orientar para ações de profilaxia e estudos de doenças no interior do país, atendendo a demandas do poder público e de empresas particulares, dando origem às

[53] Inseticida extraído de flores.

grandes expedições científicas do Instituto, que serão abordadas em um tópico específico mais adiante neste capítulo.

Oswaldo Cruz submete ao Congresso Nacional um projeto de reforma que previa a transformação do Instituto Soroterápico em um centro de estudos semelhante ao Instituto Pasteur de Paris, permitindo a preparação de soros, vacinas, fermentos industriais e o ensino da bacteriologia (BENCHIMOL E TEIXEIRA, 1993). O Congresso não aprova de imediato a proposta, mas isso não foi impedimento para que houvesse a continuidade da metamorfose pela qual passou o Instituto. À revelia do Executivo e Legislativo, Cruz aproveita as sobras de recursos da Diretoria Geral de Saúde Pública.

Os dois mais antigos pesquisadores, Drs. Henrique da Rocha Lima e Henrique Figueiredo de Vasconcelos, passam a se responsabilizar alternadamente pela gestão administrativa de Manguinhos, enquanto Oswaldo Cruz dividia-se entre a direção do IOC e a DGSP.

O Dr. Rocha Lima inicia a estruturação do ensino da bacteriologia, parasitologia, anatomia e histologia patológica. O curso atraía inúmeros estudantes de medicina e médicos já formados, que vinham para os laboratórios desenvolverem suas teses de doutoramento ou aperfeiçoarem a clínica.

Nesta perspectiva, o curso cumpria a função de agregar novos pesquisadores, reforçando o quadro funcional do Instituto, mesmo que de maneira voluntária, pois oficialmente o quadro de funcionários era bastante restrito. Assim houve um acréscimo de pesquisadores, de linhas de pesquisa e também da produção de soros e vacinas[54].

O Dr. Figueiredo de Vasconcelos, junto com o Dr. Ezequiel Dias, ficaram encarregados da preparação de soros e vacinas.

---

[54] Sobre os detalhes da produção no período, ver BENCHIMOL, 1990, p.29.

Fotografia 6: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Sangria de Cavalo realizada por Figueiredo de Vasconcelos, auxiliado por Manoel Gomes que cuida do cristalizador (?), Borges e Antônio. Cavalariça, Rio de Janeiro". BR RJCOC 02-10-20-05-021-v.01-012.

Conforme a sua legenda, a fotografia nº 6 mostra o cientista e três auxiliares atuando juntos no cotidiano do trabalho em Manguinhos. Desta vez, os quatro personagens aparecem em um mesmo plano e enquadrados no centro da imagem, quase como um conjunto, sugerindo uma ação compartilhada. Em momentos como esse, registrado pelo fotógrafo, é que se davam também o compartilhamento de conhecimentos e saberes no trabalho.

O prédio da cavalariça foi construído em 1904 e 1905, destinado às inoculações de material virulento e outras operações que necessitassem o uso de cavalos para a obtenção de soros. A construção engendrava sistemas automatizados e instalações inteligentes, que facilitavam a assepsia do local e o aproveitamento dos resíduos gerados pelos animais.

Um pouco adiante, em 1906, iniciaram-se também pesquisas no campo da hematologia, entomologia, protozoologia, anatomia patológica e outras, produzindo uma série de trabalhos científicos originais que foram responsáveis por tornar conhecidos os pesquisadores e o Instituto (BENCHIMOL, 1989).

Em 1907, com o aval da campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro e após ter obtido o primeiro prêmio na Exposição de Higiene e Demografia em Berlim, Oswaldo Cruz

negociou a aprovação de um decreto presidencial[55] que transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental, rebatizado um ano depois, em 1908, de Instituto Oswaldo Cruz[56]. No tópico que se segue, apresentaremos os regulamentos que orientaram a gestão do Instituto Oswaldo Cruz, em 1908, 1919 e 1926 destacando as principais conquistas para o IOC e as referências aos funcionários subalternos. Os primeiros regulamentos, na gestão de Oswaldo Cruz e os dois últimos já com Carlos Chagas na direção de Manguinhos.

3.2 Os Regulamentos do Instituto Oswaldo Cruz e o lugar dos subalternos

Desde o regulamento do Instituto de Patologia Experimental ficou estabelecida a autonomia política, orçamentária e financeira, subordinando o Instituto diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Os estudos científicos poderiam ser realizados mediante a requisição de governos ou de particulares, oficializando a prestação de serviços para as empresas privadas. Institucionalizou a instalação de laboratórios filiais em outros estados do país, como já vinha sendo feito desde 1906, em Belo Horizonte. Ezequiel Dias foi destacado para a direção desta unidade.

Aumentava o número de funcionários técnico-cientificos que passaram a ser um diretor, dois chefes de serviço e seis assistentes. O quadro administrativo ficou composto por um zelador, um almoxarife, um arquivista-escriturário e um desenhista.

Para todos estes cargos a nomeação era feita pelo Ministro da Justiça. Após dez anos de serviço adquiriam o caráter vitalício de suas funções e a aposentadoria por inteiro após trinta anos de serviço[57]

É interessante observar que o artigo 33 do Regulamento do Instituto de Patologia Experimental, considerava que o pessoal técnico poderia residir no Instituto, se assim fosse conveniente para o desenvolvimento dos trabalhos, instaurando oficialmente a moradia no mesmo local de trabalho. Entre as competências do zelador estavam administrar e supervisionar o trabalho do pessoal subalterno e residir no Instituto.

---

[55] Decreto 1.082 de 12 de dezembro de 1907 que cria o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1802-12-dezembro-1907-582504-publicacaooriginal-105302-pl.html.

[56] Decreto 6.891 de 19 de março de 1908 que aprova o regulamento para o Instituto de Pathologia Experimental que passa a chamar-se Instituto Oswaldo Cruz.

[57] Decreto 117 de 4 de novembro de 1892 que regulariza a concessão de aposentadoria aos funcionários públicos disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL117-1892.htm.

O quadro de pessoal subalterno passou a um chefe de cocheiras, quatro serventes de primeira classe, quatro serventes de segunda classe, cinco ajudantes, um mestre, dois maquinistas e dois foguistas. A nomeação ficava a cargo da direção do Instituto. Não há nenhuma menção sobre vitaliciedade ou aposentadoria para estes trabalhadores. Benchimol (1988, p.182) afirma que "os 'subalternos' podiam ser admitidos e dispensados pelo diretor [...] e não gozavam de nenhum direito ou garantia funcional [...]".

O regulamento de 1908 manteve os mesmos cargos e a mesma quantidade de funcionários que o anterior. A permissão para a contratação estabeleceu duas modalidades de ingresso para os funcionários do IOC: através de nomeação ou de contrato.

De fato, o relato de Aragão (1950), já citado anteriormente, e as informações encontradas na pesquisa empírica demonstram que os regulamentos legitimaram o que já vinha acontecendo na prática. Do mesmo modo que as obras do Castelo, iniciadas com recursos sobrantes da DGSP, também foram as contratações de pessoal. As informações presentes no livro de assentamentos funcionais indicam que alguns registros como o do servente José Rodrigues Pedro[58] datam de 1904, quando ingressou como contratado em junho e assim permaneceu até janeiro de 1913, passando então a constar no livro de registros como servente efetivo.

Não fica claro no regulamento de 1908 se a aposentadoria e vitalicidade do cargo referem-se também aos funcionários subalternos. As regras de nomeação e contratação mantêm-se atribuídas ao Diretor, a quem cabia também a aplicação de penalidades, suspensões e multas no caso de faltas do pessoal. As penalidades prescritas aos funcionários do IOC serão debatidas e melhor demonstradas no capítulo seguinte. Por hora é importante resalvar que as encontramos apenas nos registros do pessoal subalterno.

A institucionalização de arrecadação de rendas próprias com a venda de seus produtos biológicos possibilitou ao Instituto gozar de estabilidade orçamentária e política. Foi à arrecadação de recursos com a venda de vacinas para a Peste da Manqueira, descoberta em 1906 pelo Dr. Alcides Godoy[59], que contribuiu para custear a contratação de cientistas de outras instituições do país e do exterior, de funcionários administrativos e subalternos, além de viagens e estudos de pesquisadores do Instituto para especialização.

---

[58] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 78 verso.

[59] Médico paulista, ingressou no IOC em 1903. Três anos depois descobre o "carbúnculo sintomático" conhecido como peste da manqueira que ataca os músculos do gado.

Em uma estratégia semelhante à realizada no Instituto Pasteur, Oswaldo Cruz permitiu que Godoy patenteasse a descoberta da vacina e cedesse ao IOC a exploração comercial do produto cabendo a este 5% de toda a renda da arrecadação. Esta medida causou muita polêmica entre os pesquisadores de Manguinhos, mas foi o que possibilitou ao Instituto gerir recursos que não estivessem submetidos às burocracias do Ministério ou à interferência do legislativo (BENCHIMOL, 1990).

O regulamento instituiu também o ensino, através de um curso de veterinária destinado a estudantes de medicina e veterinária e a profissionais já diplomados em busca de seu doutoramento.

Estava estabelecido o tripé que até hoje se constitui em uma característica própria da Fiocruz: a pesquisa, o ensino e a produção de medicamentos. Nos primeiros trinta anos de atividades do Instituto Oswaldo Cruz, as três áreas eram desenvolvidas de maneira quase que concomitante por seus profissionais. Não havia ainda uma divisão do trabalho que demarcasse estas fronteiras.

Em 1917, com a morte de Oswaldo Cruz, o Dr. Carlos Chagas assume a direção do Instituto. Em 1919, um novo regulamento modificava a estrutura e funcionamento do IOC para atender às demandas decorrentes das ações de saneamento rural que já estavam em curso desde a década de 1910.

Desta forma previa-se a ampliação das possibilidades de utilização da renda própria, autorizando seu emprego em iniciativas de trabalhos que favorecessem o desenvolvimento do Instituto, como a instalação de pequenos hospitais e laboratórios regionais voltados para o estudo de patologias locais e a manutenção do hospital de doenças tropicais criado em 1912, que previa a internação de doentes que "ofereciam assunto para pesquisas científicas" [60] facultando aos pesquisadores do IOC realizar estudos no hospital.

[60] Artigo n° 16, §1°, §2° e §3° do Decreto n° 13.527, de 26 de março de 1919, que reorganiza o Instituto Oswaldo Cruz.

Fotografia 7: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1924?]. Autor: J. Pinto. “Carlos Chagas, pacientes e a Comissão designada pela Academia Nacional de Medicina para avaliar os estudos sobre a Doença de Chagas”. BR RJCOC 02-10-20-20-006-v.03-005.

O hospital, inicialmente denominado Oswaldo Cruz, abrigava um fluxo de pacientes que vinham de diversas regiões rurais do país, especialmente de Lassance, pequena cidade do interior de Minas Gerais, onde foi descoberta a Doença de Chagas[61] e que mantinha um laboratório e um pequeno hospital montados na estação ferroviária.

Na fotografia nº 7, tirada na escadaria do prédio do hospital de doenças tropicais, o Dr. Carlos Chagas, à direita de jaleco branco segurando no corrimão, posa com vários doentes trazidos de Lassance para tratamento e pesquisas clínicas. Os doentes ocupam posição de destaque, reiterando a condição de objetos de estudos e motivo maior da visita da Comissão Médica, todos de terno escuro. No alto da foto, localizado atrás do Dr. Chagas, está um servente, também de jaleco. Temos por hipótese que este servente é o mesmo que está na foto do acampamento que compõe a trajetória de Francisco Gomes. Se nossa hipótese estiver correta, era Altino, tio de Francisco (foto nº 27).

A necessidade de aumentar a produção de quinina, utilizada como medicamento para a malária, criou uma Seção de Química Aplicada que se destinava aos estudos químicos e ao preparo de medicamentos e produtos quimioterápicos. Para esta seção é transferido o Serviço de Medicamentos Oficiais, criado em 1918, voltado para a produção de quinina e de outros medicamentos utilizados nas atividades dos postos de profilaxia instalados no país.

Nos anos 1920, o serviço produziu medicamentos contra a sífilis, a lepra, óleos medicinais, antígenos, quimioterápicos, o soro antimeningocócico, antipneumocócico, a vacina anticarbunculosa desenvolvida em 1918 pelos pesquisadores Alcides Godoy e Astrogildo Machado e outros fármacos (BENCHIMOL, 1990).

O regulamento de 1919 possibilitou a expansão do quadro de pessoal proporcionando também a ampliação dos funcionários do quadro burocrático que passou de quatro para dezesseis, e do pessoal subalterno de dezoito para quarenta e dois trabalhadores.

O pessoal subalterno passa a ser composto por:

> um mestre, dous machinistas, um preparador de meios de cultura, um encarregado do museu, um carpinteiro, um bombeiro, cinco auxiliares de laboratorio, seis serventes de 1ª classe, seis serventes de 2ª classe, dez serventes de 3ª classe, seis serventes de 4ª classe, um encarregado da conservação dos edificios, um

---

[61] A Doença de Chagas foi descoberta na cidade mineira de Lassance, onde Carlos Chagas trabalhou em 1907, combatendo uma epidemia de malária que atingiu os operários da Estrada de Ferro Central do Brasil. O *trypanossoma cruzi*, agente etiológico da doença, foi constatado primeiro em insetos hematófagos, comumente chamados de barbeiros, que habitavam as casas de pau a pique da região e depois em animais silvestres e domésticos. Até que, em 1909, foi descoberto no sangue de humanos. A transmissão se dá através da picada destes insetos. A Doença de Chagas, em sua forma grave, atinge órgãos vitais como o fígado, o baço, intestino, esôfago e o coração.

> telephonista, um pintor, dous ajudantes de carpinteiro, dous foguistas e um lustrador (BRASIL, 1919, p.09).

Além destes que eram de nomeação, havia também os funcionários subalternos contratados, pagos através da renda própria do Instituto.

O regulamento de 1919 apresenta uma série de mudanças em relação aos cargos dos trabalhadores subalternos. Extinguem-se os cargos de Ajudante e de Chefe de Cocheiras. Este último passa a ser denominado Chefe de Cavalariça.

Outros cargos são criados como o Auxiliar de Laboratório, o Distribuidor de Soros e Vacinas, Preparador de Meios de Cultura e o Encarregado do Museu. O cargo de Servente passa a ter quatro classificações e os salários mensais variam de acordo com a classe.

Do total de 127 registros de trabalhadores subalternos selecionados do Livro de Assentados, encontramos 39 reenquadrados como Auxiliares de Laboratório. No entanto o ano de ascensão de cada trabalhador é bastante variável. O critério de reenquadramento, quando descrito, é o mérito. Mas não é evidente em todos os casos.

Os vencimentos também eram diferentes entre os auxiliar de laboratório e os demais serventes, conforme demonstramos no quadro abaixo extraído do próprio regulamento:

Quadro 1: vencimentos do pessoal do Instituto Oswaldo Cruz a que se refere o art. 51 de regulamento aprovado pelo decreto n. 13.527, de 29 de março de 1919.

Cargos e vencimentos	**Total mensal**	**Total anual**
05 auxiliares de laboratório, a 300$000 mensais	1:500$000	18:000$000
06 serventes de 1ª classe, a 250$000 mensais	1:500$000	18:000$000
06 serventes de 2ª classe, a 200$000 mensais	1:200$000	14:400$000
10 serventes de 3ª classe, a 180$000 mensais	1:800$000	21:600$000
06 serventes de 4ª classe, a 150$000 mensais	900$000	10:800$000

Fonte: BRASIL, 1919, p.08.

Comparando as informações sobre valores salariais descritos nos Livros de Registros Funcionais com as fontes orais, percebemos que os aumentos de salário dos trabalhadores subalternos eram atribuídos de forma indiscriminada, determinados pelo diretor do Instituto. Nos livros, percebemos as diferenças de valores, mesmo quando se tratavam de cargos equivalentes (1ª classe, 2ª classe e etc). Attilio Borriello confirma que os aumentos eram dados individualmente e que esse era um motivo de animosidade entre os colegas:

> [...] Aumentar um colega em 30 mil réis que esse aumento não fosse geral, dava uma inveja de morte [...] Porque os aumentos eram de 30 em 30 mil réis. Aumentos

> pequeninos. Então, tinha uma turma lá de laboratorista ganhando 110. No próximo pagamento vinha... Eu, por exemplo, ou um outro qualquer, 140, mais 30. Ah, minha filha! Aquele que foi aumentado tinha que padecer. Porque não merece, é proteção... Mas isto existe até hoje. O mundo é o mesmo. O mundo não modificou. (BORRIELLO, 1986. Fita2, lado A).

A nomeação, admissão, contratação e demissão do pessoal subalterno e extraordinário mantiveram-se entre as funções do Diretor do Instituto, assim como as penalidades, multas e suspensões já previstas no regulamento anterior.

O regulamento de 1919 contém a descrição das atribuições de todos os cargos, com exceção dos trabalhadores subalternos. Tampouco as encontramos nos relatórios que os diretores do Instituto remetiam ao Ministro da Justiça dando conta das atividades realizadas no período.

O depoimento de Attilio Borriello nos conta que, de um modo geral, o trabalho dos auxiliares envolvia toda a rotina do laboratório, e descreve: “Era preparação, esterilização, autoclavagem a seco, velas, toda filtragem, toda a preparação de material. Inoculação, controle, exames rotineiros, diário, culturas, estas culturas, repique...” (BORRIELLO, 1986. Fita 2, lado A).

Encontramos na documentação do Instituto Vacinogênico Municipal, uma descrição pormenorizada das atribuições de todos os seus servidores, inclusive dos funcionários subalternos.

O Instituto Vacinogênico Municipal havia ficado, desde a saída do Barão do Instituto Soroterápico, sob a administração da família de Pedro Affonso. A disputa sobre a fabricação da vacina antivariólica entre o Barão e Manguinhos só teve um fim em 1920 quando Carlos Chagas, que estava também à frente da direção do Departamento Nacional de Saúde Pública, consegue entrar em acordo, juntamente com a prefeitura do Distrito Federal, para pagar a indenização que o Barão exigia, de 118 contos de réis (BENCHIMOL, 1990). Assim o Instituto Vacinogênico foi incorporado ao IOC, transferindo-se para Manguinhos em 1922.

O decreto nº 14.629 de 14 de janeiro de 1921, que estabelece a transferência, determinava que as atribuições dos funcionários do Vacinogênico estivessem reguladas pelo disposto no regulamento do IOC.

O relatório, que transcrevemos abaixo, oferece algumas pistas sobre a natureza das atividades que estavam mais relacionadas à produção de produtos biológicos. O documento tem data de 1939. A lei nº 284 de 28 de outubro de 1936 reajusta os quadros e vencimentos públicos da União. A partir desta lei, cria-se a carreira de prático de laboratório que é um reenquadramento da carreira de auxiliar de laboratório.

Quadro 2: excerto do relatório de atividades do Instituto Vacinogênico, 1939:

Envio a V. Exa. O resumo dos trabalhos realizados durante o mês de fevereiro do corrente ano nesta seção, encarregada do preparo da vacina antivariólica e serviços correlatos:

Dr. Paulo Affonso Franco – Biologista classe M
Dr. Sergio Affonso Monteiro Franco – Acadêmico classe C
João Fernandes de Queiroz – Prático de Laboratório classe F
Antonio Mario Gomes – Prático de Laboratório classe E
Trabalho: esterilização do material da seção, trituração, centrifugação, tamisação, mistura, enchimento dos tubos pelo vácuo, esterilização da água, pesagem da polpa bruta.

Dr. Paulo Affonso Franco
Sergio A. M. Franco
Abilio José Correa – pratico de laboratório classe F
José Diniz Valadão – pratico de laboratório classe E
Trabalho: inoculação de vitelos, colheita, observação dos animais antes, durante e após a inoculação e colheita.

Dr. Paulo Affonso franco
José Diniz Valadão
Trabalho: autopsia dos vitellos

Francisco de Carvalho - prático de laboratório classe C
Martiniano Martins Catitas - prático de laboratório classe C
Waldemar Resende Silva - prático de laboratório classe C
Ismael Ferreira de Almeida – contratado
Trabalho: fechamento de tubos durante toda a hora do expediente, acondicionamento, contagem e rotulagem

Abílio José Correia
José Diniz Valadão
Sebastião Alves Vidal - prático de laboratório classe D

Trabalho: tratamento dos vitellos. Limpeza das cocheiras, condução dos vitellos da estação de Del Castilho para a seção. Esterilização dos aventaes das cocheiras de vitellos.

Manoel José de Souza – prático de laboratório classe E
José Gonçalves de Sá - contratado
Trabalho: limpeza do edifício da seção e auxilio em geral

José Serafim de Mello – contratado
Trabalho: vigia noturno

Paulo Affonso Franco e Sergio A. M. Franco
Trabalho: secretaria, arquivo e etc da seção. Seleção de polpas, verificação de actividades em animais de laboratório, revigoração e contagem de germens não pathogênicos, verificação de pathogenidade, dosagem de *sthaphilococcos*, exame veterinário dos vitelos e pequenos animais. [...]

Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Serviço de Administração Geral. Série: Administração Geral. Relatório dos Trabalhos do Laboratório de Vacina Antivariólica, de 11 de julho de 1939.

Fazemos aqui uma ressalva, pois estamos tratando de uma atividade específica que é a produção da vacina antivariólica. Certamente, a produção de outros insumos implicavam

diferentes metodologias, técnicas e conhecimentos. Do mesmo modo as atividades de pesquisa eram realizadas no interior de cada laboratório previam o emprego de métodos e tecnologias particulares, adequados aos objetos e temas de estudos.

O relatório do Instituto Vacinogênico evidencia, mais uma vez, que uma parte das atividades era compartilhada entre os médicos e seus auxiliares de laboratório. Outras eram específicas e indicam uma relação direta com o conhecimento formal. Aquelas consideradas mais simples, como tratamento dos animais, limpeza, e esterilização do local de trabalho eram atribuições somente dos auxiliares de laboratório. As atividades de análises de material biológico ficavam sob a responsabilidade dos médicos.

De qualquer forma, podemos observar o caráter polivalente do processo de trabalho dos auxiliares e, ao mesmo tempo os tênues limites da divisão do trabalho no cotidiano das atividades do Instituto entre médicos e subalternos.

As substituições também estavam previstas e eram feitas em caráter transitório, de acordo com o artigo 49 do regulamento de 1919. Para o pessoal subalterno, as substituições eram realizadas de acordo com a categoria, as diferenças de vencimento e as necessidades do trabalho no Instituto.

É comum observar nos livros de registros um vai e vem de cargos, onde um colega era nomeado interinamente no lugar de outro que estivesse temporariamente ausente. O retorno do colega significava também o retorno ao seu antigo cargo e salário.

O artigo 52 do mesmo regulamento versa sobre os direitos de licença e aposentadoria e penalidades disciplinares:

> Art. 52. Os funccionarios do Instituto terão os direitos de funccionarios federaes, sendo suas licenças e aposentadorias reguladas pelas leis em vigor. As suas faltas de comparecimento, cuja justificação compete ao director, e as penas disciplinares serão reguladas pelo disposto no regulamento da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores (BRASIL, 1919, p.07).

É interessante constatar aqui que no mesmo artigo consta a extensão dos direitos para todos os funcionários e, ao mesmo tempo, assinalam-se as penalidades.

Essa ambiguidade pode estar ancorada no fato de que este período foi marcado por uma série de reivindicações e lutas por direitos trabalhistas. Entre os anos de 1917 a 1920 uma série de greves de grandes impactos foram organizadas nas principais cidades do país. Na capital esses números alcançaram quase 60 greves e em São Paulo chegaram à casa dos 100 (FAUSTO, 2015). O agravamento da carestia causada pela Primeira Guerra aliada ao advento

da Revolução Russa em outubro de 1917 estão entre alguns fatores que fortaleceram o movimento operário no período.

Os reflexos desta conjuntura podem ter sido condicionantes para a extensão dos direitos. No entanto a advertência da penalidade se faz presente no mesmo artigo evidenciando a tentativa de controle e de coerção dos trabalhadores. Transcrevemos abaixo o trecho do Regulamento que reorganiza a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, publicado em 1911:

> PENAS DISCIPLINARES
>
> Art. 27. Os empregados da Secretaria, nos casos de negligencia, falta de cumprimento de deveres, desrespeito ás ordens de seus superiores hierarchicos, ausencia sem causa justificada, revelação de assumptos não publicados, ficarão sujeitos ás seguintes penas disciplinares:
>
> 1ª. Simples advertencia;
> 2ª. Reprehensão verbal ou por escripto;
> 3ª. Suspensão até 20 dias;
> 4ª. Demissão.
>
> § 1º. As tres primeiras penas serão impostas pelos directores geraes, gradualmente ou não, conforme a gravidade da falta commettida, podendo a advertencia ser tambem infligida pelos directores de secção.
>
> § 2º. Da pena de suspensão poderá o empregado recorrer para o ministro dentro do prazo de dous dias contados da data da intimação da mesma pena.
>
> § 3º Só pelo ministro poderá ser determinada a suspensão por tempo maior de 20 dias.
>
> § 4º O funccionario que faltar oito dias consecutivos ao serviço, sem participação escripta ao director geral, incorrerá, ipso facto, na pena disciplinar de suspensão por 10 dias.
>
> § 5º A suspensão, como medida disciplinar, privará o funccionario, pelo tempo correspondente, de todos os respectivos vencimentos e acarretará o desconto do mesmo tempo daquelle que é considerado de effectivo exercicio, quer para os effeitos do art. 11 deste regulamento, quer para o calculo do vencimento da aposentação.
>
> § 6º A applicação das penas de que trata o presente capitulo não exclue aquella em que o empregado haja incorrido, segundo disposição do Codigo Penal (BRASIL, 1911, p.12).

Ao cruzarmos as informações do Regulamento do IOC de 1919, com os depoimentos orais, constatamos que os direitos trabalhistas só foram aplicados na prática após a década de 1930, conforme demonstra o diálogo do depoente com o entrevistador:

> [NB] O senhor quando veio para cá não tinha nenhum benefício? [AB] Nada! Nada, nada, nada, nada. [...] Tudo é de Getúlio. Tudo, todo trabalhador deve rezar para Getúlio. Tudo, tudo que nós temos é de Getúlio Vargas. [...] Nem se discutia isso. [...] a turma que trabalhava aqui, andava por aqui muito pé descalço, e quando entrou Getúlio, depois das leis, a turma usava sapato... quase ninguém usava sapato. [...] trabalhador de campo era pé no chão. Não tinha garantia nenhuma (BORRIELLO, 1986. Fita 2 lado A).

O trecho do depoimento nos recorda que o Instituto Oswaldo Cruz, estava situado em uma fazenda, na área rural da antiga Freguesia de Inhaúma. Considerando o período histórico, a ausência de direitos e a precariedade ainda maior daqueles trabalhadores envolvidos com as atividades campesinas, são aspectos que compunham a particularidade das relações de trabalho em Manguinhos, relacionadas com a totalidade das relações de trabalho naquele período histórico.

Fotografia 8: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1904?]. Autor: J. Pinto. "Cavalos fornecedores de soro. Rio de Janeiro". BR RJ COC 02-10-05-001-022.

A fotografia nº 8 característica de uma fazenda de criação de cavalos poderia ser um registro comum, de qualquer uma das muitas propriedades rurais existentes à época. Entretanto, no fundo da imagem, do lado esquerdo, está o prédio do Pombal, biotério para pequenos animais, construído por volta de 1904. Na foto estão ainda três trabalhadores que, provavelmente, eram tratadores desses animais.

O terceiro Regulamento, datado de 1926, trouxe algumas mudanças em relação à concessão de direitos para os funcionários, e ao mesmo tempo ampliou os mecanismos de controle sobre os trabalhadores.

A vida funcional era regulada, em última instância pelo diretor. A ele incumbia a concessão de licenças de até 30 dias, e de férias. Tudo em conformidade com as

conveniências e necessidades do serviço. Os registros funcionais[62] demonstram que as férias para o pessoal subalterno eram concedidas em períodos de 15 dias e de forma irregular, apresentando uma descontinuidade entre os anos.

É instituída a assinatura do ponto para todos os funcionários. O horário do expediente passa a ser de oito horas de trabalho diário. Os trabalhadores subalternos tinham seus horários de entrada e saída fixos, das 8 horas da manhã até às 16 horas da tarde.

Para os funcionários técnicos era exigida a permanência de, pelo menos, 6 horas diárias no Instituto, no espaço de horário entre 9h e 18h. Mas o horário de trabalho não era fixo. Aqueles que não pudessem cumprir com esse regime de trabalho, o diretor poderia autorizar um regime diferente.

Como veremos mais adiante, as mudanças relativas à regulação do expediente de trabalho dos funcionários do Instituto foram motivadas pelas críticas recebidas durante a gestão de Carlos Chagas no que dizia respeito à comercialização dos produtos biológicos, a prestação de serviços para a iniciativa privada e a duplicidade de emprego dos médicos, que passaram a investir em laboratórios particulares, em detrimento de sua função pública no IOC.

Para os trabalhadores diaristas, o comparecimento deveria ser registrado em cadernetas de ponto pelo zelador ou na falta deste pelos encarregados da seção.

As horas extras eram reguladas para os funcionários superiores e funcionavam como critério de merecimento para promoção e substituição, sendo computadas mensalmente. O Regulamento institui também uma ajuda de custo para aqueles que saíssem em excursões fora da capital, para as despesas com a viagem.

Os trabalhadores subalternos poderiam ser convocados para executar serviços fora das horas de trabalho, ou que exigissem a permanência durante a noite, feriados e domingos, de acordo com as exigências do serviço ou conveniência da administração, mas não recebiam remuneração pelas horas extras trabalhadas:

> [Entrevistador] ele não recebia por aquelas horas que trabalhava a mais? [AB] Nada, nada, mas se ele ficava doente, se ele tinha um mal estar, ele era amparado, ele era amparado. Eu contei que Chagas mandava até funcionário para Belo Horizonte, para se refazer. Ele tinha amparo. Então ele retribuía dando tudo de si para a repartição (BORRIELLO, 1986. Fita 2, lado B).

O regulamento discriminava cargos, seções científicas, administrativas e auxiliares. Os pesquisadores, antes distribuídos de acordo com suas especialidades, foram lotados conforme

---

[62] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais, 1, 2 e 3.

as seções de bacteriologia e imunidade, zoologia médica, micologia e fitopatologia, anatomia patológica, hospitais e química aplicada (BENCHIMOL, 1989).

No entanto, conforme nos conta José Cunha (1987), na prática esta divisão não correspondia ao que determinava o Regulamento:

> O Instituto era organizado até em seção. Tinha chefe. Mas o sujeito não se limitava a fazer uma coisa só. Eles faziam o que bem entendiam. Quer dizer, um protozoologista pesquisar tifo exantemático, isso é fora de propósito, não tem nada uma coisa com a outra. Mas isso aconteceu (CUNHA, 1987. Fita 1, lado B).

As seções administrativas compunham-se de secretaria, zeladoria, almoxarifado e arquivo e as seções auxiliares eram compostas pela biblioteca, museu, desenho, fotografia e microfotografia, tipografia, esterilização e preparo de meios de cultura, distribuição de soros e vacinas, biotérios e cavalariças, mecânica e eletricidade, carpintaria, conservação de imóveis e estradas, oficinas de encadernação, de preparação de ampolas e de aparelhos de vidro. Poderia ser realizada a transferência dos funcionários administrativos e auxiliares de uma seção para outra, conforme a conveniência do diretor (BENCHIMOL, 1990).

No cruzamento de algumas fontes encontradas durante a pesquisa, foi possível saber um pouco mais sobre o funcionamento de algumas seções e seus trabalhadores subalternos.

Fotografia 9: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Assuerus Overmeer no interior da biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz". BR RJCOC 02-10-20-10-094-001.

A fotografia nº 9 mostra os funcionários da biblioteca em pleno exercício de suas atividades. À direita, na máquina de escrever, está Assuerus Hippolytus Overmeer, chefe da bilbioteca, holandês naturalizado brasileiro. Ao fundo, organizando a estante, está João Simões Paulo, mais conhecido como "João o Grande" (FONSECA FILHO, 1974). João Simões ingressou em Manguinhos em 1904 como ajudante nas obras do sítio arquitetônico, e foi aproveitado para os trabalhos da biblioteca. Simões era vizinho e muito amigo de Basílio Aor, mestre de obras do Castelo e das demais edificações históricas. E era também padrinho de Hamlet William Aor.

Borriello nos conta uma pouco sobre Simões:

> O Assuerus era o bibliotecário [...]. E ele tinha, dois bibliotecários auxiliares e um encarregado da limpeza, que é o chamado, João, o grande, João Simões. Foi operário da construção do prédio! [...] Tomava conta, espanava, limpava, tinha um... Aquilo era uma beleza de limpeza, de... E cuidava, era o indivíduo que vinha trazer livro, levava ficha, etc. Fazia serviço de comunicação. João Simões Paulo. Olympio elogia ele como auxiliar. Não sei se vocês já leram aquele... Aquele livro do Olympio, fala em João, o grande (BORRIELLO, 1986. Fita 5, lado B).

O trabalho de arquivamento e controle das fichas da biblioteca desempenhado por João Simões pode ter colaborado algumas vezes para que os auxiliares pudessem ter acesso a livros científicos na biblioteca, como veremos mais adiante no próximo capítulo.

Fotografia 10: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1950-1960. Autor: J. Pinto. "Museu Anatomia Patológica. Rio de Janeiro". BR RJCOC 02-10-20-05-004.v.03-003.

A fotografia nº 10 exibe o Museu de Anatomia Patológica que ficava localizado no terceiro andar do prédio do Castelo Mourisco. O Museu preservava a coleção anatomopatológica com peças anatômicas raras e insubstituíveis, com lesões observadas em doenças como: a peste pulmonar, a varíola e a febre amarela (FONSECA FILHO, 1974).

O auxiliar Jerônimo Cardoso[63] era o encarregado do Museu. Cardoso ingressou em Manguinhos, no ano de 1912, como servente contratado. Em 1919 passou a ser responsável pelo trabalho no Museu:

> [...] no terceiro andar tinha um museu, [...] aonde eu ia me distrair. [...] o encarregado do museu era o Jerônimo Cardoso. [...] É quem montava aquelas peças, aquela coisa toda. Com aqueles vidrinhos [...] Era um museu muito bem montado. E nós mantínhamos lá, uma peça que não era, não era de interesse científico, mas

[63] C.f. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 53 verso.

> ninguém procurou, ficou aí dezena de anos, foi a perna do Del Prete[64]. Aquele aviador italiano, que num vôo aqui no Rio de Janeiro, sofreu um acidente e amputaram a perna dele.[...] Tinha, tinha, num frasco com formol. Montada pelo Cardoso. Um líquido muito claro, aquela perna atlética. Tinha um rim, que me chamava a atenção, de uma autópsia feita no São Francisco de Assis, tiraram três quilos e meio de areia e pedra. (BORRIELLO, 1986. Fita 5, lado A)

Fotografia 11: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Sala de preparo de meio de cultura no Pavilhão Mourisco". BR RJCOC 02-10-20-05-004.v.05-010.

A fotografia nº 11 acima mostra um registro da Seção Auxiliar de Preparos e Meios de Cultura, cujo trabalho atendia a todos os laboratórios do IOC. Em primeiro plano, desfocada, está uma das torneiras que pertenciam ao engenhoso sistema hidráulico da sala, que unia uma caixa térmica d'água, localizada na estufa de armazenamento do material produzido, e que sob altíssimas temperaturas era capaz de produzir água destilada. A engenhoca foi inventada pelo Dr. Alcides Godoy (DIAS, 1918).

No fundo da sala, à esquerda, por trás da vidraria, estão dois serventes sem identificação. O que está mais à frente, de bigode, olha diretamente para a lente do fotógrafo. Seu olhar fixo atrai o nosso, de expectadores, e parece chamar a nossa atenção para a sua forte

---

64 Carlo Del Prete foi um aviador italiano que ficou famoso na década de 1920, por bater recordes de distâncias de vôos, tanto na Itália, como no Brasil. Morreu em 1928, quando o avião que pilotava caiu na Baía de Guanabara.

presença, que se sobrepõe ao aparato técnico e tecnológico localizado à sua frente; este último de grande importância e orgulho para os cientistas, como descreveu o Dr. Ezequiel Dias ao comentar a mesma fotografia: "Esse interessantíssimo dispositivo, inventado por Godoy, funcciona com toda regularidade há mais de sete anos" (DIAS, 1918, p. 41).

Recorremos ao depoimento de Venâncio Fernandes, que na década de 1940 chefiou o mesmo setor, que ainda ficava localizado na mesma sala fotografada, para que possamos compreender como era o trabalho dos serventes e os conhecimentos exigidos nesta seção:

> É a pessoa conhecer os alimentos que podem promover a vida desse ser ou a vida daquele outro. Em contrapartida, uma coisa importante no meio de cultura é o pH. Porque cada bactéria, ela exige de você um pH exato pra ela lhe dar aquilo que você quer, que você precisa que ela dê. Por exemplo, se eu mandar um pH diferente pro tequiadema, ele vai crescer. Mas não te dá aquela toxina, teor de toxina que ele deveria dar. Então, você tem que ter esse equilíbrio aí entre misturar as drogas e o equilíbrio do pH, certo. [...] Nós mandávamos toneladas, rapaz. Vidro assim de 10 litros. [...] Porque todo meio de cultura, nós temos que testar a qualidade do meio de cultura e a esterilização desse meio de cultura. [...] O meio de cultura tem que mandar [para o laboratório] já sabendo que esse meio está estéril, você vai usar a sua cepa sabendo que esse meio está em perfeito estado e a qualidade (FERNANDES, 1986. Fita 4, lado B).

Bonfim comenta ainda que o chefe da Seção era José Joaquim Dias Paredes, que ingressou no IOC em 1912 como servente contratado e em 1919 foi nomeado para o cargo de preparador de meios de cultura, conforme consta em seus assentamentos funcionais[65]. Paredes morou com a família na casa do antigo Instituto Soroterápico, demolida na década de 1930 para dar lugar ao edifício da Fundação Rockfeller.

De acordo com Benchimol (1990), as seções científicas estavam assim organizadas: Bacteriologia e Imunidade, Zoologia Médica, Micologia Fito-patologica, Anatomia Patológica, Hospital de Doenças Tropicais e Química Aplicada.

Bacteriologia e imunidade abrigavam pesquisas na área de microbiologia, a coleção de culturas e bactérias, preparo de soros e vacinas, análise de produtos biológicos colocados à venda no mercado e os diversos exames bacteriológicos.

Esta seção era chefiada pelo Dr. Antonio Cardoso Fontes, que trabalhava com pesquisas sobre tuberculose e sucedeu Carlos Chagas na direção do Instituto. Seu auxiliar era José Barbosa da Cunha[66].

---

[65] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 52 verso. BR RJ COC 02.

[66] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 66. BR RJ COC 02.

Fotografia 12: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. “Antonio Cardoso Fontes em seu laboratório”. BR RJCOC 02-10-20-10-051-004.

A fotografia nº 12, conforme sua legenda já diz, mostra o Dr. Cardoso Fontes em primeiro plano sentado em sua mesa de trabalho. O microscópio indica a natureza científica e tecnológica de suas atividades. No fundo da imagem está um auxiliar de laboratório, sem identificação. Ele não olha para a câmera. Concentra-se em seu trabalho na pia da bancada, segurando um frasco de vidro. A foto expressa uma clara demarcação da divisão técnica do trabalho, onde a atividade intelectual é desenvolvida pelo cientista e a atividade considerada simples, pelo auxiliar.

Não podemos afirmar que o auxiliar da foto seja, de fato, José Barbosa da Cunha. No entanto, sabemos através dos relatos orais, que Barbosa da Cunha, na ocasião da epidemia de gripe espanhola, em 1918, recebeu um título de nível superior concedido pelo Instituto Oswaldo Cruz, para que pudesse prestar assistência em um dos hospitais de emergência montados na ocasião.

> Já esse outro Zé Cunha, parece que era servente ou do doutor Cardoso Fontes [...]. Havia carência de médicos para assinar atestado de óbito, devido a mortandade causada pela gripe espanhola e pela guerra de [19]14. Não havia tempo até para enterrar os cadáveres e aquilo infeccionou o mundo; atingiu até aqui o Brasil. Então fizeram isso (AOR, 1986. Fita 3, lado B).

Encontramos ainda, na página eletrônica do periódico científico Memórias do Instituto Oswaldo Cruz[67], um artigo[68] publicado em 1928 que versa sobre o desenvolvimento do bacilo da tuberculose em meios de cultura artificiais. O artigo é assinado pelos Drs. Cardoso Fontes e J. Barbosa da Cunha, que nesta ocasião já havia sido titulado pelo Instituto. A co-autoria revela o reconhecimento do saber do auxiliar, mesmo que este não tenha passado por um processo formal de profissionalização.

No entanto, em seus assentamentos funcionais, não há nenhuma menção sobre o título de nível superir ou sobre a publicação do artigo. José Barbosa da Cunha[69] ingressou no IOC em 1912 como copeiro e nesta mesma data foi transferido para servente de laboratório. Em 1919 passou a auxiliar de laboratório e foi destacado para seguir na Comissão Federal Sanitária no Rio Grande do Norte, regressando seis meses depois. Em 1928, foi colocado à disposição para trabalhar no Ministério da Agricultura e Comércio.

De acordo com as notações em sua folha de registros, Barbosa da Cunha continuou exercendo o cargo de auxiliar de laboratório em datas posteriores à concessão de seu título, sugerindo uma certa ambiguidade da situação: o reconhecimento dos saberes do auxiliar não parece ter sido suficiente para que ele exercesse um cargo superior dentro do Instituto.

Um outro importante auxiliar da seção de bacteriologia era Rômulo Mônico dos Santos[70], responsável por manter a coleção de culturas de bactérias. Seu trabalho consistia em examinar as culturas, verificar se estavam ou não contaminadas, repicar para outros meios de cultura e assim conservar a coleção. Rômulo ingressou no IOC em 1914 e morava nos terrenos da instituição[71].

A seção de Zoologia Médica era capitaneada por Adolpho Lutz e seus estudos de Protozoologia, Helmintologia, Entomologia, animais venenosos e veiculadores de parasitos, além da manutenção das coleções de Zoologia Médica.

---

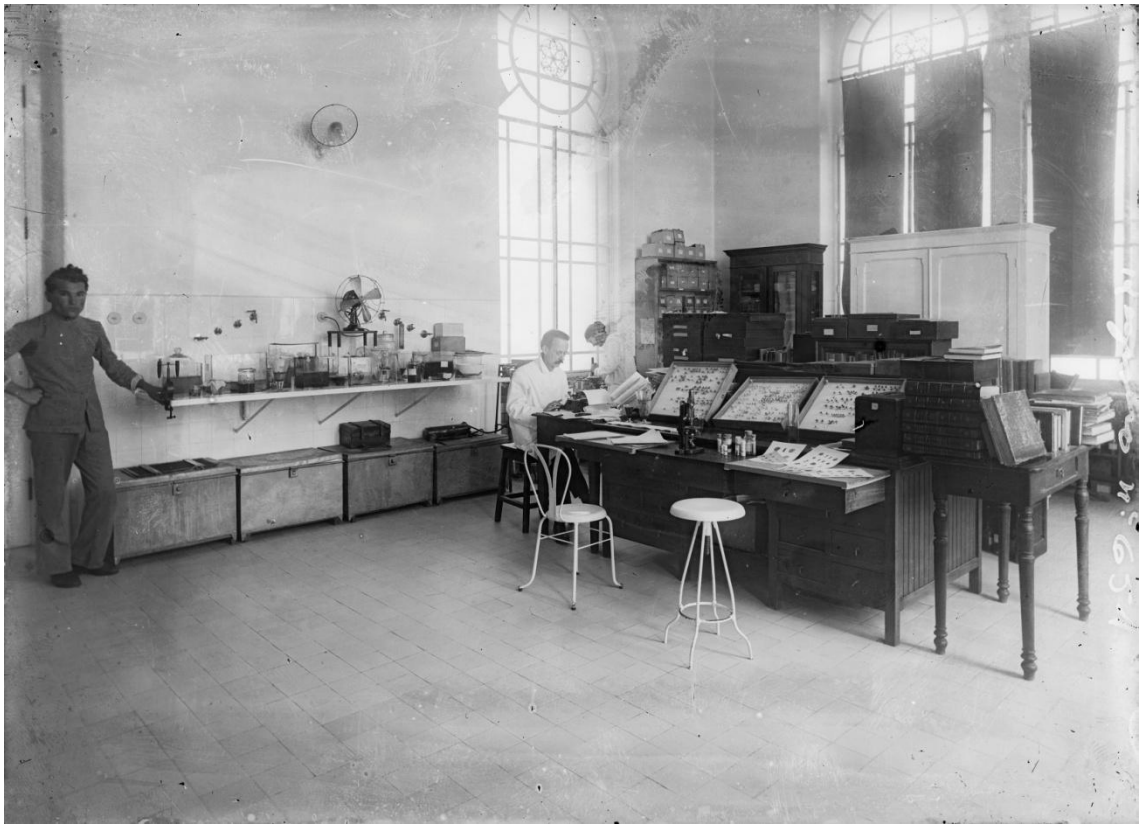
67 Cf. http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/past.html.

68 Cf. FONTES, A. e CUNHA, J. Barbosa. Algumas observações sobre o bacillo da tuberculose collocado em condições experimentais próximas às condições saprophyticas in Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 21(53); 73-77, 1928.

69 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 63 verso. BR RJ COC 02.

70 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 39 verso. BR RJ COC 02.

71 BONFIM, Venâncio. 1986. Fita 3, lado B.



Fotografia 13: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Adolpho Lutz no laboratório". BR RJCOC 02-10-20-10-077-002

A fotografia (nº 13) do Dr. Lutz trabalhando, nos dá uma visão ampla de seu laboratório. O médico sentado a maquina de escrever e sua filha, Bertha Lutz, em um microscópio junto a uma das janelas do laboratório. É possível observar parte de sua coleção entomológica. No canto esquerdo, um auxiliar sem identificação.

Nossa hipótese é que este seja um dos auxiliares de Lutz[72], José de Vasconcelos, que ingressou no Instituto em 1908 com o cargo de ajudante. Vasconcelos era auxiliar do Dr. Lauro Travassos[73], passando posteriormente, a trabalhar com o Dr. Lutz. É Attilio Borriello quem nos conta as circunstancias desta mudança de chefia:

> Tinha José de Vasconcelos com a esposa, com três filhos, uma filha e dois filhos. Que foi um acidentado que recebeu um tiro em cima do pé, [...] Numa caçada que [...] Lauro Travassos fazia aqui pela fazenda, tinha um bicho em cima do coqueiro. E quando Lauro Travassos com a espingarda apontou, esse bicho jogou-se do coqueiro embaixo. E José de Vasconcelos, que era o auxiliar dele, correu para apanhar o

[72] O outro auxiliar era Joaquim Venâncio Fernandes.

[73] O médico Lauro Pereira Travassos trabalhou a maior parte da sua vida no Instituto Oswaldo Cruz coordenando estudos e pesquisas na área de parasitologia. Sua família era proprietária da fazenda Japuíba, em Angra dos Reis, onde atualmente situa-se um bairro do município com o mesmo nome da antiga fazenda. A fazenda foi utilizada também como uma estação de pesquisas do IOC.

> bicho para segurar o bicho. E Lauro Travassos desceu com o rifle e atirou. Pensando atirar no animal, atirou em cima do pé do José de Vasconcelos. Então, José de Vasconcelos ficou inútil. Mas não deixou, ficou, morreu com aquela ferida, não é? Porque estraçalhou o pé. Mas não deixou...[...] eu ainda não estava no Instituto. Mas foi pouco tempo, pouco tempo antes. E José de Vasconcelos, enquanto pode trabalhou com Adolfo Lutz naquela sala lá na frente, na ala esquerda do primeiro andar que nós estamos, nós estamos no primeiro andar.[...] trabalhava já nessa época Joaquim Venâncio e José de Vasconcelos, eram os dois. Sendo que o José de Vasconcelos veio trabalhar com o Lutz, depois do acidente (BORRIELLO, 1986. Fita 1, lado A).

O acontecimento narrado por Attilio sugere o caráter servil do trabalho subalterno em Manguinhos: ao segurar o animal caçado é ele quem leva o tiro. Mesmo assim, continua trabalhando no Instituto, onde também residia com a família, mudando apenas de laboratório. Em seus assentamentos um silêncio total sobre o episódio[74]. José de Vasconcelos faleceu em 04 de fevereiro de 1933.

A Seção de Zoologia Médica compreendia ainda a Entomologia e a Helmintologia, que eram independentes. A primeira era chefiada por Costa Lima e ocupava-se de um laboratório de entomologia médica e um insetário, mantendo as coleções iniciadas por Oswaldo Cruz. A seção de helmintos, coordenadas por Lauro Travassos e Gomes de Faria, tinha uma vasta coleção que ia incorporando novas espécies recolhidas nas muitas expedições para a estação de Salobra, no Mato Grosso do Sul. Mario da Silva Ventel, auxiliar de Lauro Travassos por muitos anos, participou destas expedições.

[74] C.f Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 18.

Fotografia 14: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1942. Autor desconhecido. Volta da caçada. Da esquerda para direita: Mário Ventel e Lino. Salobra, Mato Grosso. BR RJCOC 02-10-20-35-010-028.

A fotografia nº 14 exibe os dois orgulhosos auxiliares, retornando de uma caçada realizada em uma expedição na cidade de Salobra, em 1942, no estado do Mato Grosso do Sul. A excursão fazia parte de um programa mais amplo de realização de estudos biológicos na Zona da Estada de Ferro Noroeste do Brasil.

Mario da Silva Ventel[75] era um auxiliar muito versátil exímio anatomista e também microfotógrafo, aprendendo com J.Pinto as técnicas de microfotografia. Ingressou em Manguinhos em 1918 para prestar serviços na seção de vidros. Em 1919 passou a servente de laboratório. Participou de muitas expedições na década de 1920, acompanhando os cientistas Lauro Travassos e Olympio da Fonseca Filho. É o próprio Mario Ventel quem solicita que sejam registradas em seus assentamentos as excursões das quais havia participado.

O depoimento do pesquisador do IOC, Dr. Hugo de Souza Lopes, que trabalhou na equipe do Dr. Travassos é quem nos conta um pouco sobre Ventel:

> Mário Ventel fazia todo o serviço de necrópsia, tudo muito bem feito. Agora, houve um dia que o Travassos precisou de fotografias de livros e o Mário Ventel foi para lá com o Pinto, aprendeu fotografia durante muito tempo fez fotografia aqui. Quer dizer, a gente tinha esse auxiliar brasileiro [...] Polivalente.[...] E que é sempre em potencial uma pessoa capaz de fazer. Então se tinha excelentes auxiliares, mas que viviam igual ao cavalo da igreja: estavam quase aprendendo a viver sem comer, e acabavam morrendo, porque não tinham condições.[...]Passou a vida toda com dificuldade financeira. Depois, quando casou, casou muito tarde com uma mulher de quem se separou logo e ficou com dois filhos. Era uma luta. É um negócio penoso mesmo, sabe? (LOPES, 1986. Fita 3, lado B).

O reconhecimento de sua capacidade, conhecimentos e habilidades, não alteravam o lugar social dos auxiliares, como pudemos constatar no depoimento do cientista.

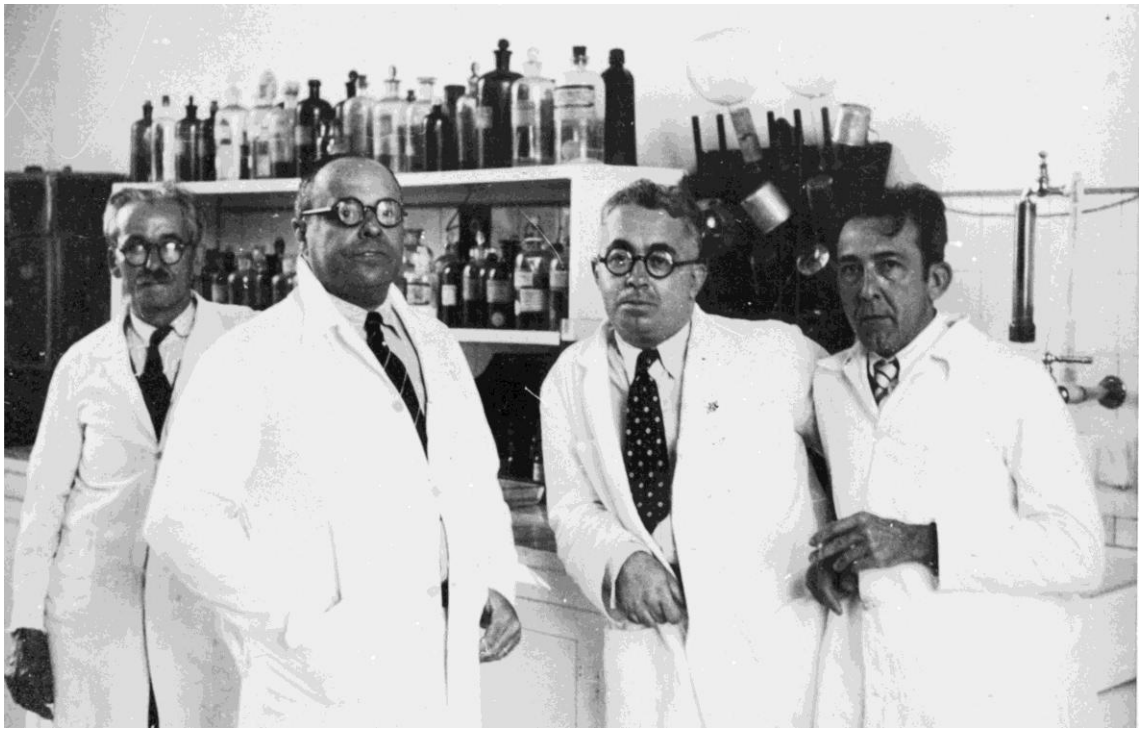
A seção de Micologia Fito-patologica era chefiada por Olympio da Fonseca possuía uma coleção de cogumelos de mais de mil espécies diferentes.

As autopsias e necropsias também eram uma atividade constante na seção de Anatomia Patológica. Realizadas nos hospitais públicos da cidade como o São Francisco de Assis e o São Sebastião, para onde posteriormente foram transferidos alguns auxiliares, as necropsias forneciam material de estudo em histologia e embriologia, através do envio de peças cirúrgicas que compunham a coleção do museu de anatomia patológica, já mencionado anteriormente.

Um dos auxiliares desta seção era Antonio Ferreira Amaro, que já havia trabalhado com o pesquisador Oswino Pena no laboratório de análises químicas do Hospital da Marinha.

---

[75] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 2, folha 18. BR RJ COC 02.



Fotografia 15: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1938. Autor: J.Pinto. "Sr. Amaro, auxiliar de laboratório, Dr. Burle Figueiredo, Dr. Julio Muniz e Dr. Arêa-Leão (da esquerda para a direita)". BR RJCOC 02-10-20-25-001-013.

A imagem nº 15 mostra os três cientistas à frente, em primeiro plano. O auxiliar, Sr. Amaro, apesar da gravata e do jaleco de cor branca, igual ao dos cientistas, posiciona-se mais recuado. Sua posição na imagem alude à hierarquia que caracterizava as relações de trabalho no IOC.

O Sr. Amaro era um dos auxiliares "veteranos" que trabalhavam nos laboratórios. Natural de Portugal nasceu em 11 de fevereiro de 1887. Na ocasião desta foto, tinha 51 anos. Ingressa no IOC através do médico Oswino Alvares Penna[76], pois já era seu auxiliar de laboratório em um hospital militar da Marinha.

Em 1929 solicita que constem em seus assentamentos o tempo em que trabalhou em outros estabelecimentos: em 1911 e 1912, foi guarda do pavilhão do Hospital Nacional de Alienados. E foi servente do Hospital Central da Marinha de 1913 a 1919. Transcrevo abaixo um trecho da notação de seus assentamentos[77] que versa sobre seu trabalho na Marinha:

---

[76] O Dr. Oswino Álvares Penna era médico do Hospital Militar da Marinha, desde 1911. Em 1918 viajou com o Dr. Adolpho Lutz para uma expedição na região Norte do Brasil, integrando a Comissão do Instituto Oswaldo Cruz. Ingressou definitivamente no IOC em 1919.

[77] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 2, folha 37. BR RJ COC 02.

> O Inspetor de Saúde Naval, tendo em conta o serviço que acaba de prestar com a fabricação de vacinas contra a febre tíficas e paratíficas A e B o laboratório de análises químicas e sendo testemunho do serviço exaustivo que demanda tal certame, tenham de reconhecer o perigo que correm seus mais diretos obreiros, os quais visando sempre o bom nome da corporação a qual pertencem e tendo em mira o bem da pátria não só a ela se entregaram e (está ilegível) [...] louva como a área faz a todo pessoal de laboratório e muito especialmente aos Srs Capitão Tenente Médico Dr Orsino Álvares Penna, Enf Naval de segunda classe Francisco Luiz de Souza e o servente Antonio Ferreira Amaro pela exemplar dedicação ao serviço para o qual não pouparam sacrifícios de espécie alguma (Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Livro de Registros Funcionais. Livro 2, folha 37 - BR RJ COC 02).

O hospital de doenças tropicais, na época ainda denominado de Hospital Oswaldo Cruz, colaborava com o setor de anatomia patológica nos trabalhos de autopsias que eram lá realizados. Além disso, o hospital prestava assistência médica à população do entorno realizando consultas ambulatoriais, imunizações e internações. Durante os surtos de febre amarela e varíola na década de 1920 o hospital teve uma atuação fundamental.

A seção de Química Aplicada, que já havia sido criada pelo regulamento anterior, mantinha os estudos de higiene, zoologia, veterinária, patologia experimental, fitopatologia e fisiologia. Incluía o Serviço de Medicamentos Oficiais, e a produção da vacina antivariólica estabelecida pelo antigo Instituto Vacinogênico, já incorporado a Manguinhos, como mencionado anteriormente.

De acordo com Benchimol (1990) apesar de não contar no organograma, o Instituto mantinha uma seção de Protozoologia, chefiada por Henrique Aragão e Marques da Cunha, onde pesquisava o assistente Julio Muniz, auxiliado por Attilio Borriello. Nesta seção trabalhavam também José Cunha, Cyrilo Nunes Vaz, auxiliar de Genésio Pacheco, Alfredo Alves Marreiros e Oldemar Coelho de Almeida[78].

O estabelecimento de seções cientificas parecem indicar uma primeira tentativa de estabelecer uma divisão do trabalho mais clara em Manguinhos, mas como assevera Benchimol, (1990) essa divisão não foi imediatamente aplicada. Os pesquisadores continuavam se dividindo entre a produção de produtos biológicos, o ensino, através das aulas do curso de aplicação[79] e orientação de estudantes e a pesquisa em seus temas de estudo, personalizando as práticas efetivamente realizadas em seus respectivos laboratórios.

O Curso de Aplicação teve seu programa ampliado em três tópicos: bacteriologia e imunidade; micologia, protozoologia, helmintologia, entomologia e zoologia médica e

---

78 Cf. CUNHA, José. 1987, Fita 1, lado B.

79 Criado em 1908, o Curso de Aplicação de Manguinhos teve como objetivos consolidar e difundir a Bacteriologia como área de conhecimento e base para a investigação biomédica e foi a gênese dos atuais Programas de Pós-graduação da Fiocruz

anatomia patológica. Foram determinadas gratificações para os docentes do curso que seriam pagas pelas rendas próprias do Instituto, oriundas das vendas de seus produtos imunobiológicos.

3.3 Apresentando os trabalhadores subalternos: um silêncio que grita

Esta seção tem como objetivo apresentar os sujeitos deste estudo. Optamos por tentar reconstruir uma parte de suas trajetórias profissionais e de vida, a partir da disponibilidade dos depoimentos orais realizados na década de 1980, com quatro destes trabalhadores[80]. A riqueza destas fontes revelou outros aspectos que extrapolam o conteúdo meramente institucional dos demais documentos presentes nos arquivos do DAD/COC/Fiocruz, e que nos permitiu conhecer um pouco mais da vida destes personagens para além de Manguinhos. Da mesma forma, trabalhamos com as informações do Livro de Registros do Cadastro de Funcionários Estatutários, pertencente ao Fundo Instituto Oswaldo Cruz, a partir das notações das folhas funcionais de cada um dos funcionários, até a data de sua aposentadoria. As fontes fotográficas que nos ajudaram a compor as pequenas trajetórias são também, em sua maioria, da base arquivística já mencionada.

A partir do cruzamento destas fontes, fomos, na medida do possível, agregando outras, pesquisadas em diferentes repositórios, como a Coleção de Periódicos da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital.

Cabem aqui algumas resalvas. Para a elaboração das trajetórias de Joaquim Venâncio e de Ernani de Moura Caldas, não dispúnhamos de depoimentos orais dos próprios trabalhadores. Em ambos os casos buscamos fazer contato com as famílias.

Conseguimos contato com alguns familiares de Venâncio. O mais próximo foi seu neto, Sérgio Fernandes, mas ele não chegou a conhecer o avô. Suas lembranças eram da casa que ele frequentava quando criança, bem pequeno, localizada dentro da Fiocruz, nas visitas em que fazia à sua avó, D. Sebastiana, esposa de Joaquim Venâncio. Sergio fez contato com o único filho ainda vivo de Venâncio, Hugo Fernandes, mas este se encontrava já idoso e apresentando alguns sinais de senilidade. Desta forma, fomos recolhendo trechos dos vários depoimentos[81] utilizados no estudo que mencionavam Joaquim Venâncio.

---

[80] Attilio Borriello, Hamlet William Aor, Francisco José Rodrigues Gomes e José Cunha.

[81] BORRIELLO, Attilio. Attilio Borriello. Depoimento, 1986. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1986; AOR, Hamlet William. Hamlet William Aor. Depoimento, 1986. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1986; GOMES, Francisco. Francisco Gomes. Depoimento, 1986. Acervo Casa de Oswaldo

Em relação a Ernani de Moura Caldas, pudemos entrevistar sua neta, Teresa Trevino. Ela conheceu e conviveu com o avô até os oito anos de idade. Em seu depoimento ela nos contou, que morava com seu avô e que as histórias que ele lhe contava, eram as histórias do tempo em que viveu e trabalhou em Manguinhos. Teresa também nos cedeu cópias das duas fotografias que compõe a trajetória de Ernani.

3.3.1 Joaquim Venâncio Fernandes

Joaquim Venâncio Fernandes nasceu no dia 23 de maio de 1895 na Fazenda Bela Vista, em Rio Novo, município localizado na Zona da Mata Mineira, próximo a Juiz de Fora.

A Fazenda pertencia a Sra. Mariana Cândida Ribeiro de Castro, mãe do Dr. Carlos Chagas, que passou a administrar a propriedade após a morte do marido.

A Zona da Mata Mineira foi uma região que se estabeleceu a partir da abertura do Caminho Novo, no século XVIII, utilizado para o transporte de escravizados que trabalhavam nas regiões de mineração. A partir do século XIX com a abertura da estrada União & Industria o cultivo do café passa a ser a principal fonte econômica da região, como informam Lamas et all (2003, p.07): "Daí por diante a região assume uma produção ascendente, que vai significar, em média, 20% da produção nacional de café até a década de 20 do século passado, quando então, a região perde espaço para a produção de café do Sul de Minas". Os autores asseveram ainda que esta região foi um dos últimos redutos escravocratas do período.

Carlos Chagas Filho[82] (1993) admitiu a presença de escravizados nas fazendas de sua família e nos conta que sua avó Mariana possuía uma escrava de nome Carlota que a acompanhou por toda vida, mesmo após a venda da Fazenda. Já bem idosa, Carlota, que residia em uma favela, mantinha o hábito de visitar a família Chagas, religiosamente, aos domingos:

Cruz. COC/Fiocruz. 1986; CUNHA, José. José Cunha. Depoimento, 1987. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1987; BONFIM,Venâncio. Venâncio Bonfim. Depoimento, 1986.Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1986; PATROCINIO, Sebastião. Sebastião Patrocínio. Depoimento, 1986. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1986; LOPES, Hugo de Souza. Depoimento,1986. Hugo de Souza Lopes. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1986; OLIVEIRA, Sebastião. Sebastião de Oliveira. Depoimento, 1987. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1987; CHAGAS FILHO, Carlos Chagas Filho. Depoimento,1987, Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1987; PARAENSE. Wladimir L. Wladimir L. Paraense. Depoimento, 1989. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. COC/Fiocruz. 1989.

[82] Carlos Chagas Filho era médico, filho mais novo de Carlos Chagas. Ingressou no IOC em 1926. Em 1935, transfere-se para a Universidade do Brasil, antiga UFRJ, após ser aprovado em um concurso para a Faculdade de Medicina.

> Lembro-me de suas visitas dominicais a meu pai: "nhô Carlos", como lhe chamava. Continuou a visitarnos até sua morte, bem depois da de Chagas. De alto porte, cabelos de algodão, voz sempre suave, vestida de linho branco e anáguas da mesma cor, uma fé profunda caracterizava sua alma simples. Entrava na sala, geralmente, às horas das refeições, com seu cumprimento habitual: "Louvado seja Deus!" Vivendo pobremente em um dos nossos morros, dizia-se feliz e sustentava que nada lhe faltava. Tudo podia alcançar quando pedia a Nossa Senhora. Bastava, para isso, que teimasse suficientemente. Dizia, na sua voz melodiosa: "Peço uma, duas, três vezes e aporrinho Nossa Senhora até que me dê o que peço" (CHAGAS FILHO, 1993, p.11).

Carlota veio da mesma Fazenda onde viveu Joaquim Venâncio, a Bela Vista. A Fazenda foi vendida posteriormente, não há a informação precisa sobre a data, mas sabemos que na década de 1920 já pertencia ao Sr. Alcides Macedo, médico da região[83].

Joaquim tinha dois irmãos: José Venâncio Fernandes e Manoel Venâncio Fernandes. José, o mais velho, continuou vivendo e trabalhando como administrador na propriedade até a década de 1940. Depois veio morar no Rio de Janeiro trazido por seu filho mais velho, Venâncio Bonfim. Manoel Venâncio Fernandes foi admitido no Instituto Oswaldo Cruz em 1925 para trabalhar como servente das cocheiras.

Um dos muitos silêncios que pairam sobre a história de Joaquim Venâncio é sobre sua gênese. Como foi sua infância na Fazenda? Quem eram seus pais? Eram escravizados? Considerando o ano de nascimento de Joaquim, 1895, sete anos após a abolição da escravatura, é possível que seus ascendentes fossem trabalhadores escravizados ou libertos da Fazenda da família Chagas.

Sebastião Patrocínio, sobrinho de Joaquim Venâncio[84], filho de José, em seu depoimento para o Projeto Memórias de Manguinhos, disponível na Série Depoimentos Orais do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz[85], nos conta que toda sua família trabalhava na fazenda no cultivo das culturas de café, cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, gado de leite e fabrico de cachaça. O dono das terras ia pouco à propriedade e esta ficava sob os cuidados de José Venâncio.

Indagado sobre as condições de trabalho na fazenda, diz não saber se seus antepassados seriam ou não escravizados. No diálogo com a entrevistadora, esta relação não fica evidente: "[...] A minha avó nunca entrou em detalhes. [...] eu com sete aninhos não me

---

[83] Cf. PATROCINIO, Sebastião. Sebastião Patrocínio. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986.
[84] Idem.
[85] BR RJCOC 05-05-02-01.

lembro de nada não. [...] minha avó[86] nunca palestrou comigo sobre isso, não" (PATROCINIO, 1986. Fita 1, lado B).

Uma outra questão que também não fica suficientemente esclarecida é sobre a circunstância da vinda de Joaquim Venâncio para o Instituto Oswaldo Cruz. A historiografia[87] sempre afirmou que Carlos Chagas e Joaquim Venâncio eram amigos de infância, tendo crescido juntos. No entanto, Chagas nasceu em 1878. Portanto, tinha 17 anos quando Joaquim Venâncio nasceu, no mês de maio. Neste mesmo ano, em setembro, Carlos Chagas segue para Ouro Preto para cursar a Escola de Engenharia de Minas, permanecendo em Ouro Preto até o ano seguinte, 1896. Em 1897 segue para o Rio de Janeiro para cursar medicina.

O depoimento de Venâncio Bonfim[88], também disponível nos acervos da COC/Fiocruz não deixa claro o que teria motivado a vinda de Joaquim Venâncio para o Instituto. Em um primeiro trecho do depoimento, Bonfim afirma que Chagas tinha a intenção de trazer Joaquim e seus irmãos para Manguinhos, uma vez que D. Mariana tinha cuidado dos três que cresceram órfãos na fazenda:

> Acontece que meus avós morrendo na fazenda do Chagas, no caso era a mãe do Dr. Chagas [...] ela [...] era uma senhora toda social, tomou conta dos três. Eles foram criados como filhos de criação. Aí essa amizade nunca mais se desfez. O Dr. Chagas, daqui, quis trazer todos os três, mas eles erradicados na Fazenda, não quiseram. Sobrou o Venâncio, que é o mais novo (BOMFIM, 1986. Fita 1, lado A).

Logo em seguida, Bonfim nos conta que Joaquim Venâncio teria tido uma experiência prévia de trabalho com uma família de médicos da Fazenda antes de vir para o IOC:

> O Venâncio veio [...] Primeiro aprendeu as coisas de fora, trabalhou com uma família de lá, que ele também é médico. Se preparou, veio para o Rio, se encontrou com o Dr. Chagas e o Dr. Chagas arrumou serviço para ele aqui. (BOMFIM, 1986. Fita 1, lado A).

Esse trecho do relato de Bonfim sugere que a iniciativa de vir para o Rio poderia ter partido do próprio Joaquim Venâncio, inclusive planejando e preparando sua vinda e pleiteando um trabalho em Manguinhos posteriormente.

De toda forma, as relações da família Venâncio Fernandes com Dr. Carlos Chagas tinham um viés paternalista bastante forte. Essa particularidade fica evidente em diversas situações, como por exemplo, quando a esposa de José Venâncio, D. Maria de Jesus, adoece

---

[86] É provável que Sebastião esteja se referindo a sua avó materna, uma vez que mais adiante o depoimento de seu irmão, Venâncio Bonfim, afirma que seu pai era órfão.

[87] Cf. FERREIRA, Luiz Fernando. Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955). Revista Trabalho, Educação e Saúde, 1 (1): 2002, p.13.

[88] BONFIM, Venâncio. Venâncio Bonfim. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

em 1926 e o Dr. Chagas manda buscar toda a família na fazenda para que D. Maria pudesse se tratar no hospital do Instituto, à época Hospital Oswaldo Cruz. D. Maria não resiste à doença e morre logo depois.

O casal tinha cinco filhos: três moças e dois rapazes ainda pequenos. Estes ficaram vivendo durante um tempo com Joaquim Venâncio, mas depois Sr. José Venâncio volta para buscá-los.

Os rapazes eram Venâncio Bonfim e Sebastião Patrocínio. Ambos foram em décadas posteriores, admitidos para trabalhar em Manguinhos. As duas filhas mais velhas foram encaminhadas para trabalhar como empregadas domésticas e a terceira ficou aos cuidados da Sra. Íris Lobo Chagas, esposa do Dr. Carlos Chagas, enviada para um asilo religioso no bairro do Humaitá, uma instituição que cuidava da educação de moças carentes. Esta última foi a única que permaneceu no Rio de Janeiro.

Joaquim chegou ao Instituto no ano de 1916. Estava com 21 anos. No dia 14 de novembro foi contratado pelas rendas próprias como servente recebendo vencimentos de 50$000 (cinquenta mil réis). Sua efetivação como funcionário nomeado do IOC só se deu em 1922, como servente de 4ª classe.

Como já pudemos observar no capítulo anterior, não foi possível descobrir através das fontes consultadas, se existiriam diferenças entre as funções e responsabilidades exercidas pelos serventes, que estivessem determinadas pela natureza de seu vínculo: nomeado (pertencente ao quadro de funcionários do Ministério da Justiça e Negócios Interiores) ou contratado (pelas rendas próprias). Tudo leva a crer que não. As especificidades da natureza do trabalho de cada servente estavam mais relacionadas ao laboratório ou, mais estritamente ao pesquisador ao qual o servente estivesse subordinado.

Joaquim Venâncio trabalhou a maior parte do seu tempo com o Dr. Adolpho Lutz e sua filha, Dra. Bertha Lutz, mas encontramos em seus registros funcionais informações de que também acompanhou outros pesquisadores do Instituto, da Fundação Rockfeller e pesquisadores estrangeiros.

Fotografia 16: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 19/05/1952. Autor desconhecido. "Souza-Araújo, Joaquim Venâncio e outros em mata" BR RJCOC 02-10-20-45-003.v.01-004.

A fotografia nº 16 registra um instante em que Joaquim Venâncio acompanha o Dr. Heraclides Cesar de Souza-Araújo[89] em uma expedição. Joaquim Venâncio, de botas, paletó e chapéu, observa o Dr. Souza-Araújo em uma árvore. Souza-Araújo era médico, dermatologista e tinha como um de seus estudos principais a lepra[90], incluindo pesquisas experimentais, imunologia, diagnóstico e classificação e experimentação de novas drogas.

Não foi possível encontrar informações mais detalhadas sobre a excursão retratada na fotografia. Nossa hipótese, a partir da observação do conjunto de imagens que compõe a série iconográfica, é que se tratava de estudos sobre botânica, provavelmente relacionados com doenças dermatológicas ou com a lepra. Também não foi possível identificar as outras pessoas que aparecem na foto.

89 Médico, ingressou em 1913 no Curso de Aplicação do IOC. Foi discípulo de Adolpho Lutz e especializou-se em dermatologia. Seus estudos clínicos concentravam-se sobre a hanseníase, à época mais conhecida como lepra.

90 Hanseníase.

É o próprio Joaquim que, em 1937, solicita que constem em seus assentamentos a relação de todas as excursões realizadas no interior do país com o objetivo de coletar material científico, resalvando que nesta listagem não se encontravam pequenas excursões que ele participou em bairros e cidades próximas do Rio de Janeiro, como: "[...] Teresópolis, Petrópolis, Friburgo, Angra dos Reis, Jacarepaguá, Baixada Fluminense [...], tendo excursionado algumas vezes à noite pelo interior das matas"[91]. O documento transcrito no livro de registros foi validado pelos pesquisadores Adolpho Lutz, Cezar Ferreira Pinto, Álvaro Lobo Leite Pereira e Alcides Godoy.

Não foi possível encontrar nos arquivos pesquisados os relatórios ou diários de campo destas excursões que trouxessem informações mais detalhadas sobre o trabalho desenvolvido.

No entanto, foi a partir destas excursões que Dr. Lutz publicou vários artigos sobre zoologia médica. Muitos deles estão reunidos no volume 3, livro 4, da publicação *Adolpho Lutz. Obra Completa*, organizada por Benchimol e Sá (2007).

Dr. Lutz, que veio para o IOC em 1908, dedicou-se inicialmente aos estudos de malacologia; moluscos e trematódeos; descrevendo mais de vinte espécies de cercárias, ocupando-se ainda das infecções no homem, os sintomas, patogenia, anatomopatogenia, tratamento e prevenção (PARAENSE *apud* BENCHIMOL e SÁ, 2007).

A partir da década de 1920 até 1939, dedica-se aos estudos de anfíbios no Brasil, publicando vários artigos, sendo considerado um dos pioneiros neste campo. Como asseveram Pombal Jr. & Caramaschi (*apud* BENCHIMOL e SÁ 2007, p.22):

> Ainda na década de 1920, A. Lutz publicou alguns trabalhos de revisão de gêneros (e.g. Bufo e Leptodactylus), apresentando descrições detalhadas e ilustrações de ótima qualidade. Tais estudos equiparavam-se aos melhores trabalhos produzidos no mundo, na época.

Sua filha Bertha Lutz participou da publicação de seus três últimos artigos e após a morte do pai deu continuidade ao trabalho já iniciado por ele. Pombal Jr. & Caramaschi (ibid) destacam a riqueza de detalhes de um destes artigos publicados[92], sobre espécies de batráquios do gênero *Phyllomedusa*, onde são descritos a morfologia dos sapos adultos, sua vocalização, os girinos, incluindo seu desenvolvimento e observações comportamentais.

---

[91] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.Livro 2, folha 5, Livro 4, folha 153. BR RJ COC 02.

[92] Cf. BENCHIMOL e SÁ (orgs.). Outros estudos em Zoologia. *In:* Adolpho Lutz. Obras Completas. Vol. 3 livro 4, p.547.

Neste artigo, Joaquim Venâncio é textualmente citado como partícipe dos estudos realizados no laboratório e no campo, conforme o trecho destacado a seguir:

> Tanto na introdução, como nos capítulos, é dedicada grande atenção às observações de natureza biológica, feitas não só no laboratório como no campo. Os autores e seu auxiliar, Sr. **Joaquim Venâncio**, encontraram as posturas de *Phyllomedusa rohdei*, *Ph. guttata* e *Ph. appendiculata*. É traçado minuciosamente o desenvolvimento da primeira, desde o nascimento das larvas, presenciado pelos autores e documentado fotograficamente, até a metamorfose; o das segundas é apresentado mais sucintamente, sendo descritos porém os embriões da última (LUTZ, A e LUTZ, B, 1939 *apud* BENCHIMOL e SÁ, 2007, pag 548 grifo meu).

Joaquim Venâncio é referido em mais quatro artigos selecionados por esta coletânea. No artigo "Observações sobre batráquios brasileiros", concluído em 15 de abril de 1925 e publicado em 1926, Dr. Lutz, ao descrever a espécie *Leptodactylus rhodomystax Boulenger,* apanhada na Bahia pelo próprio Venâncio, faz a seguinte observação: *"*Joaquim Venâncio, empregado de meu laboratório, que apanhou o *rhodomystax*, compara a sua voz com o piar do inhambu no princípio do seu canto" (ibid, p.224).

Em outro artigo sobre duas novas espécies de *Hyla*, um tipo de perereca de cor laranja, Dr. Lutz comenta:

> Nenhum outro naturalista consigna ter encontrado hilas vivas cor de laranja. Trabalhando há muitos anos na coleta de batráquios com o nosso prático de laboratório, **Joaquim Venâncio**, nunca encontramos pererecas alaranjadas. Ultimamente, tivemos entretanto o ensejo de observar que os espécimes mortos de uma pequena *Hyla*, verde, aquática, do Distrito Federal, tornam-se laranja quando mergulhados em álcool (LUTZ, *apud* BENCHIMOL e SÁ, 2007, p.465. Grifo meu).

A partir desta primeira observação, todo o texto é redigido na primeira pessoa do plural, atribuindo a si próprio e a Venâncio as observações, deduções e conclusões do estudo.

Joaquim é citado ainda em um artigo sobre novas espécies de *Hilideos*[93] (sapos) e em outro sobre mosquitos que picam sapos. Em ambos, é destacado como participante dos trabalhos de campo nas localidades da Serra do Mar, Petrópolis, Friburgo, Serra da Bocaina, Teresópolis e Alto da Serra de Cubatão em São Paulo.

No quadro abaixo estão as excursões registradas no Livro de Registros funcionais (Livro 3, folha 542):

---

[93] LUTZ, A e LUTZ, B. *"New Hylidae from Brazil",* nos *Annais da Academia Brasileira Scientífica, v.11, n.1, p.67-89, apud* BENCHIMOL, J. e SÁ, M. Adolpho Lutz: obra completa. Fiocruz, 2004.

Quadro 3: Excursões realizadas por Joaquim Venâncio para coleta de material científico

ANO	LOCAL
1919	▪ Acompanhou o Dr. Lutz e mais dois cientistas americanos a Lassance e Pirapora (MG);
1920	▪ Entre-Rios com interrupção em Santana; ▪ Juiz de Fora (meses de abril e maio);
1921	▪ Pindamonhangaba e Campos de Jordão com Adolpho Lutz; ▪ Estação de Litro, Juiz de Fora e São João Del Rey com Adolpho Lutz; ▪ Fanbate (?) ▪ Estação de Alliança; ▪ Estação de Alliança e Commercio; ▪ Entre-Rios com Adolpho Lutz e J. Pinto ▪ Juiz de Fora ▪ Entre- Rios
1922	▪ Lassance; ▪ Juiz de Fora e Água Limpa com Dr. Davis e outros médicos da Comissão Rockfeller para coleta de mosquitos; ▪ Juiz de Fora; ▪ São Paulo com a Comitiva do Rei Alberto, da Bélgica; ▪ Campos – RJ com Alcides Godoy e Cesar Pinto;
1923	▪ Lassance com Raul de Carvalho; ▪ Bahia com Carlos Chagas; ▪ Estação de Palmeiras com o zelador Manoel de Souza Gomes; ▪ Estação Barão Homem de Mello;
1924	▪ Belo Horizonte e Araxá;
1925	▪ Serra da Bocaina;
1926	▪ Estação de Itapera – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil acompanhando Alvaro Lobo e Gomes de Farias;
1928	▪ Rio Grande do Norte com Adolpho Lutz e Bertha Lutz;
1929	▪ Serra da Bocaina;
1930	▪ Serra da Bocaina; ▪ Estação de Remonta do exército em Benfica;
1931	▪ Serra da Bocaina;
1932	▪ Estação de Remonta do exército em Benfica;
1934	▪ Belo Horizonte, Ouro Preto e Ponte Nova com Adolpho Lutz e José Aroeira Neves
1935	▪ Ouro Preto, Belo Horizonte, Pirapora, São Paulo e Santos com Doris Cohram, bióloga americana; ▪ Serra da Bocaina por 35 dias com Adolpho Lutz.

Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 2, folha 5, Livro 4, folha 153. BR RJ COC 02.

Fruto destas excursões, além das publicações já referidas, foi reunida uma coleção científica que está depositada no Museu Nacional e que apresenta exemplares de várias partes do mundo, mas principalmente aqueles espécimes coletados por Venâncio.

O quadro 3 mostra ainda que, em 1935, Joaquim Venâncio acompanhou a pesquisadora Doris M. Cochram, do Smithsonian Institution de Washington, a várias cidades

de Minas Gerais e São Paulo. A cientista americana trabalhou por cinco meses no Brasil estudando espécies de anfíbios. Dr. Adolpho Lutz chegou a ceder a ela mil exemplares de sua coleção que estão até hoje depositados no Instituto estadunidense (POMBAL JR. & CARAMASCHI, *apud* BENCHIMOL e SÁ, 2007). Os estudos e pesquisas de Cochran realizados com a participação de Venâncio foram a base para uma publicação da herpetóloga sobre anfíbios do sudeste do Brasil, em 1955, que é uma importante referência para estudiosos desta área até o presente (ibid).

Lobato Paraense, antigo pesquisador de malacologia do Instituto Oswaldo Cruz, afirma que na época a pesquisadora ficou muito impressionada com o trabalho de Joaquim Venâncio. Citamos aqui o relato do cientista:

> Durante estudos feitos pela herpetóloga Doris Cochran, [...], Joaquim Venâncio acompanhou-a por Belo Horizonte, Lassance, Pirapora, Ouro Preto, São Paulo, Alto da Serra e Santos. Tão impressionada ficou aquela pesquisadora com sua competência, que tudo fez para levá-lo para sua instituição (PARAENSE, 1988, p.241).

Não temos informação precisa de quando Joaquim Venâncio começou a trabalhar com Dr. Adolpho e Dra. Bertha Lutz. De acordo com as fontes consultadas, é possível afirmar que desde 1919 já estavam juntos em atividades científicas de campo ou de laboratório.

As impressões sobre as relações de Joaquim com a família Lutz estão registradas nos vários depoimentos orais referenciados. Os depoimentos dos cientistas reiteram a rígida hierarquia que balizava esta relação. Mas ao mesmo tempo, revelam as ambiguidades contidas nestes vínculos.

Fotografia 17: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Domínio Público. Data: 1936. Autor desconhecido. Joaquim Venâncio, de chapéu, no alto à esquerda na posse de Bertha Lutz como Deputada Federal. No canto direito, em baixo, da esquerda para a direita estão o Dr. Lutz e sua filha Bertha Lutz, de gola branca. [Editado].

A fotografia nº 17, editada para que pudéssemos aproximar os rostos, foi tirada em uma data comemorativa. Neste dia, Bertha Lutz e seu pai, Adolpho Lutz, celebravam a posse de Bertha como Deputada Federal. Eleita como suplente em 1934, representando a Liga Eleitoral Independente, Bertha assumiu o mandato após a morte do titular, o deputado Candido Pessoa. Bertha Lutz lutou pela causa feminista e atuou pelo direito ao voto feminino, pelo ingresso de meninas no Colégio Pedro II, pelo direito das mulheres ao trabalho, ao ingresso no serviço público e pelo direito jurídico independente feminino.

Na imagem editada, vemos à direita na parte de baixo, Adolpho e Bertha Lutz. Joaquim Venâncio, no alto à esquerda, de chapéu, é um dos pouquíssimos negros que aparecem na imagem original, como podemos ver a seguir na fotografia de nº 18.

Fotografia 18: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Arquivo Nacional. Domínio Público. Data: 1936. Autor desconhecido. "Fotografia de Bertha Lutz após cerimônia de posse com familiares, feministas e outros nas escadarias da Câmara dos deputados, Rio de Janeiro, RJ."

De acordo com as fontes orais, Venâncio carregava Lutz e Bertha nas costas ou no colo durante os trabalhos de campo, quando precisavam atravessar os muitos pântanos e lagoas onde habitavam os animais pesquisados. Por outro lado revelam que Venâncio tinha

críticas a personalidade de Adolpho Lutz, que era considerado por muitos uma pessoa de difícil trato. Vejamos um trecho do depoimento do Dr. Hugo de Souza Lopes:

> O Joaquim Venâncio, auxiliar do Lutz, foi um dos maiores amigos que tive. Um dia, ele me pegou na porta, quando eu ia para Goiás e fui perguntar ao Dr. Lutz se ele queria alguma coisa. E o Dr. Lutz me pediu para trazer isso, para trazer aquilo. Ele sempre tinha interesse em tudo, não é? Então, na hora da saída me disse o Joaquim Venâncio: "Está vendo o interesse do velho? Chegou até a lhe oferecer cigarro!" (risos). Achei graça, porque o Dr. Lutz era considerado unha de fome, não é? [...] E o Joaquim Venâncio fazia essa crítica (LOPES, 1986. Fita 1, lado B).

O Dr. Sebastião de Oliveira[94] é categórico em afirmar o mérito de Joaquim Venâncio no trabalho de classificação dos animais estudados por pela Dra. Bertha Lutz:

> O Joaquim Venâncio. Ele sabia mais, entende. Grande parte do trabalho da Bertha Lutz de classificação, quem classificou os bichos foi o Joaquim Venâncio. Isso seguramente. Eu não estou fazendo nenhuma [...] Injustiça com Bertha Lutz. [...] Depois que ele (Adolpho Lutz) morreu a Bertha continuou fazendo os trabalhos. Aí, o Joaquim, que tinha um grande conhecimento por ter trabalhado com o Lutz, apanhado os bichos com o Lutz, continuou junto com a Bertha, né. Então, nos trabalhos do Lutz está lá – "O Joaquim Venâncio apanhou em tal lugar, o Joaquim Venâncio..." E depois que o Lutz morreu o Instituto recebia muita correspondência assim – "Dr. Joaquim Venâncio. Quer dizer, gente dos museus escrevendo para o Instituto quer dizer, o Joaquim era do Instituto, pra mandar tipo não sei o quê, mandar o bicho não sei... a hila não sei que lá, então [...] (OLIVEIRA, 1987, II -6. Fita 6, lado A).

O depoimento de Oliveira revela a relação de aprendizado que se dava entre o cientista e seu auxiliar, mas esse conhecimento adquirido não foi suficiente para que os trabalhos científicos tivessem sido assinados em co-autoria com Joaquim Venâncio apesar de, como vimos anteriormente, os pesquisadores reconhecerem sua colaboração nos estudos. Vejamos esse trecho da entrevista quando o entrevistador pergunta sobre a co-autoria:

> [WH] Mas e o Joaquim Venâncio, com o conhecimento que ele tinha na área de classificação, ele não poderia por exemplo assinar os trabalhos, também o nome dele não poderia sair nos trabalhos? [Seb.Oli.] Poderia. Só que nem o Lutz nem a Bertha Lutz fizeram isso, né. Entende. Não fizeram isso. [WH] Quer dizer, qual era a oportunidade de uma pessoa como o Joaquim Venâncio conseguir ter uma certa autonomia científica também, né? [Seb.Oli.] Não tinha a menor chance, na época (OLIVEIRA, 1987. II -6. Fita 6, lado A).

Joaquim Venâncio, de fato, era dotado de um enorme saber tácito adquirido em sua experiência por ter vivido até os 21 anos em uma fazenda, aprimorado a partir do trabalho

---

[94] O Dr. Sebastião de Oliveira era médico e pesquisador da área de entomologia. Foi o primeiro medico negro do Instituto Oswaldo cruz, ingressando em 1939.

com a zoologia médica desenvolvida por Lutz. No entanto, teve pouquíssimo acesso à educação formal. Os relatos afirmam que lia e escrevia com muita dificuldade.

O Dr. Sousa Lopes se recorda de uma ocasião em que um outro pesquisador do Instituto, o Dr. Teixeira de Freitas solicitou que Venâncio classificasse uma espécie de sapo:

> [...] o Teixeira disse: "Joaquim, você quer determinar esse sapo para mim?" Joaquim olhou, virou, puxou, observou bem e disse assim: "Isso é tal". E deu o nome. Mas ele não escrevia; quer dizer, ele sabia ler e escrever mal. E o Teixeira - não sei se porque o Joaquim respondeu depressa - olhou assim para cara dele. O Joaquim não disse nada: é o tal negócio da personalidade. Daí uns 15 ou 20 minutos, ele chegou com uma revista alemã com a figura colorida do sapo e disse: "Pois é, Dr. Teixeira, veja se não é esse" (LOPES, 1986. Fita 1, lado B).

Sua experiência com anfíbios fez com que desenvolvesse um método para diagnóstico de gravidez através da inoculação da urina da mulher em sapos da espécie *bufo marinus.* Além disso, sabia reconhecer a espécie pelo som do seu coachar.

Os depoimentos dos antigos auxiliares destacam a sagacidade e a inteligência de Venâncio. Certa feita, a própria direção do IOC recorreu a ele para que fosse atendida uma demanda do Embaixador da Alemanha no Brasil:

> [...] houve uma coisa muito curiosa com o Joaquim - ele era demais inteligente: um embaixador alemão mandou uma carta pro diretor aqui e queria 12 exemplares, se o Instituto poderia enviar pra Alemanha 12 exemplares de um tipo de uma perereca estranha que tinha no Brasil, muito rara, muito rara.[...]. Então o diretor chamou o Joaquim, se ele podia satisfazer esse pedido do governo alemão então: - “Ah, pois não” então ele foi... caiu em campo,vestiu as botas e aquela roupa, aquele traje de pântano, e saiu, e conseguiu exatamente o tipo. Aí mandou tudo determinado: espécie, tipo, habitat, tudo, escreveu tudo e eu é quem fui levar lá na Embaixada da Alemanha, ali nas Laranjeiras. O embaixador ficou maravilhado, maravilhado com a história, de ter conseguido tão rapidamente um tipo de batráquio tão raro, e o Joaquim conseguiu aquilo de um dia pro outro. Conseguiu de um dia para o outro. Ele já sabia onde existia tal tipo de perereca (GOMES, 1986. Fita 2, lado A).

Francisco Gomes, o Chico Trombone, chamava-o de “guru” e valia-se dele sempre que tinha alguma dificuldade com alguma tarefa solicitada por seus chefes cientistas:

> [...] eu tinha que arranjar camaleão grande, que ele tinha uma experiência, que precisava começar a experiência e precisava de camaleão. “Mas como é que eu vou fazer pra pegar camaleão, doutor? Vou andar subindo em cima das pedras...” – “Você dá um jeito, que eu quero os camaleões.” Digo: “Vou no meu guru, é o jeito.” “Ô, Joaquim, eu tô com um problema: o Dr. Thales exigiu que quer que eu arranje um camaleão de qualquer jeito. Quê que eu vou fazer?” “É fácil, é fácil. Amanhã nós vamos naquela pedreira (tinha uma pedreira aqui no porto de Maria-Angu)[...]. Então, vê a argúcia do Joaquim. Naquele tempo não existia fio de nylon. Mas o rabo de cavalo é como fio de nylon, tem resistência, arma. Então nós fomos lá no rabo do cavalo, cortamos uns fios compridos, ele armou uma laçada, fez uma laçada e completou com linha preta. E pegamos umas baratas vivas, [...] E fomos lá pra pedreira, e aquilo na ponta de uma vara de bambu bem comprida. Aí o camaleão aparecia lá na pedra, ia arriando assim aquela barata [..] ele ficava ouriçado, pulava e

> [...] ficava preso, o camaleão dançando no laço, porque aí ele apertava a laçada. Olha, só no primeiro dia nós pegamos quarenta e tantos camaleões, camaleão grande, que eu cheguei, o Thales Martins ficou maluco. "Agora tu não diz a ele como pegou não. (risos) Você só diz a ele que os camaleões estão aí." Quando eu cheguei [...], o Thales Martins quase caiu pra trás (GOMES, 1986. Fita 2, lado A).

Este relato sugere que Joaquim Venâncio colaborava e se solidarizava com seus colegas auxiliares, ensinando conhecimentos, técnicas e métodos de trabalho.

Desde que veio para o Rio de Janeiro, sempre morou dentro do Instituto. Sua casa ficava localizada na Estrada de Manguinhos e pertencia aos "Próprios Nacionais" do Instituto Oswaldo Cruz. Esta denominação refere-se aos imóveis de domínio da União utilizados em serviço público federal. Em sua residência havia um pequeno aquário onde ele criava sapos da espécie *bufo marinus*, e répteis de espécies variadas que eram utilizados nos estudos do Dr. Lutz e de outros cientistas.

Joaquim era casado com Sebastiana Batista de Carvalho Fernandes, e teve cinco filhos: Wanderley, Celso, Joaquim, Renê e Hugo. Os dois últimos foram admitidos no Instituto na década de 1940, Renê como servente da Seção Auxiliar e Hugo como mecânico de máquinas.

Além de sua inteligência e astúcia já destacada, Venâncio tinha um temperamento alegre. Gostava de cantar, tocar violão e acordeão. Gostava também de conversar e botava a mesa do café na varanda de sua casa. Passando um vizinho, prontamente convidava para um cafezinho e um dedinho de prosa, o que às vezes deixava D. Sebastiana um pouco aborrecida. Os Drs. Hugo de Souza Lopes e Sebastião de Oliveira iam sempre visita-lo. Dr. Sebastião lembra com carinho desses momentos e dos biscoitinhos de tapioca que D. Sebastiana oferecia às visitas.

O fato de residir no Instituto, também facilitava que Venâncio desempenhasse outras funções além de seu trabalho com os cientistas. Ele era vigia, andava à noite pelos terrenos da instituição "com um rifle nas costas[95]".

Não foi possível confirmar se havia alguma gratificação salarial por esta função ou se estava "naturalmente" incluída nas atribuições dos funcionários que residiam nos terrenos da Fazenda de Manguinhos.

Por outro lado, Venâncio dispôs de algumas prerrogativas que poderiam ter relação com os vínculos que mantinha com a família Chagas, como por exemplo, a permissão para criar um pequeno rebanho de vacas, mais ou menos umas quinze cabeças, cujo leite era

---

[95] BONFIM, 1986, Fita 1, lado B.

vendido para moradores vizinhos. Quando seu sobrinho Venâncio Bonfim volta, já adulto, para o Rio de Janeiro para tentar a vida, em 1935, vai novamente morar com Joaquim Venâncio e fica pastoreando seu rebanho. Posteriormente o rebanho é vendido para o próprio Instituto para o fornecimento de leite e carne para o preparo de refeições da cozinha.

As fontes disponíveis sobre Joaquim Venâncio indicam as relações de trabalho que mantinha com Manguinhos eram paradoxais. Ao mesmo tempo em que se submetia a situações de trabalho que poderíamos considerar abusivas, como carregar um pesquisador às costas, também era crítico em relação aos arroubos de personalidade dos cientistas.

O cientista Hugo de Souza Lopes ao referir-se a Joaquim Venâncio, faz a seguinte observação:

> O Joaquim Venâncio era um pouco diferente, tinha mesmo uma coisa diferente dos outros. Ele tinha assim uma personalidade especial, era muito senhor de si. Você devia sempre pedir opinião dele, porque a opinião dele era importante, compreende? Já os outros, como auxiliares, parece que tinham um pouco de vício de fazer muita vontade. Joaquim Venâncio, não. Ele trabalhava com o Dr. Lutz, que era um homem que tinha um espírito forte. E, no entanto, ele era tão forte quanto o Lutz. Quer dizer, ele tinha sua opinião (LOPES, 1986. Fita 3, lado B).

A moradia no Instituto também representava uma contradição na medida em que estabelecia uma jornada quase ininterrupta de trabalho, por outro lado, propiciava liderança, autoridade, reconhecimento e apropriação do espaço de trabalho.

Venâncio soube aliar sua capacidade intelectual e seu saber tácito, obtendo reconhecimento pessoal tanto dos trabalhadores subalternos quanto dos cientistas, entrando para a história da instituição, ao ter uma unidade técnico-científica batizada com seu nome. No entanto, esse reconhecimento não foi suficiente para que ele ascendesse a uma outra classe.

Joaquim Venâncio faleceu no dia 27 de agosto de 1955, em sua casa, vitima de complicações cardíacas.

3.3.2 Attílio Romulo Borriello

Attilio Romulo Borriello, nasceu no dia 05 de agosto de 1905, em São Luis do Paraitinga, cidade do interior paulista, onde também nasceu o Dr. Oswaldo Cruz.

Sua família, como tantas outras à época, imigrou da Itália no século XIX para trabalhar em uma das fazendas de café da região do Vale do Paraíba. Seu pai, Antonio Borriello, estabeleceu-se na cidade como comerciante de secos e molhados e possuía uma

pequena fábrica de alambiques de cobre, fornecendo destiladores para muitas fazendas produtoras de cachaça na região. Antonio Borriello acabou entrando para a política local e chegou a ser prefeito de São Luis do Paraitinga. A mãe de Attilio, D. Filomena Padula, era igualmente descendente de italianos, embora fosse natural da mesma cidade brasileira.

Attilio teve uma infância muito tranquila. Frequentava a escola primária da cidade e ajudava nos afazeres familiares. No entanto, não tinha interesse em continuar trabalhando nos negócios do pai. Seu sonho era viver na cidade grande.

A oportunidade apareceu aos 15 anos de idade. Seu irmão mais velho, Antonio Borriello Junior, era muito amigo de Waldomiro Rodrigues de Andrade, advogado e filho de abastada família da cidade, cujo patriarca, João Candido de Andrade, tinha estreitas relações com o médico Bento Gonçalves Cruz, pai de Oswaldo Cruz.

Waldomiro era o tesoureiro do Instituto Oswaldo Cruz e conseguiu uma colocação de almoxarife para Antonio Borriello Jr. Depois de Antonio, vieram todos os irmãos: Benedito Aristeu Borriello, José Borriello e Salvador Borriello. Ficaram conhecidos na historiografia do IOC como a "dinastia do Borriello" (FONSECA FILHO, 1974. p. 131).

Antonio Borriello[96] ingressou em Manguinhos em 1918, contratado como servente de 3ª classe, desempenhando funções de almoxarife. Somente em 1929 foi nomeado para o cargo correspondente à sua função.

Benedito[97] ingressou em 1919, como servente diarista do almoxarifado. Em 1926 foi aproveitado como chauffer do auto caminhão do Instituto. De acordo com as notações de seus assentamentos, continuou nesta função até 1930.

José Borriello[98] foi admitido em 1927 como servente do depósito. Em sua folha de assentamentos consta a contratação de datilógrafo em 1931. Posteriormente, foi nomeado como conservador da carreira de Prático de Laboratório[99].

Salvador Borriello[100] ingressou em 1930, como servente do almoxarifado e no ano seguinte, foi contratado como servente de 5ª classe.

---

96 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 76. BR RJ COC 02.

97 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 2, folha 56. BR RJ COC 02.

98 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 3, folha 372. BR RJ COC 02.

99 A carreira de Prático de Laboratório foi instituída pela Lei 284 de 28 de outubro de 1936.

100 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros, Livro 3, folha 498. BR RJ COC 02.

O depoimento de Attilio nos conta que[101], Antonio, o mais velho, sempre exerceu as funções de almoxarife. José e Salvador trabalhavam como auxiliares de laboratório. O irmão mais novo, Salvador, teve uma morte trágica, cometendo suicídio após inocular-se acidentalmente com um seringa infectada.

Todos os irmãos residiam em Manguinhos, em uma das antigas casas Instituto Soroterápico Federal destinado para moradia de antigos funcionários.

Fotografia 19: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. "Vacínico". BR RJCOC 02-10-20-05-001-029.

A casa, que vemos na foto nº 19, ficava localizada em uma colina dentro do Instituto, possibilitando uma visão privilegiada de uma parte de seus terrenos. Também por isso, a direção do IOC, na época ocupada por Oswaldo Cruz, incentivava a moradia dos funcionários

[101] Ao procedermos o cruzamento de fontes, constatamos que os cargos descritos nos Livros de Registros Funcionais não necessariamente correspondem às funções ocupadas pelos trabalhadores do Instituto. A isto se atribui três causas observadas: a) os cargos subalternos oficializados pelos Regulamentos do Instituto eram quantitativamente insuficientes para cobrir todas as atividades necessárias ao seu funcionamento; b) os funcionários ocupavam interinamente os cargos que estivessem disponíveis, normalmente por motivos de licença de algum colega. Com o termino da licença, o substituto retornava à sua contratação anterior; c) as rendas próprias, obtidas com a venda de seus produtos imunobiológicos, asseguravam ao IOC uma boa margem financeira para gerir autonomamente a contratação de pessoal, de acordo com as conveniências dos serviços.

em seus terrenos. Nesta mesma casa residiram outras famílias de trabalhadores subalternos, como a de José Joaquim Dias Paredes, encarregado da seção de meios de cultura, com suas filhas, todas normalistas, e a de José de Vasconcelos[102], com sua esposa e três filhos. Vasconcellos foi auxiliar dos Drs. Lauro Travassos e Adolpho Lutz.

A casa foi demolida em 1935 e em seu lugar foi construído o prédio que abrigou a Fundação Rockfeller[103], quando esta se instalou em Manguinhos para produção da vacina de febre amarela.

Attilio ingressou em Manguinhos em 1921 para trabalhar como ajudante de tipografo[104]. Por causa de seu senso de organização, seu gosto por fichas e livros de apontamentos e sua perfeita caligrafia, foi transferido para o almoxarifado com a incumbência de coloca-lo em ordem. No entanto, permaneceu no serviço por pouco tempo. Logo que o Dr. Henrique Aragão criou o setor de Protozoologia, em 1924, foi escolhido para trabalhar em seus laboratórios. Não era bem o desejo de Attilio, mas o salário era muito melhor. Dos 180 mil réis que ganhava no almoxarifado, passou a receber 300 mil.

Na protozoologia Attilio trabalhou com os Drs. Julio Muniz e Aristides Marques da Cunha, desenvolvendo atividades como inoculação em animais, controle de temperatura, autópsia, repique e conservação de culturas, preparo de soluções, monitoramento de autoclaves, preparo de material esterilizado, participando de uma série de pesquisas.

Na década de 1930, Attilio foi surpreendido com a convocação do próprio diretor do Instituto, na época o Dr. Carlos Chagas, para ser seu auxiliar.

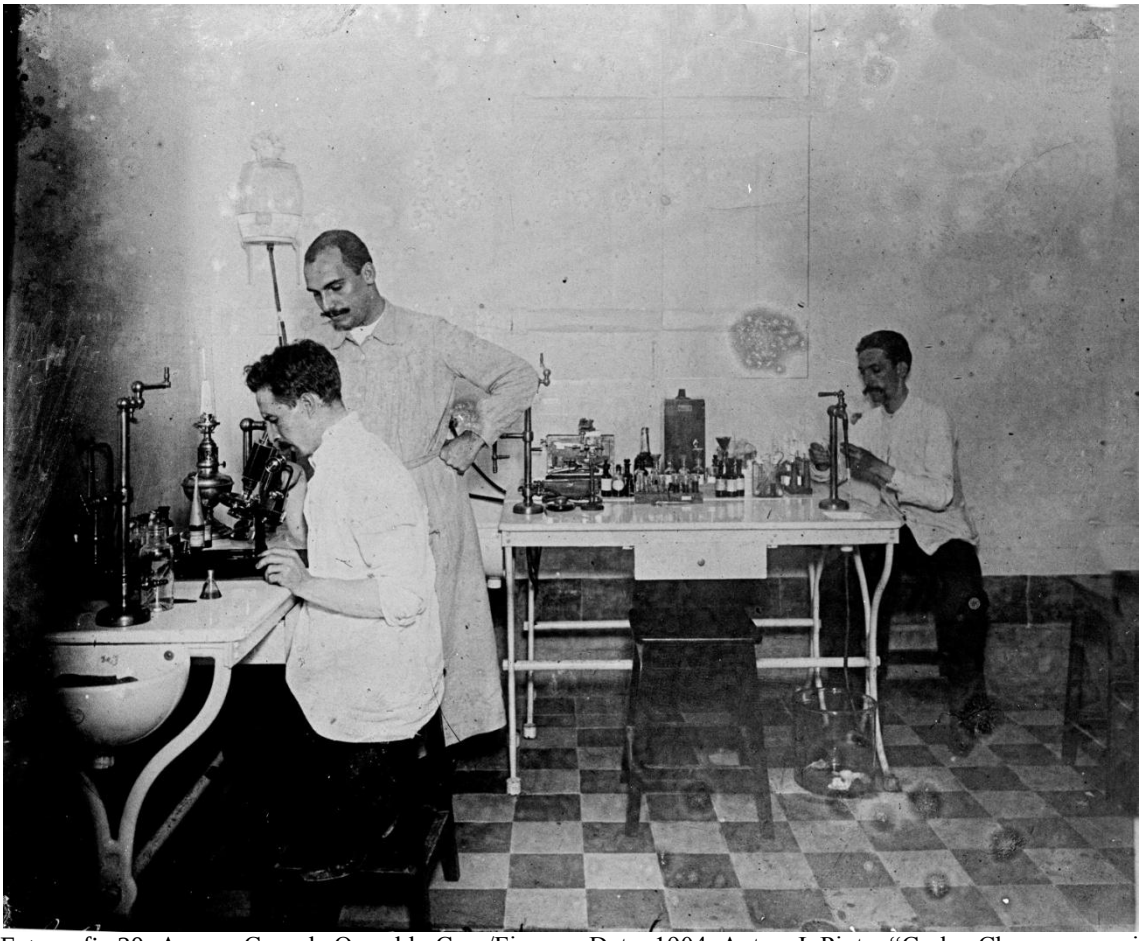
A solicitação foi feita, por causa do falecimento de José Borges, antigo auxiliar de Chagas.

---

102 Ver fotografia nº 29 e o texto que a acompanha, sobre José de Vasconcelos.

103 A Fundação Rockfeller é uma organização estadunidense criada em 1913, com o objetivo de realizar estudos e análises de problemas de saúde pública. No Brasil, desde 1916, a Rockfeller participou de missões para avaliação do cenário de saúde nacional. A partir de 1923, um convenio assinado com o governo brasileiro e a Fundação, garantiu a cooperação médico-sanitária e educacional para a implementação de programas de erradicação de endemias, incluindo a febre amarela. Na década de 1930, a Rockfeller instalou um laboratório de produção de vacina anti-amarilica no Instituto Oswaldo Cruz. Para saber mais ver: PALMER, Steven. Gênese da Saúde Global: A Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2015.

104 Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros. Livro 2, folha 135. BR RJ COC 02.



Fotografia 20: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1904. Autor: J. Pinto. "Carlos Chagas, pesquisador do Instituto Soroterápico Federal e ao seu lado, em pé, Rocha Lima, pesquisador". BR RJCOC 02-10-20-20-006.v.02-00.

Na fotografia nº 20, vemos o Dr. Carlos Chagas trabalhando ao microscópio, ao lado do Dr. Henrique da Rocha Lima. No canto direito, um auxiliar não identificado, executa alguma atividade que parece envolver a preparação de lâminas.

Temos por hipótese que este auxiliar pode ser o antecessor de Attilio, José Borges[105], que trabalhou com Oswaldo Cruz e com Carlos Chagas desde o início do funcionamento dos laboratórios no prédio principal do Castelo mourisco. Borges ingressou em Manguinhos como trabalhador das obras. Italiano, naturalizando-se no ano de 1920, era muito amigo e vizinho de seu conterrâneo Basilio Aor, mestres de obras das construções históricas do Instituto. José Borges não tinha nenhuma escolaridade e não sabia ler nem escrever. No entanto, participou de uma comitiva que foi a Dresden, em 1911 e a Estrasburgo, em 1913. Morreu em 1933, de septicemia, ao se autoinocular com material contaminado.

[105] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. livro 1, folhas 16 e 230. BR RJ COC 02.

Attilio auxiliou Chagas até que este faleceu em 1934. O trabalho no laboratório do diretor do Instituto era motivo de orgulho pessoal. Para ele foi um marco em sua vida profissional, unindo seus saberes tácitos aos aprendizados adquiridos na tipografia, no almoxarifado e no setor de protozoologia. No laboratório de Chagas, ficou responsável por separar e classificar as diferentes espécies de triatomas[106], abrindo cadernos com data de postura, data de nascimento das larvas, e sua evolução até a fase adulta. Além dos trabalhos de laboratório, executava atividades de catalogação e arquivamento de revistas e livros, pertencentes ao acervo do gabinete de Chagas.

A ida de Attilio para o gabinete do diretor significou também um aumento de suas rendas, recebendo uma gratificação "por fora" de seu salário mensal. Entretanto, a gratificação demorou ser paga, sendo efetivada somente depois que Chagas deu ordens expressas ao Secretário Geral e ao Tesoureiro do Instituto.

A relação que mantinha com seu chefe superior era de adoração. Attilio comparava Chagas a um santo, envaidecendo-se do tratamento distinto que recebia do diretor de Manguinhos.

O trabalho como auxiliar de Chagas, certamente deu a Attilio um lugar de prestígio e consideração, mesmo entre os cientistas. Sobrecarregado pelos afazeres do laboratório, Attilio solicitou a Chagas que pudesse, ele mesmo, ter um auxiliar, para os serviços mais simples, como transportar os animais das gaiolas para o laboratório e fazer a limpeza, o que foi prontamente autorizado pelo diretor, inclusive dando a Attilio a prerrogativa de escolher seu assistente. O eleito foi José de Carvalho Melo, que trabalhava com o Dr. Lauro Travassos. No entanto, Travassos pediu a Attilio que não lhe tirasse um de seus melhores auxiliares. O pedido de Travassos foi acatado.

Após a morte de Chagas, Attilio retornou para o setor de protozoologia e para seus antigos chefes. Uma situação envolvendo o Dr. Marques da Cunha, fez com que uma certa desconfiança pairasse sobre o trabalho de Attilio, que foi acusado de trocar amostras de culturas de um determinado experimento de leishmanias. Após um ano ou dois de estudos, o pesquisador percebeu que, de fato, não acontecera nenhuma troca e pediu desculpas a Attilio.

Os registros funcionais de Attilio demonstram que sua trajetória profissional foi sempre ascendente dentro de sua classe. Na década de 1940, foi promovido ao cargo de Biologista Auxiliar. Como ele, só havia mais um colega com este mesmo cargo em todo o Instituto. O adjetivo "auxiliar" neste caso, foi utilizado para distinguir da carreira de

---

[106] Espécies de insetos popularmente chamados de barbeiros.

Biologista, que era para profissionais de nível superior. Em 1951, da mesma forma, foi promovido ao cargo de Auxiliar de Pesquisador. Aqui também o adjetivo "Auxiliar" foi utilizado como enquadramento para aqueles que não tinham curso superior.

Attilio morou na Fazenda de Manguinhos até se casar, em 1929, com Ana da Cunha Borriello. Após suas núpcias foi residir com sua esposa em uma casa que mandara construir no bairro de Higienópolis, próximo a Manguinhos. O casal teve dois filhos: Neuza, a mais velha que se casou e não trabalhava fora, e Attilio Filho. Este último também ingressou em Manguinhos, a pedido de Attilio. Formou-se em biologia, trabalhando inicialmente com Julio Muniz e depois com outros pesquisadores, seguindo os passos do pai. A maior satisfação para Attilio Borriello foi poder ver seus filhos encaminhados e ter saído de Manguinhos usando avental de cor branca e almoçando no Carramanchão[107].

A aposentadoria se deu em 1957, após 36 anos de trabalho dedicados ao Instituto Oswaldo Cruz. Mesmo depois da aposentadoria, continuou trabalhando como laboratorista no Humaitá com o Dr. Sergio Franco.

3.3.3 Hamlet William Aor

Hamlet William Aor nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Bonsucesso, em 22 de setembro de 1910.

Filho de Basílio Silvestre Aor e de Ambrosina Tezzi, ambos italianos, seu pai foi o mestre de obras das construções históricas do Instituto Oswaldo Cruz. Basílio era o homem de confiança de Luiz de Moraes, o arquiteto contratado pelo Dr. Oswaldo para executar seu suntuoso projeto de edificações.

[107] Carramanchão, quiosque e na atualidade Casa de Chá. Construção onde eram realizadas as refeições dos cientistas. Ver foto nº 42.

Fotografia 21: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1905?]. Autor: J.Pinto. "Artífices da construção do prédio Central do IOC. Rio de Janeiro".BR RJ COC 02-10-20-25-002-001

Na fotografia nº 21, o pai de Ambleto[108], Basílio, é o primeiro da esquerda para a direita, de roupas escuras, bigodes e chapéu de aba larga. Na imagem ele posa altivo para o fotógrafo com seus operários mais qualificados. Todos de origem estrangeira.

Seus instrumentos de trabalho estão cuidadosamente aparentes, nas mãos ou dispostos em primeiro plano, aludindo às especialidades profissionais de cada um. Significar a dignidade do ofício e, por consequência, do trabalhador, posando com os instrumentos e produtos do trabalho, fazia parte da iconografia da época, como mostram fotos das primeiras décadas do século XX, de trabalhadores de diversas categorias (Ciavatta, 2002, p.34,35 e 121).

Para cada setor da obra, Basilio mantinha um encarregado. Havia o responsável pelos canteiros, que preparava a pedra com a talhadeira e o martelo, para ser o assento do lugar. O encarregado dos estucadores especializado no estuque, o eletricista, o funileiro responsável pela montagem das bolas nas torres, os ladrilheiros e um pintor especialista em pintura rica,

108 Hamlet William Aor era carinhosamente chamado de Ambleto por sua família e amigos.

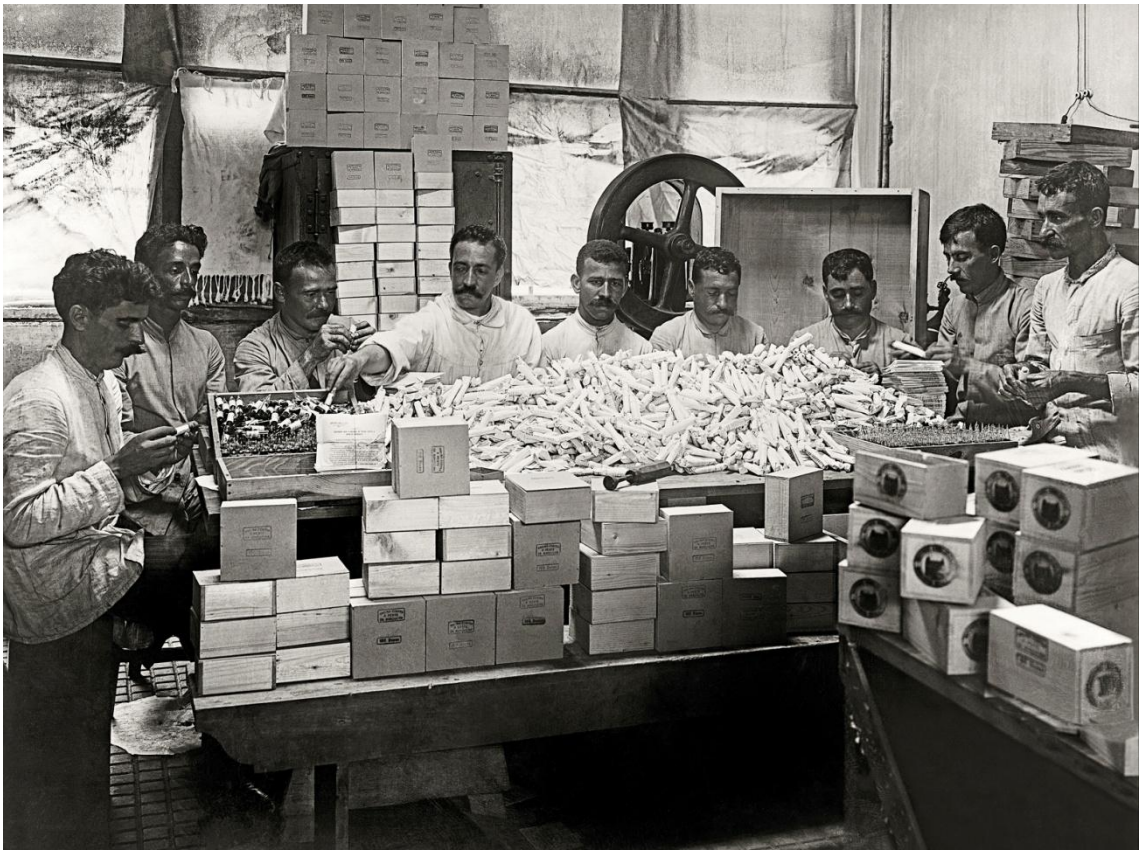
feita com folhas de ouro, que enfeitava alguns afrescos decorativos do hall de entrada do edifício principal.

Basilio era um homem alegre. Gostava muito de festejar e fazia questão de organizar as chamadas “festas da cumeeira”, que aconteciam no termino das obras, após a montagem do telhado. Nesse dia ninguém trabalhava. Eram só doces, salgados, bebidas e música.

Quando Hamlet tinha 9 anos, seu pai faleceu em decorrência de um derrame cerebral, aos 52 anos de idade. A morte de Basilio foi um acontecimento que mudou a vida de todos os membros da família Aor, que era muito numerosa, com 12 filhos. Ambleto e seu irmão mais velho, que até então frequentavam uma escola domiciliar próxima à sua casa e ajudavam a mãe com alguns afazeres domésticos, tiveram que se responsabilizar pelo sustento da família e, a pedido de sua mãe, foram admitidos como aprendizes no Instituto Oswaldo Cruz, em janeiro de 1921.

O irmão mais velho, Waldemar de 12 anos, foi para o setor de encadernação e Hamlet para a tipografia.

Ambleto trabalhava 8 horas por dia e tinha um ordenado de 30 mil réis. Sua experiência de trabalho na tipografia do Instituto foi terrível. Era ameaçado e maltratado, inclusive com castigos físicos, beliscões e puxões de orelha. Um dia, em junho de 1922, revoltou-se com aquele tratamento e revidou: xingou e ameaçou bater de volta no chefe do setor, um advogado, com uma barra de ferro. Em seus assentamentos constam o registro de sua revolta, notificados como desrespeito ao chefe da tipografia. Foi punido com uma suspensão de 5 dias. Neste mesmo período foi transferido para o setor de Embalagens.



Fotografia 22: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1920-1930]. Autor: J. Pinto. "Embalagens de soros e vacinas para distribuição". BR RJCOC 02-10-20-45-001.v.05-123.

A fotografia nº 22 mostra um flagrante do trabalho no setor de embalagens. Hamlet certamente não está presente no instante em que a fotografia foi tirada. Como podemos observar são todos homens mais velhos. Ambleto ainda era uma criança com 11 anos. As ampolas com as vacinas já vinham prontas e assepticamente lacradas. Era necessário um cuidado especial para que nada pudesse ser quebrado, especialmente a vacina anti carbunculosa, que tinha um alto risco de contaminação. Caso alguma ampola se quebrasse, era necessário limpar e desinfetar imediatamente toda a sala.

As ampolas de vidro eram embrulhadas em uma bula, uma de cada vez, separadas. Depois, eram acomodadas nas caixinhas de madeira e cobertas com serragem para que não quebrassem durante o transporte. Cada caixa continha dez ou quinze ampolas. As bulas e os carimbos, muitas vezes eram impressos em espanhol, pois a vacina da Manqueira, por exemplo, era exportada para países como o Uruguai e a Argentina, produtores de gado.

Entretanto, Hamlet ficou somente um ano no setor. O encarregado, um português, gritou com ele, repreendendo-o de maneira ríspida. Revoltado, foi embora, abandonando o serviço.

O menino não contou para a mãe o que havia acontecido. No dia seguinte, acordou e saiu de casa como se fosse para o Instituto, mas tomou um outro rumo, em direção ao centro da cidade. Havia visto em um jornal, uma oferta de emprego em uma tipografia na rua da Misericórdia. A oficina tinha uma máquina italiana igual a de Manguinhos que ele já sabia como operar. O salário era mais que o dobro do que ele ganhava no IOC. Só depois de empregado foi que ele contou à mãe que havia saído do Instituto.

O dono da tipografia era um italiano, também exaltado. Após três meses de trabalho ouvindo broncas e desaforos, pediu as contas.

Seu tio arranjou-lhe outro serviço. Desta vez, no Mercado Municipal da Pça XV, em um armazém que também pertencia a um italiano. Neste período voltou a estudar à noite, no Liceu Literário Português.

A loja vendia produtos como sardinhas enlatadas, frutas secas, azeites, colheres de pau e outros artigos. No entanto, Hamlet não se conformava com maus tratos e mais uma vez, após ser destratado, foi embora do emprego.

Logo em seguida, conseguiu trabalho em uma fábrica de ampolas de vidro, no bairro do Riachuelo, que pertencia ao zelador do Instituto, Manoel de Souza Gomes. Foi lá que começou a aprender os primeiros ensinamentos da sua profissão de vidreiro.

Seu caráter inconformista e insubordinado, porém determinado, colaboraram para que adquirisse uma larga experiência no trabalho com vidros. Assim, trabalhou em igrejas, na colocação de vitrais e em muitos outros lugares, mas não admitia maus tratos. Caso acontecessem, procurava outro lugar.

Em 1926, foi readmitido no Instituto Oswaldo Cruz, para trabalhar na seção de ampolas que funcionava no prédio do Quinino[109]. Nesta oportunidade pode aperfeiçoar seu trabalho de vidreiro, aprendendo a soprar, dobrar e moldar os vidros. O setor de vidraria iniciou no instituto com um vidreiro alemão, trazido por Oswaldo Cruz. O alemão ensinou o oficio para um trabalhador italiano, Sr. Nicola, que se tornou um exímio vidreiro, responsável por transmitir seus ensinamentos para Hamlet e os demais operários do setor.

A aprendizagem no trabalho e sua capacidade autodidata colaboraram para que se transformasse em um experiente profissional. Seus vidros eram famosos em Manguinhos.

O trabalho na vidraria era remunerado com uma pequena quantia mensal de 30 mil réis, somado a um valor que era pago por empreitada. Certa ocasião, a oficina ficou quase

---

[109] O prédio do Quinino foi construído após as edificações principais de Manguinhos. Ele recebeu este nome pois em suas dependências fabricava-se a quinina, medicamento para a malária. Atualmente é um prédio administrativo onde, entre outros setores, localiza-se o Setor de Pessoal da Fiocruz.

parada. Não chegava matéria prima, e os vidreiros iam ficando sem o valor de sua porcentagem. Hamlet descobriu que o Instituto estava comprando as ampolas prontas, da tal fábrica de vidros que pertencia ao zelador do IOC, com quem já havia trabalhado.

Desta forma, reuniu os companheiros do setor e propôs que fossem até o diretor do Instituto, Dr. Carlos Chagas à época, para informar o que estava ocorrendo. Além da falta de trabalho, as ampolas feitas fora saiam por um preço mais alto do que se fossem produzidas na vidraria de Manguinhos.

Os colegas, amedrontados, não aceitaram ir até a direção. Ambleto foi sozinho, explicou a situação a Chagas e conseguiu reverte-la em favor dos trabalhadores da vidraria. No mesmo dia, à tarde, a carroça do Instituto chegou carregada com varetas de vidro para que a seção pudesse voltar às suas atividades.

Hamlet permaneceu por 10 anos na vidraria. No ano de 1936, já na gestão do Dr. Cardoso Fontes, um outro acontecimento[110] o afastou mais uma vez do trabalho no Instituto. Na ocasião, havia aceitado substituir um colega para que este pudesse tirar férias, e foi trabalhar em um dos laboratórios de Manguinhos. Ao presenciar uma situação de constrangimento entre o chefe de seu laboratório e outros dois cientistas, responsáveis pela comissão editorial da revista científica Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, foi vitima de uma intriga, acusado de abandonar o seu posto de trabalho.

O Dr. Cardoso Fontes, deu credito à palavra do cientista. Ao ser interpelado e ameaçado de suspensão pelo diretor, Hamlet reagiu e o desacatou. Após o ocorrido, seu ponto foi suspenso e o auxiliar impedido de assina-lo. Ambleto ia para o Instituto, mas não permitiam que assinasse o ponto, para que ficasse caracterizado o abandono de emprego.

Após trinta dias nesta situação, um colega de trabalho de Hamlet o procurou e disse que o diretor não sabia que ele era filho de Basílio Aor, e que se houvesse um pedido de desculpas, tudo voltaria como era antes. Hamlet não aceitou, e no dia 15 de janeiro de 1937, foi exonerado.

Após ser demitido, o vidreiro trabalhou em uma fabrica de vidros em São Paulo aprendendo a fazer garrafas térmicas, e em um laboratório de produtos terapêuticos da prefeitura do Rio de Janeiro, cujo diretor era um pesquisador do Instituto, o Dr. Nicanor Botafogo. Neste laboratório, Hamlet organizou uma oficina de vidraria, controle de fabricação de ampolas, e recuperação de ampolas de soro, formando vários funcionários do laboratório.

---

[110] Os detalhes estarão no capítulo 4 onde trataremos das punições impostas aos trabalhadores subalternos.

No tempo em que esteve na oficina de vidraria do IOC, Hamlet aprendeu, consultando publicações da biblioteca de Manguinhos que conseguia acessar através de João Simões, seu padrinho de batismo e encarregado da limpeza dos livros, a reconhecer quando um vidro estava contaminado por metais pesados, que alteravam a composição do medicamento. Este aprendizado foi muito útil em sua experiência no laboratório do Dr. Botafogo.

O aprendizado como tipografo também foi importante para Hamlet no período em que militou no Partido Comunista Brasileiro. Entre os anos de 1932 a 1934, atuou em uma tipografia clandestina imprimindo panfletos, jornais e outros materiais para o partido. Participante ativo, frequentava reuniões clandestinas e grupos de estudo sobre a teoria marxista. Neste período trabalhava no Instituto e tentou formar uma célula do partido com seus companheiros de trabalho, mas a iniciativa não teve êxito, não pela ideologia, mas pelo medo que tinham de serem descobertos e presos.

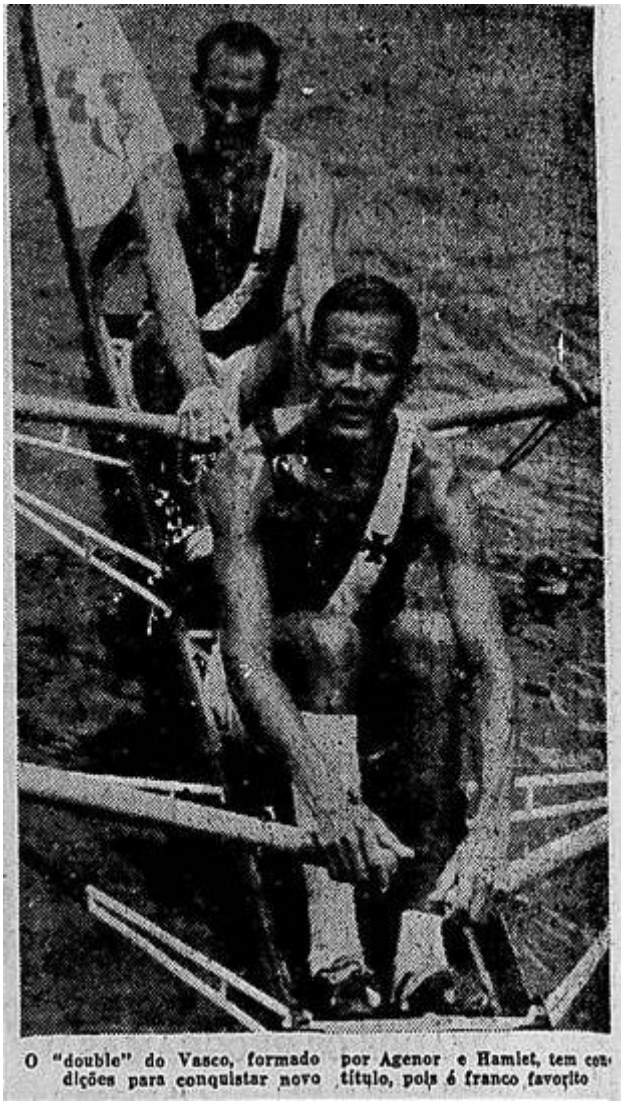
Hamlet foi um dos poucos auxiliares que completou sua formação profissional, diplomando-se em Técnico de Vidraria pela Faculdade de Farmácia do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No início da década de 1960, voltou a Manguinhos, desta vez, como empregado particular do laboratório do Dr. Walter Oswaldo Cruz, filho de Oswaldo Cruz, frequentando o Instituto de duas a três vezes por semana, fabricando aparelhos de vidro bastante sofisticados para o laboratório do cientista.

Nesta mesma ocasião, surgiu uma vaga na vidraria do Instituto. Estavam precisando de um profissional e ofereceram-lhe o posto de trabalho. No entanto, o valor do salário correspondia a um salário mínimo da época. Hamlet recusou o emprego. Era um profissional qualificado, e não podia aceitar o salário de um trabalhador comum.

Ambleto gostava de cinema e de mafuá[111]. Foi atleta, remador do Clube Boqueirão e do Vasco da Gama, disputando e vencendo algumas regatas na década de 1940.

[111] Uma espécie de quermesse e parque de diversões que existiam à época nos subúrbios do Rio de Janeiro.



Fotografia 23: Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal A Noite, Edição de sábado, 23 de Nov de 1946. p. 12.

A fotografia nº 23, publicada no jornal A Noite, mostra Hamlet William Aor, o segundo homem no barco, treinando para o campeonato da Federação Metropolitana de Remo. A regata aconteceria no dia seguinte à publicação da reportagem.

> Das quatro equipes que melhor se prepararam e organizaram para o campeonato, não pode, todavia, o observador deixar de apontar como a mais credenciada para a vitória final a do C.R. Vasco da Gama, a qual pelos ensaios que registramos conta nada menos que cinco botes em condições de aspirar o 1° lugar entre os seus mais aguerridos adversários (Jornal A Noite, edição de 23 de novembro de 1946).

Hamlet casou-se aos 52 anos, após sua aposentadoria, com uma senhora já viúva, D. Claudemira. Antes disso, teve três namoros sérios, mas que terminaram porque, para ele, era inadmissível casar na igreja. Era ateu convicto.

Hamlet Aor trabalhou para Walter Oswaldo Cruz até a morte do cientista, no ano de 1967. Faleceu no final do ano de 1986, com 76 anos.

3.3.4 Ernani de Moura Caldas

Ernani de Moura Caldas nasceu em Sumidouro, distrito de Friburgo, estado do Rio de Janeiro, em, 1896. Era filho do Dr. Leandro Pereira Caldas, dentista, e da Sra. Ana Julia de Moura, filha de uma família de proprietários rurais da cidade de Duas Barras, também localizada no estado do Rio de Janeiro.

O casal vivia com seus 16 filhos em uma de suas duas fazendas das quais eram proprietários. Ernani era o décimo quinto filho.

Em 1908, um acontecimento trágico alterou a vida de toda a família Caldas: Dr. Leandro Caldas suicidou-se, após perder as duas propriedades, dadas em garantia para pagamento de uma aposta em um jogo de pôker. Dona Ana Moura, sem ter condições de sustentar os filhos mais jovens, entrega-os aos cuidados de outros parentes de sua família. Assim, aos 12 anos de idade, Ernani vai morar com seu tio materno e padrinho, o Dr. Augusto Vespasiano de Moura, médico e proprietário da Fazenda Liberdade, também localizada na cidade de Sumidouro.

O Tio Moura, como era referido carinhosamente por Ernani, foi uma pessoa muito influente na vida do menino. Médico conceituado na cidade tinha dois filhos, Hildebrando e Carolino, ambos mais velhos que Ernani. O primeiro formou-se em direito. Foi desembargador e prefeito de Sumidouro. O segundo seguiu os passos do pai formando-se em medicina na Universidade do Rio de Janeiro[112].

A admiração que Ernani sentia pelo padrinho despertou o desejo de perseguir a mesma profissão de seu tio e de seu primo Carolino, sete anos mais velho. Desta forma, Ernani de Moura Caldas, após o termino do antigo curso ginasial, foi enviado para o Instituto Oswaldo Cruz, prometendo a seu padrinho que um dia chegaria a médico, seguindo seu exemplo.

Não sabemos a data exata que Ernani de Moura Caldas ingressou no Instituto. A notação feita no verso da folha de n° 80, do primeiro volume do Livro de Registros funcionais

112 A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1920. Em 1937 passou por um processo de reorganização e passou a ser denominada Universidade do Brasil. Trinta anos mais tarde, em 1965, recebeu sua denominação atual: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de Manguinhos[113], informa que foi contratado em 07 de março de 1913, como servente. No entanto, é provável que Ernani já estivesse em Manguinhos antes desta data. No ano de 1911, há uma referência ao nome de Ernani de Moura Caldas, que teria se envolvido em um incidente na cozinha com Balduíno Martins[114]. Não há um detalhamento sobre a ocorrência, mas o incidente causou somente a suspensão de Balduíno, como poderemos observar no quadro nº 6 do capítulo IV (p.223), que trata das punições.

Balduíno Martins ingressou no Instituto em 1909 como trabalhador das obras. Em 1919, foi contratado como servente de 3ª classe. Em seus registros consta ainda, que em outra ocasião, no ano de 1921 foi preso por 3 meses por lesão corporal. Cumpriu sua pena e reassumiu seu cargo no IOC. Da mesma forma, não encontramos nenhum documento com os detalhes deste segundo acontecimento, mas não parece ter nenhuma relação com o incidente envolvendo Ernani. Em 1931, com a reformulação do Regulamento do Instituto[115], o cargo de servente de 3ª classe de Balduíno, passou a ser denominado auxiliar de laboratório de 3ª classe.

Ernani chegou ainda adolescente em Manguinhos e foi morar no Pavilhão da Peste, ou Pavilhão do Relógio, prédio do conjunto histórico arquitetônico, onde se produzia o soro antipestoso. O prédio funcionava como um laboratório e enfermaria para os cavalos inoculados. A parte de cima do edifício era uma espécie de sótão, onde dormiam vários trabalhadores subalternos, que como Ernani, moravam no Instituto. No verão, o calor era quase insuportável no dormitório improvisado. O acesso se dava pela parte de trás do edifício, através de uma escada externa.

Acostumado com a vida no campo, vivendo em fazendas desde que nasceu, Ernani não deve ter estranhado tanto o ambiente rural de Manguinhos, pois era apaixonado por cavalos e costumava andar à cavalo pelos terrenos do Instituto.

Sua outra paixão era o futebol. Tanto assim, que foi membro da primeira diretoria do Manguinhos F.C., time de futebol fundado em 1915 por funcionários do IOC e que chegou a disputar vários campeonatos na década de 1920. Mas o time de seu coração era o Bonsucesso F.C.

---

[113] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 80 verso. Código: BR RJ COC 02.

[114] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 78. Código: BR RJ COC 02.

[115] Decreto nº 20.043, de 27 de Maio de 1931, que aprova o Regulamento que transforma o Instituto Oswaldo Cruz em Departamento Nacional de Medicina Experimental, ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, já no governo provisório de Getúlio Vargas.

Ernani de Moura Caldas era auxiliar do Dr. Eurico Vilela, médico e pesquisador do IOC que estudava a tripanossomíase americana juntamente com o Dr. Carlos Chagas.

Em 1918, outro acontecimento mudaria mais uma vez a vida de Ernani Caldas. Em decorrência do deslocamento de tropas da Primeira Guerra Mundial, uma pandemia de gripe espalhou-se por toda Europa. O primeiro surto da doença aconteceu em fevereiro, mas não chegou a causar tantos transtornos, apesar do alto grau de contágio. No segundo semestre deste mesmo ano, em agosto, o segundo surto da doença, causou um altíssimo índice de mortalidade em todo continente.

No Brasil, acredita-se que os primeiros casos de gripe foram disseminados pelo desembarque de passageiros doentes em várias capitais brasileiras (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) pelo navio inglês “Demerara”, vindo de Portugal, em setembro do mesmo ano. Pouco mais de duas semanas depois, surgiram casos de gripe em outras cidades (ROCHA, 2018).

No Rio de Janeiro a doença foi se alastrando aos poucos. Nas primeiras semanas de outubro, a imprensa noticiava a ocorrência de casos da doença em locais de aglomeração como quartéis e escolas. Dias depois os novos casos cresciam de maneira assustadora (TEIXEIRA, 2018). No início, as autoridades públicas minimizaram a gravidade da doença, atestando que não passava de uma simples gripe. No entanto, a incidência cresceu em uma velocidade assustadora, e as primeiras mortes começaram a acontecer.

As medidas terapêuticas utilizadas para curar e gripe não eram eficazes e não se sabia ainda como evitar o contágio. A recomendação era de evitar a aglomeração de pessoas. Vários setores responsáveis pelas funções cotidianas da cidade foram paralisando suas atividades por falta de trabalhadores e o pânico tomou conta da população. O governo, inoperante diante da calamidade pública, decretou feriado de três dias em outubro e censurou a imprensa (ibid.).

A EPIDEMIA

Nos suburbios, além da falta de medicamentos, os generos alimenticios estão escasseando.

Os trabalhadores em carvão mineral estão auxiliando o governo nos serviços de enterramentos

DESINFECTE-SE A CIDADE!

A imprevidencia dos nossos dirigentes já nos collocou em materia de alimentação em paralello aos povos pobres, ou derrotados, apesar de abundancia sem precedentes dos nossos celeiros. Hoje nos oppomos de outra maneira, não menos grave, a uma situação daninha em que os quadros macabros se reproduzem ha mais de oito dias produzindo o pavor e a loucura como se a paiz final fosse chegado, surpreendendo no momento opportuno os sabios modernos.

A infecção explodiu aqui no Rio de um modo geral, contaminando todos á uma, depois de ter seguido uma rota certa rumo norte, como Hespanha, Portugal, Dakar, Pernambuco, Bahia e Rio; logo foi transida da Europa — o modo porém como se propagou, demonstrou ser sido pelas camadas aereas — não ha contestação alguma, tanto que variando as correntes condenaram apalhouse o mal pelo mundo de inteiro, sem excepção de clima.

Qual, pois, a causa desse horrivel mal?

Ha quem n'a encontre nos gazes deleterios dos corpos insepultos aos campos de batalha, e gazes venenosos fabricados em tão grande escala e atirados desbaratamente contra os combatentes e cujos effeitos toxicos combinam em grande parte com as manifestações observadas nesta malfadada peste.

Os gazes deleterios, como mais densos e leves, determinariam por certo a epidemia da guerra, porém não com tanta violencia neste hemisphario porque ultrapassando os canaes atmosphericos se condensariam purificados em parte com uma atmosphera favoravel, o que não se dá totalmente pelo mão tempo que impellia esses gazes para as correntes aereas encontrando um outro volume de materias putridas que subjugadas com o peso dos gazes toxicos tiveram aos ventos as condicções desta atmosphera envenenada que assim foto vas expalhando. As manifestações desta grippe não como envenenamento, uma mais felizes attingidos gemas superficialmente logram escapar-se em poucos dias, ou tres porém, a febre vae degenerando em typhiea, o sangue não o cerebro, a lingua resseca e no desfecho todos os cadaveres estão congeridos — os que escapam são attingidos por uma tosse pertinaz, uma fraqueza extrema que redunda em paranoia — ha hemorrhagias pela boca, nariz, ou ouvidos, accessos de loucura, ou casos falsamente: symptomas todos esses observados na *linha de frente* causadas pelos gazes asphyxiantes. Qual pois o foco a ser atacado em primeiro logar?

Fica de direito deve ser a atmosphera — procure-se pois neutralisar o effeito da peste por meio de desinfectantes chimicos em alto; o domicilio, os conductores de materias fecaes etc., etc, aproveitem os fogtos de asphalto e qualquer-o e gás — em toda a cidade; sem desinfecção não ha saneamento possivel — assear um individuo pasa não ser infeccionado, quer dizer sanear a cidade para não ser contaminada.

A' Villa de Barcellos

O seu empreiteiro commercial sos seus amigos e freguezes a sua reabertura.

Na guarda-moria da Alfandega

Continua em declinio nesta dependencia da Alfandega, a epidemia.

Hontem, novos officiaes e marinheiros que se achavam enfermos, se apresentaram, não tendo, pois, mais nenhum caso.

O serviço vae-se fazendo cada vez com mais regularidade, tendo havido ahi a apprehensão de um pequeno contrabando de duas pecas de seda, na doca da Alfandega, Thomaz, o official aduaneiro Deodoro Pena.

Por pessoal dessa dependencia, por continuar a Standard Oil sem trabalhadores, foram conduzidas da ilha do Governador, mais 1.000 chlas de gasolina, para os depositos de automoveis.

Tendo sahido que enfermara o marinheiro Eurico Teixeira dos Santos, que se achava no "Inglês Smith", ali auxiliando, o guarda-mor, obteve a lancha do guarda-mor, do Mac Lauren, Oliveira por emprestimo, e mandou pelo official adjunto João Ribeiro, saber aquelle marinheiro e internou-o no hospital do Mosteiro de São Bento.

English Opticians

(OPTICA INGLEZA)

THE DOMESTIC MANUFACTURING Co. (BRAZIL) LTD.

11, Largo da Carioca — Rio de Janeiro. (701)

Enlouqueceu!

Constantino de Carvalho, sandeu, morava a rua Barão de Mesquita, foi apanhado pela policia para enviar-o ao hospicio.

O homem comprido durante mesmo tres a despeza torrão. Em seguida, [illegible] a quatro. Depois, [illegible] Constantino, allucinado, dizia [illegible] macabras: estava cheio de [illegible] de delirios, e matou a propria [illegible]. Na delegacia do 19º districto [illegible] Romero, verificando [illegible] o homem demente, fez-o remetter para a Central de Policia, afim que lhe desem o conveniente destino.

Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives

Vinte e um medos desta sociedade que precisarem de recursos de [illegible] a terrivel epidemia que está [illegible] nesta capital e se dirigirem ao thesoureiro, á rua Senador Eusebio n. 50.

(1º secretario, *Benjamin Rabello*). (D. 476)

Os novos postos-hospitaes

O hospital da Praça 11 de Junho já [illegible] com 150 doentes e possue excellentes installações, graças á assistencia [illegible] Estrella Villela.

Amanhã deve estar prompto a reabertura [illegible] o hospital da Praça [illegible] Pereira, na avenida Pedro [illegible] Leopoldina, 1.000 [illegible] doentes. O serviço [illegible] está prompto [illegible] os mesmos regularmente, devendo [illegible] Meyer e ao Governo de [illegible].

A "febre hespanhola" ou grippe

Escrevem-nos:

"Sr. redactor. — Ha muitos os casos felizes que foram registrados como consequencias desta epidemia. Os medicos não podem attender a todos e, alem disso, com muito desagrado tenho verificado que as pharmacias não podem attender com presteza os que vem buscar remedios para os seus doentes.

Para curtar a grippe, recommendo: 1º. Purgante fraco, como oleo de mamona, limonada purgativa, etc. 2º. Dieta de leite, *duas vezes feriado*, e tomar em estado quente, não frio, como geralmente.

3º. Abstenção de álcool, carnes, conferves, gelados, sorvetes, etc.

4º. Na falta de leite, tomar chá preto, da India, ou herva-mate, perfumado, frescos e com limão.

5º. Banhos de 36º a 38º de temperatura, duas vezes por semana, e, em seguida, deitar-se, durante 24 horas, sem sair, para passar resguardo. Pessoas que sofreram bronchites fortes ou qualquer doença que atacou os pulmões, devem se abster de banhos frios (ducha), e tomar banhos quentes, de 38º a 40º, acompanhado a temperatura de grão em grão, até chegar a 40º, e, em seguida, até 42º. Chegando a 42º, devem dar rigorosamente augmento de grau a temperatura até chegar a 48º, como banhos, devem ser tomados duas a tres vezes por dia e seguidos por um bom massagem com toalha felpuda, para o corpo ficar quente.

6º. Não devem, os doentes comer frutas em estado *crú*, mas frutas pasadas ou cozidas, de preferencia cozinhas, como amoras pretas, pregas secas, em geral, etc. — *Rafaelo Jabbad Fedeli.*

Curitiba — 1918. (Curitiba — Paraná).

P. S. — O Governo se a Congresso para evitar explosões e capaz dos doentes, devem aproveitar as horas do futura feira annual, para venda de distribuição de opiniões e de gentes. Feita a distribuição, ao ar livre e em diversos blocos, em diversos pontos da cidade, se evitaria o colagem e a aglomeração.

Uma grande poça d'agua no meio duma rua

Podem-nos que chamemos a attenção das autoridades sanitarias e municipaes, para o grande lago formado por uma enorme depositado no meio, na rua Oito de Dezembro em frente á fabrica de Chapeos Mangueira, proveniente de repetidas fechas no calçamento.

A agua, ali, estagnada já de ha muitos dias, está formando um foco pestilencial que ainda não foi visto por nenhuma autoridade.

Seria bom que mandassem até lá aterrar o alludido buraco.

A Liga Contra a Tuberculose

Escrevem-nos:

"Sr. redactor. — Ha baje li em o Correio, de hontem, a reclamação da Liga Contra a Tuberculose. Na mesma Liga, vendo pelo a v. ex. uma reclamação, deste logico, garantindo que o presidente da Liga não mandou [illegible] horas [illegible] Meyer e ao Governo de [illegible].

A balburdia na requisição de aves e ovos

Temos recebido varias reclamações contra o modo aphitrio como se, então fazendo as requisições de aves e ovos, por conta e ordem do Commissariado de Alimentação Publica.

Segundo estamos informados por diversas firmas desta praça, logo que as criações chegam a estação de destino, os agentes do Sr. Bulhões Gellias se apoderam sem deixar sequer um documento, nem chegar ao interior aos respectivos donos. E' a anarchia e o regimen de terror, que forçosamente retrae a importação.

Os criadores do interior já não querem mandar as mercadorias, ou exigem que as remetam por conta e risco dos recebedores as quaes são consequentemente colocando adeantadamente 25 por cabeça de gallinhas e frangos.

E' preciso que se evite a cessação da exportação.

Este pesigo maior é o que não merecem o populado e o flagello da epidemia e pedimos ao Sr. Bulhões Gellias que reconsidere a acção em beneficio da collectividade, feito com a requisição de aves e ovos em bem dos interesses de todos.

DEPOIS DA INFLUENZA

A maior parte das pessoas atacadas pela influenza ou grippe, foram debeis ou nervosas depois de desapparecer a febre. Em todos os casos cases terá sempre um magnifico resultado, tomando um Pitralio Rosadas do Dr. Williams, pois que, desde 30 annos se como [illegible] depois de a epidemia na Europa e na America, a sua efficacia.

Existe tambem agora nas principaes Drogarias e Pharmacias o valioso tonico Pilulets, especialmente adaptado para os convalescentes como as Pilulas Rosadas do Dr. Williams, no caso de não ter recebido o tonico regularmente. Estes dois preparados são os mais usados do mundo, uma acção tão segura como a quinina nos casos de febre, e recommendamos especialmente n'esta occasião a todos a necessidade de não se fortes, adoptar um tratamento durante 10 a 15 dias com elles. Elles se deixem explorar, visto que os preços não sofreram alterações.

Dr. Williams Medicine Co.

—Caixa do Correio n. 962

Rio de Janeiro

(6347)

O ministro da Justiça visita o Hospital da D. Deodora

O dr. Carlos Maximiliano, ministro da Justiça, acompanhado de seu [illegible] visitou o hospital da D. Deodora e de seu official de gabinete, visitou o hospital da Ilha do Governador, recebendo todas as enfermarias, e, no final, dirigiu-se aos medicos e do desenvolvimento da molestia.

Nem escolhe sem dos presentes, indagou do professor Carlos Chagas os fundamentos das duvidas da verificação de alguns casos de febre amarella, que responde, com o seguinte affirmação:

Esses casos que muitos julgam ser de febre amarella, são formas de [illegible]. Quer se [illegible] Chagas que [illegible] de [illegible] de [illegible] [illegible] e, no [illegible] encaracou o aspecto e ele dos olhos. Nem esses os casos que muitos julgam confundidos com a febre amarella, [illegible] e dr. Carlos Chagas acrescentava:

Pode dizer com a responsabilidade de meu nome que sinto-se [illegible] de um só caso de febre amarella, e que o grippe não a forma de intercalamentos.

Do mesmo modo estão soffrendo algum atrazo os impressos e [illegible].

Rogo pois, vos digneis tornar [illegible] a presença [illegible] Saudações attenciosas. — *Henrique Aderne*, sub-director.

O tratamento da Espanhola

Recomendamos a todos os [illegible] e a todos os [illegible] PILULAS SUPERFORTES DE LUIZ CARLOS, no dose de 2 por dia, como [illegible] e [illegible] [illegible] dia. Encontra-se nas pharmacias e [illegible]. (6399)

Auxiliando a enterrar os mortos

A Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, resolveu [illegible] a [illegible] Cidade, uma turma de trinta homens afim de auxiliar a enterrar os mortos. As despesas com esses homens correm por conta daquella associação de classe.

Pela dita turma tem a Associação de trabalhadores de Carvão e Mineral varias outras que percorrem as ruas auxiliando a remoção dos cadaveres de infelizes.

Cruz Vermelha Brasileira

Continuam a receber enfermos grave as enfermarias desta sociedade.

A distribuição de medicamentos, da [illegible] de sua inauguração até hontem foi feita a 2.500 pessoas e continua a fazer seus interrupção.

Offerecem-se para o serviço de assistencia enfermeiras e [illegible] [illegible] Cruz Vermelha Brasileira.

Mme. Lage Braga foi offerecer-se para o serviço de [illegible] [illegible] Fora [illegible] o serviço de hoje no [illegible] Pedro Ernesto, [illegible] Maria Bittencourt e Etha Oliva.

Apresentaram-se a sentinela enfermeiras Dilia de Araujo Porto Alegre, Maria Bittencourt e Etha Oliva.

Entraram ontem para as enfermarias tres doentes. Sairam curados dois e falleceu um, depois de 2 anos de direito João Severino Ribeiro do Nascimento.

O Posto de Soccorros de Copacabana, installado pela Cruz Vermelha Brasileira, está a Cruz Vermelha, [illegible] Cruz Vermelha Brasileira.

Por intermedio de sr. Custodio Pinto, da Cruz Vermelha Portugueza que está servindo esta sociedade, a "Irmãs da Caridade" Portuguezas, offereceu um grande stock de desinfectantes e outros generos.

Pela firma Jesouronon Irmãos & Comp., foi feito o donativo de 1.000 pacotes de [illegible] [illegible] para auxiliar o serviço da sociedade.

O sr. Francisco Alves offereceu outros donativos [illegible].

O Centro Industrial Pró-Patria cedeu, [illegible] para o serviço da sociedade, o Theatro S. Pedro, a [illegible] [illegible].

"Pró-Matre"

Assessorado ao jiusto appello desta associação, já recebeu ella por intermedio do sr. Dr. Carlos Chagas, [illegible] Magalhães e de sua presidente a sua [illegible] Guerra Alves offerecendo donativos.

Mme. Wright [illegible] 1:000$000

Maria Cunha [illegible] 1:000$000

Alfredo Rocha [illegible] 1:000$000

Dr. Carlos Chagas [illegible] 1:000$000

Um assumpto [illegible] 200$000

Um [illegible] a rua [illegible] de [illegible]

Dr. Fabio Ramos [illegible] 500$000

Dr. Carlos Chagas [illegible] 500$000

Alem desses donativos, foram enviados a sede da "Pró-Matre" muitos objectos de [illegible] offerecidos pela [illegible] Maria Bittencourt, [illegible] Cruz Schindler, varias [illegible] [illegible] [illegible]

O jornal Correio da Manhã, em sua edição de 25 de outubro de 1918, revela uma página inteira dedicada ao acontecimento da gripe espanhola. Notícias, denúncias, receitas de canjas de galinha e remédios caseiros, anúncios de médicos homeopatas, orações, tudo o que fosse possível para debelar a epidemia. Nos dias seguintes à publicação, a cidade havia se transformado em um caos, como assevera Luiz Antonio Teixeira:

> Falta de alimentos, serviços públicos parados, saques. Para completar este quadro alarmante surgia o problema dos cadáveres insepultos. Não havendo nos serviços municipais pessoal suficiente para recolher os mortos, a polícia passou a se encarregar deste expediente. [...] Mesmo assim, o triste quadro de mortos amontoados pelos cemitérios ou abandonados pelas ruas desertas, era constante (TEIXEIRA, 2018).

O Diretor Geral de Saúde Pública (DGSP), Carlos Seidl, foi demitido. Seu substituto, o médico Teófilo Torres, na tentativa de reduzir os problemas da falta de assistência, transformou em postos de socorro fábricas, escolas e repartições públicas, incumbindo o Dr. Carlos Chagas, diretor de Manguinhos, de organizar a oferta de atendimento de saúde à população. Para contornar a falta de profissionais médicos, muitos acamados com a doença, foram contratados outros profissionais para servirem nos postos de saúde e aviarem receitas (BRITTO, 1997).

Ernani de Moura Caldas foi um destes profissionais. Avaliado por seus méritos como servente de laboratório, foi escalado para trabalhar como farmacêutico em um dos muitos postos de socorro da cidade, recebendo para isso um diploma validado pelo Instituto Oswaldo Cruz. No entanto, em seus registros funcionais do Instituto não há nenhuma menção ao seu diploma superior. Em 1919, era servente de 2ª classe e só em 1922 passou a servente de 1ª classe. A concessão de um diploma superior, sem que tenha frequentado um curso formal, deixou Ernani um tanto constrangido diante dos pesquisadores. Talvez este tenha sido o motivo para que, em 01 de fevereiro de 1923, pedisse exoneração do trabalho em Manguinhos, sendo nomeado para o Hospital Francisco de Assis, no Rio de Janeiro.

No entanto, continuou morando no Pavilhão da Peste mais alguns meses, até se casar em dezembro deste mesmo ano, com Dulce França, na época com 16 anos. Sua esposa foi apresentada por seu melhor amigo, que conheceu no IOC, Narcizo de Araújo[116].

Narcizo Inácio de Araújo nasceu em 13 de fevereiro de 1993. Em seus registros funcionais consta que ingressou no IOC em 01 de fevereiro de 1910, contratado como

---

[116] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 58. Código: BR RJ COC 02.

servente. Em 1919 foi nomeado como servente de 1ª classe. Auxiliar de laboratório do Dr. Henrique Aragão, em 1921 viajou para São Paulo acompanhando o pesquisador, por 12 dias, para estudos sobre a peste bubônica. Assim como Ernani, Narcizo morava no sótão do Pavilhão da Peste, eram companheiros de "quarto".

No ano de 1922, foi posto à disposição do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, para servir na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em 1924 foi nomeado preparador repetidor da 2ª cadeira da Escola Superior de Agricultura, sendo exonerado do cargo de servente que ocupava no IOC.

A amizade entre Ernani de Moura Caldas e Narcizo de Araújo durou por toda a vida. Narcizo casou-se com Eurídice França, irmã mais velha de Dulce, esposa de Ernani. Logo após os casamentos, continuaram vizinhos e moravam com suas famílias na mesma rua, no bairro do Encantado.

Fotografia 24: Acervo pessoal de Teresa Trevino. Sem data. Autor desconhecido. "Família de Ernani de Moura Caldas"

Na foto de família (nº 24), vemos à esquerda, de óculos, Narcizo de Araújo. Ao seu lado, está Eurídice França, sua esposa. Ao lado de Eurídice, mais à direita, Dulce França, esposa de Ernani. Atrás dos três, estão Maurício e Laura, primos das irmãs França. As crianças são filhas do casal Narcizo e Eurídice. Ernani não está na fotografia.

Além de seu trabalho no Hospital Francisco de Assis, Ernani, já casado e com um filho, complementava suas rendas trabalhando em uma indústria química no bairro de Bonsucesso como farmacêutico, utilizando seu diploma conquistado no IOC. Depois, muda-se para este mesmo bairro onde, mais tarde, iriam nascer seus três outros filhos.

No ano de 1930 ingressa no curso de medicina da Universidade do Brasil na Praia Vermelha, cumprindo a promessa que havia feito para seu padrinho. Sua filha mais nova nasce no ano em que Ernani se forma, em 1935.

Fotografia 25: Acervo pessoal de Teresa Trevino. Sem data. Autor desconhecido. “Retrato de Ernani de Moura Caldas”.

Após a conclusão do curso de Medicina, em 1938, Ernani solicita ao Ministério da Educação e Saúde Pública o seu reenquadramento na carreira de médico e é transferido para trabalhar em Ramos, no Posto 11.

Mais tarde, já na década de 1940, um outro acontecimento na vida de Ernani vai provocar mais uma mudança em sua trajetoria profissional: ele compra uma cartela de bilhetes da loteria federal e é sorteado. Com o dinheiro do prêmio, constrói uma casa para morar com sua família e adquire sua própria farmácia, a Farmácia das Nações, em Bonsucesso.

Ernani passa a ser o médico de referência das famílias do bairro. Em sua farmácia manipulava os medicamentos e atendia em seu consultório, montado no segundo andar do sobrado. Sua clientela era formada majoritariamente de pessoas da região, e de localidades próximas. Era muito conhecido e querido entre os moradores da comunidade do Jacarezinho, atendendo-os gratuitamente e fornecendo medicamentos que ele mesmo manipulava. Nesta época, assumiu também a direção da Casa de Saúde de Bonsucesso, uma clínica privada.

Aos 63 anos começa a ter problemas de saúde e sofre diversos infartos. Morre no dia 06 de novembro de 1964, aos 68 anos, após um ataque do coração.

3.3.5 Francisco José Rodrigues Gomes

O começo da trajetória de Francisco José Rodrigues Gomes está intimamente relacionado à cidade de Lassance, localizada na região norte de Minas Gerais. Foi lá que o Dr. Carlos Chagas estabeleceu um posto de estudos sobre a doença de Chagas, desde a primeira vez em que esteve na vila, acompanhado do Dr. Belisário Penna[117], em 1907.

Inicialmente, o objetivo de Chagas e Penna era o combate ao impaludismo, que atingia os operários das obras da Estrada de Ferro Central do Brasil. A ferrovia tinha como objetivo integrar pelos trilhos, o Rio de Janeiro ao Pará.

---

[117] Médico do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Atuou nas campanhas sanitárias de varíola e febre amarela no Rio de Janeiro, no início do século XX. Na década de 1910 foi designado por Oswaldo Cruz, para viajar ao interior do país em diversas excursões com o objetivo de combater a malária e outras enfermidades que adoeciam a população e os operários das obras das estradas de ferro. Em 1916 a publicação do relatório de sua viagem pelos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, junto com o Dr. Arthur Neiva, foi decisivo para a promoção de um outro olhar da sociedade sobe os determinantes sociais da saúde e doença.

Fotografia 26: BNDigital. Biblioteca Nacional. O Malho. Edição de 07 de dezembro de 1912.

A foto nº 26, publicada na edição de 1912 da revista O Malho, mostra a inauguração de novos alojamentos construídos na estação de Lassance, para abrigar os operários das obras da linha férrea que ligava a estação Central, no Rio de Janeiro, a Pirapora, em Minas Gerais. A imagem e seu enunciado, não deixam dúvidas quanto à associação que se fazia entre o progresso do país e a construção da malha ferroviária. Da mesma forma, a ciência e a medicina tropical estavam imbricadas neste processo. De acordo com Benchimol e Silva (2008, p.719):

> [...] as ferrovias assumiram então o papel de integrar o território e operar a expansão simbólica e material da nação brasileira. Os cientistas destacados para debelar os surtos epidêmicos não se limitaram a realizar as campanhas. Fizeram observações sobre aspectos da doença, inclusive suas relações com hospedeiros e ambientes, contribuindo com novos conhecimentos e com a institucionalização, no Brasil, de novo campo que então se estabelecia nas potências coloniais européias: a medicina tropical.

Em Lassance, o Dr. Chagas descreveu todo o ciclo evolutivo da moléstia batizada com seu nome, desde o microrganismo, passando pelos hospedeiros como o tatu e o gambá, os triatomas vetores da doença e as manifestações clínicas no homem (THIELEN e SANTOS, 2002).

Foi a captura de uma gambá, que levou o menino Francisco a entrar para a história do trabalho subalterno da Fiocruz, tornando-se um dos mais conhecidos auxiliares de laboratório de Manguinhos.

O tio de Francisco era mateiro e acompanhava o Dr. Chagas em suas idas e vindas para Lassance. Em uma das vezes que veio ao Rio de Janeiro para trazer material coletado da estação de pesquisas, foi até a casa de Francisco para visitar a família. Chegando lá, achou o menino muito magrinho e resolveu leva-lo para o interior, para que o Dr. Chagas o examinasse. Para o tio, era uma oportunidade para Francisco de respirar um ar mais puro e ter acesso a frutas e outros alimentos. Era o ano de 1918 e Francisco tinha 07 anos de idade.

Quando chegaram a Lassance, o Dr. Chagas não aprovou a presença do menino. Era uma área endêmica de uma doença ainda pouco conhecida, não era um lugar apropriado para crianças. Combinou então, que na próxima ida para o Rio de Janeiro, o tio de Francisco o levaria de volta.

Enquanto isso, o menino começou a trabalhar com o tio nos acampamentos que faziam pela região a procura de doentes, animais e barbeiros. Enquanto os homens saíam para "bater cafua"[118], Francisco ficava cuidando das panelas, da comida. Em uma das noites, foi incomodado por uma gambá que não o deixou dormir. No dia seguinte conseguiu capturar o animal no mesmo instante em que o Dr. Chagas chegava ao acampamento. O médico pegou a gambá e imediatamente colheu e examinou seu sangue, constatando a presença de *Trypanossoma cruzi*. A partir deste acontecimento, o Dr. Chagas concordou que Francisco permanecesse em Lassance.

Francisco passou a viver e trabalhar na estação e aprendeu com seu tio a caçar pequenos animais, fazer armadilhas e construir chiqueiros. A convivência aproximou a criança e o cientista, que mandou vir do Rio de Janeiro algumas cartilhas para ensinar o menino a ler e a escrever.

Francisco Gomes viveu em Lassance durante cinco anos e conviveu com muitos pesquisadores diferentes do Instituto que iam frequentemente até a estação colaborar nas pesquisas, como Emanuel Dias, Magarino Torres, Eurico Vilela, Evandro Chagas e Nogueira Penido.

O fotógrafo do IOC, J. Pinto, também ia diversas vezes à Lassance para produzir imagens do trabalho de campo e microfotografias.

---

[118] Casas de pau-a-pique e barro.

Fotografia 27: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J.Pinto. "Acampamento em Lassance [?] com Raul de Avelar e J. Pinto". [Imagem editada da fotografia original]. Título original da foto: "Acampamento não identificado". BR RJCOC 02-10-20-35-012-032.

> Eu não alcancei o vagão, tenho só a fotografia, porque o... J. Pinto, que era um dos grandes fotógrafos, foi o primeiro sujeito a fazer microfotografia, [...] era perito, [...] fazia de tudo, fazia coisas imaginárias, e o Pinto acompanhou também. Então o Pinto fazia aquelas fotografias, todas as fases importantes da vida de Carlos Chagas lá, ele documentava numa máquina grande com fole uma lente que não tinha mais tamanho [...] cobrir assim com o pano preto. E ele fazia [...] o negativo na chapa de vidro, era estampado por contato (fazia a cópia por contato de noite, ele com uma luzinha, cobria o lampião com um pano vermelho e dava a luz vermelha). Então ele copiava de noite as fotografias, e assim é que eu consegui esse arsenal. Então eu pedia a ele: - "seu Pinto, o senhor quer (a gente dizia retrato), o senhor quer me dar um retrato desse?". [...] "Pra quê que criança quer retrato?". [...]. Mas como ele fazia muitas cópias, quando eles iam pro mato, eu ia na bolsa dele, roubava uma cópia e escondia. E de roubo em roubo, eu roubei um acervo fotográfico, que se não fosse eu, não existia mais esse acervo, porque isso acabou. (GOMES, 1986. Fita1, ladoA)

A fotografia nº 27, editada para aproximar a imagem, mostra à direita, o fotógrafo J. Pinto de óculos e chapéu, e à esquerda, de suspensório e gravata borboleta, Raul de Avelar Alves.

Raul de Avelar[119] ingressou em Manguinhos em 1919, contratado como administrador do Hospital de Lassance. Em seus registros constam as notações das diversas vezes que foi e voltou da estação para colher material, acompanhar doentes, trazer os doentes para Manguinhos. Antes de ser admitido no Instituto trabalhou, de 1904 a 1910, no Serviço de Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela do Rio de Janeiro e de Niterói, atuando como servente, passando a capataz, a guarda de 1ª classe até alcançar o cargo de chefe de turma interino. De 1910 a 1911 foi designado em comissão ao estado do Pará.

---

119 Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 46. Código: BR RJ COC 02.

A partir do cruzamento de fontes utilizadas nesse estudo, temos por hipótese que um dos dois meninos que aparecem na fotografia pode ser Francisco Gomes, clicado em um acampamento de Lassance. A aparência jovem de Raul de Avelar, que se aposentou em 1941, evidencia que ele havia recém-iniciado seu trabalho no IOC. Francisco chega em Lassance em 1918 com 07 anos e Avelar ingressa em 1919. Caso nossa hipótese esteja correta, Francisco é o menino mais novo, segurando o bule. Há fortes indícios também para supor que o homem que está atrás de J.Pinto, de boina, seja Altino, o tio de Francisco. O depoimento de Attilio Borriello menciona ambos, tio e sobrinho:

> Carlos Chagas, quando ia para o interior de Minas tinha um acompanhamento, eu não sei que nome dar a um camarada, um acompanhante, [...] Altino, era o tio do Francisco. [...] E ele esteve com o tio uma temporada lá. E se refez, ficou mocinho, estudou e lá ficou. Posteriormente Francisco veio para o Instituto Oswaldo Cruz. Como era hábito, naquele tempo todo indivíduo que se chegava ao Instituto acabava empregado. Então ele veio, tornou-se um ótimo laboratorista, trabalhou com o Osório de Almeida (BORRIELLO, 1986. Fita 1, lado A).

O homem de boina aparece também em outra fotografia (foto n° 7, p.106) onde estão o Dr. Carlos Chagas e vários doentes de Lassance, na escadaria do Hospital Oswaldo Cruz.[120]

Francisco chegou em Manguinhos com 12 anos, no ano de 1923[121] , e vai morar dentro do Instituto, no sótão do prédio da Cavalariça. Seu trabalho era auxiliar as atividades do Dr. Chagas no laboratório, permanecendo nesta função até a morte do pesquisador, em 1934. Quando o cientista viajava, o que acontecia frequentemente, Francisco era deslocado para trabalhar nas diversas oficinas do Instituto, aprendendo um pouco de carpintaria e de vidraria.

No entanto, seus assentamentos funcionais iniciam em 1930[122], contratado como servente de cocheiras. Nesta época, trabalhou com sangrias de cavalo e produção de soro.

O Dr. Chagas queria que Francisco estudasse medicina, mas o receio de ser criticado, acusado de fisiologismo, somado ao preconceito racial que o próprio Francisco denominou de "carrancismo branco"[123] fizeram com que Francisco fosse enviado por Chagas para a filial do Instituto Oswaldo Cruz, em Belo Horizonte, para que pudesse estudar e trabalhar com o Dr. Otavio Magalhães, que dirigia a instituição mineira. Na capital de Minas, Francisco iniciou os

---

120 A fotografia está no início deste capítulo.

121 O depoente informa esta data. Os entrevistadores referem-se a data de 1925, onde Francisco estaria com 14 anos.

122 Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 3, folha 509. Código: BR RJ COC 02.

123 GOMES, 1986. Fita 1, lado A.

preparatórios para o ingresso na Faculdade e adquiriu experiência no trabalho com serpentes, das quais extraía o veneno para preparação de soro antiofídico.

Em 1934, logo após a morte de Chagas, Francisco é chamado de volta para Manguinhos pelo novo diretor, e é obrigado a interromper seus estudos. Após o seu retorno, vai para o laboratório de fisiologia trabalhar com o Dr. Miguel Osório de Almeida e com o Dr. Thales Martins[124]. Este último era muito temperamental e exigia algumas tarefas muito difíceis de serem cumpridas. Mas Francisco não se apertava e recorria sempre aos colegas de trabalho da mesma classe. Um deles era Joaquim Venâncio, a quem chamava de "guru". Da mesma forma, Francisco gostava de ensinar os colegas mais jovens e inexperientes e estava sempre pronto a colaborar.

Sua personalidade era expansiva e gostava muito de música, tanto que participava de uma orquestra tocando trombone, o que rendeu a Francisco Gomes o apelido de "Chico Trombone". A orquestra não era formada com seus companheiros do IOC, mas os ensaios eram realizados lá à noite, ou nos fins de semana. No entanto, alguns pesquisadores não admitiam os ensaios da orquestra e ameaçavam quebrar o seu instrumento. Para que não tivesse seu trombone quebrado, Chico o escondia em baixo de um armário em um dos laboratórios e depois passou a guarda-lo em uma casa no Morro do Amorim.

De todos os auxiliares apresentados neste capítulo, Francisco deve ter sido aquele que trabalhou com mais pesquisadores diferentes no Instituto. Só para citar alguns deles: Carlos Chagas, Otavio Magalhães, Miguel Osório de Almeida, Thales Martins, Haity Moussatché, Geth Jansen, Evandro Chagas, Pedro Fontana, Emilio Mettidieri, Luiz Augusto de Abreu, Mário Vianna Dias, Tito Cavalcanti, Herman Lent, Walter Oswaldo Cruz, Emanuel Dias, Augusto Perissé, Moacir de Andrade, Fernando Ubatuba, Hélion Póvoa Filho, entre outros.

Da mesma forma, atuou em varias campanhas sanitárias. No Rio de Janeiro, durante uma campanha de esquistossomose, descobriu focos da doença em chácaras de cultivo de agrião em Jacarépagua, que resultou em uma publicação de seu chefe Geth Jansen sobre a endemia. Em Belém do Pará ficou três anos trabalhando com Evandro Chagas em pesquisas sobre filariose[125].

Em Araxá, Minas Gerais, realizou uma campanha para combater a doença de Chagas, permanecendo por vários meses na parte velha da cidade, coletando triatomas e fazendo diagnóstico da população. Um grupo de neurologistas do estado de Minas foi para a região,

---

124 Ambos eram médicos que realizavam pesquisas em fisiologia no IOC.
125 Doença causada por vermes que obstrui o sistema linfático.

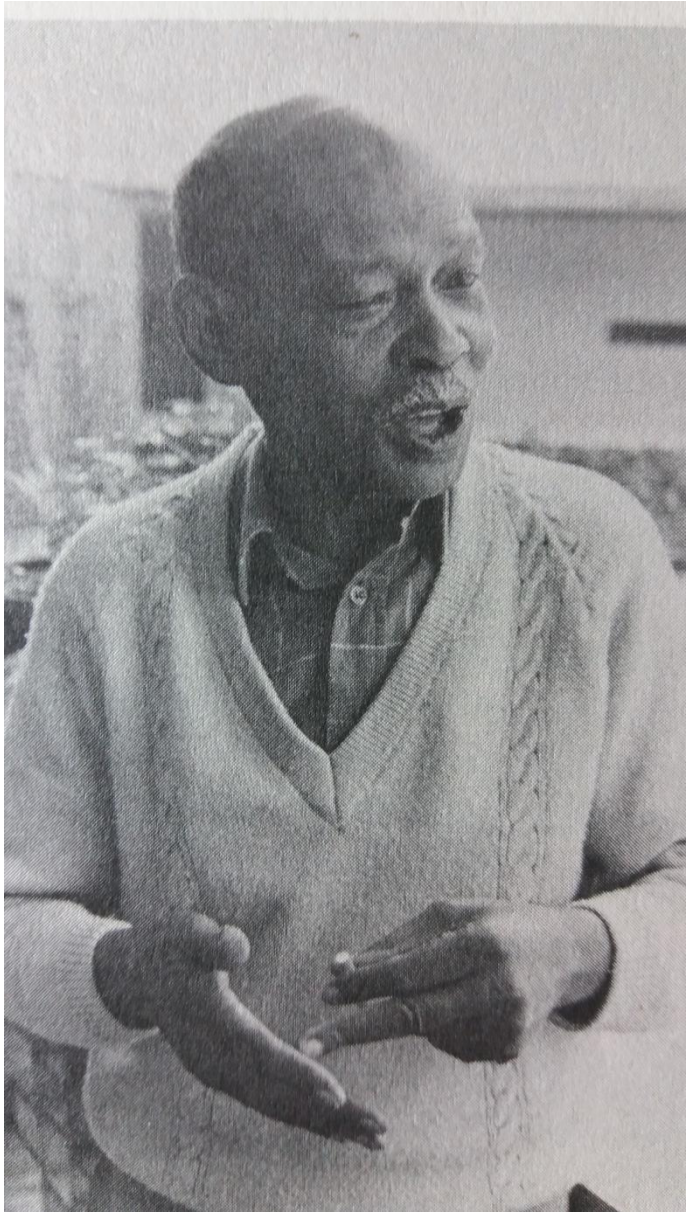
pois havia muitos pacientes com a forma nervosa da doença. No entanto, apavorados, com medo de contaminação, não conseguiram completar a missão, voltando para a capital. Francisco permaneceu no local e produziu um relatório detalhado sobre a situação, mas nunca foi publicado. As autoridades locais não queriam que a endemia fosse divulgada, para não atrapalhar o turismo.

Chico trabalhou também em vários laboratórios privados que pertenciam aos cientistas do Instituto, como o laboratório do Dr. Nicanor Gonçalves. Ao final do expediente no IOC seguia para Botafogo, onde ficava o laboratório e trabalhava até às dez horas da noite.

Durante o período da ditadura militar, Francisco sofreu perseguição política por parte do diretor do IOC à época, o Dr. Rocha Lagoa. Foi um período sombrio da história do Instituto Oswaldo Cruz, que ficou conhecido na historiografia como o "Massacre de Manguinhos". Em 1970, dois anos após o decreto do Ato Institucional n° 5, dez pesquisadores do Instituto foram cassados, tiveram seus direitos políticos suspensos e foram impedidos de trabalhar. Os laboratórios foram fechados.

Francisco foi acusado de terrorismo e teve que depor para uma junta militar. A acusação era de que o auxiliar de laboratório participava de um vatapá "subversivo" que acontecia dentro do Instituto. O tal vatapá era um almoço de confraternização que ocorria, esporadicamente, aos sábados. Os cientistas cotizavam e uma pesquisadora levava a iguaria pronta de casa. Francisco participava lavando as panelas e os pratos no final.

Por causa dessa perseguição, Chico teve que requerer compulsoriamente sua aposentadoria, após quase cinquenta anos dedicados ao Instituto Oswaldo Cruz, aproveitando uma viagem do diretor que o perseguia. Mesmo assim, continuou trabalhando sem remuneração com o pesquisador Gilberto Vilela, para que a pesquisa em que vinha participando não fosse interrompida, pois era o responsável pela dieta de sais minerais dispensadas às cobaias. Nesta ocasião, foi ameaçado com arma de fogo pelos seguranças do diretor e proibido de entrar no IOC.



Fotografia 28: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. 1988. Autor: Paulo Rodino (COC). “Francisco Gomes, conhecido como Chico Trombone”.

Na década de 1980, durante a gestão de Sergio Arouca, Chico voltou a trabalhar no Instituto, no Departamento de Fisiologia e Farmacodinâmica com o Dr. Haity Moussatché, e como auxiliar de ensino da Faculdade de Medicina de Teresópolis e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Francisco faleceu em 27 de maio de 1991 de insuficiência respiratória.

3.3.6 José Cunha

José Cunha nasceu em Angra dos Reis, no dia 22 de outubro de 1911. Seu pai era Manuel Ferreira da Cunha, português que imigrou para o Brasil com 11 anos de idade. Seu Manuel era maquinista de mar e terra. Sabia conduzir máquinas a vapor, trens, pequenas embarcações e equipamentos utilizados em abertura de estradas.

Sua mãe se chamava Julia Maria Ferreira e descendia de uma antiga família proprietária de escravizados da região de Angra dos Reis, na Ilha Grande. A Sra. Julia não gostava de lembrar esse passado e pedia ao filho que não falasse sobre o assunto. No entanto, foi dona de quatro escravizados, que permaneceram com ela até o nascimento de José Cunha, enquanto ainda moravam em Angra dos Reis. De alguma forma que não era muito esclarecida, a família materna de José Cunha se ligava à família do Dr. Lauro Travassos. O bisavô de Travassos, Estevão, teria se responsabilizado pela criação da avó de Cunha.

Manuel e Julia Maria conheceram-se no Rio de Janeiro, mas moraram durante um período em Angra dos Reis, enquanto o maquinista trabalhou em obras de escavação de túneis na região de Angra e em Itacuruçá, onde nasceram os irmãos de Cunha. Depois a família mudou-se de vez para o Rio de Janeiro, morando em alguns bairros da zona sul, até estabelecerem-se definitivamente na Mangueira, em uma vila de casas, onde José Cunha morou por toda sua vida.

Desde pequeno José Cunha teve acesso à educação formal. Foi alfabetizado quando morava em Ipanema, em uma escola do bairro. Depois foi matriculado em uma escola pública que ficava dentro da Quinta da Boa Vista, chamada Julio Furtado. Nesta escola cursou até o sexto ano. Seu pai, que nessa época trabalhava como guarda-jardim também na Quinta da Boa Vista, morreu assassinado a tiros por ladrões. Este acontecimento fez com que José Cunha, muito menino ainda, tivesse que trabalhar para poder sustentar sua mãe e seus três irmãos menores, ingressando em uma oficina de encadernação.

Mesmo assim, não parou de estudar e transferiu-se para o turno da noite, em uma escola que ficava na rua São Francisco Xavier, na Tijuca. Um de seus professores foi o Dr. Genésio Pacheco, médico bacteriologista do Instituto Oswaldo Cruz.

O Dr. Genésio decidiu premiar os três melhores alunos de sua classe com um emprego. José Cunha ficou em primeiro lugar e foi trabalhar no Instituto Oswaldo Cruz, com um salário de 90 mil réis. O colega que ficou em segundo lugar, foi empregado na *Light and*

Power, com um salário de 30 mil réis e o terceiro lugar foi trabalhar como o*ffice-boy* em um atacadista, ganhando menos que os outros dois.

No dia 24 de novembro de 1921[126], com apenas dez anos, José Cunha foi contratado como servente de laboratório de Manguinhos, indo trabalhar na bacteriologia, com o próprio Dr. Genésio Pacheco. Apesar da pouca idade e de precisar ficar ajoelhado em cima de um banco para que pudesse trabalhar ao microscópio, Cunha aprendeu tudo muito rápido. Em pouco tempo, já sabia preparar qualquer tipo de material, isolava amostras e fazia repique de culturas de tifos e paratifos.

O Dr. João Nogueira Penido foi o responsável por ensinar as primeiras técnicas na utilização do microscópio. O pesquisador não trabalhava na bacteriologia, mas José Cunha tinha muita curiosidade e vontade de aprender, então ia até outros laboratórios e oferecia ajuda. Assim, ao mesmo tempo em que fazia o procedimento, aprendia o trabalho na prática. No entanto, após aproximadamente dois anos na bacteriologia, os cientistas acharam melhor transferi-lo de laboratório, pois o risco de contaminação era muito alto. José Cunha foi deslocado para a protozoologia, trabalhar com os Drs. Julio Muniz[127] e Aristides Marques da Cunha[128].

Antes, porém, foi mandado para a Fazenda Japuíba, em uma excursão com o Dr. Lauro Travassos e com Mario Ventel, seu auxiliar de laboratório. Ficou lá por mais de um mês. Na época, disseram que era para que ele pudesse restaurar suas forças, pois estava muito magrinho.

---

126 Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 3, folha 256.

127 Julio Muniz era médico e pesquisador do campo da protozoologia. Ingressou em Manguinhos em 1919, após conquistar o segundo lugar em sua classificação no Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz.

128 Aristides Marques da Cunha era médico e pesquisador do campo da parasitologia do Instituto Oswaldo Cruz.

Fotografia 29: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Lauro Travassos, José Carneiro Felippe, Júlio Muniz, Ângelo Moreira da Costa Lima e pessoa não identificada". BR RJCOC 02-10-20-25-001-029.

A fotografia nº 29, mostra um grupo de cientistas reunidos em torno de uma mesa de trabalho. Pareciam estar examinando um material ao microscópio, quando param para posar para a foto. Dois deles trabalhavam em estudos e pesquisas no campo da parasitologia, onde também atuou José Cunha. Lauro Travassos, sentado mais à frente de bigodes, estudava helmintos, e Julio Muniz, usando óculos de armação escura, pesquisava protozoários.

Ao fundo, na outra sala, está Mario Ventel, auxiliar de laboratório de Lauro Travassos já apresentado neste capítulo[129]. O servente parece alheio à fotografia, entretido em seu trabalho. Mas o fotógrafo trata de incluí-lo, como se quisesse afirmar a presença e importância destes profissionais no cotidiano da instituição.

Mario Ventel foi responsável pelos primeiros aprendizados de José Cunha na protozoologia. Outro colega que colaborou para seu conhecimento no trabalho, foi Oldemar Coelho de Almeida. Mais velho,[130] já casado e com uma filha, além de ensina-lo, tinha uma

[129] Ver neste capítulo a fotografia nº 14 (p.124) e texto explicativo que a acompanha.

[130] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 1, folha 38 verso.

relação de afeto e levava o menino para brincar com a filha em sua casa. Oldemar de Almeida gostava de fazer experimentos. Criou um medicamento semelhante a um bacteriófago produzido no Instituto e tentava fazer antígenos. Depois, documentava e mandava para análise. Mas tudo feito escondido dos cientistas.

Foi na seção de protozoologia que conheceu o maior de seus amigos: Attilio Borriello. Os dois estavam sempre juntos, colaborando mutuamente nas questões profissionais. Os fortes laços de amizade extrapolaram o âmbito do trabalho e incluíram relações familiares, com amizade entre as esposas e apadrinhamento dos filhos.

Para José Cunha, o fato de ser uma criança, também facilitava sua relação com os cientistas. Ele tinha algumas liberdades com os pesquisadores que os outros colegas não tinham. O Dr. Carlos Chagas o tratava como um mascote e o apelidou de "gameto". Aproveitando a camaradagem, o menino pediu ao Diretor se este não lhe arranjaria uma casa no Instituto, para morar com a família. Chagas negou-lhe a casa, mas no mesmo instante, concedeu um aumento de salário de 30 mil réis.

Durante grande parte de seu trabalho na protozoologia, José Cunha trabalhou com leishmanias, auxiliando o Dr. Marques da Cunha. Em 1937, já exercendo o cargo de auxiliar de laboratório, foi para o Instituto de Patologia Experimental do Norte, com sede em Belém, para colher amostras para o estudo que desenvolvia com o Dr. Marques da Cunha e auxiliar o Dr. Evandro Chagas em pesquisas da leishmaniose visceral americana, permanecendo no Pará por quase um ano[131].

Esta viagem foi um acontecimento marcante na vida profissional de José Cunha. O deslocamento, na primeira classe[132] de um vapor da costeira, durou 13 dias. Neste tempo, até engordou. O auxiliar foi responsável por organizar o laboratório de leishmania em Belém, sob a coordenação de Evandro Chagas e trabalhou com vários outros pesquisadores como Leônidas Deane, Maria Paugartten e Felipe Nery Guimãraes.

---

[131] Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 4, folha 12.

[132] A expedição foi financiada por Guilherme Guinle, empresário e filantropo.

Fotografia 30: Acervo Tatiana Chagas Memória. Data: 1937. Autor: desconhecido. "Pesquisadores pioneiros do Instituto de Patologia Experimental do Norte. Da esquerda para a direita – do primeiro ao quarto: Leônidas Deane, Felippe Nery Guimarães, Evandro Chagas e Maria José Von Paumgartten. Abaeté, Pará, Brasil".[133]

Na fotografia nº 30, tirada na cidade de Abaeté, em uma das muitas expedições que o grupo realizou na região, estão identificados os quatro pesquisadores que estiveram com José Cunha durante o tempo em que esteve em Belém do Pará. Não há informações sobre a quinta pessoa da foto. Entretanto, não descartamos a possibilidade de que este quinto homem, de perfil à direita, fosse o próprio José Cunha, embora não possamos afirmar nossa conjectura. Neste período o ritmo de trabalho era diariamente intenso e as jornadas estendiam-se até depois da meia noite. Em uma ocasião, após já ter ido dormir, foi acordado na madrugada por uma pesquisadora que o mandou microscopar uma lâmina de malária. Muito contrariado, teve que atender a exigência.

Da mesma forma, em Manguinhos, as jornadas de trabalho estendiam-se até à noite e aos domingos. Muitas vezes, ainda bem jovem, Cunha esperava a saída da enfermeira do Hospital para que pudesse voltar para casa. Em outras ocasiões teve que dormir no próprio laboratório, por não ter o dinheiro da passagem.

---

133 A fotografia e a legenda foram citadas do artigo SOARES, Manoel. O doutor Evandro Chagas na Amazônia: entre a epopeia e a tragédia. In Revista Pan-Amazônica de Saúde 2010; 1(1):13-18.

Durante o tempo em que trabalhou no Instituto, José Cunha sempre procurou uma maneira de complementar sua renda, arrumando serviço em diversos lugares. Na adolescência trabalhou como jóquei e tratador de cavalos. Mais velho, tal como outros colegas, após o expediente ia para os laboratórios de análises clínicas que os pesquisadores mantinham, fora da instituição.

José Cunha gostava muito do trabalho de laboratório, mas guardou certo ressentimento em relação ao Instituto Oswaldo Cruz, mesmo depois de ter ganhado uma medalha de ouro pelos 56 anos dedicados à instituição. Sentia-se preso ao trabalho e não teve oportunidades de continuar seus estudos. Também não conseguiu uma colocação para nenhum de seus quatro filhos, apesar de ter solicitado a vários pesquisadores em épocas diferentes.

Na década de 1970, quando o Instituto Oswaldo Cruz mudou sua natureza jurídica para fundação, José Cunha negou-se a optar pela continuidade de sua carreira dentro do novo modelo e foi posto em disponibilidade, ficando 10 anos sem salário. Era o período da ditadura militar e, de forma concomitante, neste processo, o laboratório de protozoologia em que José Cunha trabalhava foi fechado. Para se sustentar, trabalhou em um laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão.

Em 1980, sua esposa, D. Noêmia, escreveu uma carta para o Ministério da Saúde e José Cunha conseguiu, finalmente, sua aposentadoria, mas como não tinha curso formal, teve que passar por uma avaliação para que pudesse ser aposentado como técnico.

Terminou sua vida profissional dando aulas de parasitologia, em um curso de medicina, em uma faculdade privada em Nova Iguaçu, mas não se considerava professor, pois não tinha o enquadramento funcional correspondente. Apenas gostava muito de ensinar e de estar no meio dos jovens. Encerrou suas atividades profissionais em 1993.

3.4 Aqui comíamos, aqui dormíamos

As condições de trabalho em Manguinhos eram bastante precárias à época. O acesso era limitado, não haviam bondes elétricos nem automóveis e os trens eram raros. Quem não tivesse a sorte de tomá-los na Estação Central, tinha que fazer o percurso a pé pela linha férrea, passando com muita dificuldade pelo mangue que rodeava a colina onde se localizava

a casa principal. Na baixa maré, nuvens de mosquitos conhecidos como “maruins” serviam-se dos passantes[134].

Na fazenda só havia duas casas. Ambas foram adaptadas para receber os laboratórios. O gás só pôde ser instalado no fim do ano de 1900. Não havia eletricidade. Esta só chegaria em 1910, obtida por gerador, já nas instalações do Castelo.

Fotografia 31: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1904. Autor: J. Pinto. “Vista de Manguinhos- no meio da vegetação a casinha em que foi instalado o segundo laboratório para organização do Instituto Soroterápico em 1900. Rio de Janeiro”.

As relações de trabalho e moradia que se estabeleceram em Manguinhos são antigas. De acordo com uma extensa carta[135] redigida pelo Barão de Pedro Afonso e endereçada ao Prefeito Pereira Passos e ao Ministro da Justiça em 1903, a casa situada na parte mais baixa do terreno, visível na foto acima (nº 31), nunca chegou a ser utilizada para laboratório sendo permitido que ali morasse um dos serventes contratados e mais tarde outro, que viria com a família, enquanto não ficava pronta a construção de uma casa própria para abrigá-los.

---

[134] Dossiê Albino Taveira. 14 de setembro de 1946. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. BR RJ COC 02-10-05-067.

[135] Tal carta presta esclarecimentos sobre as realizações de sua gestão à frente do Instituto Soroterápico. Dossiê Albino Taveira. 14 de setembro de 1946. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. BR RJ COC 02-10-05-067.

Em um ofício de 24 de abril de 1902, do Barão de Pedro Affonso ao Conselheiro Nuno de Andrade, há a referência de uma outra casa para moradia: "foi construída também 'uma grande casa com três divisões. Na primeira, [...] será instalada o dormitório dos empregados em posição de poderem bem vigiar todo o Instituto" (*apud* BENCHIMOL, 1988). Assim como Arthur Câmara e José Medeiros, os trabalhadores residiram em casas situadas dentro de seu terreno, e nas áreas limítrofes ainda pouco definidas, influenciando na ocupação das terras do que é hoje o Parque Oswaldo Cruz, mais conhecido como Morro do Amorim.

As fontes utilizadas para esta pesquisa reiteram que a construção de moradias em seus terrenos foi estimulada pelo próprio Instituto. Como vimos, o primeiro Regulamento do Instituto, de 1908, determinava que o zelador deveria residir na instituição. Os depoimentos dos auxiliares de laboratório afirmam que funcionários como motoristas, vigias, porteiros, auxiliares de laboratórios, que precisavam acompanhar o processo de determinada reação química que atravessasse a madrugada, acabavam envolvidos as vinte e quatro horas do dia com a vida do Instituto.

Venâncio Bonfim cita além de seu tio Joaquim Venâncio, mais dois funcionários que moravam em casas fornecidas pelo Instituto:

> Havia um cidadão por nome Manoel Teixeira, ele trabalhava no museu, e um velho por nome Taborda. Esse Taborda era português [...].Só esses três moravam aqui na circunvizinhança nos terrenos do Instituto Oswaldo Cruz. O restante não muito longe, era só atravessar a rua, morava naquela periferia ali [...] (BONFIM, 1986. Fita 1, lado A).

Encontramos ainda um ofício n. 1192/44 que reitera as palavras de Bonfim ao responder a uma solicitação do Serviço de Patrimônio da União afirmando que

> [...] os próprios nacionais ocupados voluntariamente por servidores deste Instituto são os seguintes: Joaquim Venâncio Fenandes, matricula n 223.394, ocupante do cargo da classe F, da carreira de prático de laboratório [...]; Manoel Teixeira, matricula 228.714 ocupante do cargo da classe E da carreira de prático de laboratório [...]; Amadeu da Rocha (Taborda), matricula 210.765, Trabalhador, referencia VII, extranumerário mensalista [...]; Augusto Ribeiro, matricula 211.798, Trabalhador, extranumerário diarista [...] [136]

Da mesma forma, Hamlet Aor conta que "Quase todo esse pessoal que trabalhava aqui, morava dentro dos terrenos do Instituto [...]. Alguns passaram a morar depois que arranjaram esse emprego aqui nas obras. Outros já estavam aqui desde os tempos do Barão" (AOR, 1986, Fita 1, lado B).

---

[136] Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Ofício nº 1192/44 de 07 de março de 1946, endereçado ao Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Diretoria do Domínio da União.

Attilio Borriello e de Francisco Gomes, demonstram que os trabalhadores do Instituto habitavam moradias improvisadas, muitas vezes no próprio local de trabalho, nos laboratórios e nas cocheiras:

> A moradia era para os filhos do interior que vinham para o Rio de Janeiro e não tinha aonde ir. [...] o administrador dizia: apanha uma cama no hospital, apanha um travesseiro, toalha de banho. Então a gente ia lá no primeiro dia, apanhava roupa de cama [...] quer dizer, ficava por aqui (BORRIELLO, 1986, Fita 1, lado B).

> Ah, aqui morávamos todos nós, [...]. Então, aqui nessa cocheira, tinha dois quartos, [...]. Tinha no Relógio[137], tinha lá embaixo, na cocheira [...], tinha no Vacínico – lá onde se fazia vacina [...] (GOMES, 1986. Fita 1 lado B).

Nos depoimentos dos antigos trabalhadores, percebemos que as atividades desempenhadas podiam influenciar o local de moradia dentro do IOC. Alguns auxiliares, como Venâncio Bonfim, residiram em locais diversos dentro do Instituto. Logo que chegou, na década de 1930, foi morar com seu tio, Joaquim Venâncio auxiliar de Adolpho Lutz, que residia em uma casa construída pelo Instituto:

> Aquela casa foi o Instituto que fez para ele. Dada esta saída sempre dele em viagem. Então acharam por bem ele ficar ali, mais perto do Instituto. (...) o Dr. Lutz, quase todas as viagens, ele quis levar o Venâncio (BONFIM, 1986 Fita 1 lado A).

Nesta ocasião, Venâncio cuidava do pequeno rebanho de bois que o Instituto mantinha para consumo de leite e carne para refeições. Posteriormente, transferido para o serviço de auxiliar de cozinha, deixou a casa de seu tio para morar no Pombal[138] para ficar mais perto do serviço que desempenhava: “Eu morava ali, onde era o pombal [...] perto do laboratório de febre amarela tem um castelinho. [...]. Morava ali e trabalhava na cozinha” (BONFIM, 1986. Fita 1, lado A).

Essa relação de contiguidade entre local de trabalho e local de moradia ligava de forma estreita a vida das famílias dos funcionários e de outros moradores da região, mesmo não funcionários, ao Instituto, tornando-o, além de espaço de trabalho, “um espaço de brincadeira para as crianças, de coleta de água, de passagem até o litoral, e até de lazer para adultos” (FERNANDES e COSTA, 2009, p.31).

De fato, conforme constatado por Fernandes e Costa (ibid), em estudo sobre as comunidades de Manguinhos, existiam à época estreitas relações entre a Fiocruz e os

---

[137] Prédio também conhecido como Pavilhão da Peste, hoje uma das unidades da Casa de Oswaldo Cruz. Ganhou este nome devido ao relógio em sua torre.

[138] O Pombal era um biotério que abrigava animais de pequeno porte. Hoje desativado, seu belo edifício compõe o patrimônio histórico e arquitetônico da Fiocruz.

moradores do Morro do Amorim, cuja formação contribuíram os imigrantes portugueses que ali se localizaram, inclusive com absorção de força de trabalho local.

Fotografia 32: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1952. Autor desconhecido. "Vista da Rua Sizenando Nabuco. Rio de Janeiro". BR RJCOC 02-10-20-05-003-025.

A foto nº 32, tirada na década de 1950, mostra uma das ruas principais do Morro do Amorim, a Sizenando Nabuco. É possível observar várias construções de moradia mais no alto da rua, na colina, bem próximas ao Castelo Mourisco, cujas torres aparecem no alto da copa das árvores, à direita. A ocupação da parte mais alta do Amorim acabou se tornando um problema para o Instituto entre as décadas de 1920, 1930 e 1940.

Para que possamos compreender o que aconteceu, vamos retroceder um pouco no tempo até a década de 1910. Desde esse período, o Ministério de Viação e Obras Públicas tinha um plano de urbanização para a área que compreendiam o litoral da Baía de Guanabara até a Serra dos Órgãos. As obras foram iniciadas em 1910 e interrompidas em 1916. A retomada do plano, já em 1922, incluiu a urbanização da área de Manguinhos e a demarcação dos terrenos do IOC. O objetivo era acabar com o mangue e seus brejos insalubres, dando lugar a uma área de terrenos habitáveis. A Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense ficou responsável pelas obras (ibid.).

Nas negociações do IOC com e Empresa de Melhoramentos, a colina do Morro do Amorim passou a pertencer aos terrenos do Instituto e este iniciou a cobrança de aluguéis das casas já instaladas ali, algumas pertencentes aos seus próprios funcionários.

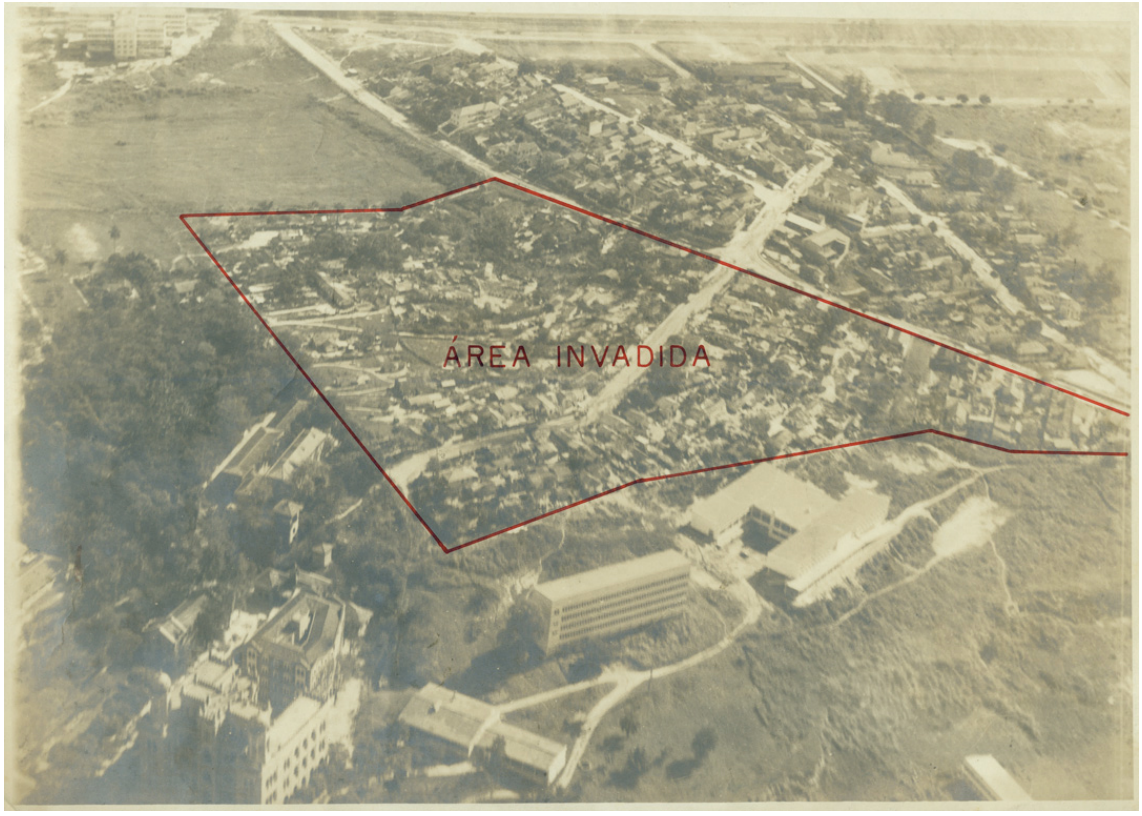
Encontramos uma vasta documentação[139] datada no período histórico do Estado Novo, fora de nosso escopo temporal do estudo, que demonstra trocas de ofícios administrativos entre a Diretoria de Domínio da União, órgão ligado ao Ministério da Fazenda e a direção do IOC durante a gestão do Dr. Henrique Aragão.

Nos referidos ofícios, a Diretoria de Domínio da União cobra da direção do Instituto, o desconto dos aluguéis diretamente nas folhas de pagamento daqueles funcionários que residiam em imóveis pertencentes ao patrimônio da União, os chamados próprios nacionais. As cobranças se estendem dos dois últimos anos da década de 1930 até os anos iniciais da década de 1940, o que nos leva a suspeitar que a direção do Instituto escusasse a cobrança dos aluguéis de seus próprios funcionários.

Posteriormente, a partir de 1943 é a direção do Instituto que evidencia sua preocupação com as áreas que foram incorporadas aos seus terrenos, a partir da ocasião das obras de aterramento do mangue, promovida pela já referida Empresa de Melhoramentos. Nos ofícios, o diretor do Instituto pede providências ao chefe da Divisão de Cadastro e Registro da Diretoria do Domínio da União, para que os moradores, que ele chama de “invasores” sejam evacuados dos terrenos.

---

[139] C.f: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção Serviço de Administração. Serie Administração Geral. Relatório da Divisão do Patrimônio do Instituto Oswaldo Cruz sobre questões relativas ao patrimônio do Instituto. BR RJ COC 02.10.05.070.



Fotografia 33: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor desconhecido. "Vista aérea do Campus com área delimitada em vermelho: 'área invadida'". Rio de Janeiro. BR RJCOC 02-10-20-05-003-075.

Na fotografia nº 33 podemos observar na borda frontal à esquerda, o prédio do Castelo Mourisco e no centro da foto, contornada de vermelho, a colina a qual nos referíamos e que é onde hoje se situa um trecho do Morro do Amorim, atualmente composto por casas de moradias antigas na rua principal que tiveram seus terrenos ocupados, gradativamente, por outras construções caracterizadas como favelas.

O já referido estudo de Fernandes e Costa (op.cit), que utilizou estas mesmas fontes documentais, assevera que desde 1942 a direção do IOC instalou cercas divisórias na tentativa de impor limites claros entre os moradores do entorno e seus terrenos. Além disso, a pesquisa faz referência a um documento encontrado por nós[140], onde o diretor menciona a construção de "barracos" pelos próprios moradores, para obtenção de renda extra, revelando sua intenção derrubá-los e construir nesta mesma área um bairro residencial para seus técnicos, projeto este que nunca se consolidou.

[140] C.f Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção Serviço de Administração. Serie Administração Geral. Relatório da Divisão do Patrimônio do Instituto Oswaldo Cruz sobre questões relativas ao patrimônio do Instituto. BR RJ COC 02.10.05.070. Ofício n° 1336, de 4 de novembro de 1948. BR RJ COC 02.10.05.070.

A ocupação desses terrenos foi motivo de disputa entre os funcionários e o IOC, cessando com a liberação da área para as moradias e a construção de um muro que estabeleceu limites entre a instituição e a área residencial. Entretanto, a questão relativa à legalização e posse dessas moradias se deu de maneira semelhante à de várias outras regiões do Rio de Janeiro, onde os moradores não possuíam titulação dos terrenos ocupados, cujas terras foram posteriormente loteadas por posseiros e vendidas ou alugadas (ibid.).

3.5 O trabalho subalterno nas expedições científicas

Dentre os acontecimentos que marcaram a história do Instituto Oswaldo Cruz durante o período da Primeira República estão as expedições científicas que seus funcionários realizaram pelo interior do país.

Após a remodelação e saneamento da capital a atenção dos governantes e das elites voltava-se para "os sertões" do país. O tão almejado progresso e a construção de um Estado-nação requeriam a expansão da malha ferroviária e a geração de energia para o sucesso dos empreendimentos do capital que envolvesse um aumento das exportações de produtos agrícolas, especialmente o café e a borracha.

No entanto as doenças que atingiam os habitantes dos sertões passaram a contagiar também os operários das grandes obras ferroviárias e hidrelétricas, causando a mortalidade de muitos trabalhadores e prejuízos aos empresários.

Como asseveram Benchimol e Teixeira (1993, p.20), "partindo da capital da República, a cabeça urbana do país, seus cientistas se embrenhariam pelos sertões para estudar e debelar doenças (a malaria, sobretudo) que bloqueavam a expansão do capitalismo no Brasil".

Com o aval do primeiro regulamento do Instituto, de 1908, que permitia que os estudos científicos fossem requisitados por governos ou por particulares[141], os funcionários de Manguinhos partiram para o interior, convocados por diferentes sujeitos e motivações. Para Lima (1998), aspectos econômicos e simbólicos estiveram presentes nas viagens realizadas pelo IOC pela coexistência de uma dimensão econômica e de ideais civilizadores.

---

[141] Artigo 4 do Regulamento de 1908: "Para os estudos scientificos que se tenham de effectuar á requisição dos governos estadoaes ou de particulares, os interessados facilitarão todos os meios necessarios para transporte do pessoal e do material, assim como os recursos necessarios aos estudos, podendo ser installados laboratorios filiaes nas zonas em que se tornarem elles necessarios" (BRASIL, 1908).

As atividades profiláticas da malária realizadas na construção das ferrovias, significaram também um intenso trabalho científico que colaborou para o conhecimento da forma de transmissão de várias doenças e de seus vetores, enriquecendo as coleções científicas do Instituto e o desenvolvimento de linhas de pesquisa.

As excursões para o interior iniciaram antes mesmo da constituição oficial do Instituto Oswaldo Cruz. Em 1906, funcionários do Instituto foram enviados para o estado do Maranhão, sob a liderança do Dr. Cardoso Fontes, para combater a peste bubônica e organizar um serviço de saúde pública no estado. No mesmo ano, um outro grupo chefiado pelo Dr. Carlos Chagas trabalhou na profilaxia da malária para a Companhia Docas de Santos que construía uma represa em Itatinga, interior de São Paulo.

Um ano depois, foi também a malária que levou os Drs. Chagas e Arthur Neiva para Xerém, onde a Inspetoria Geral de Obras Públicas construía um aqueduto para aumentar o abastecimento de água no rio de Janeiro. Neste mesmo ano, Neiva ainda iria para São Paulo contratado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e os Drs. Chagas e Belisário Penna seguiram para Minas Gerais, para sanear os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Central do Brasil até Pirapora.

Foi neste contexto que o Dr. Carlos Chagas estabeleceu em Lassance, cidade do interior mineiro, um pequeno laboratório e hospital para estudos sobre o Tripanossoma Cruzi, agente etiológico da doença de Chagas. Lassance tornou-se o primeiro posto permanente para o estudo de endemias rurais.

Fotografia 34: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1908-1919]. Autor: J. Pinto. "Crianças diante do antigo Hospital de Lassance. (Produção)". BR RJCOC 02-10-20-20-007.v.01-003.

A fotografia nº 34 mostra as instalações do antigo hospital de Lassance. De acordo com o relato de Olympio da Fonseca Filho (1974), Manguinhos tinha alguns postos de trabalho, geralmente destinados ao estudo e pesquisa de moléstias locais. Lassance certamente era o mais conhecido, Através do cruzamento de informações contidas nos Livros de Registros Funcionais e nos depoimentos orais, foi possível identificar os auxiliares de laboratório que participavam dos trabalhos desenvolvidos em alguns postos avançados. Em Lassance atuavam Raul de Avellar[142], que chegou a ser administrador do hospital, Abílio Lopes de Oliveira[143] e Francisco José Rodrigues Gomes[144], o Chico Trombone, que chegou lá ainda menino, indo depois para a filial de Minas Gerais e para Manguinhos. Joaquim Venâncio[145] também ia frequentemente a Lassance.

---

[142] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 46. BR RJ COC 02.

[143] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 40. BR RJ COC 02.

[144] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros Funcionais. Livro 3, folha 509. BR RJ COC 02.

[145] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros Funcionais. Livro 2, folha 5. BR RJ COC 02.

Fonseca Filho cita ainda as estações de: Bambuí, em cooperação com o governo de Minas Gerais para estudos de métodos de eliminação de triatomídeos (barbeiros) e seleção de pacientes destas enfermidades que poderiam ser objetos de estudos clínicos e imunológicos; Araruama, no Rio de Janeiro para o estudo da bouba; Perus, em São Paulo para o estudo da febre amarela; Pedra Azul, no norte de Minas com estudos sobre esquistossomose; e em Pelotas, Rio Grande do Sul para o estudo de moléstias da pecuária. Joaquim Venâncio chegou a ficar trinta e cinco dias seguidos trabalhando em Itatiaia, no Rio de Janeiro, onde funcionou por algum tempo uma estação de estudos da fauna de médias altitudes, chefiado pelo Dr. Lutz.

Em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, Mario Ventel passou algumas temporadas na Fazenda Japuíba, de propriedade do Dr. Lauro Travassos, que também se constituiu em um posto de estudos do IOC. Seu trabalho consistia em coletar material elmintológico, entomológico e de protozoologia, através de autópsia em animais encontrados na região.

Voltando às grandes expedições, em 1910 Oswaldo Cruz vai para Rondônia junto com Belisário Penna contratados pela Madeira Mamoré Railway para combater uma epidemia palúdica que impedia a continuação do tratado de Petrópolis[146] com a Bolívia.

Em 1911, Oswaldo Cruz vai para Ribeirão das Lages, interior do estado do Rio de Janeiro, visitar os canteiros de obras da empresa canadense *Light and Power*. A empresa contrata o cientista para que ele desse um parecer sobre as causas da epidemia de malária que atingia especialmente as cidades de Piraí e São João Marcos. A imprensa e um médico membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia acusavam as obras da empresa como as responsáveis pelo significativo aumento dos casos na região. O caso gerou muita polêmica, e a posição de Oswaldo Cruz deu o desfecho favorável à empresa.

Em 1912, ocorreram três expedições a serviço da Inspetoria de Obras contra as Secas. Na primeira, os Drs. Adolpho Lutz e Astrogildo Machado percorreram o vale do Rio São Francisco desde Pirapora em Minas Gerais até Juazeiro na Bahia.

O relato de Lutz e Machado é quase um diário contendo informações detalhadas sobre a flora e fauna da região, especialmente dos animais silvestres que poderiam ser hospedeiros de tripanossomas e outros micro-organismos. Inclui ainda uma série de informações sobre coleta de insetos que Lutz procedia todos os dias ao entardecer.

---

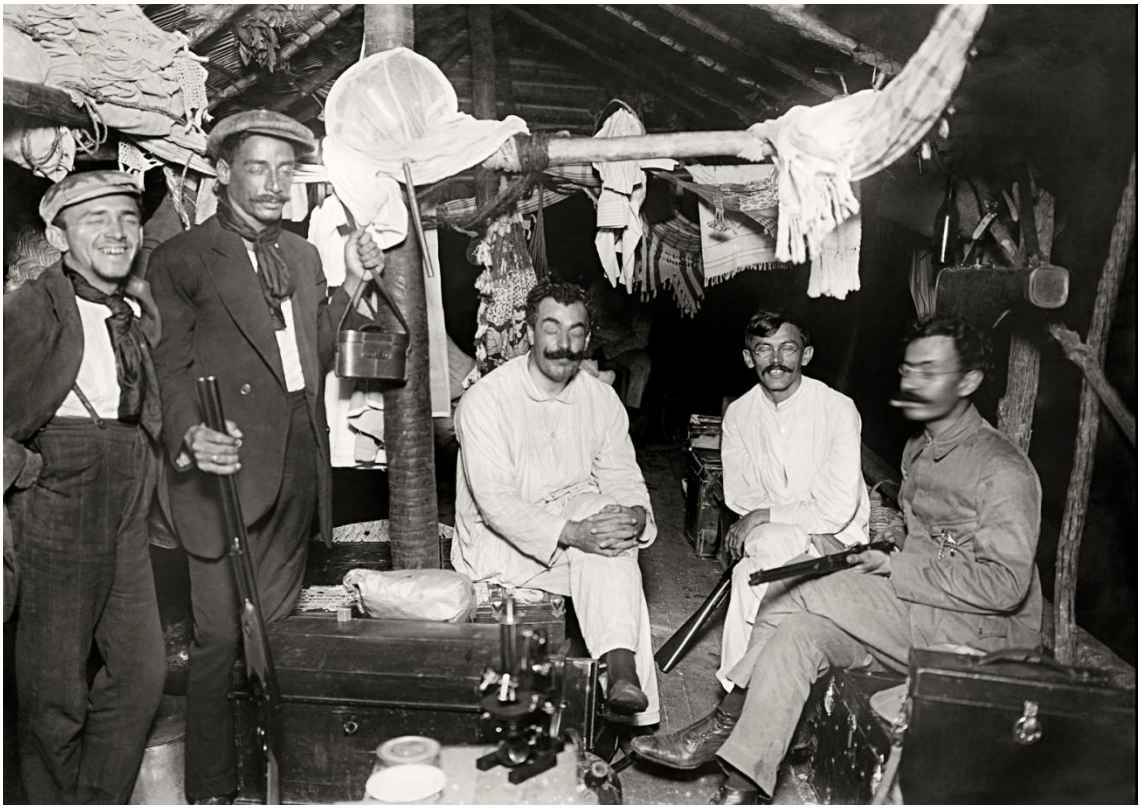
[146] O Tratado de Petropolis foi um acordo entre os governos do Brasil e da Bolívia pela disputa do território do Acre. Assinado em 1903, tinha como contrapartida do governo brasileiro a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (Andrade e Limoeiro, 2003).

Há pouca ou quase nenhuma informação sobre aspectos que poderiam dizer respeito ás condições de vida da população. No entanto há uma única, porém muito significativa e expressiva, que deixa em evidência uma preocupação declarada sobre o progresso daquela região, atribuindo o seu atraso à predominância de pessoas negras:

> Não obstante o grande número de povoações, entre os quais se contam algumas cidades regulares, o vale do São Francisco dá a impressão de uma região pobre e atrasada. Quanto à população convém dizer que o elemento índio nela é quase nulo. No entanto a raça preta entra com um contingente grande, muitas vezes predominante. Não são raros os lugares onde, entre os nativos, falta o elemento completamente branco. Isso, naturalmente, influi muito sobre o caráter da população que geralmente vive de modo bastante primitivo. [...] Também não pode haver progresso onde a gente se contenta em vegetar sem melhorar as condições da sua vida. Além da questão da raça, há outros elementos que se opõe ao progresso. O clima quente, cuja média é bastante superior à da capital federal, e certas moléstias, principalmente a malária, e, em menor extensão, a coreotripanose e a ancilostomíase, contribuem para aumentar a indolência dum povo ao qual também faltam outros exemplos (LUTZ E MACHADO, 1915, p.8 e 9).

O ponto crucial deste debate situava-se na constituição física e moral do brasileiro diante da necessidade de integrar à condição de cidadão uma imensa parcela da população, recém-saída da escravidão, sem acesso aos meios produtivos, à qualificação profissional e à escola. Nesta perspectiva, as missões científicas estavam também alinhadas com o ideário liberal e com interesses de expansão de uma economia agro-exportadora e o vislumbre de uma economia industrial brasileira ainda primitiva.

Na segunda expedição ocorrida em 1912, os cientistas José Gomes de Faria e João Pedro de Albuquerque atravessaram todo o estado do Ceará e o norte do Piauí.



Fotografia 35: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [05/1912-08/1912?]. Autor desconhecido. "Barca à noite entre os municípios Teresina e Floriano com cientistas e membros da expedição reunidos". José Gomes de Faria e [João Pedro de Albuquerque?]. BR RJCOC 02-10-20-35-002-039

A fotografia nº 35 tirada durante a expedição de José Gomes de Faria e João Pedro de Albuquerque, revela um momento de descontração, durante a travessia pluvial que levava o grupo de Teresina para Floriano, município mais ao interior do estado. A barca em que eles viajavam se transformara em uma espécie de acampamento flutuante. As malas serviam de assentos e dormia-se em redes penduradas nas estacas da embarcação.

Os cientistas, sentados, usam o mesmo tipo de roupa. Provavelmente uma espécie de uniforme de trabalho. Um microscópio em uma pequena mesa indica que ali também funcionava o laboratório do acampamento.

À esquerda, dois homens não identificados, também parecem sorrir. O mais alto segura um rifle e uma pequena bolsa de couro, instrumentos de trabalho mais simples, mas nem por isso, menos imprescindíveis.

A última e mais conhecida expedição realizada em 1912, foi aquela em que os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva percorreram toda a região Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, a parte sul do Piauí e o estado de Goiás.

A expedição de Penna e Neiva obteve grande repercussão quando seu relatório foi divulgado quatro anos depois, em 1916, pois apontava que as causas do "atraso" das populações do interior não eram uma consequência racial ou do clima; como constava no relatório de Lutz e Machado (1915); mas das doenças e das condições de vida em que se encontravam seus habitantes.

De acordo com Hochman (2006), esta foi uma fase bastante importante na história da saúde pública, pois foi a partir da expansão do saneamento para o interior do país que o Estado aumentou sua capacidade de intervenção em todo o território nacional, através de uma infraestrutura que envolveu aspectos administrativos, legais e a presença de agentes públicos, como os médicos e seus auxiliares presentes nas expedições.

O primeiro período da "era do saneamento" [147], que vai de 1910 a 1930, marcou o crescimento de uma compreensão das elites sobre os problemas sanitários do país. O movimento sanitarista brasileiro, ao atribuir a constituição do projeto de nação à superação das doenças de caráter endêmico, colaborou para a formação de um consenso de que o Estado era responsável pelas condições de saúde no território nacional, levando a um investimento em ações de saneamento, mediante acordos entre os Estados e a União.

Quanto à participação dos auxiliares nas expedições, foi possível encontra-los através dos relatórios das viagens publicadas no periódico científico Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Dos seis relatórios publicados no período temporal de nosso estudo, quatro trazem informações sobre os membros das expedições citando nominalmente os auxiliares que participaram.

As outras duas publicações não citam os auxiliares, mas foi possível através do cruzamento das informações do Livro de Assentamentos Funcionais e os depoimentos orais, descobrir quem participou.

Com base nestas informações elaboramos um quadro[148] que mostra a participação dos auxiliares de laboratório, o ano de realização, os objetivos e os médicos responsáveis por cada uma das expedições:

---

[147] Para saber mais ver Hochman, Gilberto. A era do saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2006.

[148] Quadro semelhante foi desenvolvido em LIMA (1998) para descrever as expedições científicas deste período, com outro enfoque.

Quadro 4: participação dos auxiliares de laboratório nas expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz entre 1912 e 1924.

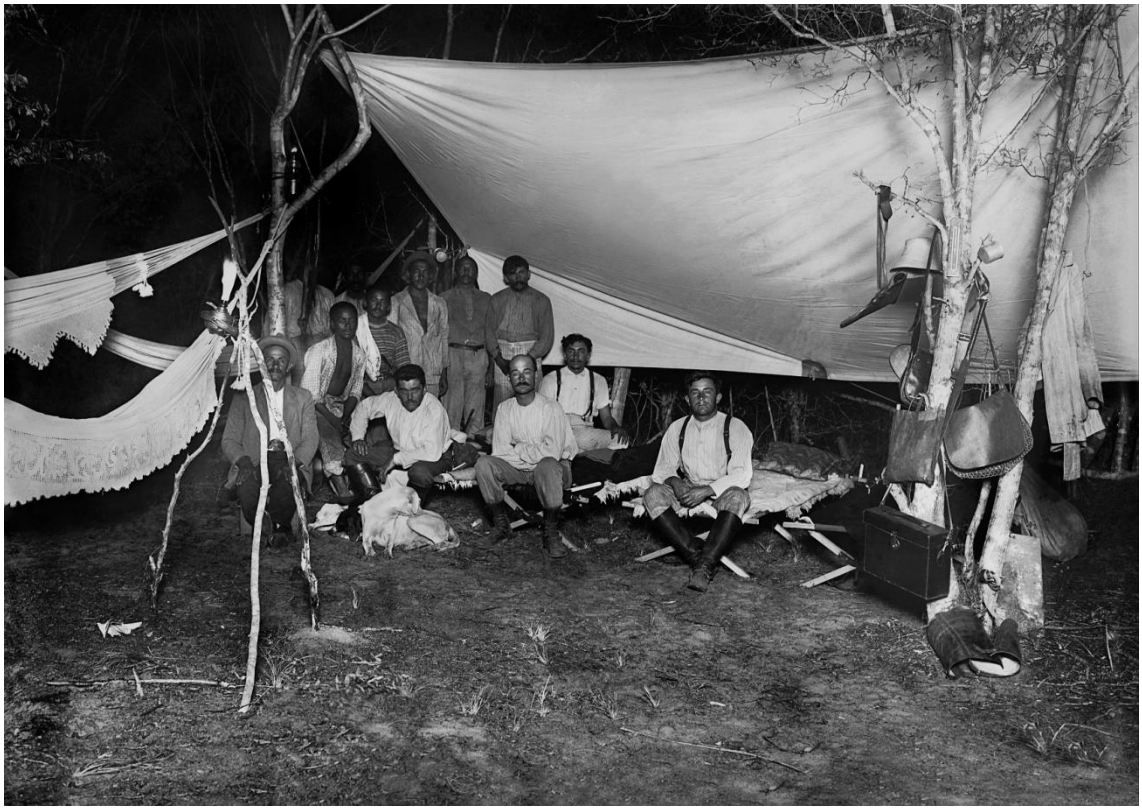
Expedição	**Período**	**Instituições Solicitantes**	**Objetivos**	**Participantes Auxiliares**	**Participantes Médicos**
Viagem pelo rio São Francisco e por alguns dos seus afluentes entre Pirapora e Juazeiro.	1912	Inspetoria de Obras contra as Secas.	Gerar conhecimentos sobre geografia, zoologia, botânica, e condições sanitárias da região.	**Eloy Inácio Rosas** e **José de Vasconcellos** (informações obtidas a partir do cruzamento das fontes exploradas)	Astrogildo Machado e Adolpho Lutz
Viagem científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte a sul de Goiás.	1912	Inspetoria de Obras contra as Secas.	Gerar conhecimentos sobre geografia, zoologia, botânica, e condições sanitárias da região.	**Octavio do Amaral** (Citado na pagina 184) José Teixeira (fotógrafo da expedição)	Belisário Penna e Arthur Neiva
Estudos sobre a Schistosomatose, feitos no Norte do Brasil, por uma Comissão do Instituto Oswaldo Cruz.	1918	Instituto Oswaldo Cruz	Problemas nosologicos regionais. Em particular os relativos à esquistossomose	**Antonio Ferreira Amaro** e **José de Vasconcellos** (informações obtidas a partir do cruzamento das fontes exploradas)	Oswino Penna e Adolpho Lutz
Viagem científica no Rio Paraná e a Assunção com volta por Buenos Aires, Montevidéu e Rio Grande.	1918	Instituto Oswaldo Cruz e Governo do Paraná	Estudar as condições médico-sanitárias nas margens do rio Paraná	**José de Vasconcellos** (citado na p. 131 do relatório)	Adolpho Lutz, Heraclides Cesar de Souza-Araujo e Olympio da Fonseca Filho.
Excursão científica ao estado do Mato Grosso na zona do Pantanal (margens dos rios São Lourenço e Cuiabá) realizada em 1922	1922	Instituto Oswaldo Cruz	Pesquisas nas áreas de parasitologia médica e veterinárias	**Mario Ventel** e **Eurico Correia** (p. 251)	Lauro Travassos, Cesar Pinto e Julio Muniz
Oriente da Bolivia, de Porto esperança a São José de Chiquitos	1924	Ministério do Exterior do Brasil	Assistência médica e profilaxia da Comissão Ferroviária Transcontinental	**Dalmiro Rocha Murce** e **Mario Ventel**	Olympio da Fonseca Filho

Fontes: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Códigos: BR RJ COC 02 e BR RJCOC 05-05-02-01. Mémórias do Instituto Oswaldo Cruz disponível em http://memorias-old.ioc.fiocruz.br/past.html.

Em relação ao trabalho desempenhado pelos auxiliares nas expedições, podemos deduzir com base na descrição dos relatórios, que estes realizavam desde trabalhos mais sofisticados até os mais simples. Alguns relatórios são mais detalhistas na descrição e outros apenas mencionam as atividades realizadas de maneira mais geral.

Como trabalhos que exigiam uma maior sofisticação estão, principalmente, as autópsias em animais; preparações microscópicas de material e leituras de lâminas laboratoriais; preparação de meios de cultura e conservação de espécies minerais, vegetais e animais variados (aves, mamíferos, répteis, anfíbios, insetos, vermes e outros) utilizados nas pesquisas de campo, ou peças anatômicas que deveriam ser transportadas para Manguinhos. Era costume que outros colegas do Instituto fizessem "encomendas" que serviriam para estudos e enriquecimento das coleções. Os trabalhos de autópsias e de microscopia eram geralmente realizados em conjunto com os médicos.

Os trabalhos simples eram de diversas naturezas e envolviam desde a coleta de amostras de material, como os já citados acima, caça de animais, abertura de cacimba de água nos acampamentos, cozinhar, cuidar dos animais usados como meios de transporte e daqueles que seriam levados vivos para o Instituto (alimentação e limpeza das gaiolas), montagem e desmontagem das barracas. Em relação a esta última atividade, gostaria de tecer alguns comentários.



Fotografia 36: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1912. Autor: José Teixeira. "Acampamento. Ao centro, sentados, Belisário Penna e Arthur Neiva". BR RJCOC 02-10-20-35-003-083.

O relatório da expedição de Neiva e Penna (1916) é um dos mais ricos no que diz respeito à descrição do cotidiano de trabalho. A fotografia nº 36 revela uma parte do acampamento, onde é possível observar, no centro da imagem, quatro camas sob uma lona estendida, que provavelmente serviam aos cientistas. Do lado esquerdo, as redes penduradas, sugerem as demais acomodações. À direita, uma arvore serve de cabide, onde penduravam bolsas, malas, armas de fogo e outros equipamentos e acessórios. É notável a arrumação do espaço improvisado do acampamento: capinado, limpo e arrumado.

Há um relato pormenorizado da montagem e desmontagem do acampamento, onde é possível constatar uma engenharia que previa um alto nível de organização e cuidado, o que nos leva a pensar que mesmo as atividades aparentemente mais simples, exigiam um planejamento para que o dia de trabalho fosse bem sucedido. Transcrevemos um pequeno trecho a título de exemplo:

> Quando chegava a tropa a um acampamento, não se descarregavam os burros a esmo. Tínhamos todas as malas numeradas, indicando cada número o conteúdo da mala. Descarregavam-se primeiramente o burro com as malas de material de laboratório. Colocadas as malas, uma de cada lado do burro, era esse levado para um outro ponto, onde lhe tiravam a cangalha. Vinha outro em seguida com as malas do material de farmácia. A mesma operação e assim em seguida com todos os outros. Ficavam pois todas as cargas em perfeita ordem. As cangalhas eram colocadas com o suadouro exposto ao ar para evaporar o suor e secar o pus das feridas do lombo

> (quando ferido o animal). Antes de soltos os burros, eram peados [...] raspados, curados e escovados. As cangalhas eram reparadas e limpas [...] para retirar as crostas secas de pus ou do suor com a poeira. Ai de quem não tomar essas cautelas. Arrisca-se ficar na estrada sem condução (NEIVA E PENNA, 1916, p.203).

Era comum também que a comissão saísse de Manguinhos com um ou dois auxiliares de laboratório e recrutasse moradores dos locais para executar os trabalhos mais pesados de carregamento, travessias de rios, guias locais e outros. A supervisão destas atividades ficava a cargo dos auxiliares do Instituto. Dalmiro da Rocha Murce, que auxiliou Olympio da Fonseca na Bolívia, ficava encarregado de coordenar os trabalhos da tropa, recrutada logo no início da expedição, que em determinados momentos reuniu oitenta pessoas.

Os registros do livro de assentados revelam que Octavio do Amaral[149], auxiliar que acompanhou a expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna, foi contratado em 01 de fevereiro de 1912 com esta finalidade, sendo exonerado posteriormente sem informação de data.

Fotografia 37: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1912. Autor: José Teixeira. “Camaradas da excursão” BR RJCOC 02-10-20-35-003-100.

[149] Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 44. BR RJ COC 02.

Na foto nº 37, Amaral é o terceiro da esquerda para a direita, de chapéu. Diferente dos demais companheiros da tropa, recrutados no início da viagem[150] na cidade de Juazeiro, divisa dos estados da Bahia e Pernambuco, é o único de pele branca que olha diretamente para a câmera. A expressão do seu rosto, apesar do aparente cansaço que todos manifestam, esboça um leve sorriso, parecendo satisfeito. Talvez, um certo orgulho de sua liderança e responsabilidade, coordenando trabalhos fundamentais para o êxito daquela aventura científica, cujo relato transformou para sempre a concepção de saúde-doença, associando as determinações biológicas às questões sociais da saúde e da vida da população, como trabalho, renda, educação, habitação, saneamento e outros.

Foram mais de sete meses trabalhando, todos juntos. A convivência intensa, mesmo em condições adversas e absolutamente desiguais entre subalternos e superiores, parece ter tornado difícil a despedida quando a viagem chegou ao fim, como revela um trecho do relatório:

> Liquidamos contas com nossos camaradas que foram dispensados. Dois deles não queriam deixar-nos e declararam que nos acompanhariam até Anhanguera, ponto final da viagem a cavalo. É justiça assinalar a fidelidade de nossos camaradas, quatro dos quais nos acompanharam desde Joazeiro até Goiaz. Tivemos de dispensar dois homens em caminho, por ser um tanto turbulento e rixoso, e o outro por ser velho e não suportar a viagem; nenhum por improbidade ou por desrespeito. Apezar de rústicos e analfabetos quase todos (durante o percurso lidamos com 12 camaradas), serviram-nos com dedicação, concorrendo eficazmente para a marcha excepcional que realizamos. Eram eles os primeiros que se levantavam, geralmente as 4 ½ da madrugada, às vezes mais cedo e os últimos que se acomodavam quando chegávamos aos pouzos. Realizaram todo percurso a pé, utilizando-se algumas vezes dos animais adestros. Em resistência, duvidamos que haja raça igual á do sertanejo do nordeste. Dê-se-lhe carne de sol, farinha e rapadura e ele caminhará a pé, sem desfalecimento, mezes a fio, por quasquer rejiões (PENNA e NEIVA, 1916, p.220).

Fidelidade, dedicação, resistência, resignação. Palavras fundamentais no vocabulário ideológico, que expressavam as expectativas de comportamento do trabalhador brasileiro ideal, no início do século XX. Não cabiam velhos, nem rixosos. Bastava que lhes dessem o mínimo, esperando deles o máximo.

---

[150] A expedição teve início no dia 18 de março de 1912, saindo do Rio de Janeiro no paquete nacional “Brazil”, com destino à Bahia. A comissão foi composta pelos Drs. Belisário Penna e Arthur Neiva, o fotógrafo José Teixeira e o servente Octavio do Amaral. Em Juazeiro, na Bahia, foi contratado o restante da tropa, composta de oito homens moradores do local.

3.6 A relação entre ciência pública, mercado privado e o trabalho subalterno

Além das expedições científicas, a década de 1920 foi marcada por outro acontecimento histórico no Instituto Oswaldo Cruz. A crise institucional e financeira que se abateu sobre a gestão de Carlos Chagas, enquanto diretor de Manguinhos, e que teve reflexos diretos sobre o trabalho dos auxiliares de laboratório.

O estrangulamento financeiro provocado pelas insuficientes dotações orçamentárias por parte da União ocasionou um declínio das atividades do Instituto, cujos reflexos foram sentidos no padrão de qualidade de suas instalações e serviços e na defasagem dos vencimentos dos funcionários.

A permissão oficializada pela Instituição, desde o seu primeiro Regulamento de 1908, que possibilitou a seus pesquisadores trabalharem em prol de empresas particulares, obtendo porcentagens com a venda de produtos biológicos patenteados individualmente, e não em nome de Manguinhos, juntamente com o descompasso salarial de seus funcionários, agudizou uma situação onde os cientistas passaram a investir em seus próprios negócios privados de saúde, laboratórios, clínicas particulares e empresas de produção de medicamentos.

A insatisfação de um determinado grupo de cientistas que não concordavam com esta dualidade atribuída também à gestão institucional resultou em uma carta, redigida em 1925, informando publicamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as insatisfações internas com a direção de Chagas.

O documento denunciava principalmente, a falta de recursos e a ausência de reajustes salariais. Os baixos salários seriam a causa principal que acarretava a evasão dos cientistas, que aceitavam ingressar em atividades externas ao Instituto, e que passaram a investir em empresas particulares, como forma de complementar suas rendas privadas. Foi também motivo de denuncia no mesmo documento, o precário funcionamento dos laboratórios e da biblioteca do Instituto.

A denúncia revelou uma situação concreta no interior da instituição, onde vários pesquisadores eram adeptos desta prática contraditória, sendo ao mesmo tempo agentes públicos e defensores de seus interesses privados, oferecendo vacinas, medicamentos, quimioterápicos, soros, e outros artigos nas principais revistas e periódicos de ampla circulação no meio da categoria médica, propagandeando seus negócios particulares. Alguns medicamentos tinham praticamente o mesmo nome que aquele batizado no Instituto, como

por exemplo, medicamentos para o tratamento da sífilis e da hanseníase. Benchimol e Teixeira (1993) expõem muito bem o paradoxo aí contido:

> Como pesquisadores de um laboratório público eram estimulados a inventar, por meio da privatização de parte dos benefícios gerados pela invenção. Por outro lado, fundavam laboratórios privados, usando o prestígio da instituição pública para incrementar o valor de uso e troca de suas mercadorias. Uma invenção do Instituto como o sorosol, podia aparecer na propaganda de um destes laboratórios com o nome ligeiramente alterado para neo-sorosol. A situação tornava-se mais absurda se nos lembrarmos de que a lei que regulamentou o departamento Nacional de Saúde Pública conferiu ao IOC a atribuição de fiscalizar a qualidade dos soros, vacinas e outros imunobiológicos vendidos no mercado. Seus pesquisadores viam-se assim, na contingência de colocar sobre a bancada os produtos que eles mesmo fabricavam fora do Instituto" (BENCHIMOL E TEIXEIRA, 1993, p.189 e 190).

Da mesma forma, os auxiliares dos cientistas eram convocados a trabalhar nos laboratórios dos seus chefes, geralmente no turno da noite, após o expediente no Instituto. Os depoimentos de José Cunha e de Francisco Gomes confirmam:

> [...] análises clínicas, exames, foi a maioria aprendido fora, trabalhando nos laboratórios deles. [...] Ganhava muito pouco. Eu trabalhava de noite lá [...] era contratado para fazer aquilo. 'Seu Cunha tem cinco escarros para você examinar'. Ia lá e examinava o escarro" (CUNHA, 1987, fita 3, lado B).

> Bem, aí era quase sempre [...] depois do expediente, em determinadas épocas. Trabalhava na parte da noite, que era sempre laboratório industrial. O primeiro laboratório foi de Nicanor Gonçalves, em Botafogo – acho que tinha o nome de Laboratório de Quimioterapia Ltda. Eu saía cinco horas e ia pra lá e trabalhava até nove, dez horas da noite. Depois é que a coisa foi tomando outro jeito, aí eu passei já a ter um pouquinho de tempo na parte da tarde. [...] os pesquisadores com quem eu trabalhava não tinham o hábito de trabalhar na parte da tarde/noite. Então eu aproveitava a tarde/noite pra trabalhar lá fora. Mas quando era pesquisador que trabalhava à noite, não tinha essa oportunidade de trabalhar fora (GOMES, 1986, Fita 3 lado B).

Não é objetivo deste estudo, discutir o mérito das relações contraditórias entre o atravessamento das esferas pública e privada no Instituto, nosso interesse está centrado nas relações de trabalho entre os subalternos e superiores.

Nesta perspectiva, entendemos que a ambiguidade presente na conjuntura institucional refletia-se na forma como os auxiliares de laboratório percebiam o trabalho extraordinário nos negócios privados de seus chefes.

Lembramos que estamos nos referindo a uma determinada particularidade que compõe uma conjuntura maior, típica dos trinta primeiros anos do século XX no Brasil, onde o trabalho não era regulamentado, mesmo para servidores públicos, especialmente aqueles que ocupavam cargos subalternos sem qualificação. Somam-se a isto, as questões ideológicas que circunscreviam o mundo do trabalho assalariado, cujas expectativas em torno do perfil

comportamental dos trabalhadores eram premidas por relações paternais, que envolviam favores, atitudes cordiais, dedicação e abnegação.

Assim, não foi possível perceber nas fontes orais, questionamentos sobre a natureza destas atividades por parte dos trabalhadores subalternos entrevistados. O trabalho extra assume um lugar que sugere oportunidade de melhorar a renda e um reconhecimento e deferência de suas habilidades e boas relações de amizade.

> Eu comecei a sentir que o vencimento era pequeno. [...] Mas eu nunca procurei emprego, sempre fui convidado para trabalhar. Então, eu atribuo hoje que eu devia ser muito bem relacionado, porque alguém indicava. Eu trabalhei em vários laboratórios pela cidade.[...] Alguns. Com Júlio Muniz mesmo eu dei uma mãozinha ligeira lá na 7 de setembro. [...] Ele tinha um laboratoriozinho de análises clínicas, pequenino! Porque os aumentos aqui não eram grandes, não é? A situação social dos médicos, não sei, mas deviam exigir uma remuneração melhor, não é? Então eles foram se esparramando. Lembro-me o Osvino Pena, tinha. Olympio da Fonseca, chegou a ter. Júlio Muniz tinha. E mais uns [...] Aragão chegou a ter um Instituto em Mangueira. Não era laboratório de análises clínicas, não. Era um grande Instituto, era um industrial (BORRIELLO, 1986, Fita 3, lado A).

3.7 Os anos 1930

Em 1930, três dias após a instituição do governo provisório de Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública incorporando o IOC, até então subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. No primeiro dia de dezembro deste mesmo ano, o Instituto passa a denominar-se Departamento de Medicina Experimental, vinculado diretamente ao gabinete do novo ministério e regido por um novo Regulamento[151] que praticamente não alterou a estrutura interna do Instituto.

De acordo com Benchimol (1990) a gestão ministerial assumiu outras diretrizes, mais voltadas para a retomada das campanhas sanitárias, reforma universitária, a construção de uma sede para a pasta e uma maior centralização das decisões na figura dos ministros. No entanto, a mudança de estrutura e de política de governo, não significou a superação das causas da crise da década anterior. De acordo com Benchimol (ibid.), até o fim da gestão de Carlos Chagas, em 1934, a tônica dos relatórios de gestão enviados ao Ministério da Educação e Saúde, continuava sendo a insatisfação de seus funcionários, a evasão de

---

151 BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 20.043, de 27 de maio de 1931. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20043-27-maio-1931-515748-publicacaooriginal-83689-pe.html. Acesso em: abril de 2018.

pesquisadores, deterioração das instalações e equipamentos e queda de qualidade nas pesquisas.

Foi também na década de 1930 que a Fundação Rockefeller[152] instala uma unidade no IOC voltada para estudos da febre amarela. Este foi um marco importante para a história do trabalho no Instituto, desde sua instalação física.

Seu prédio começou a ser erguido em 1935, no mesmo lugar onde anteriormente ficava localizada a velha do Instituto Soroterápico Federal, que serviu de moradia para muitas famílias de trabalhadores subalternos. Em 1937 ficou pronto. A edificação, de linhas retas e modernas, ao mesmo tempo em que representou um rompimento com a arquitetura de estilo eclético dos prédios de Manguinhos, projetados pelo arquiteto Luiz de Moraes, significou também uma mudança significativa nas relações de trabalho no Instituto[153].

O IOC, até então, organizava sua vida institucional e seus processos de trabalho baseados em um padrão europeu, que pressupunha uma estrutura centralizada no cientista, que era soberano em seu laboratório, e que podia pesquisar diferentes objetos de estudo de forma concomitante, realizando, ao mesmo tempo, atividades de pesquisa, produção e ensino. Os trabalhadores subalternos, como vimos, executavam todos os serviços dentro do laboratório, desde a limpeza das instalações, até aqueles mais sofisticados como autópsias, trabalhos histológicos que envolviam conhecimentos e saberes específicos adquiridos no cotidiano de trabalho.

Na Fundação Rockfeller imperava o padrão norte-americano, com altos níveis de especialização e divisão técnica do trabalho, adotando um modelo taylorista dentro dos laboratórios que não admitia que um auxiliar desempenhasse outras atividades diferentes daquelas estritas e padronizadas para sua função. O depoimento de Venâncio Bonfim ilustra bem este acontecimento:

> [...] isso é o que o americano estranhou. Como é que um homem que está aqui limpando o piso, daqui a pouco esse homem pega aí uma lâmina, olha essa lâmina e vai dizer o que é isso, aquilo? [...] Porque lá, o afinador de navalha para a área de cortes só fazia isso. O esterilizador de material só esterilizava material (BONFIM, 1986. Fita 2, lado A).

Além disso, os auxiliares eram mais bem remunerados e confrontavam seus processos de trabalho e suas técnicas com o modo de trabalhar dos auxiliares do Instituto, o que também

---

[152] A análise e discussão das relações de trabalho a partir da década de 1930 no IOC tem sido objeto de estudo de outros pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Ver, por exemplo, o trabalho de Velasques (2017).

[153] Disponível em http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/pavilhao-rockefeller-4.

provocou muitos incômodos entre os funcionários, como podemos observar na narrativa de José Cunha:

> A maior das safadezas foi quando incorporaram a Rockfeller ao Instituto. Toda aquela turma, um tratador de rato, ganhava mais que um técnico de laboratório. [...] eles viviam testando. Uma vez me levaram lá pra ver se eu sabia inocular cérebro de camundongo. [...] Eu disse que sabia. Fui com o Dr. Olympio. Cheguei lá, peguei o camundongo, inoculei devagarzinho. E me dei muito bem. Mas o homem inoculador era uma coisa louca, pim, pim, pim, pim. Inoculou 50 (CUNHA, 1987. Fita 2, lado A).

O Estado Novo, pôs fim ao modelo institucional historicamente implementado por Oswaldo Cruz, como assevera Benchimol (1990, p.73):

> O governo federal deixou de pagar os produtos fornecidos pelo Instituto, cuja renda própria ficou reduzida a uns minguados contos de réis, oriundos da venda de particulares, [...]. A centralização administrativa e financeira foi reforçada pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) [...]. Os detentores de patentes e invenção de produtos biológicos foram proibidos de auferir percentagens sobre sua venda ao público.

Pelo que pudemos observar até agora, as características do trabalho cotidiano no Instituto Oswaldo Cruz nos trinta primeiros anos do século XX, apontam para um funcionamento quase que independente de cada laboratório e uma forte centralidade na figura do cientista, coordenador das pesquisas.

Os processos de trabalho possuem características análogas ao trabalho artesanal, onde a relação entre mestres e aprendizes se dava de forma direta e pessoal, coabitando o mesmo espaço de trabalho e de moradia.

O silêncio que se observa sobre as atribuições dos trabalhadores subalternos nos informa que estes deveriam estar absolutamente sob o controle, a supervisão e comando de outro funcionário hierarquicamente mais graduado. Quando observamos o relatório da produção de vacinas ou das expedições, percebemos que estes trabalhadores deveriam estar sujeitos a todo tipo de trabalho, desde os considerados mais “nobres” compartilhados com os cientistas, até os trabalhos braçais de transporte de cargas e limpeza. Não à toa recebiam a denominação de “serventes”.

Estas evidências informam a existência de uma divisão social do trabalho muito demarcada não só pelas relações hierárquicas, mas também pelos processos de valor e desvalor que os tipos diferentes de trabalho adquiriram ao longo da história e que tem reflexos na divisão social do trabalho na saúde.

CAPÍTULO IV
PATERNALISMO, FAVOR E CORDIALIDADE: MEDIAÇÕES DA FAMÍLIA DE MANGUINHOS

A história dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz fala de pessoas comuns, ordinárias. Não estamos tratando de grandes homens heróis ou mitos. É provável que para alguns estas histórias possam parecer mesmo irrelevantes, causar pouca curiosidade ou interesse. Ao mesmo tempo é uma história fragmentada, constituída de muitas ausências e silêncios, memória típica das classes subalternas (GRAMSCI, 2002).

No entanto, para o campo trabalho-educação, compreender os muitos aspectos desta memória, história, a divisão do trabalho, a divisão de classes, as disputas que perpassam a reprodução social da existência, são fundamentais para que possamos refletir sobre quem são os trabalhadores técnicos da saúde hoje. E como podemos colaborar para que seus processos educativos sejam concebidos como formação humana, superando as dicotomias que reduzem a oferta da educação profissional a meros treinamentos, reservando para os trabalhadores técnicos da saúde um aprendizado que está sempre subalternizado em relação aos profissionais de nível superior.

Nos primeiros trinta anos do século passado, o legado da escravidão e os costumes de uma sociedade colonial eram marcas recentes e por isso mesmo, encontravam-se fortemente presentes nas relações sociais vigentes. Desde o fim do tráfico de escravizados no século XIX, acirraram-se a correlação de forças que implicava de um lado, as elites proprietárias de terras, influentes sobre a política e a economia do regime Imperial, e de outro as lutas e resistências das classes subalternas, trabalhadores escravizados e livres, que resultaram na configuração de um processo social que combinou a construção de uma nova ideologia do trabalho com o controle dos trabalhadores através de mecanismos de repressão (CHALHOUB, 1986).

Tomo emprestado de Maria Ciavatta (2017) a metáfora da caneta e da enxada. É na conversa entre elas que se situam o antagonismo trabalho assalariado X capital no primeiro período republicano. A caneta e a enxada referem-se às duas classes principais do povo brasileiro: aqueles que aprenderam a ler e escrever, letrados, administradores e proprietários da terra, das indústrias e dos bancos e os que trabalhavam na terra, os peões, colonos, capatazes, feitores e suas ferramentas.

Para os primeiros os melhores lugares já estavam garantidos, não seria necessário muito esforço. Para os segundos era imprescindível não só empregar sua força de trabalho,

como também provar que era um “homem de bem”, acima de qualquer suspeita, esforçado, dedicado.

Já nos referimos anteriormente à ideologia moralizante do trabalho como sinônimo de progresso e dignidade e o outro lado dessa moeda, a repressão à ociosidade e o conceito de classes perigosas. Esta combinação foi bastante eficaz para manter a continuidade da subordinação social do trabalho livre.

No entanto a disputa entre capital e trabalho incorporou múltiplas formas ideológicas de manutenção da expropriação da força de trabalho que funcionaram como árbitros das relações entre patrões e empregados. Conforme já assinalamos no segundo capítulo, no período da Primeira República brasileira, a representação destas relações envolviam muitos aspectos de semelhança com vínculos paternais. O paternalismo funcionou como um mecanismo eficaz de diminuição das tensões entre superiores e subordinados (CHALHOUB, 1986).

4.1 As relações de trabalho sob a égide do favor: parentesco, amizade e entrelaçamento

Quando observamos as trajetórias profissionais dos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz, a primeira questão que se destaca é a presença de ligações de cunho pessoal que atravessam as relações de trabalho na instituição. Estas podiam ser de parentesco, amizade ou algum outro tipo de vínculo, tanto com pesquisadores do Instituto como com outros funcionários. A pessoalidade esteve presente desde o recrutamento, passando pela ascensão funcional, incluindo aspectos como a residência e alimentação no próprio local de trabalho.

A personalização implica no entrelaçamento de um compromisso que submete ambas as partes a uma contraprestação de serviços: de um lado a identificação do subalterno com os interesses do mais poderoso, de outro a oferta de proteção e de pequenas benevolências, que dissimulam os excessos da autoridade de seu superior. Essa autoridade era considerada essencial para que o trabalhador fosse compelido a desempenhar suas tarefas da forma mais eficiente possível (CHALHOUB, ibid.).

As relações pessoais são pressupostos para que se estabeleça uma ideologia do favor (SCHWARZ, 2000). Este se constitui como um dos mecanismos da mediação capital versus trabalho, que busca disfarçar e amenizar a violência gerada pela desigualdade presente nesta relação, onde uma das partes, a não proprietária, está sempre em desvantagem.

Considerando o período histórico de nossa pesquisa, concordamos com a análise de Schwarz (ibid.) ao afirmar que o favor atua entre o escravismo e as ideias liberais, encontrando um meio termo. Uma maneira de mudar as relações sem transforma-las em sua essência. Desta forma o mecanismo do favor, que em princípio é incompatível com as ideias liberais republicanas, as absorve e transforma seu sentido atuando através de uma relação que pressupõe estima, afetos, símbolos e significados e que, em última análise, pratica e conserva as relações de dependência entre patrões e empregados.

> [...] o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma (ibid., p. 20).

Para Schwarz o favor traspassa o conjunto da existência nacional, mediando as relações de trabalho nos mais variados campos e profissões e é potencializado pelos preceitos liberais da igualdade e do mérito. Desta forma, todos dependem dele: os profissionais para exercer sua profissão, os pequenos proprietários para garantir a segurança de sua propriedade e o funcionário para garantir seu posto de trabalho (ibid., p.16).

Nesta lógica, de criação de laços de dependência, os trabalhadores subalternos são gratos aos seus superiores, pois é através deles que mantêm seu emprego e sua subsistência. A contrapartida dessa gratidão é a expectativa de um "bom comportamento" no trabalho: leal, fiel, dedicado, que executa suas tarefas com amizade, com amor.

A ideologia do favor esteve presente em muitos aspectos das relações de trabalho do Instituto Oswaldo Cruz. Como vimos nas trajetórias dos trabalhadores, a oportunidade de ingresso no Instituto foi atravessada pelo entrelaçamento de um comprometimento, que submetia o requerente ao posto de trabalho à chancela do empregador. Principalmente porque no processo seletivo havia uma ausência de critérios claros de recrutamento e das atribuições necessárias ao cargo. Eram trabalhadores com pouca ou quase nenhuma escolaridade, prevalecendo no momento do pleito a oferta de um trabalho sem qualificação:

> [...] o Valdomiro, que mandava em mim, porque era filho de São Luís do Paraitinga, e era conhecido de Oswaldo Cruz, e figura de destaque, era mandão, aqui dentro do Instituto Oswaldo Cruz, dizia: "Attílio, você vai ser o procurador de fulano" (BORRIELLO, 1986, Fita 1, lado A)[154].

[154] Esta passagem presente no depoimento de Attilio Borriello refere-se à sua relação com Waldomiro Rodrigues de Andrade, conterrâneo de sua família e tesoureiro do IOC, responsável por conseguir um posto de trabalho para ele e seus irmãos.

A porta de entrada para os cientistas, apesar de envolver da mesma forma, relações absolutamente precárias de vinculação, se dava a partir de critérios meritocráticos que combinavam um bom desempenho no Curso de Aplicação com um período voluntário de pelo menos dois anos vinculado a um dos laboratórios para desenvolvimento de uma tese de doutoramento em algum tema de pesquisa.

Ao final deste tempo, a publicação de seu estudo como um trabalho do Instituto Oswaldo Cruz abria a possibilidade de contratação através das rendas próprias, para posteriormente, de acordo com o regimento vigente e as mudanças do quadro permanente de funcionários (saída de algum pesquisador) serem nomeados para um cargo vitalício (BENCHIMOL, 1990).

Os laços familiares também significavam a possibilidade de ingresso no Instituto. Muitos trabalhadores conseguiram uma colocação para seus filhos, irmãos e outros parentes, em postos de trabalho subalterno no IOC.

A partir do livro de Registros Funcionais, foi possível realizar um levantamento das linhagens familiares que ingressaram em Manguinhos, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 5: linhagens familiares entre trabalhadores subalternos contratados no Instituto Oswaldo Cruz, 1900-1930:

Trabalhador	**Familiares que ingressaram posteriormente**
José Muniz de Medeiros	Antonio Muniz de Medeiros Filho
Alexandre Amaral	Henrique Amaral
Antonio Borriello Junior	Salvador Borriello, Benedito Borriello, Attilio Borriello, José Borriello
José Rodrigues Pedro	Domingos Rodrigues Pedro
Julio da Silva Ventel	Mario da Silva Ventel
João Viegas Pugas	Antonio Viegas Pugas
Joaquim Venâncio Fernandes	Manoel Fernandes, Venâncio Bonfim, Sebastião Patrocínio, Hugo Fernandes e Renê Fernandes
Alfredo Alves Marreiros	Rubem Alves Marreiros
Basilio Aor	Hamlet William Aor, Waldemar Aor, Benedito Aor

Fonte: Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. BR RJ COC 02.

Uma outra forma de ingresso dos subalternos nos laboratórios acontecia também pelo aproveitamento dos operários das obras do Castelo.

Fotografia 38: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. Operários das Obras do Castelo. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Administração Geral. Série: Serviço de Fotografia.

Como vemos, na imagem nº 38, estão os operários das obras do Castelo que refletem a complexidade da composição da classe trabalhadora no período da Primeira República, onde conviviam diferentes etnias, culturas e interesses. Podemos observar que os operários negros, sentados à frente das fileiras, não calçam sapatos.

Do lado esquerdo, de pé, estão o mestre de obras, Basílio Aor e o encarregado geral da turma de pedreiros, Frutuoso Gandara, um espanhol da Galícia. Basílio é o mais alto de chapéu, colete e gravata. Frutuoso, ao seu lado, de botas e camisa clara. A indumentária de ambos alude a hierarquia presente na divisão do trabalho.

Após o termino das obras, Gandara continuou trabalhando em Manguinhos, cuidando da manutenção dos edifícios e da construção dos novos.O prédio do Castelo Mourisco, por trás dos trabalhadores, mostra o adiantado andamento das obras, talvez na fase dos acabamentos.

> Um dia, eu soube que o doutor Oswaldo chegou perto do meu pai e disse: "Ô Basílio, você quase não tem brasileiros aqui. Eu vejo que a maioria aqui é de

> estrangeiros europeus: portugueses, espanhóis, italianos." E meu pai respondeu: "Tem sim doutor Oswaldo, mas é nesses trabalhos mais simples, porque eles não sabem fazer outra coisa. Até a massa para assentar o tijolo e a pedra, eles tiveram que aprender a fazer. Se o senhor encontrar qualquer brasileiro, de qualquer cor, que seja um profissional, o senhor traz, que eu estou precisando para tocar a obra"(AOR, 1986. Fita 1, lado A).

O trecho do depoimento de Hamlet Aor, explicita ainda as diferenças de qualificação profissional entre os operários estrangeiros e brasileiros. Esse pensamento, presente no período histórico, estava associado à questão do embranqueamento do trabalho no Brasil, como uma estratégia das classes dominantes que buscava, de forma contraditória, se afastar do legado da escravização, ao mesmo tempo em que reservou para os trabalhadores negros um lugar de menos valor e, consequentemente, menos acesso ao conhecimento formal.

As obras iniciaram-se no fim de 1903 e duraram até 1922, encerrando a primeira geração de prédios de Manguinhos. Além do Castelo Mourisco, Pavilhão da Peste, Aquário e Pombal, foram erguidos também o prédio do Hospital Oswaldo Cruz, atual Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, o Quinino e o Pavilhão Vacinogênico (ibid., 1990).

No entanto, esta forma de ingresso se dava em menor número. Dos 127 registros do Livro de Registros Funcionais[155] selecionados no período, encontramos somente 9 que ingressaram nos laboratórios.

Entre eles está Balduíno Martins[156] contratado em novembro de 1909 como trabalhador das obras. De acordo com as informações que se encontram em sua folha de registros, em 26 de março de 1919 passou ao cargo de servente de 3ª classe que mais tarde, já na década de 1930 passa a denominar-se auxiliar de laboratório.

Era comum que os trabalhadores subalternos ingressassem ainda criança em Manguinhos, como constatamos nas histórias de Francisco Gomes, Hamlet Aor, e José Cunha.

---

[155] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. BR RJ COC 02.

[156] Cf. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de registros 1 folha 28, verso. BR RJ COC 02.

Fotografia 39: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1910. Autor: J. Pinto. Operários da cavalariça. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Administração Geral. Série: Serviço de Fotografia.

Esta fotografia (nº 39) tirada em 1910 por J. Pinto, mostra no canto esquerdo 05 crianças sentadas no chão e que trabalhavam como ajudante nas obras da Cavalariça[157]. No centro da foto, de colete, calça de cor escura e chapéu está Basílio Aor, mestre de obras do Castelo, pai de William Hamlet e homem de confiança de Luis de Moraes, arquiteto das monumentais construções de Manguinhos.

Como vimos, após o seu falecimento, dois de seus filhos, Hamlet William Aor e Waldemar Aor, ingressaram nas oficinas de encadernação e de tipografia a pedido de sua viúva.

O trabalho infantil era comum nos primeiros anos da República. O caráter moralizador do trabalho aliado às necessidades das famílias pobres, para as quais era indispensável um complemento de sua renda, levou muitas crianças a ingressarem no mundo do trabalho. O emprego de crianças era justificado também sob a alegação de que trabalhando em fábricas e

[157] Prédio do Conjunto Aquitetônico de Manguinhos onde ficavam os cavalos que seriam sangrados e inoculados para a produção de soros e vacinas.

oficinas, estariam vigiadas, evitando o ócio e a vagabundagem. As crianças tinham uma baixa remuneração e jornadas de trabalho semelhante à dos adultos (CIAVATTA, 2002).

Na foto, a posição das crianças, em um nível mais baixo que os demais operários adultos, acomodadas diretamente no chão, é mais um indício da existência da hierarquia que deveria prevalecer nos canteiros de obras, onde os menores aprendizes seriam o ponto mais baixo da gradação.

Em relação à ascensão funcional entre os cargos, os dois primeiros Regulamentos do Instituto não explicitam os critérios de promoção para os trabalhadores subalternos. Somente no Regulamento de 1926 esses critérios ficam evidentes, sendo considerado o merecimento e antiguidade dos trabalhadores.

Pudemos perceber, através dos registros funcionais, que as promoções para os trabalhadores subalternos eram intermitentes e temporárias, de caráter interino. Era comum o deslocamento para um cargo de maior nível retornando depois para seu cargo anterior, principalmente nos casos de substituição de colegas de trabalho que estivessem ausentes por motivos de saúde ou afastamentos que se prolongassem por mais de três meses, o que era comum no caso da participação em expedições científicas.

A nomeação como funcionário do quadro do Instituto ocorria a partir da vacância definitiva de um determinado cargo, por motivo de morte, exoneração ou, após 1919, aposentadoria.

Os depoimentos orais quando tratam das promoções, afirmam que eram os cientistas que arbitravam sobre a escolha daqueles que seriam promovidos. A “aptidão e assiduidade” eram os critérios de merecimento. O depoimento de Attilio Borriello deixa evidente esta questão:

> o corpo médico dentro de Manguinhos fazia um levantamento do aproveitamento e da capacidade dos seus auxiliares. [...] era meio segredo, vinha o convite, mas o estudo estava feito (BORRIELO, 1986 fita 1 lado A).

> [...] o indivíduo entrava para aprendiz de carpinteiro [...] Ia fazer caixinhas, umas caixinhas para a manqueira (SIM), etc. Mas, começava a demonstrar aptidão, assiduidade, compreende? Então, amanhã ou depois uma vaguinha no laboratório, apanhava, aproveitava esse menino. [...] quem decidia isso eram os chefes de laboratórios [...] o chefe de laboratório mandava muito, muito mesmo! Um chefe de laboratório, um médico, mandava demais! A distância hierárquica dele para o auxiliar era muito grande! Tanto que ele chamava servente, o meu servente! (BORRIELO, 1986, Fita 2 lado A).

A menção ao caráter secreto das escolhas reforça a influência direta dos cientistas sobre seus subordinados, determinando além de sua trajetória funcional, suas atribuições, sua jornada de trabalho, sua vida institucional.

Havia ainda a influência do corpo administrativo de funcionários que exerciam cargos de chefia e que podiam manipular ou burlar a ascensão funcional para favorecer a um determinado candidato[158]. Borriello, faz menção ao que ele mesmo chama de "panelinha dominante" comandada pela "trindade" do Instituto: o zelador, o tesoureiro e o secretário.

> Porque nem tudo ia direitinho para o ouvido do Carlos Chagas. E isto eu só vim a sentir, depois que eu fui para lá. Antes eu não podia saber! (BORRIELO, 1986, Fita 4, lado B).

Estão explicitadas aqui as relações de dependência entre superiores e subordinados.

Durante o cruzamento do Livro de Registros Funcionais com os valores salariais expressos nos regulamentos do Instituto, não foi possível encontrar uma correspondência entre cargos e salários. Encontramos valores salariais diferentes para cargos semelhantes, de mesmo nível. Acreditamos que as diferentes rubricas de pagamento de pessoal, que incluíam orçamento do tesouro, ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e as rendas próprias, decorrentes da venda da vacina da manqueira, possibilitavam que os valores de cada funcionário fossem arbitrados pela direção do Instituto.

4.2 Aprendizados no trabalho: a formação dos subalternos e a relação trabalho-educação

O rodízio dos trabalhadores pelas diversas oficinas e laboratórios do Instituo era frequente, como mostra a experiência de Francisco Gomes:

> Eu aprendi muita coisa porque como os demais colegas a gente corria o laboratório, não tinha só um ponto de referência – era chamado para trabalhar com o pesquisador tal. De maneiras que a gente fazia rodízios e a gente acabava aprendendo todas as coisas e se tornava um técnico completo [...] (GOMES, 1986, Fita 3 Lado A).

"Tornar-se um técnico completo" era motivo de orgulho explicitado em todos os depoimentos orais consultados em nossa pesquisa. No entanto, a formação profissional acontecia estritamente no ambiente de trabalho. Não encontramos durante a pesquisa empírica

---

[158] C.f. BORRIELLO, Atilio, 1986, Fita 4 lado B.

nenhum indício que relacionasse o nível de escolaridade com o cargo ou ascensão profissional.

São as fontes orais que nos permitem saber que estamos tratando de trabalhadores que tiveram um acesso restrito à educação escolar. Quando esta se dava na infância contemplava alguns anos de estudo no antigo curso primário ou se dava um ambiente doméstico através de um professor ou professora, geralmente da vizinhança, que lecionava em sua própria casa, alfabetizando e ensinando algumas noções de álgebra e geometria. Como vimos no segundo capítulo, esta prática era frequente nas primeiras décadas da República.

Outra questão típica da época histórica era a ausência de documentação e registro dos processos educacionais:

> Mas a instrução, muita gente passou pela vida deixando de lado. Eu mesmo. Não eram importantes na época essas coisa. Muita gente, a senhora vê aí, gente que escreve, gente que é isso, que é aquilo, não tem uma instrução, pelo menos documentada. [...] Eu estudei francês, estudei inglês, mas não posso provar nada. Porque eu precisava daquele estudo. Pronto fui lá. Era assim que eu fazia (CUNHA, 1987. Fita 1 Lado A).

É importante também destacar, que através dos depoimentos orais foi possível constatar que os trabalhadores brancos, filhos de imigrantes, tiveram mais acesso a uma educação escolarizada na infância do que os trabalhadores negros: Attilio Borriello, branco, filho de imigrantes italianos cursou a escola primária em São Luiz do Paraitinga, cidade onde nasceu[159]. José Cunha, branco, filho de imigrantes portugueses, cursou até o 6° ano da escola pública em São Cristóvão, Rio de Janeiro[160]. Hamlet Aor, branco, filho de imigrantes italianos, estudou com uma professora particular, que atendia crianças da vizinhança em sua casa, no bairro de Bonsucesso[161]. Francisco Gomes, negro, foi alfabetizado por Carlos Chagas em Lassance[162]. Sebastião Patrocínio, negro, teve acesso à escola somente quando chegou ao IOC com 16 anos[163]. Venâncio Fernandes, negro, alfabetizado pelo colega de trabalho do Instituto, Rubem Alves Marreiros[164]. Joaquim Venâncio, negro. Alfabetizado após chegar a Manguinhos, já com 21 anos[165].

---

159 Cf. BORRIELLO,Attilio. 1986, Fita 1 Lado A.
160 Cf. CUNHA, José. 1987, Fita 1 Lado A.
161 Cf. AOR, Hamlet. 1986, Fita 2 lado B.
162 Cf. GOMES, Francisco. 1986, Fita 1 lado A.
163 Cf. PATROCÍNIO, Sebastião. 1986, Fita 2 lado B.
164 Cf. BONFIM, Venâncio. 1986, Fita 2 lado A.
165 Cf. OLIVEIRA, Sebastião. 1987. Fita 3, lado A. LOPES, Hugo Souza 1986. Fita 2, lado B

Após algum tempo de trabalho no Instituto os auxiliares iam, por conta própria, buscando dar continuidade aos estudos, no caso dos brancos, ou iniciar seus processos educativos, no caso dos negros. Hamlet Aor foi o único depoente que concluiu, já adulto, um curso técnico em área correlata ao trabalho de laboratório, formando-se em Técnico de Vidraria da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro[166].

Além de Hamlet Aor, José Cunha[167] e Francisco Gomes[168] foram os que chegaram mais perto de um diploma profissional. O primeiro cursou farmácia fitoterápica por 18 meses, mas não concluiu. Como já vimos em sua trajetória, Gomes foi mandado pelo Dr. Carlos Chagas para Belo Horizonte, para que pudesse estudar. Mas com a morte de Chagas, foi obrigado a retornar para o Rio de Janeiro e não pôde prestar o vestibular:

> [...] Já naquele tempo havia uma certa coisa de... digamos aquele... carrancismo branco, não deixava. Então ele[169] me disse assim: olha você pra estudar tem que sair daqui porque se eu botar você pra estudar aqui, eu vou sofrer muito demais. Eles vão me criticar muito, assim eu vou te mandar pra Belo Horizonte e você fica com o Otávio Magalhães[170] lá, e o Otávio Magalhães te bota lá pra você fazer – o que se chamava- os preparatórios para ingressar na Faculdade. Aí, então eu fui pra Belo Horizonte fiquei lá no Instituto filial [171] com o Otávio Magalhães. E tava estudando lá, foi quando ele morreu e o novo diretor que chegou, mandou eu vir de volta (GOMES, 1986. Fita1, lado A).

Aqui a educação aparece como uma concessão - mais uma vez o favor - e não um direito. Como já dissemos anteriormente, Francisco era negro. Para que pudesse estudar era preciso mudar geograficamente de ambiente. Sua vida institucional esteve sempre ligada ao seu vínculo com Carlos Chagas e após a morte de seu "protetor", Francisco perde a chance de se tornar médico e é obrigado a retornar ao trabalho de auxiliar de laboratório sob ordens da direção do Instituto, uma atitude que reafirma seu lugar de subalternidade reforçado pela questão do preconceito racial.

Há ainda, com raras exceções, os auxiliares que chegaram a médicos. Dois deles, José Barbosa da Cunha e Ernani de Moura Caldas[172], segundo o relato de Hamlet Aor[173], receberam um título de nível superior certificado pelo Instituo Oswaldo Cruz, no período em

---

166 Cf. AOR, Hamlet. 1986, fita 2 lado B.
167 Cf.CUNHA, José. 1987. Fita 1 lado B.
168 Cf. GOMES, Francisco. 1986. Fita 1, lado A.
169 Francisco Gomes referindo-se a Carlos Chagas.
170 Médico e diretor do Instituto Ezequiel Dias na década de 1930.
171 O depoimento refere-se ao atual Centro de Pesquisas René Rachou, unidade técnica científica da Fiocruz em Belo Horizonte, MG.
172 Ver trajetória no início do capítulo.
173 Cf. AOR, Hamlet. 1986, Fita 3 lado B.

que a cidade do Rio de Janeiro foi atingida por uma epidemia de gripe espanhola em 1918[174], que matou milhares de habitantes:

> Ao ponto de Manguinhos mandar dois médicos biônicos na época da gripe espanhola [...]. Um foi para o hospital, que era o servente do doutor Eurico Villela, o Caldas [...] e o Zé Cunha [...] parece que era servente ou do Dr. Cardoso Fontes ou do Dr. Cesar Guerreiro. Havia carência de médicos para assinar atestado de óbito, devido à mortandade causada pela gripe espanhola e pela guerra de 1914. Não havia tempo até para enterrar os cadáveres e aquilo infeccionou o mundo; atingiu até aqui o Brasil. Então fizeram isso (AOR, 1986, fita 3 lado B).

Hamlet nos conta que os títulos foram concedidos sem que os serventes tivessem passado por qualquer curso de formação, daí a alcunha de "biônicos" em alusão aos parlamentares e governadores com mandatos indicados pela ditadura militar[175].

A emergência da situação e as providências excepcionais tomadas pela direção do Instituto confirmam-se no artigo sobre a gripe espanhola de Nara Britto, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz:

> [...] o médico Teófilo Torres, funcionário da DGSP, tratou de minimizar os problemas de atendimento médico, utilizando para isso as delegacias de saúde e os postos de profilaxia rural, além de transformar fábricas, repartições públicas e escolas em postos de socorro, que pôs sob a responsabilidade do Dr. Carlos Chagas, diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Em caráter excepcional, o governo unificou os serviços de higiene municipal e federal, e tentou contornar a falta de médicos contratando sextanistas da Faculdade de Medicina e remanejando pessoal administrativo da própria DGSP — demógrafos, bacteriologistas, microscopistas — para servirem nos postos de socorro (BRITTO, 1997, p.21).

A certificação dos dois auxiliares, mesmo que em um contexto de emergência, validam o fato de que os conhecimentos adquiridos na experiência de trabalho nos laboratórios de Manguinhos tornavam os auxiliares de laboratório aptos para exercer profissões mais qualificadas socialmente. Como vimos na trajetória de Ernani Caldas, o título de Farmacêutico expedido pelo IOC lhe permitiu galgar outro patamar profissional, posteriormente estabelecendo sua própria farmácia e certamente facilitando a abertura das portas para sua tão sonhada profissão de médico.

Hamlet Aor refere-se ainda a dois outros auxiliares, Cyrillo Vaz e Gustavo. Sobre estes, as informações ficaram restritas aos seus assentamentos funcionais. O primeiro, Cyrillo

---

[174] A cidade entrou em estado de calamidade pública e foi decretado feriado por três dias em 19 de outubro de 1918 por conta da altíssima mortalidade que a epidemia causara. (BRITTO, 1997).

[175] O depoimento foi concedido nos meses de agosto e novembro de 1986, menos de um ano após o fim do período da ditadura militar.

Nunes Vaz[176], ingressou em Manguinhos em 1920 para trabalhar na Seção de Meios de Cultura. Em 1923 foi transferido para o lugar de servente de laboratório auxiliando o Dr. Genésio Pacheco em suas pesquisas na bacteriologia. Em 1924 seguiu com o Dr. Genésio para estudar as causas de uma epidemia de tifo em Salvador, no estado da Bahia.

Sobre Gustavo, encontramos um único servente com este nome: Gustavo Pires do Couto[177]. Ingressou no Instituto em 1928 como servente de laboratório. Em 1934 seu cargo passou a ser denominado Auxiliar de Laboratório de 2ª classe.

Não foi possível saber mais sobre a formação de nível superior, onde e quando foi realizada, ano de ingresso e outras informações mais detalhadas. No entanto, é Venâncio Bonfim quem faz uma importante ressalva:

> Mas houve gente aqui que chegasse até a médico. Parece que Ernani de Moura Caldas foi auxiliar e chegou a médico, Gustavo Pires, trabalhou aqui [...] chegou a médico [...]. Então, quem tinha base, tinha mais chance. Agora, quem não tinha [...] (BONFIM, 1986. Fita 2, Lado B).

Todos os depoimentos são unânimes em afirmar que a formação profissional para os trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz se dava no trabalho. O curso de formação de técnicos de laboratório só foi oferecido pela instituição bem mais tarde, somente na década de 1960[178].

> Eu nunca entrei em colégio para aprender laboratório. Porque o laboratório se aprendia fazendo (CUNHA, José. 1987, fita 1, lado A).

Desta maneira, os sujeitos responsáveis pela formação dos auxiliares de laboratório eram os próprios cientistas ou colegas da mesma categoria de trabalho que tinham mais experiência. No entanto havia particularidades e diferenças entre estas duas formas de aprendizado. A primeira, marcada por relações hierárquicas e pela divisão de classe. A segunda se dava de uma maneira mais horizontal como práticas de ajuda mútua e de solidariedades.

Em relação ao aprendizado com os cientistas, a centralidade e autoridade destes no ambiente de trabalho davam a tônica da forma de tratamento de seus serventes. As peculiaridades que mediam esta relação estavam relacionadas com a pessoalidade presente na

---

176 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registro. Livro 2 Folha 62. BR.RJ.COC.02.

177 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registro. Livro 3 Folha 425. BR.RJ.COC.02

178 Cf. GOMES, Francisco. 1986. Fita 3 Lado B.

organização de cada laboratório, na personalidade individual do pesquisador e seus objetos de pesquisa.

As experiências de José Cunha e de Francisco Gomes são bem diferentes neste sentido. Cunha que chegou garoto a Manguinhos, com apenas 13 anos, conta-nos que por ser uma criança, era tratado com um certo carinho pelos cientistas.

> Foi esse moço (João Nogueira Penido[179]) que me ensinou a microscopar. Se ele fosse vivo, podia testemunhar. Porque para olhar no microscópio eu ficava de joelho[180]. Todo mundo achava graça, mas eu sabia (CUNHA, 1987. Fita 1 lado B).

O menino José Cunha começou trabalhando no laboratório de bacteriologia, talvez um dos que tinham maior risco de contaminação. Em sua narrativa nos conta que o pesquisador ensinava as técnicas e depois as delegava para que ele mesmo as realizasse:

> [...] ele é que me ensinou essas coisas de repicagem. Ele trabalhava com esses cocos principais: estaflococos, estreptococos, pneumococos. Eu é que fazia os repiques para ele (CUNHA, 1987. Fita 1 lado B).

Após uma temporada de dois anos[181] na bacteriologia, foi transferido para outro laboratório, chefiado por Julio Muniz, onde as pesquisas eram na área de protozoologia, protozoários de vida livre que ofereciam menos riscos de contaminação.

O relato de Cunha reforça o caráter pessoal da relação de trabalho, revelando suas contradições. Ao mesmo tempo em que havia o ensinamento, havia também a cobrança, exigência e nem todos conseguiam acompanhar e aprender:

> Ele não ensinava, ele insinuava. Ele obrigava a gente a fazer. Eu não me lembro que um dia ele dissesse pra mim: Faz assim ou assim. Nunca disse. Mas ele dava dicas, fazendo, e gente como eu [...] ficava ajudando. “Me dá uma pinça, me dá isso”. No outro dia ele dizia: “Faz isso”. [...] Ele não queria saber se eu sabia ou não pipetar [...] como é que eu organizava as reações. Isso era conosco. Por isso é que nem todas as pessoas puderam aprender. Passaram anos no Instituto sem fazer nada (CUNHA, 1987, fita 1 lado B).

Francisco Gomes chegou a Manguinhos vindo da Estação de Lassance, com 12 anos. Trabalhou inicialmente com Carlos Chagas e passou pelo aprendizado nas diversas oficinas do IOC enquanto Chagas se ausentava nas viagens. Ao longo de sua trajetória no Instituto, talvez tenha sido o auxiliar que trabalhou com mais diferentes pesquisadores. Para ele, nem

---

[179] Dr, João Carlos Nogueira Penido, médico do laboratório de Protozoologia do Instituto Oswaldo Cruz. Foi chefe do Laboratório de Sorologia e docente de bacteriologia no Curso de Aplicação do Instituto.

[180] Conforme vimos em sua trajetória, José Cunha chegou ao IOC ainda criança com 13 anos de idade.

[181] Permaneceu no Laboratório de Bacteriologia de 1922 a 1924.

sempre estas relações eram fraternas, como podemos verificar em sua narrativa sobre a ocasião em que trabalhou no Laboratório de Fisiologia chefiado por Miguel Osório[182]. Seu relacionamento com o chefe do Laboratório, segundo seu relato, era bom. Para ele Osório "era muito humano"[183]. Mas quando este se ausentava, ficava com outro pesquisador:

> [...] quando Miguel Osório viajava, eu ficava com o Thales Martins – super, ultra exigente, demais exigente: ele queria uma coisa já, não queria saber de que forma a gente ia conseguir, e fui eu que mais agüentei o Thales Martins; porque ninguém agüentava, ficava dois meses, três meses, caía fora, e eu é que mais agüentei. Mas sofria o diabo com ele; ele era exigente demais. Ensinava, era bom porque ele ensinava, ensinava tudo, mas era exigente. Eu aprendi demais com o Thales Martins – citologia, aprendi muita coisa mesmo (GOMES, 1986. Fita 2 lado A).

Mais uma vez podemos constatar o caráter contraditório das relações de trabalho, que oscilavam conforme a tutela paternal e, em sua ausência, podiam submeter-se aos humores dos cientistas, nem sempre favoráveis aos seus auxiliares.

Outra questão que merece destaque é a ambiguidade entre autonomia e subordinação no aprendizado das técnicas ensinadas pelos cientistas.

> Essa frase eu escutei do [...] Dr. Astrogildo Machado[184], um dos descobridores da vacina contra a manqueira, sobre dois auxiliares. [...] Antônio Maria Filho e outro era Elói Rosa. Todos dois trabalhavam com ele. Um dia, o comentário do Dr. Machado foi o seguinte: "Eu tenho dois auxiliares, um, aquilo que eu ensinei há trinta anos, ele faz igualzinho!" Era o Elói. Aquilo que ele aprendeu há 30 anos, método de repique, ele repetia. "Já o Antônio" – Antônio era o Antônio Maria – "insubordinado, faz a mesma coisa por um método muito superior, muito mais evoluído". Um era mulato e outro era pretinho. Mas o pretinho, o escurinho, era uma coisa. Evoluiu e o outro não. O outro se dizia cospe, ele cuspia (BORRIELLO, 1986, Fita 5 lado A).

O comentário do Dr. Machado na voz de Attilio sugeriu ao mesmo tempo um elogio e uma repreensão, pois reconhecia a capacidade autônoma do auxiliar, no entanto considerava-o insubordinado por isso. A contradição se faz presente mais uma vez: o livre pensar sobre o método de trabalho, transformando-o, e a autonomia sobre o seu saber, são considerados uma ousadia, mesmo que sejam reconhecidamente superiores às técnicas aprendidas com o cientista.

Ao qualificar a autonomia como insubordinação esvazia-se a perspectiva de emancipação e de reconhecimento profissional e coloca-se o subalterno no seu "devido" lugar. A ideia de insubordinação corrobora ainda com o racismo, explicito no depoimento de

---

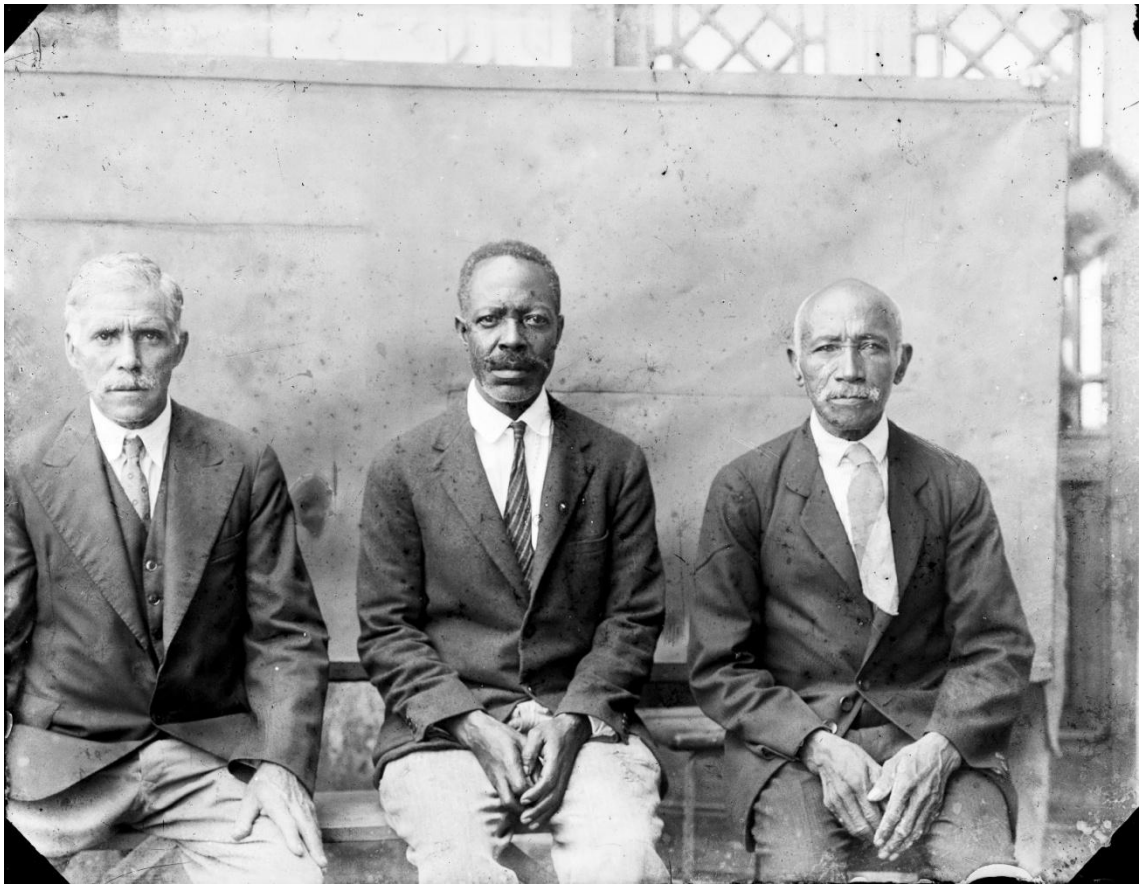
182 Médico, foi chefe do departamento de Fisiologia do IOC.

183 GOMES, Francisco. 1986, Fita 1 Lado B.

184 Medico do IOC, inventor da vacina contra a peste da manqueira.

Attilio, com a suspeição construída sobre o trabalhador assalariado que o obriga a provar constantemente que é digno de confiança.

Fotografia 40: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. . Data: 193[?]. Autor: J. Pinto. “Lauro Travassos, Astrogildo Machado e Carlos Burle de Figueiredo” BR RJCOC 02-10-20-25-001-008.



Fotografia 41: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1930-1940. Autor: J.Pinto. “Grupo de Funcionários do Instituto Oswaldo Cruz” . BR RJCOC 02-10-20-25-002-003.

As duas fotografias dispostas acima, retratam funcionários do Instituto Oswaldo Cruz. Na foto n° 40, identificamos os cientistas Dr. Lauro Travassos, Dr. Astrogildo Machado e o Dr. Carlos Burle de Figueiredo. Na segunda n° 41, três homens. Sem identificação.

Ambas estão localizadas no mesmo fundo (02 - Instituto Oswaldo Cruz), seção (10 – Serviço de Administração Geral), série (20 – Serviço de Fotografia), subsérie (25 – Pesquisadores e outros funcionários). Até aqui, tudo igual. Os dossiês onde estão assentadas é que as classificam de forma diferente: a primeira fotografia está no Dossiê 001, que recebe o nome de Cientistas Reunidos. É o item 008, e o título da imagem identifica imediatamente as pessoas retratadas. A segunda fotografia está no Dossiê 002, nomeado como Outros Funcionários. O item 003 tem como título Grupo de Funcionários do Instituto Oswaldo Cruz.

Não sabemos em que contexto se deu a produção dessas fotografias. Elas não possuem uma data definida, foram feitas entre as décadas de 1930 e 1940, por J. Pinto. Observando os detalhes de ambas, supomos que podem ter sido feitas com um mesmo objetivo, e dentro de uma mesma circunstância. Alguns aspectos nos levam a acreditar na confirmação desta conjectura. Em primeiro lugar, a preocupação do fotógrafo na composição das imagens: os

trabalhadores foram cuidadosamente acomodados sentados lado a lado; a indumentária dos retratados, paletó e gravata, indicava a formalidade do evento; havia um fundo montado com um pano ou lona, que compunha o cenário das fotos que foram realizadas no prédio principal de Manguinhos. Na fotografia que retrata os trabalhadores subalternos, é possível enxergar, por trás do cenário, as grades das janelas do Castelo Mourisco.

Em segundo lugar, na mesma localização do arquivo, há três outras fotos[185] com características idênticas, uma com outros três trabalhadores subalternos sem identificação e as outras duas com grupos de três cientistas cada (respectivamente, Miguel Osório, Magarino Torres, Augusto Xavier e a segunda, Nicanor Botafogo, Gilberto Vilella e outro cientista).

No retrato dos cientistas, identificamos três cavalheiros. Distintamente vestidos, terno e gravata impecáveis, lenço no bolso do paletó. Apesar da seriedade das expressões faciais, os semblantes serenos demonstram autoconfiança e pertencimento. O cientista localizado mais à direita da imagem, Dr. Burle de Figueiredo, traz um cigarro aceso entre os dedos, deixando evidente sua tranquilidade e pouca cerimônia ao posar para o fotógrafo.

No retrato dos auxiliares, três homens ordinários, sem nome. Roupas gastas, talvez um pouco maiores que seus corpos, paletó e calça descasados. Os gestos contidos parecem querer esconder as mãos calejadas, que revelam a natureza manual de seus ofícios. Nos rostos, as testas franzidas, olhares de estranheza e apreensão. O cenário da fotografia deixa transparecer por detrás do pano estendido, que o local de trabalho destes homens também é o castelo de Manguinhos. Uma silhueta aparece atrás da lona, segurando-a e espreitando o instante exato do registro. Mais uma vez, o fotógrafo atua em sua sutileza, aludindo à condição reservada para o trabalho subalterno em Manguinhos: ativo e presente, porém invisível. Coadjuvante nos bastidores da construção da ciência e da saúde pública.

Minha hipótese é de que os dois homens que aparecem na foto n°41 dos auxiliares, no centro e à direita, poderiam ser Antonio e Eloy. Apesar da origem desconhecida das fotos, não seria ilusório supor que tivessem sido retratados neste mesmo dia solene, os cientistas e seus auxiliares.

Antonio Maria Filho[186] ingressou em Manguinhos em 02 de junho de 1917 como trabalhador das cocheiras. Seu ordenado era de 20 mil réis. Em 1919 passou a trabalhar como contratado na seção de meios de cultura com vencimentos de 50 mil réis. No ano seguinte foi

---

[185] Cf. BR RJCOC 02-10-20-25-002-002, BR RJCOC 02-10-20-25-001-009 e BR RJCOC 02-10-20-25-001-010

[186] Cf. Acervo casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 2, Folha 10. BR RJ COC 02.

aumentado três vezes de salário, chegando a receber 120 mil réis. Somente em 1926 seu salário foi reajustado novamente, para 180 mil réis. Na década de 1930[187], já efetivado, seu cargo passou a denominar-se auxiliar de laboratório.

Eloy Ignacio Rosas[188] ingressou em março de 1918 como servente contratado. Em 1919 foi admitido como servente de 4ª classe, e em 1922 passou a servente de 2ª classe. Da mesma forma que Antonio, seu cargo passou a auxiliar de laboratório na década de 1930. Não há informações sobre valores salariais em seus assentamentos.

Antonio e Eloy trabalharam junto com o Dr. Machado e aprenderam com o cientista as técnicas para produzir uma vacina veterinária[189], cuja comercialização foi responsável por manter a autonomia financeira e o orçamento necessário para o desenvolvimento das pesquisas no IOC por quase duas décadas. No entanto, permanecem desconhecidos.

Granjear a confiança dos médicos era um processo que envolvia trabalhar muito, ser dedicado e seguir estritamente as prescrições de seus chefes superiores:

> Aqueles auxiliares dos cientistas de Manguinhos eram de uma dedicação, de uma sinceridade! Também tinha uma coisa: se eles aprendessem que esta garrafa tinha que ficar nesta posição aqui na mesa, poderiam mandar botar de outra maneira que ele diziam: "Não, o doutor mandou botar assim e assim é que vai ficar." Por causa da confiança na capacidade e na sinceridade do trabalho do auxiliar, para onde os cientistas fossem, aquele servente tinha que ir. Não sei qual foi o cientista que uma vez parou de fazer uma pesquisa porque o servente tinha se aposentado e ele não se acertava com nenhum outro (AOR, 1986. Fita 6 - Lado B).

Os processos de aprendizado asseguravam a confiança dos pesquisadores em seus técnicos, tornando-os imprescindíveis às pesquisas científicas, pois muitas etapas do processo de trabalho nos laboratórios ficavam sob a sua responsabilidade e delas dependiam o sucesso dos estudos.

No entanto, algumas barreiras eram muito difíceis de ser transpostas, como por exemplo, a questão do conhecimento científico. Este era, de modo explícito ou implícito, vedado aos auxiliares de laboratório.

> A gente não fazia uso de livro científico, porque o livro científico era consultado para que eles publicassem trabalhos. O sujeito queria saber se a coisa dele era inteiramente nova, ele então consultava o que foi publicado sobre aquilo. [..] Mas nós não. Não interessava (CUNHA, 1987, Fita 3 Lado A).

---

187 Em 1931, um novo Regulamento do Instituto.

188 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, Folha 28 verso. BR RJ COC 02.

189 Vacina da Manqueira.

Indagar sobre os conhecimentos envolvidos, os objetivos de um estudo era considerado uma ousadia para os auxiliares, mas havia um desejo de ter seu lugar de importância reconhecido dentro do processo, mesmo que como um auxiliar estimado:

> Sempre fiz direito e sempre evolui, porque o Dr. Aristides, o Julio Muniz, diziam: "Ô Attílio, vamos fazer isto". Eu dizia: "Para que?" Era um pouco de ousadia. Então, não é, porque nós vamos esclarecer este fato, aquele, aquele e aquele outro. Então, eu me sentia pesquisador também, eu não era nada, mas como eles tinham me dado aquela liberdade, eu me sentia dentro da pesquisa. Então eu fazia aquilo com amor. Fazia aquilo, com carinho. Porque eu me julgava também alguma coisa da vida. Eu não era nada, mas era um auxiliar dileto, já me satisfazia. Compreende? (BORRIELLO, 1986, Fita 2, Lado B).

O reconhecimento, que Attilio denomina de "ousadia", é o que atribui dignidade como ser humano, ao valor trabalho manual que também envolve conhecimentos que não são ratificados pela situação de classe subalterna daqueles auxiliares.

Era esperado pelo pesquisador que seu auxiliar dominasse a técnica. No entanto, o conhecimento científico, mesmo que básico, permanecia interditado. Para poder alcançá-lo e sentir-se partícipe de um determinado estudo, era necessário romper a barreira hierárquica através do estabelecimento de relações pessoais, diletas. Esta era também uma forma de burlar os obstáculos impostos pela sua condição social.

Como já sinalizado anteriormente, as relações de aprendizado com os colegas de trabalho assumiam um outro sentido para os auxiliares de laboratório. Destituída da distância hierárquica e da autoridade, os colegas colaboravam entre si, em uma relação de ajuda mútua e de solidariedades.

> Ah, bastante, colaborei bastante, porque os novos que chegavam, a gente tinha que ensinar, e a gente fazia aquilo com muito prazer – ensinar os colegas novos que ingressavam. A gente tinha o maior prazer de ensinar tudo aquilo que a gente tinha aprendido (GOMES, 1986. Fita 3 Lado B).

José Cunha cita seu melhor amigo, o auxiliar Oldemar Coelho de Almeida[190] que já trabalhava na protozoologia com Julio Muniz, antes de sua chegada.

> [...] quando eu fui trabalhar com o Julio Muniz eu comecei a ajudar o melhor dos meus amigos. Esse sim me ensinou. Porque era carinhoso, interessante. Eu ia na casa dele brincar, ele me levava para brincar com a filha dele (CUNHA, 1987. Fita 1, lado B).

---

[190] Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.Livro de Registros. Livro 1 folha 38, verso. BR RJ COC 02.

Oldemar Coelho de Almeida ingressou em 1911 no IOC. Em 1915 pediu exoneração e foi readmitido em 1919 como servente de 3ª classe. Durante o período em que ficou afastado do Instituto, trabalhou por um ano, de 1917 a 1918, na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil (atual UFRJ).

Esta colaboração não era restrita somente ao aprendizado nos laboratórios. Conforme já mencionado, Venâncio Bonfim teve acesso a conhecimentos gerais com um colega de trabalho. Bonfim era sobrinho de Joaquim Venâncio e como seu tio, passou a infância e adolescência na Fazenda Bela Vista. Lá iniciou seus estudos incentivado pela Mãe. Com o falecimento desta, teve que parar tudo para ajudar o pai no trabalho rural. Tinha somente nove anos de idade:

> A minha escolaridade eu não devo assim a um membro da família de me orientar. "Vamos estudar". Eu devo a um rapaz daqui do [Instituto] Oswaldo Cruz, com o nome de Rubem Ramos, que ele era escriturário (BONFIM, 1986, Fita 1 Lado A).

O amigo Rubem Ramos ensinou a Bonfim e mais dois amigos da vizinhança tudo o que sabia. Depois os encorajou a entrar para a escola noturna. Seguindo o conselho do amigo, Bonfim deu continuidade a seus estudos formando-se em Técnico de Contabilidade. Chegou a ter registro profissional, mas nunca exerceu a profissão "dado à feição de laboratório" (BONFIM, 1986. Fita 1, Lado A).

Os laços de amizade não se restringiam aos momentos de aprendizado cotidiano. Expandiam-se em situações onde um apoiava o outro para que pudesse viabilizar o acesso à educação formal. Vejamos o diálogo entre Borriello e a entrevistadora:

> [Entrevistadora] pelo fato do senhor morar aqui, muitas vezes o senhor quebrava o galho de um colega, não é? [Attilio] De outros, que iam para o colégio. Esse de leishmânia, do Gaspar Viana, estudava à noite[191]. Em períodos que eu não estudava. Quantas peças anatômicas eu tirei para ele. Dentro do fixador, mudando de água, lavagem, quantas! (BORRIELLO, 1986. Fita 2 Lado B).

Outro aspecto muito importante a ser destacado era que, apesar das restrições que se impunham no acesso ao conhecimento científico, os trabalhadores subalternos procuravam acessar os livros da biblioteca do Instituto. Quando perguntado sobre a oportunidade de ir à biblioteca e acessar os livros, Cunha responde:

> Se quisesse, talvez, mais por camaradagem, ser ou não amigo dos bibliotecários. Eu acho que se eu quisesse ler muitos livros lá, como li alguns [...] (CUNHA, 1987. Fita 3 lado B).

---

[191] Borriello está se referindo a Abílio Lopes de Oliveira, que será apresentado mais adiante neste capítulo.

Este trecho do depoimento não só reafirma a existência de "camaradagem" nas relações entre os trabalhadores subalternos, como mostra sua utilização estratégica para ultrapassar limites estabelecidos para eles[192].

Assim foi possível para alguns trabalhadores adquirirem conhecimentos através da leitura de livros que tomavam emprestados da biblioteca e que foram importantes instrumentos em uma busca autodidata pelo conhecimento.

Hamlet Aor, por exemplo, aprendeu a fazer análise da qualidade do vidro que compunha embalagens de medicamentos. O vidro dos recipientes não poderia conter materiais pesados como o chumbo e Hamlet aprendeu, com a ajuda da camaradagem dos colegas e da leitura de livros, como proceder à avaliação:

> Uma vez eu passei os olhos numa revista científica, em espanhol, onde havia a proibição, pela farmacopeia internacional e a Organização Mundial de Saúde, da fabricação e da utilização de vasilhames de vidro que contivessem chumbo na fabricação do vidro, por causa da inconveniência.[...] foi no nosso querido Instituto Oswaldo Cruz, lendo uma portaria da Organização Mundial de Saúde, em espanhol, que falava da inconveniência do chumbo no vidro para medicamentos. [Entrevistador] – Mas nessa revista dizia como se fazia análise do chumbo no vidro? Como o senhor aprendeu a fazer a análise? [HA] Fundindo o vidro. Mas não foi com eles. Eles não ensinaram. Eu aprendi noutro livro de fundição de vidro. Está entendendo? [Entrevistador] Mas como é que se faz isso? Dá para ver com o fogo? [HA] Dá, no maçarico. A gente leva o vidro ao maçarico, com gás carbônico, ar comprimido, leva ao fogo, vai deixando fundir e ele vai juntando. Porque o vidro no fogo, encolhe; vai encolhendo, juntando, ficando compacto. Quando tem chumbo, o vidro escurece. Aquela bola que vai para o fogo fica escura, carbonizada – é uma indicação de que tem chumbo no vidro. É o falso vidro neutro. [Entrevistador] O senhor aprendeu isso onde? Em Manguinhos também? [HA] Foi lá que eu aprendi isso (AOR, 1986. Fita 4 Lado B).

Venâncio Bonfim também aprendeu de forma autodidata, através do acesso aos livros da biblioteca do Instituto:

> Eu fui à biblioteca, arranjei um livro que dizia todas as posições como se aplica injeção, quais os perigos, quais os cuidados. E eu como tinha muitas cobaias na periferia de Manguinhos, não havia luz ainda, muita gente, eu comecei a aplicar injeção em todo mundo. Tinha que aplicar injeção, era comigo (BONFIM, 1986. Fita 2 Lado A).

O companheirismo no cotidiano de trabalho e a capacidade autodidata somada à experiência adquirida, colaboravam para que os trabalhadores engendrassem metodologias de trabalho para lidar com situações de periculosidade a que estavam submetidos, como por

---

[192] Em relação ao acesso à biblioteca pelos subalternos, não encontramos um regimento ou norma explicita que estabelecesse regras ou restrições. Essa informação aparece de forma subentendida e ambígua nos depoimentos.

exemplo, o trabalho com tifo exantemático. Não havia equipamentos de segurança e na hora do perigo, o cientista saía do laboratório:

> E eu e este Cunha tínhamos uns cristalizadores de vidro. Uns frascos de vidro retangulares, onde nós colocávamos o cobaio, tinha um estrado de madeira. Colocávamos o cobaio em um tubo cheio de carrapato em cima desse cobaio. E tínhamos que tomar temperatura deste cobaio, duas vezes ao dia. Como é que íamos segurar esse cobaio? [...]Cheio de carrapato! Carrapato infestado com tifo exantemático. [...] Eu vou contar o que eu e Cunha fazíamos, a temperatura é a retal. No termômetro nós colocávamos graxa em volta do termômetro. E nos pulsos, um anel de graxa. Um pegava o cobaio e mantinha em cima do cristalizador. O outro, introduzia o termômetro no reto. Tomávamos a temperatura, introduzíamos o termômetro e as mãos no desinfetante. Carrapato que estava da graxa para baixo, ficava no desinfetante, no lisol, e o cobaio ficava ali. Mas isto foi engendrado por mim e pelo Cunha.[...] O médico, o médico, o médico, que era um alemão, chamado Paulo Regendanz, e que estagiava conosco, é que comandava a pesquisa. Mas neste momento ele saía do laboratório. Ficava eu e o Cunha. Estamos todos dois vivos. Mas trabalhávamos assim (BORRIELLO, 1986. Fita 3 lado B).

Os laços de amizade e solidariedade facilitaram, por um lado, o acesso a novos conhecimentos e o aprimoramento daqueles já adquiridos, por outro, colaboraram para que os serventes pudessem alcançar um espaço institucional anteriormente vedado à eles.

4.3 Ponham-se no seu lugar

As fontes consultadas revelam que, de fato, o Instituto Oswaldo Cruz mantinha diversos mecanismos de controle social dos trabalhadores e de manutenção do seu lugar subalternizado na instituição. Salta aos olhos as penalidades aplicadas aos serventes, registradas em suas folhas funcionais.

Estas sanções já estavam previstas nos Regulamentos do Instituto Oswaldo Cruz, desde o primeiro, do ano de 1908, e faziam referência ao artigo n° 22 do Decreto nº 3.191, de 07 de Janeiro de 1899, que reorganizou Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores. Tal artigo determinava que nos casos de negligência, falta de cumprimento dos deveres ou ausência sem causa justificada, o funcionário estaria sujeito a penas disciplinares que consistiam em: simples advertência; repreensão verbal ou por escrito, suspensão de até 15 dias; demissão.

A pena de advertência poderia ser ajuizada pelo chefe de seção ou pelo diretor geral da instituição. As demais eram determinadas pelo diretor, sendo gradativas ou não, variando de acordo com a gravidade da falta cometida.

É importante que se diga que não foram encontrados nos Livros de Registros consultados nenhuma multa ou punição aplicada aos funcionários de nível superior. No Livro de n° 3, encontramos na folha n° 385 vários registros de faltas consecutivas do Dr. Lauro Travassos em todos os meses (com exceção do mês de fevereiro) do ano de 1927. No entanto, não havia nenhum registro de qualquer penalidade, nem mesmo advertência.

Todavia, encontramos várias sanções aplicadas aos funcionários subalternos em forma de multas ou suspensões. Cruzando as informações da legislação que regulava as penalidades do Ministério da Justiça e Negócios Interiores com os registros do livro de assentamentos funcionais, deduzimos que eram aplicados descontos de valores nos salários mensais de acordo com a quantidade de dias previstos na penalidade.

Elaboramos um quadro demonstrativo onde procuramos descrever as penalidades encontradas nos Livros de Registros de números 1, 2 e 3[193], relacionando-as com o nome do funcionário, o cargo ocupado no ano em que a sanção foi aplicada, e o motivo de sua imposição.

Como podemos observar os motivos são variados sugerindo naturezas e objetivos diferentes.

[193] Conforme já esclarecemos na Introdução deste estudo, os registros dos trabalhadores foram selecionados dos três primeiros livros da serie, por estarem dentro do escopo temporal da pesquisa.

Quadro 6: tipo e motivo das penalidades aplicadas aos trabalhadores subalternos do Instituto Oswaldo Cruz no período 1913-1936:

Nome do Trabalhador/Cargo	**Penalidade**	**Ano da ocorrência**	**Motivo**	**Localização**
Oldemar Coelho de Almeida (Servente de laboratório)	Multado em 01 dia	1913	Por fazer uso do toilette destinado aos empregados superiores;	Livro 1, folha 38 (verso)
Rômulo Monico dos Santos (Servente de Laboratório)	Multado*	1923	Por ter faltado após lhe ser negada a licença que solicitara alegando estar doente quando foi visto viajando em pleno gozo da saúde;	Livro 1, folha 39 (verso)
	Suspenso por 10 dias	1925	Por não ter observado a ordem da zeladoria de apresentação regulamentar ao serviço;	
Mauricio de Miranda Leila (Servente do quadro extraordinário)	Multado em 01 dia	1913	Por ter trocado o pernoite que lhe cabia sem previa autorização do zelador;	Livro 1 folha 57 (verso)
Augusto Vespasiano do Carmo (Servente com vencimentos pela caixa do Instituto)	Multado em 03 dias	1916	Por ter se dirigido ao assistente Dr. Alcides Godoy sem a devida atenção;	Livro 1, folha 60 (verso)
Cornelio Dias de Carvalho (Servente de laboratório)	Multado em 05 dias	1914	Por ter sido encontrado dormindo sobre a mesa no laboratório do Dr. Carlos Chagas em hora de serviço;	Livro 1, folha 63
	Multado*	1914	Por ter deixado aberto, sem necessidade, o gás no 3° andar durante a noite;	
Cesar Annibale (Mecânico)	Multado em 01 dia	1911	Por não ter levado ao conhecimento do zelador o incidente ocorrido na cozinha entre os serventes Ernani de Moura Caldas e Balduíno Martins;	Livro 1, folha 64
Adelino Barros (Servente das cocheiras)	Multado em 02 dias	1914	Por ter concorrido para que a carroça, carregada de material, virasse junto à portaria da fazenda;	Livro 1, folha 69
José Marques da Silva (Servente com vencimento pela renda própria)	Suspenso*	1929	Em vista de denúncia apresentada pelo almoxarife (desaparecimento de drogas farmacêuticas do IOC) até que se apure sua responsabilidade para aplicação de pena maior;	Livro 1, folha 69
Balduíno Martins (Servente de laboratório)	Suspenso*	1911	Porque se envolveu em um incidente ocorrido na cozinha com Ernani de Moura Caldas;	Livro 1, folha 78

José Coelho dos Santos (Ajudante de pintor)	Suspenso por 05 dias	1925	Por ordem do Sr Diretor, por não tratar o Zelador com a devida consideração;	Livro 1, folha 90
João Viegas Puga (Vigia)	Multado em 03 dias	1923	Por pouco empenho com seus deveres de vigia;	Livro 2, folha 02
Antonio Pereira Coelho (Chauffer)	Multado em 05 dias	1924	Por ter atravessado o trilho da estrada de ferro Leopoldina com o carro de passageiros enquanto o sinal estava fechado e quase foi apanhado pelo trem;	Livro 2, folha 04
Alfredo Alves Marreiros (Servente de laboratório)	Suspenso por 08 dias	1924	Por promover desordem com seu companheiro Jayme Antonio da Hora;	Livro 2, folha 60
Manoel Lobão (Servente de laboratório)	Suspenso por 15 dias	1928	Por ter pego emprestado dois pneumáticos usados com o pintor Domingos dos Santos;	Livro 2, folha 69
Domingos dos Santos (Pintor)	Suspenso por 08 dias	1928	Por haver emprestado 2 pneumáticos a Manoel Lobão ;	Livro 2, folha 69
Hamlet William Aor (Tipógrafo em 1922 e Servente de laboratório em 1936)	Suspenso por 05 dias	1922	Por haver desrespeitado o chefe da tipografia;	Livro 2, folha 88
	Suspenso*	1936**	Por desacato ao diretor do IOC até que o Ministro de Estado da Educação e Saúde decida sobre o seu destino;	Livro 2, folha 88
João de Souza (Servente do hospital)	Dispensado	1924	Insubordinado;	Livro 3, folha 231

* Nos Livros de Registros não consta o detalhamento destas penalidades.

** No caso de Hamlet Aor, que sofreu duas penalidades, consideramos importante manter a segunda, mesmo que tenha ultrapassado o escopo temporal da pesquisa, pois o seu depoimento oral nos permitiu comparar a narrativa institucional com a narrativa do trabalhador.

Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. BR RJ COC 02.

Em uma primeira mirada geral sobre as penalidades, observamos que estas tinham como objetivos imediatos controlar aspectos como a indisciplina dos trabalhadores, a irregularidade no trabalho e a insubordinação social.

Como vimos, o período da Primeira República foi marcado pela consolidação de uma ideologia do trabalho que pressupôs uma espécie de classificação moral dos trabalhadores. Aqueles considerados "bons" respeitavam a propriedade, tinham amor pelo trabalho e obedeciam à ordem e à hierarquia social. Em um nível inferior estavam todos aqueles considerados insubordinados, ociosos, vadios, desordeiros; classes perigosas que deveriam ser domesticadas em razão da ordem e do progresso da sociedade republicana.

Chalhoub (1986) nos propõe um olhar sobre essa classificação que rompe com o aparente dualismo entre dois mundos opostos:

> [...] não há um mundo do trabalho e outro da ociosidade e do crime – há, na verdade, apenas um mundo coerente e integrado na sua dimensão ideológica [...]. Em suma, a hipótese que se quer lançar aqui é a de que a existência da ociosidade e do crime tem uma utilidade óbvia quando interpretada do ponto de vista da racionalidade do sistema: ela justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres (ibidem, pag 51).

Nesta perspectiva, situam-se a aplicação das penalidades no Instituto Oswaldo Cruz. Elas se inserem na composição do aparato social, jurídico, político e ideológico republicano vigente, que tinha como finalidade normatizar e regular o comportamento do trabalhador assalariado.

Hamlet Aor foi suspenso duas vezes pelo Instituto. Ele nunca conseguiu aceitar e se submeter às regras rígidas e por vezes perversas de hierarquia e controle do trabalho subalterno em Manguinhos.

Vejamos como foi para ele a experiência que redundou na sua primeira suspensão. Como vimos, Hamlet chegou muito jovem ao Instituto. Era uma criança de 9 anos e acabara de perder o pai. Encaminhado para o trabalho na tipografia, foi exigido que aprendesse rapidamente o método de trabalho sob ameaça de castigos físicos e psicológicos:

> Eu era garoto de calça curta ainda. Era a primeira vez que eu entrava numa oficina e ainda não estava ambientado. Via as máquinas trabalhando: uma imprimindo, a outra compondo, aquele cheiro de tinta. Toda aquela atividade e eu feito um índio que nunca tinha vindo á cidade, olhando para um lado e para o outro, isto é, procurando me ambientar. Foi quando lá pelas dez horas, o subchefe, um mulato, alto, magro, chamado Tertuliano, chegou perto de mim e disse: "Vamos ver o que você já sabe. Onde é o A, o B, etc." É claro que eu não ia dizer tudo certo. Eu estava cheio de dedos, ainda. Então ele disse para mim: "Depois do almoço eu venho aqui outra vez. Se tu não me der essa caixa decorada, eu vou te cortar as orelhas com esta tesoura," E eu disse: "E eu lhe dou com esse ferro na cabeça." Passei a mão num ferro que tinha lá, que eu nem sabia o que era. "Garoto abusado!" ele disse. Mas eu

> fiquei revoltado com aquilo. O pessoal ficou me olhando pensando: "Ih, esse é brabo." [...] Depois de trabalhar quase dois anos na tipografia, surgiu um aborrecimento com o chefe mesmo, o advogado. [...] naquela época batiam! Eu apanhei. Um dia fiquei revoltado, mandei ele dar na mãe dele. O chefe, o advogado. Ah, aí já era demais. Eu disse a ele: "Vá bater na sua mãe, porque eu não sou seu filho", "Vai embora daqui", "Não vou sem ordem do diretor." Eu também era fraco/abusado. Não deixava as coisas em brancas nuvens. Levava a pior sempre, é lógico (AOR, 1986. Fita 1, Lado B).

A narrativa de Hamlet deixa evidente a contradição do discurso oficial que responsabiliza o trabalhador pelo incidente e escamoteia a atitude violenta das chefias, esta sim estabelecendo desde o início uma prática de gerenciamento desrespeitosa e humilhante para o empregado.

O segundo episódio de sua suspensão enuncia em seus registros um desacato à autoridade máxima da instituição, o diretor. Nesta época, já na década de 1930, Hamlet aceita substituir um colega em um dos laboratórios e presencia um desentendimento entre o cientista, seu chefe, e dois outros pesquisadores responsáveis pela comissão de avaliação das publicações do periódico científico Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Na sequência é acusado de ter sido negligente com seu trabalho, contesta a acusação e tem seu ponto suspenso:

> um rapaz me pediu para ser o substituto dele durante suas férias para trabalhar com o doutor Werneck. [...] A caneta desse médico era uma tesoura. Ele fazia as experiências com bichos, recortava revistas científicas e colava debaixo das figuras. Ficava aquele monte de papel cortado de tesoura por ele. Eu juntava aquilo tudo e botava no lixo. Um belo dia entrou no laboratório o doutor Lauro Travassos e o doutor Carneiro Felipe, da comissão de redação das Memórias do Instituto,[...] com o material todo na mão: as revistas e os trabalhos dele para serem publicados. Disseram: "Doutor Werneck, seus trabalhos não vão ser publicados nas Memórias, o que o senhor está fazendo não é científico. O senhor está plagiando. Olha aqui: está coincidindo com estas separatas de outras revistas científicas. Está aqui. O senhor está recortando e colando embaixo." Eu tenho a impressão que ele ficou com raiva de mim. Se ficou, é porque subestimou a capacidade científica dos dois cientistas. Eu não disse nada a ninguém. Eu não tinha nada para dizer. Não tinha que me meter nisso. Não era meu campo. Nunca fiz isso com ninguém. [...] Aí, fui almoçar, fechei a porta e deixei o laboratório limpo. [...] Quando eu voltei do almoço, o laboratório estava escancarado: porta aberta, o chão cheio de papel picado. Pensei: "Esse homem é doido. Ele mesmo não quer que deixe o laboratório aberto, como é que ele deixou?" Limpei tudo, varri, botei a porcariada toda dele no lixo, fechei a porta e vim para fora porque ainda era hora do almoço. Quando eu cheguei ali no centro telefônico, no primeiro andar, encostado ao elevador, desce o doutor Fontes, o vice-diretor, que era secretário, doutor Leocádio Chaves e ele. "Olha ele aí" me apontou para o diretor. "Mas você abandonou o laboratório?", "O que o senhor esta dizendo? Não abandonei. Houve isso assim". Falei. "Você deixou o laboratório aberto?", "Eu não deixei. É mentira desse safado", "Esse cara tá mentindo." Aí, eu já estava querendo outra coisa. Ele disse que me suspendia. "Pode até botar na rua que eu estou pouco me incomodando. Ou o senhor pensa que é só aqui que se trabalha para ganhar o pão do dia? Eu estou aqui emprestado", eu disse para o diretor. Ficou naquela coisa, ele dizendo que me mandava prender e eu dizendo que ele era um

> besta. A coisa foi engrossando. Proibiram que eu assinasse o ponto, para me botar na rua como abandono de emprego. Foi o que aconteceu (AOR, 1986. Fita 2 – Lado B).

O relato de Hamlet deixa explicita a trama de seu superior para incrimina-lo, com medo de que ele revelasse seus métodos ilícitos de trabalho. O depoimento denuncia os traços perversos das relações de trabalho tão contraditórias do Instituto Oswaldo Cruz e nos põe a pensar sobre a questão da utilização das fontes históricas, um dos grandes desafios do trabalho do historiador.

É preciso considerar a intencionalidade da produção dos documentos oficiais que indicam qual é a memória institucional que deve ser preservada. Por outro lado, está a subjetividade própria das fontes orais e a construção social da memória do trabalhador.

O cruzamento destas fontes nos permite agregar outros fatos históricos ao acontecimento, revelando aspectos ocultos objetivos e subjetivos, acessados através desta interseção.

Fernandes (2016) nos alerta que a memória é uma construção social. Como tal admite uma seleção das lembranças que compõe as narrativas e os espaços sociais revisitados e vivenciados, traduzindo experiências subjetivas a serem relembradas e construídas. Esta seleção é ditada pela possibilidade de compor um passado com o qual se possa conviver.

Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre a complexidade das fontes orais utilizadas para este estudo e as interpretações por elas possibilitadas.

Enquanto que o depoimento de Hamlet explicita de forma contundente os conflitos entre a instituição e os trabalhadores subalternos, os demais depoimentos parecem oscilar entre o claro e escuro destas relações. São repletos de insinuações que de maneira concomitante expõem e escondem os conflitos das relações de trabalho sob o discurso da cordialidade.

O depoimento de Borriello, por exemplo, demonstra todo o tempo uma preocupação com a gravação da entrevista, avaliando e negociando com os entrevistadores o que ele pode e não pode revelar. Da mesma forma observamos essa apreensão na narrativa de Sebastião Patrocínio.

Acredito que a construção da ideia de relações cordiais de trabalho, esteja inscrita em uma dada interpretação das narrativas orais, mais alinhadas com o discurso oficial da instituição. Essa interpretação é reforçada por alguns autores[194] da historiografia do IOC.

---

[194] Ferreira (2002), Fonseca Filho (1974) e Chagas Filho (1993 e 2001).

Não eram só as penalidades que buscavam normatizar e regular o comportamento do trabalhador subalterno no Instituto Oswaldo Cruz. Havia uma série de outros dispositivos institucionais que procuravam educar e disciplinar a utilização dos espaços e do tempo de trabalho na instituição. A discussão sobre o controle do espaço e do tempo de trabalho está inscrita, inicialmente, nas regularidades inerentes à própria relação do homem com a natureza, como por exemplo, as estações do ano, o dia e a noite. No entanto, como assevera Ciavatta (2015, p.45) "A regulamentação das atividades produtivas e religiosas introduziram as chamadas ao trabalho e à oração pelos sinos das igrejas; mais tarde pelos apitos das fábricas e, progressivamente, os mecanismos quantitativos de contagem do tempo pelo relógio".

O motivo da multa aplicada ao auxiliar de laboratório Oldemar Coelho de Almeida, - usar o banheiro dos funcionários superiores - demarcava de forma explicita a hierarquia social, franqueando ou proibindo a livre circulação dos trabalhadores subalternos pelo espaço institucional.

Da mesma forma, o elevador do prédio principal do conjunto arquitetônico de Manguinhos, o Castelo mourisco, possuía dois compartimentos separados: um superior para pessoas e outro inferior para cargas. Aos auxiliares de laboratório só era permitido viajar no compartimento inferior. Quem nos conta em detalhes é o Dr. Sebastião de Oliveira que passou por uma situação de preconceito e racismo no elevador. Dr. Sebastião foi o primeiro cientista negro de Manguinhos, ingressando no Instituto no ano de 1939:

> Um dia eu cheguei aqui, peguei o elevador, e o elevador [...] tinha a parte social que era a parte de cima e a dos serventes, que era a parte de baixo, né. Isso tem hoje, desde a época do Oswaldo Cruz.[...] antigamente utilizavam. [...] tranqüilamente. E quando o elevador trazia serventes, tá, e que paravam no térreo, os serventes iam pro porão, porque primeiro descia a pessoa, não parava pra descer os serventes, descia primeiros os doutores e depois é que subia pra deixar os serventes. Isso eu peguei essa época. Então um dia, estava o ascensorista e eu que tinha apanhado no térreo o elevador, lá embaixo, lá no térreo. E a Bertha Lutz, [...] entrou aqui no elevador no primeiro andar e ia pra biblioteca, eu ia também. Ela foi, virou-se para o ascensorista e disse – "Escuta fulano"- disse o nome do fulano. – "servente já pode entrar aqui na..." – E aí o rapaz olhou. E eu confesso que até na primeira hora não percebi a coisa. Ele disse – "Não doutora, aqui não tem nenhum servente." Aí é que eu percebi a coisa. – "Aqui não tem nenhum servente, tem o Dr. Sebastião." Aí subiu. E ela fez de propósito, porque ela me conhecia inclusive. Mas fez de propósito (OLIVEIRA, 1987. Fita 6, lado A).

Além do banheiro e do elevador, a distinção se fazia presente na cor dos uniformes, branco para os médicos e pardo para os auxiliares, nos passes de trem de primeira e segunda

classe e na utilização da “Viúva”, nome dado ao ônibus que transportava as pessoas dentro do campus de Manguinhos conforme o depoimento do Dr. Hugo de Souza Lopes[195]:

> Tinha condução da portaria até dentro do Instituto. Era a "Viúva". Quando a gente ou um estudante entrava na "Viúva", os serventes que estavam sentados levantavam-se para dar lugar. Tinha gente que não se sentava. Mas havia esse tipo de disciplina (LOPES, 1986. Fita 1, lado B).

O horário das refeições era outro momento organizado e determinado pela hierarquia institucional. Os médicos e demais profissionais de nível superior, como os funcionários administrativos que ocupavam cargos de chefia, almoçavam no carramanchão. Os funcionários subalternos almoçavam em um refeitório separado, mais simples e rústico, localizado junto à cozinha. O tipo de refeição servida também era diferente.

Fotografia 42: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: [1908?]. Autor: J.Pinto. “Interior da Casa de Chá”

A fotografia nº 42 registrada por J. Pinto em 1908 foi tirada no instante em que os pesquisadores terminavam seu almoço. Sob a mesa estão os guardanapos já usados. No

[195] Cf. LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986.

primeiro plano vemos os Drs. Henrique Aragão e Gustav Giemsa[196]. Entre eles um copeiro segura um bule de café e interrompe seu serviço posando para o fotógrafo.

Sob a imagem do copeiro incide menos luz. Intencionalmente ou não, o fotógrafo reproduz na sutileza do claro e escuro refletidos na fotografia, a hierarquia institucional de Manguinhos.

O cruzamento desta imagem com o depoimento do Dr. Carlos Chagas Filho, revela mais uma vez, as contradições ora explícitas, ora implícitas, nas relações sociais do trabalho no Instituto Oswaldo Cruz. Perguntado pela entrevistadora sobre a existência de racismo na instituição, responde:

> Nenhuma. Basta ver a popularidade, a coisa do Venâncio ou do Nico, por exemplo. Evidentemente eles não sentavam à mesa dos patrões, mas não havia. O que havia, implantado pelo Oswaldo Cruz, era uma disciplina de trabalho muito grande. Isto não há a menor dúvida (CHAGAS FILHO, 1987. Fita 7, lado A).

No trecho do depoimento que acabamos de reproduzir, o Dr. Carlos Chagas Filho refere-se a Joaquim Venâncio. A relação de Chagas Filho com Venâncio era a típica relação de cordialidade que acabou prevalecendo na história oficial do trabalho técnico no Instituto. Ao longo de seu depoimento, o cientista exalta os atributos físicos e suas qualidades afetivas:

> A primeira personagem a me influenciar e a quem eu me liguei no Instituto foi Joaquim Venâncio. [...] era filho ou neto, creio que era filho, de uma escrava da fazenda de minha avó. Era um caboclo, desse tom um pouco esverdeado que muitos mulatos têm, que não se sabe se vem de índio ou da raça negra, e que um dos meus tios dizia que era uma das características da boa mestiçagem. Joaquim Venâncio era um homem extremamente atraente. Relativamente baixo, era, como se dizia, parrudo, forte, um tronco muito volumoso, talvez mais forte, [...] em proporção, do que as pernas. E de uma afabilidade extraordinária. Tinha pelo meu pai como por Lutz uma grande adoração. E conta-se até que Joaquim Venâncio era utilizado, calças abaixadas [...] nádegas iluminadas [...] pelo Lutz para pegar mosquitos [...] Eu já disse uma vez, e repito aqui, que o meu primeiro grande mestre no Instituto Oswaldo Cruz foi o Joaquim Venâncio, que me ensinou a gostar de bicho, me ensinou como é que se trata os bichos e me ensinou realmente coisas muito importantes. Principalmente me ensinou um trato humano formidável. E nós éramos realmente como irmãos, não tínhamos, quer dizer, eu era uma espécie de filho dele e não só ele me levava ao laboratório do Lutz como também me mostrava as cavalariças, que tinham muito interesse para mim (CHAGAS FILHO, 1987. Fita 6 Lado A).

O olhar de Chagas Filho sobre Venâncio é revelador das contradições que permeavam estas relações. O afeto presente na narrativa, não exime as expectativas que se tinham sobre o trabalhador subalterno ideal: a robustez, a força, a dedicação incondicional ao trabalho e a

---

[196] Médico alemão, da Escola de Medicina Tropical de Hamburgo. No ano de 1908, trabalhou por seis meses como pesquisador visitante do Instituto Oswaldo Cruz, ministrando cursos e publicando os resultados de suas pesquisas no periódico científico do IOC “Memórias do Instituto Oswaldo Cruz”.

docilidade no trato com os cientistas. Assim era possível que fosse considerado como um membro da família, exceto na hora das refeições.

A cordialidade presente nesses vínculos está inscrita na forma como a sociedade brasileira foi construindo sua relação com o Estado ao longo da história. Para auxiliar esta reflexão, recorro ao conceito de "homem cordial" de Sergio Buarque de Holanda (2012). Na construção deste conceito, o autor parte do pressuposto que há uma oposição entre família e Estado. O pensamento predominante no século XIX concebeu o Estado como uma continuidade da família, como se fosse um movimento evolutivo.

Holanda (ibid.) contesta este pensamento, afirmando que o Estado só pode existir transgredindo a ordem doméstica e familiar. O que está em jogo aqui é o confronto entre as noções de público e privado, por certo uma oposição, que na perspectiva da sociedade brasileira aparecem amalgamadas.

A condição de colônia que imperou por mais de 300 anos, deixou marcas profundas em nossa constituição social, pois crescemos sendo súditos e não cidadãos[197] (COSTA, 2018). Esta é uma diferença que nos faz confundir liberdade com privilégio, particular com universal e que diz respeito ao conceito de democracia:

> Já em países que foram colonizados (como a região da Europa medieval onde hoje se situa a Alemanha e o Brasil da época moderna) não existem cidadãos. Nestes casos, o Estado é uma instância exterior que domina o conjunto da sociedade e esta, por sua vez, é constituída não por cidadãos, mas por súditos. Para quem não se lembra, a palavra súdito significa subjugado, submetido; portanto são homens que desconhecem a liberdade e a confundem com mandos e desmandos. Não são livres, mesmo que tenham escravos. Para o Estado colonizador, o bem supremo do súdito é ser-lhe útil. O bem supremo deste súdito, na vida política, é o ganho, a autopreservação, o privilégio, e eventualmente a vaidade. Aqui grassa o interesse individual; não existe a experiência da liberdade, da criação de leis a serem livremente obedecidas. Súditos não sabem que a liberdade verdadeira é política, só existe onde for conquistada e atende pelo nome de democracia (ibid, 2018).

A esta perspectiva, onde a liberdade é restrita ao plano individual e subjetivo, o direito é oposição, pois o seu caráter universal deve alcançar a todos, sem distinção. Viver na Primeira República brasileira era conviver com a naturalização do privilégio das abastadas famílias, possuidoras da "caneta" e das terras, como já dissemos no início desta seção.

O "homem cordial" descende diretamente dessas classes, que na busca de defender a propriedade e o privilégio do arbítrio apossam-se da liberdade de todos em nome do sentimento fraternal. A esse sentimento de benevolência ligam-se também, entre outros, o

---

[197] COSTA, Iná Camargo. Sergio Buarque, o "Homem Cordial" e uma crítica inédita. Disponível em https://outraspalavras.net/brasil/sergio-buarque-o-homem-cordial-e-uma-critica-inepta/ ultimo acesso em 09 de junho de 2018.

favor e as relações paternais. Neste sentido, a cordialidade é que deve adquirir proporções universais, para que possa disfarçar os interesses mesquinhos que acompanham as alegações sentimentais (ibid., 2018).

A partir dessa inversão se construiu o modelo exemplar de trabalhador assalariado desde a abolição, transformando em virtudes valores como o amor ao trabalho, dedicação, abnegação e sacrifício. Contraditoriamente, esses valores deviam ser considerados motivos de orgulho para esses trabalhadores, contribuindo para perpetuar até nossos dias, a manutenção dos privilégios em detrimento da exploração do trabalho das classes subalternas.

As relações paternais, o favor e a cordialidade são as mediações principais das relações de trabalho presentes na particularidade do Instituto Oswaldo Cruz que, por sua vez, inserem-se na totalidade das relações sociais de trabalho no período da Primeira República no Brasil. Nesta perspectiva, está subsumida também a questão da moradia desses trabalhadores no Instituto.

4.4 "Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro"[198] em Manguinhos

Como vimos no capítulo anterior, no período temporal deste estudo, muitos dos auxiliares de laboratório moravam no próprio terreno da Fazenda de Manguinhos e nas áreas limítrofes ainda pouco definidas, disso derivando a ocupação das terras do que é hoje o Parque Oswaldo Cruz, mais conhecido como Morro do Amorim.

A construção de moradias de funcionários em seus terrenos foi estimulada pela direção do Instituto. O primeiro regulamento de 1908, já determinava no artigo de n° 36 que uma das competências do zelador era residir no Instituto[199]. De acordo com Fernandes e Costa (2009), era de interesse do Instituto manter alguns funcionários morando próximo ou mesmo dentro de seus terrenos como serventes vigias, porteiros, responsáveis pelos serviços de limpeza, manutenção e segurança das instalações.

Desde o antigo Instituto de Patologia Experimental, havia funcionários residindo nos terrenos da instituição, como os já citados Arthur Leite Câmara e José Muniz de Medeiros, que moraram com suas famílias em uma das antigas construções do Instituto Soroterápico

---

[198] O subtítulo faz alusão à canção "Eu não tenho onde morar" de Dorival Caymmi

[199] C.f BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908, Aprova, para o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, que passa a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, o regulamento a que se refere o art. 3º do decreto n. 1802, de 12 de dezembro de 1907.

Federal. Nesta mesma casa[200] moraram também em períodos distintos, Attilio Borriello e seus irmãos; Antonio, Benedito e Salvador; e outras famílias, como a do encarregado dos meios de cultura José Joaquim Dias Paredes[201] e José de Vasconcelos[202], antigo auxiliar do Dr. Adolpho Lutz.

Outros moravam em casas construídas pela direção, no terreno do próprio Instituto, como Joaquim Venâncio que residiu durante todo o tempo em que esteve no Instituto na Estrada de Manguinhos s/n°, onde vivia com sua esposa, D. Sebastiana e seus cinco filhos.

Inspirado em Venâncio, José Cunha resolveu reivindicar o mesmo benefício à direção do Instituto, à época[203], o Dr. Carlos Chagas. Ele mesmo nos conta como é que procedeu:

> Eu fui pedir uma casa ao Dr. Carlos Chagas. Menino ainda. O Joaquim Venâncio morava na fazenda do Instituto e eu achei por bem – eu com encargo de família, minha mãe e meus irmãos, nessa época eram João e Maria, os dois pequenos, o dinheiro era meu só. [...] Antes preparei meu espírito, consultei a um, a outro. "Vai lá que ele te atende. Ele chama, ele bate nas tuas costas." Porque o Dr. Chagas, quando ele estava presente, qualquer sujeito se perfilava diante dele. [...] Então eu disse: "Bom, vou lá." Fui pedir a casa a ele. Ele aí disse pra mim que não podia, porque a fazenda do Instituto não era dele. Mas, no ato, ele mandou chamar o secretário, Leocádio Chaves, e me arrumou 30 mil réis. E eu fui pra 120. Liderei a turma (CUNHA, 1987. Fita 2, lado A).

Cunha não ganhou sua moradia, mas recebeu um aumento de seus vencimentos, demonstrando mais uma vez o padrão indiscriminado de progressão funcional e aumento de salários dos trabalhadores subalternos que vigorava no IOC, baseado em relações paternalistas de favor. É importante lembrar somente a partir do ano de 1930, com o primeiro governo de Vargas, acentuaram-se os debates que culminaram com a legislação que garantiu direitos e regulamentou as relações de trabalho no Brasil[204], em 1943.

Conforme já abordado no capítulo anterior, as casas de moradia situadas na parte dos logradouros que hoje fazem limite com o muro da instituição eram de propriedade do próprio

---

200 Entre os anos de 1935 a 1937, a antiga casa do soroterápico foi demolida, dando lugar a edificação que abrigou a Fundação Rockfeller dentro do campus de Manguinhos. O prédio de linhas retas modernistas, projetado por arquitetos norte-americanos, rompeu com os padrões arquitetônicos das construções do Instituto. Da mesma forma que a arquitetura, a estrutura organizacional da instituição estadunidense, trouxe um novo modelo para as relações de trabalho, implementando em seus laboratórios a especialização e divisão técnica do trabalho dos auxiliares, representando um marco importante para a mudança destas relações no IOC.

201 Cf. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, Folha 52 verso. BR RJ COC 02.

202 Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. C.f. Livro 1 Folha 18. . BR RJ COC 02

203 Em torno dos anos de 1924 a 1926, c.f. CUNHA, 1987. Fita 2, lado A.

204 BRASIL. Ministério do Trabalho. Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Instituto ou da União. Neste último caso, foi também a partir da década de 1930, que passaram a ser descontados os aluguéis das residências diretamente do salário dos funcionários.[205]

A Fazenda de Manguinhos situava-se em um lugar afastado, ermo. Em volta do Instituto havia pouquíssimas casas, algumas chácaras e terrenos baldios, como descreve Francisco Gomes que chegou a Manguinhos em 1925:

> [...] tinha chácaras, tinha terrenos baldios assim, terra devoluta e não tinha nada – só tinha a estaçãozinha e não tinha mais nada, nada, nada, nada; o resto era mangue, mangue puro, com cada caranguejo que não tinha tamanho. [...] Tudo aquilo ali embaixo era mangue; o mangue vinha até... entrava um pouquinho acima daquela portaria que tem cá embaixo [...] Então era o único caminho e o pessoal vinha por via da estrada de ferro, a Leopoldina, e tinha um ônibus comprido, grande aqui, que chamava Viúva – e a Viúva ia buscar os pesquisadores lá embaixo pra vir pra cá pra cima, que automóvel também não existia. Existia só o do diretor (GOMES, 1986. Fita 1, lado B).

Os depoimentos orais afirmam que alguns funcionários que trabalhavam nos laboratórios ou nas oficinas eram também encarregados da vigilância noturna do Instituto. Como vimos, Joaquim Venâncio era um deles. No entanto, a pesquisa no Livro de Registros encontrou apenas um funcionário inscrito como vigia.

Seu nome era João Viegas Pugas,[206] ingressou no IOC em 1916 com o salário mensal de 150$000. Teve dois reajustes salariais: em 1919 passou a receber 170$000 e depois em 1920 foi aumentado para 200$000.

Pugas permaneceu no cargo de vigia até 1923. Neste mesmo ano, no mês de setembro, foi multado em três dias[207] "por pouco empenho com seus deveres de vigia", logo em seguida, foi transferido para o cargo de ajudante de jardineiro e teve seu salário rebaixado para 150$000, mesmo valor de quando havia começado a trabalhar no Instituto sete anos antes. Em outubro solicita a concessão de um mês de licença para tratar de seus interesses. A notação seguinte de sua ficha é a sua exoneração, em dezembro de 1923, por abandono de emprego.

O trabalho de vigia era controlado por mecanismos tipicamente tayloristas. O depoimento de Hamlet Aor nos explica como isso funcionava:

> Nos terrenos de Manguinhos, em determinados pontos, tinha um relógio no qual o vigia era obrigado a dar corda de tantos em tantos minutos. Dessa maneira ele era

---

205 Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção Serviço de Administração. Serie Administração Geral. Relatório da Divisão do Patrimônio do Instituto Oswaldo Cruz sobre questões relativas ao patrimônio do Instituto. BR RJ COC 02.10.05.070.

206 Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 2 Folha 2. BR RJ COC 02.

207 Ver Quadro nº 5, neste capítulo.

> obrigado a fazer a ronda.[...] de tantos em tantos metros, 100 ou 200 metros, tinha um mourão, uma caixinha com um relógio – e o vigia dava corda com uma chave que ele carregava. Se não desse corda, o relógio parava naquele ponto. Iam saber então que ele não foi lá (AOR, 1986).

Os mecanismos clássicos de controle do trabalho ficam evidentes nesta passagem. Diante deste fato fico a imaginar o que pode ter acontecido com João Pugas? O que significaria seu "pouco empenho"? As fontes nada dizem sobre este acontecimento, mas fica evidente que a punição de Pugas não ficou limitada aos três dias de multa. Ele foi mudado de função e teve seu salário rebaixado. Talvez, por esse motivo, tenha abandonado seu emprego no Instituto.

Não foi possível saber se havia algum tipo de remuneração pelos serviços de vigilância para aqueles funcionários que acumulavam esta função, tal como Joaquim Venâncio. Não encontramos nenhuma notação nos livros de registros, ou nos demais documentos consultados, sobre esta questão.

A moradia no Instituto reiterava a divisão de classes entre subalternos e superiores, da mesma forma que os uniformes, as refeições, o uso dos banheiros e do elevador. As instalações eram diferentes para cada categoria profissional.

Fotografia 43: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Quarto de Oswaldo Cruz no Pavilhão Mourisco".BR RJCOC 02-10-20-05-004-v.02-094.

> O último pavimento é ocupado, em grande parte, pelo amplo terraço, guarnecido de ameias, onde se enraízam as duas torres do prédio, inspiradas nos minaretes árabes. O corpo central (com pé direito de 4,90m) compreendia um salão para repouso, iluminado por uma grande claraboia, com vitrais coloridos, obedecendo ao estilo predominante do prédio, e nove dormitórios, usados com frequência pelos pesquisadores, sempre que o trabalho exigia o prolongamento das horas de serviço, e também pelos professores estrangeiros que ali se encontrassem de visita (BENCHIMOL, 1990, p.113).

A fotografia nº 43 mostra um dos dormitórios utilizados pelos cientistas quando precisavam pernoitar no Instituto. O quarto, aparentemente simples, sem muitos móveis, parece ter aproveitado o modelo das camas hospitalares. O pé direito alto e as janelas, suntuosas, além de colaborarem para deixar o ambiente fresco e arejado, reportam-se aos grandes vitrais utilizados nos templos religiosos, em uma clara alusão à sacralidade da ciência.

Nos pequenos detalhes, a preocupação com conforto exibe os travesseiros com fronha, cama forrada com lençóis e colchas claras. Na parede em cima da cama e na mesinha de cabeceira, ao lado da vela, as luminárias em estilo árabe acompanham a estética arquitetônica.

Para os trabalhadores subalternos prevalecia o improviso e a precariedade. Os solteiros distribuíam-se pelos diversos pavilhões do conjunto arquitetônico, como por exemplo, os sótãos do Pavilhão da Peste e da Cavalariça, e só saíam de lá para casar.

O depoimento de Tereza Trevino[208], neta do auxiliar de laboratório Ernani de Moura Caldas, diz que seu avô lhe contava que dormia no sótão do Pavilhão da Peste. Era um lugar quente e abafado. O acesso se dava por uma escada de madeira que ficava por trás do edifício. Ernani chegou ao IOC na primeira década do século XX, não sabemos precisar a data exata[209], mas só saiu de lá para se casar, em 1923.

Attilio Borriello e Francisco Gomes nos dão mais detalhes sobre os "quartos" improvisados em que dormiam os auxiliares de laboratório:

> Então o administrador dizia: apanha uma cama no hospital, apanha um travesseiro, toalha de banho,então a gente lá no primeiro dia ia, apanhava a roupa de cama, apanhava, quer dizer, ficava por aqui.[...] era improvisada porque Manguinhos tinha muitos pavilhões (BORRIELLO, 1986. Fita 1, lado A).

> Era um grupo [...] morávamos um grupo de 22 [...] em vários lugares. Tinha quarto lá embaixo na cocheira – nas duas cocheiras tinham dois quartos, onde moravam alguns –, tinha um quarto nessa cocheira de cima, que era um lugar onde deveria ser colocada alfafa pra os cavalos, então aqui era muito grande e nós transformamos em

---

[208] Depoimento gravado no dia 02/04/2018, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

[209] Em seu registro funcional consta a data de 1913, mas sabemos que em 1911 já estava em Manguinhos, pois encontramos no registro de Balduíno Martins uma ocorrência entre Belmiro e Ernani que resultou na suspensão do primeiro. C. f 609/289 – Livro 1 folhas 78 e folha 80 verso.

> quarto (aqui tinha 12 camas) e tinha ali no pavilhão da peste também, que eram dois quartos, e morava nós quatro ali (GOMES, Fita 3, lado A).

O Pavilhão da Peste, onde moravam Ernani Caldas e Francisco Gomes, construído de 1904 a 1905, era o laboratório de produção de soro, vacina e de realização de estudos relacionados à peste bubônica.

Fotografia 44: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sem data. Autor: J. Pinto. "Fachada do Pavilhão da Peste". BR RJCOC 02-10-20-05-007-014.

> O prédio do relógio tinha o nome de Pavilhão da Peste, porque ali havia uma enfermaria de cavalos. Ali colocavam os cavalos inoculados com peste, com tétano, e outras doenças: soro diftérico, polidifteria. Parece que havia quatro baias. [...] Eles que faziam o serviço de inocular os cavalos. Naquele tempo, aquilo ali era um perigo porque eles trabalhavam com bacilos vivos. Era um problema seríssimo, porque depois de inocular o cavalo, ele ficava com a doença. Tinha que vacinar. Era aquele processo todo (AOR, 1986, Fita 1 lado B).

Como vemos na foto nº 44, a torre do prédio situava-se acima da enfermaria central do laboratório onde ficavam os cavalos inoculados com os bacilos vivos. Em seu interior, uma espécie de observatório abrigava um vigia, que observava esses animais através de pequenos óculos de vidro que ficavam no teto dos boxes (BENCHIMOL, 1990).

Na frente da torre, um grande relógio, voltado para a praça central do campus, determinava e controlava o tempo de trabalho no Instituto. A realidade do trabalho subalterno aqui se transformava em metáfora: encerrado na torre, como uma peça da engrenagem que busca controlar a si mesmo, de seu lugar oculto, dá vida à instituição.

4.5 Moradia como espaço de ajuda mútua e resistências: esporte, lazer e religião

Morar na Fazenda de Manguinhos implicava para os trabalhadores subalternos viver para o trabalho, viver a vida da instituição e dedicar-se aos pesquisadores, sem regulação da jornada de trabalho, sem hora extra. Essa condição extenuante era compensada pelos favores e pela relação paternalista com os superiores, sempre mediada pela cordialidade.

> [...] Ele não recebia a mais por aquelas horas que ele trabalhava [...] Nada, nada, mas se ele ficava doente, se ele tinha um mal estar, ele era amparado, ele era amparado. Eu contei que Chagas mandava até funcionário para Belo Horizonte, para se refazer. Ele tinha amparo. Então ele retribuía dando tudo de si para a repartição (BORRIELLO, 1986. Fita 2, Lado B).

No entanto, contraditoriamente, foi também a convivência cotidiana proporcionada pelo fato de morarem todos juntos na Fazenda de Manguinhos, que possibilitou a esses trabalhadores construírem laços e espaços de ajuda mútua e resistências.

De forma mais ou menos explícita, os trabalhadores subalternos do IOC agiram e reagiram às mediações presentes nas relações de trabalho, onde o paternalismo, o favor e a cordialidade dissimulavam os mecanismos de poder e autoridade fortemente presentes na instituição, inscritos na constituição histórico-social do período. Havia entre eles, um sentimento de cumplicidade evidente em diversos acontecimentos descritos nos relatos orais que os unia e que os impedia de dedurar colegas para que não levassem suspensão.

Borriello nos conta que a hora das refeições era um momento de muita extroversão e brincadeiras entre eles, ao ponto do Instituto colocar um funcionário, Sr. Avelino, que organizava a distribuição dos alimentos controlava o comportamento do grupo no refeitório.

> Era no refeitório, os médicos eram no caramanchão, [...] nós, os inferiores, era do lado. Então nós tínhamos um caneco de alumínio, uma vasilha grande de aço inoxidável, com torneira, tinha um mundo de café, não sei quantos litros. Um português na porta com um saco, dando o pão, mas cada pão, que tinha mais tamanho [...] ia entrando, apanhava o pão, enchia, podia repetir. Era muito miolo, o pão era muito grande, [...] os empregados tratavam logo de fazer sua bolotinha de miolo, e um no outro. [...]. Mas tinha um,[...] fez um miolo que não tinha mais tamanho e mirou lá um indivíduo, era umas mesas compridas, e jogou. Mas aquilo pegou na mesa, subiu e pegou na vidraça, e quebrou o vidro. [...] O Avelino, encarregado da ordem da distribuição do pão. [...] veio buscar o zelador [...] "Quem foi? Ninguém fala? Suspensão geral, 8 dias." Todo mundo calado. Que todo mundo sabia, não é? Pois olha! Ele desistiu da suspensão, porque não ia suspender o Instituto todo, mas ninguém condenou ninguém, e isso tem outros assim (BORRIELLO, 1986. Fita 5, lado B).

Já no fim da gestão de Carlos Chagas na década de 1930, a crise financeira submetida ao Instituto desde a década anterior, provocada pela insuficiência de dotações orçamentárias

por parte da União, repercutiu no padrão de qualidade das instalações e serviços da instituição. Impossibilitado de atender às demandas crescentes por ampliação do espaço, insumos, equipamentos, materiais, a direção do Instituto foi restringindo aos poucos a oferta de refeições aos funcionários.

A solução encontrada pelos trabalhadores subalternos que moravam em Manguinhos era pular a janela da cozinha à noite e roubar comida das refeições servidas aos cientistas que ficavam guardadas no refrigerador: "Vamos admitir, um prato tinha cinco fatias de goiabada, daquele prato tirava uma; outro prato tinha oito, tirava duas! Então daqueles pratos todos, a gente fazia o farnel, fazia o lanche e no outro dia o Nogueira[210] não desconfiava" (BORRIELLO, 1986. Fita 5, lado B).

Nos fins de semana, se jogava futebol na hora do almoço em um campo que ficava nos terrenos do Instituto. O lazer e as brincadeiras com uma bola de borracha improvisada[211] transformaram-se em uma entidade associativa: o Manguinhos Futebol Clube.

O time foi fundado no dia 02 de dezembro de 1915 pelos trabalhadores subalternos do Instituto. O jornal *O Imparcial*, noticiou em sua edição de 09 de abril de 1916, a recente criação do clube, que tinha como lema o desenvolvimento atlético de seus associados[212].

A primeira diretoria foi composta pelos seguintes trabalhadores subalternos: Presidente Antonio Martins; Vice-presidente: Arthur Teophilo; 1° Secretario: José Barbosa da Cunha; Thesoureiro: Mario Pereira de Araújo; 1° Procurador: Narciso de Araujo; 2° Procurador: Augusto de Abreu Bastos; Comissão de Sport: Alcides Ribeiro da Costa, Alexandre Amaral e Ernani de Moura Caldas. O Capitão e instrutor do time era Henrique Amaral.

O primeiro jogo que o clube de Manguinhos participou, foi um amistoso contra o Royal Football Clube, um time do bairro de Piedade. A disputa aconteceu no campo de futebol do próprio Instituto, em um domingo, dia 09 de abril de 1916[213].

De acordo com Batalha (2004, p.96), a cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, foi palco de múltiplas experiências associativas que conferiam uma certa institucionalidade a diversas formas de sociabilidade dos trabalhadores: sociedades dançantes, carnavalescas, esportivas, culturais, sindicais e políticas.

---

[210] Nogueira era o copeiro, encarregado da dispensa de alimentos do Instituto.
[211] Cf. CUNHA, 1987, Fita 4, lado B.
[212] C.f. Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Imparcial, edição de 09 de abril de 1916.
[213] C.f. Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Imparcial terça-feira, 04 de Abril de 1916.

O autor parte de uma discussão conceitual sobre o termo “cultura associativa” e seus significados, e assevera que a cultura das associações relaciona-se com as “celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias. Em outras palavras, como através dessas práticas e desses rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos” (ibid., p.97).

No entanto, o autor adverte para o cuidado de considerar a cultura praticada pelas classes subalternas somente como cultura operária. As primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, período em que o time de Manguinhos se institucionalizou, o que prevaleceu foi uma “cultura popular” que combinava de maneira contraditória, influências da imigração europeia, da herança africana e da cultura dominante.

Nesta perspectiva, Lopes (2004) nos lembra que o futebol chega ao Brasil no fim do século XIX, trazido por jovens filhos das elites brasileiras, que estudaram em países europeus, especialmente na Grã-Bretanha. Desta forma, a prática do esporte reproduzia a divisão de classes presente na sociedade, tornando-se um espaço de sociabilidade típico das famílias dominantes do Rio e de São Paulo.

Por outro lado, as fabricas têxteis do início do século, como a Companhia Progresso Industrial de Bangú e a Fabrica Cruzeiro de Tecidos no Andaraí, fundaram times de futebol que desempenharam um papel pedagógico e disciplinar entre seus operários:

> A adoção do futebol como técnica pedagógica e disciplinar de “instituição total”, inventada nos internatos das escolas de elite inglesas, mas aplicável à disciplinarização dos jovens das classes populares por diversas instituições de enquadramento moral e simbólico dessas classes (C.f. Bourdieu, 1980). Assim, não somente as escolas (voltadas para as elites em um país de baixa escolarização da população), mas principalmente as empresas fazem a difusão da prática e do acesso mais direto ao futebol entre as classes populares (LOPES, 2004, p.131).

As fontes orais consultadas indicam que o clube de Manguinhos foi uma iniciativa dos próprios trabalhadores, não havendo menção sobre a participação dos cientistas ou da direção do Instituto.

Uma matéria publicada em 31 de outubro de 1919, no periódico O Paiz[214], noticia que durante os trabalhos da Comissão Sanitária Federal no Rio Grande do Norte, os jogadores do Manguinhos disputaram uma partida com um time local, vencendo por 2x1. O gol de desempate foi do auxiliar de laboratório José Barbosa da Cunha.

[214] Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Paiz de sexta-feira, 31 de outubro de 1919.

De fato, em seus assentamentos funcionais[215] consta que em junho de 1919, foi posto à disposição da Diretoria Nacional de Saúde Pública seguindo na Comissão Sanitária no Estado do Rio Grande do Norte. O auxiliar de laboratório ingressou no IOC em 1912, como copeiro, e foi auxiliar do Dr. Cardoso Fontes e do Dr. Cesar Guerreiro.

Os depoimentos orais afirmam que o time dispunha de todo o material esportivo[216]. Todavia, Lopes (op. cit.) assinala que, no início do século XX, a bola de couro e as chuteiras utilizadas pelos jogadores eram importadas da Inglaterra. Contudo, não foi possível saber se este material era fornecido pelo IOC ou se era financiado pelos associados.

No depoimento de José Cunha, fica explícito que seu chefe, Dr. Julio Muniz, não gostava que ele participasse dos jogos, e tentava impedi-lo, mesmo nos fins de semana:

> Tanto assim, que uma vez quis ir ao futebol, ele [Julio Muniz] não queria que eu fosse [...] "Preciso de você, não pode ir ao futebol." Eu disse: "Dá tempo [...] depois do expediente eu vou [...]." Fiquei zangado. Saí. Ele me cercou: "Não pode ir." [...] num sábado (CUNHA, 1987. Fita 4, lado B).

Entre os anos de 1920 e 1921 o time disputou diversos campeonatos pela série A da 3ª divisão da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres, cujo presidente, Celio de Barros, era também presidente honorário do clube.

As evidências encontradas até agora, indicam que o Manguinhos Futebol Clube tinha pretensões de profissionalização. As matérias publicadas em alguns jornais da época[217] citam o *sportsman* Alberto de Souza, como diretor de *sports* do clube. Souza era uma espécie de empresário de pequenos clubes de futebol e agenciava a participação do Manguinhos F.C. em torneios e nas ligas esportivas.

Pelo teor das matérias publicadas nos jornais da época era comum o empréstimo de jogadores de um time para outro e, por vezes, um elenco inteiro de outro clube substituía a equipe original.

Na década de 1920, encontramos muitas reportagens que fazem alusão a esta prática, como a que veremos a seguir:

---

215 Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registros. Livro 1 folha 66.BR RJ COC 02.

216 Cf. GOMES, 1986. Fita 3, lado B.

217 Cf. Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. O Paiz edição de 18/02/1919; Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal Vida Sportiva Edições de 30/11/2018 e 30/01/1919.

Fotografia 45: BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal Sports Illustrado, edição n° 26, Rio de Janeiro (Brasil) de 29 de janeiro de 1921.

Foot-ball: as grandes festas sportivas de hoje nos campos do Flamengo, Carioca e S.Christovão, promovidas pela Caixa Escolar Afranio Peixoto, Carioca F.C e Coelho Netto F.C – Outras notas

O Festival do Coelho Netto A.C. no campo do S. Christovão A.C., à rua Figueira de Mello, o grande festival desportivo que, em homenagem ao doutor Henrique Coelho Netto, seu patrono, organizou o Coelho Netto A.C. Será, certamente, uma bella tarde desportiva, a de hoje, para os coelhonetistas. Do programma formado, nada menos de cinco jogos, todos de real valor, serão disputados por conjuntos fortes e de nome. Salienta-se, dentre elles, o jogo principal: o do Coelho Netto com o Manguinhos, em disputa da taça "Imprensa Brasileira", instituída pelo Brasileiro A.C. Esse premio já duas vezes fora disputado entre as referidas agremiações; em ambas, não houve vencidos nem vencedores. Da primeira vez, quatro goals a quatro deixaram incolumes os adversarios, pela igualdade de forças. Da segunda, ainda um empate de um a um se registrara. Por tudo isso, grande será a espectativa do jogo. Dessa vez, o Coelho Netto A.C. se apresentará em campo com um conjunto admiravel. Fortes, o campeão sul-americano, será o half-back esquerdo do Coelho Netto. Mano, Zezé e Welfare formarão o trio direito coelhonetista. Sylvio Netto, o Center-half tricolor, será o Center-half do grêmio alvi-negro. Edgard, meia esquerda do América F.C., occupará a mesma posição, ao lado de Welfare. Hugo, o conhecido fullback tricolor, hoje sócio do partido de Martins será, tambem um dos defensores do grande e immortal cultor de nossas letras. [...] Por seu lado, o Manguinhos trará o joio de seu trigo, para enfrentar a eleven coelhonetista. Sisson, Telephone, Rodrigo e mais alguns, flamengos corajosos serão seus baluartes. Coelho Netto assistirá ao festival da tribuna de honra do ground de S. Christovão, o festejado club de Cantuaria. Á chegada do scintillante escriptor do "Sertão", uma banda de clarins o saudará. Duas lindas "corbeilles" serão offerecidas pelho grêmio coelhonetista. Uma dellas, á Exma. Sra. D. Gaby Coelho Netto, e a outra será doada á equipe do querido Manguinhos, agradecendo, assim, o Coelho Netto A.C. a gentileza do quadro do Instituo Oswaldo Cruz. Coelho Netto, o grande Coelho Netto, dará o kick inicial da prova Manguinhos x Coelho Netto. É essa uma resenha diminuta da festa promovida pelo novel e scintillante Coelho Netto A.C., e que se realizará hoje, no ground do São Christovão A.C. Durante o festival, que se realizará, á tarde de hoje, no festejado graound do S. Christovão, a banda de musica tiro de guerra n.5, se fará ouvir [...] (O PAIZ, edição de 23 de janeiro de 1921, p.08).

O trecho acima, publicado na seção de esportes do jornal O Paiz, de 1921, descreve a disputa da taça "Imprensa Brasileira", cuja partida principal foi protagonizada pelo Manguinhos F. C. e o Coelho Neto Atlético Clube. A fotografia, publicada dias depois em outro periódico, mostra o time do Manguinhos à direita. Seu uniforme tricolor trazia as cores vermelho, preto e branco.

A descrição do evento publicada no jornal tem um tom solene e deferente ao time do Manguinhos, homenageado com uma *corbeille* juntamente com a primeira dama, esposa de Coelho Neto.

Não houve tempo hábil durante a pesquisa para acessar outras fontes documentais que detalhassem o funcionamento e a organização do clube de futebol dos trabalhadores subalternos, como por exemplo, seus estatutos e atas de fundação, e ainda como se deu essa aspiração à profissionalização do time. No entanto, acreditamos que este deve ser objeto de futuros estudos, que podem revelar aspectos importantes e significativos para compreender as formas de sociabilidade e da cultura associativa dos trabalhadores subalternos do IOC.

Além do esporte, outra evidência de associação dos trabalhadores subalternos encontrada durante a pesquisa, foi a fundação de uma congregação espírita no ano de 1933.

Apesar de o marco cronológico estar fora do período temporal do estudo, que vai até 1930, consideramos importante dar visibilidade a este evento, pois nossa compreensão sobre as temporalidades da história supõe um tempo que é contínuo, e que não começa e termina no tempo breve dos acontecimentos. Desta forma, entendemos que, certamente, desde antes da data que marca este acontecimento, os trabalhadores do IOC que formaram a congregação, já estavam mobilizados em torno desta discussão e de sua organização.

A Congregação Espírita Oswaldo Cruz, foi fundada no dia 25 de março de 1933, por iniciativa de Abílio Lopes de Oliveira, auxiliar de laboratório que ingressou em Manguinhos em 1913, contratado pelas rendas próprias[218].

Abílio nasceu no interior da Bahia e migrou para São Paulo, empregando-se como trabalhador rural. Neste período[219] adquiriu Leishmania Brasiliensis e suas úlceras cutâneas chamaram a atenção do Dr. Gaspar Vianna[220], que se encontrava na região, realizando estudos

---

218 Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 Folha 40 verso. BR RJ COC 02.

219 Não foi possível precisar o período, mas as informações de seus assentamentos indicam que deve ter ocorrido na primeira década do século XX.

220 Gaspar Vianna era médico e ingressou no IOC em 1909 a convite de Oswaldo Cuz para chefiar o setor de anatomia patológica. Dedicou-se ainda aos estudos da anatomia patológica da doença de Chagas e verificou fatos novos no ciclo evolutivo do *Tripanosoma cruzi*. Estudou os *Trypanosoma gambiense, T. equinum, T.*

sobre a doença. Vianna trouxe Abílio para o Rio de Janeiro, para que fosse tratado e, ao mesmo tempo, seu caso clínico foi estudado pelo pesquisador[221].

Depois de curado, permaneceu residindo e trabalhando em Manguinhos, tornando-se um auxiliar de laboratório especialista em anatomia patológica. Em seus registros consta ainda que, em 1924, foi para a Estação de Lassance, em Minas Gerais, para realizar pesquisas sobre flagelados com o Dr. Carlos Burle de Figueiredo.

A fundação da Congregação aconteceu na casa de Bessa Contizano[222] dos Santos, que morava próximo ao Instituto, na Avenida Bruxelas, n° 133, em Bonsucesso. Nesta data estavam presentes e participaram da fundação da entidade, além de Abílio Lopes de Oliveira, os seguintes trabalhadores subalternos: Bessa Contizano, maquinista do Instituto desde 1908, Caetano Ferrara, bombeiro[223], contratado em 1906; Manoel Joaquim de Souza[224], foguista, contratado em 1911 e Victor Polidoro[225], carpinteiro, contratado em 1904.

O nome do patrono da congregação, Oswaldo Cruz, foi sugerido no mesmo dia da fundação da entidade, através de prece e vidência de Abílio Lopes, e foi aprovado por unanimidade pelos demais companheiros presentes[226], que adotaram como lema uma frase atribuída a Oswaldo Cruz[227] "Não esmorecer para não desmerecer".

Hamlet Aor foi quem mencionou em seu depoimento a existência desta associação. Ele nos conta que um de seus irmãos era associado da Congregação, e que teria sido submetido a tratamentos de saúde espirituais:

> O centro veio do Lopes. Ele tinha essa concepção religiosa e fundou o centro, inclusive com pessoas de Manguinhos que tinham a mesma concepção religiosa do espiritismo. E está lá até hoje. É uma sociedade espírita com fins [...] beneficentes.[...] Tem até um mini hospital para os associados. Meu irmão mais novo, o Basílio, foi operado lá porque ele era sócio (AOR, 1986. Fita 6, lado B).

---

equiperdum e *T. congolense*. Gaspar Vianna ainda descreveu nova espécie de *Leishmania*, denominando-a *braziliensis*, em 1911, responsável pela úlcera de Baurú ou leishmaniose tegumentar americana.

221 Cf. BORRIELLO, 1986. Fita 2, lado A.

222 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro1, folha ilegível. BR RJ COC 02.

223 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 entre as folhas 19 e 22 (não consta o número da pagina na folha do livro onde estão registrados seus assentamentos funcionais). BR RJ COC 02.

224 Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.Livro 1 Folha 68 verso. BR RJ COC 02.

225 Cf. Acervo Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro, Folha 83. BR RJ COC 02.

226 Cf. informações obtidas a partir do documento: "Relatório da Fundação da Congregação Espírita Oswaldo Cruz", fornecido pela Sra. Conceição Correia Borba, integrante da diretoria da Congregação em 14 de maio de 2018.

227 Oswaldo Cruz faleceu em 11 de fevereiro de 1917.

A homenagem a Oswaldo Cruz remete, mais uma vez à particularidade dos aspectos relacionados aos afetos que compõem a dialética das relações de trabalho no IOC. Os sentimentos de gratidão, dedicação e até mesmo adoração, que os trabalhadores subalternos nutriam pelos cientistas. Por sua vez, o teor do lema adotado, pode estar relacionado com uma outra particularidade que compõe a totalidade das relações de trabalho no período da Primeira República no Brasil, onde o aspecto moralizante e dignificador do trabalho representavam os caminhos mais óbvios para o alcance do progresso individual e coletivo da sociedade.

Da mesma forma que o Manguinhos Futebol Clube, a Congregação Espírita Oswaldo Cruz demandará uma busca por fontes e um aprofundamento de seu significado para que possamos compreender mais sobre as praticas associativas dos trabalhadores subalternos do IOC, especialmente pelo seu caráter beneficente. O centro espírita encontra-se em pleno funcionamento no bairro de Bonsucesso, mas até o momento não foi possível acessar seus arquivos institucionais.

4.6 Submissão e Resistência

Já vimos que as relações de trabalho no Instituto foram mediadas por uma multiplicidade de aspectos simbólicos que envolveram o paternalismo, o favor e a cordialidade. No entanto, partindo de uma perspectiva dialética que admite o caráter contraditório dessas relações, encontramos nas fontes orais evidências de outros mecanismos, que também podem ser considerados como resistências e incorfomismos dos trabalhadores subalternos, às formas que a instituição buscava imprimir às relações de trabalho.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que podemos perceber uma certa submissão por parte dos trabalhadores subalternos, identificamos que esta também se inscreve no campo da crítica, das resistências, das ironias, dos ressentimentos.

Com base na reflexão de Thompson (2015) sobre a categoria do “teatro da lei”, é possível compreender o modo como os auxiliares de laboratório criavam e recriavam suas próprias interpretações sobre seu trabalho, sua condição de subalternidade e sua relação com os trabalhadores de nível superior.

> Nós tínhamos trabalhado aquele dia. Sangria de cavalo, meio de cultura, sementeira de leishmania. Eu e Cunha estávamos esgotados, esgotados. E pelo meio do dia ou depois [...] , eu comecei com impropério e o Cunha retribuindo, falando mal de tudo quanto era médico. Eu dizia, o Emmanuel é isto. O Cunha dizia: “Isto é pouco. Ele é o filho disto. Isto é pouco!” E o Júlio Muniz? “O Júlio Muniz é outro não sei quê! E tal”. E soltamos ali das grossas. Aí, tinha um jornal dobrado, naquele laboratório [...] tinha uns armários compridos [...] encostados pelo meio [...] naquele janelão do lado

> de lá dos fundos. [...] O Cunha disse que fui eu que falei. Eu digo, que foi ele. Ele disse: "Sabe de uma coisa, eles que vão para este lugar e vamos ler jornal". E fui pra apanhar o Correio da Manhã. Quando eu estendo a mão entre dois armários, eu vejo um indivíduo sentado entre dois armários muito vermelho, parecia um tomate maduro. Era o Emmanuel Dias, de quem nós tínhamos falado mal à beça, sentado, vermelho feito um camarão assado. Aí eu peguei o Cunha e apontei, e saímos na ponta do pé pelo laboratório afora (BORRIELLO, 1986. Fita 1, lado A).

Outra passagem do mesmo depoimento relata o costume de jogar damas dentro do laboratório, o que era, obviamente, proibido. Neste caso, os trabalhadores se valiam do fato de chegar mais cedo que os pesquisadores para transgredir as rígidas regras institucionais:

> Júlio Muniz, chegava nove, nove e meia. Então o Cunha ficava aqui no mármore na sacada! Ô Attílio, [...] E eu descia. [...] quando o ônibus vinha bbrrr, aquele barulho, a gente espiava na janela e [...] Júlio Muniz. Então, guardava. Mas o demônio, esse dia entrou, sem ... o tabuleiro era um papelão rasgado no meio e amarrado com barbante. Então quando o Cunha dobrou [...] as pedras caíram todas pelo chão... [...] Eu também fiquei com aquela cara. E o Cunha também levou um carão do Júlio Muniz.[...] E eu não tive outra saída. Bom, Cunha, depois eu volto [...]. Olhei para trás e tal...[...] O Julio Muniz com a mão assim na cintura [...] soltou aquele palavrão (BORRIELLO, 1986. Fita 4, lado A).

Francisco Gomes, o Chico Trombone, participava de uma orquestra musical, que não tinha a participação de outros trabalhadores do Instituto. Mas, como morava lá, arranjava um jeito de ensaiar com seus companheiros músicos dentro do campus, à noite. Todavia, essa atividade não angariava a simpatia dos pesquisadores.

> Aí era uma flauta, um saxofone, tinha um pistom – pra época era uma orquestra boa – um trombone (que era eu), um banjo, um tocava bateria. [...] Então nós treinávamos ali. Aí o Costa Lima descobriu o nosso esconderijo, e aí acabou, nós tínhamos que arranjar um outro lugar pra poder exercer. – "Olha, crioulo danado, você anda soprando um instrumento e que traz essa turma pra fazer barulho aí. Se eu pegar esse instrumento, eu vou fazer uma corneta comprida, vou esticar e vou amassar tudo." E eu escondi o instrumento debaixo de um armário lá, num cantinho. [...] O Costa Lima era o tipo do sujeito... Eu companhei ele também até morrer (GOMES, 1986, Fita1 ladoB).

A solução que encontrou, esconder seu instrumento no armário dentro do laboratório, funcionava, já que era ele próprio quem abria e fechava os armários, pois uma de suas atribuições era deixar o laboratório preparado antes da chegada dos pesquisadores, da mesma forma, na saída. Tudo limpo e arrumado. Cientista não mexia nos armários. Quando Gomes refere-se ao pesquisador, as reticências expressam o que ele tenta calar.

Já vimos que além das atribuições do laboratório, os auxiliares desempenhavam funções "extras", como a vigilância do campus. No período em que foi auxiliar de Chagas, Attilio trabalhou como uma espécie de office-boy. Todos os meses era mandado por

Waldomiro, o tesoureiro do IOC e seu conterrâneo, até o centro da cidade para receber os proventos dos pesquisadores. Vejamos sua percepção sobre esta função:

> Eles não queriam sair de Manguinhos, e o Waldemiro [...] dizia: "Attílio, você vai ser o procurador de fulano". [...] Esse trabalho é receber o vencimento. Então, eu ia no Tesouro, assinava a folha. [...] na Av. Passos, onde, onde é aquele terreno baldio, ali era o Tesouro velho. Então, eu pegava no livro e os indivíduos atrás, querendo assinar,e eu, toca a assinar, assinar, assinar... E eles, contando dinheiro, e eu pondo no bolso. Naquele tempo, não havia assalto, não havia nada. Vinha eu, com 30, 40 contos, que era... Eles ganhavam 2 contos, cada um.[Entrevistadora] Era difícil o acesso daqui de Manguinhos à cidade, por exemplo? Como é que o senhor ia e vinha? [Attilio] Está gravando? Vagabundagem desses médicos, que queriam comodidade (BORRIELLO, 1986. Fita 1, lado B).

Neste trecho do depoimento, fica evidente a crítica do auxiliar ao comodismo dos pesquisadores, e ainda o seu receio de expressá-la diante do gravador.

Trabalhar no IOC representava também uma oportunidade de conseguir uma colocação para membros da família. Como vimos, uma das formas de ingresso no Instituto era também pelo elo familiar. Fosse de sua própria família consanguínea ou não. Assim, os trabalhadores subalternos esperavam que seus filhos ingressassem em Manguinhos seguindo a "tradição" da casa, utilizando na direção inversa, para si, o benefício do favor:

> E não custava, meu Deus, o médico tinha o seu assistente. O assistente, tinha o seu auxiliar. O auxiliar, fazia o seu filho, o seu neto. E isto continuava (BORRIELO, 1986. Fita 2, lado B).

> É interessante, é interessante, o que é o mundo. Meu filho, está colocado na Fundação iniciando pela mão de Júlio Muniz. Este favor eu devo a Júlio Muniz (BORRIELLO, 1986. Fita 4, lado A).

Uma outra questão recorrente nas narrativas das fontes orais, é a afirmação de que o Instituto era apolítico. Não se falava sobre política. Esse era um assunto proibido no ambiente de trabalho dos laboratórios:

> Deus me livre se Miguel Osório de Almeida, por exemplo, tolerasse que um dos auxiliares deles conversasse sobre política dentro do laboratório. Não havia essa conversa; a conversa gira em torno de pesquisa, de ciência, nada de política (GOMES, 1986. Fita 4, lado B).

Apesar disso, há evidencias de que os auxiliares não só debatiam sobre política, como participavam ativamente dos acontecimentos históricos da política nacional.

Durante a chamada Revolução Constitucionalista[228] de 1932, Attilio Borriello imprimia panfletos clandestinos a favor das forças paulistas e distribuía entre seus companheiros de trabalho:

> [...] Na Revolução de [19]32. A Revolução Paulista! Eu continuei a favor de São Paulo. Mas, eu não podia [...] interferir. Mas, aqui dentro nós cavamos um mimeógrafo daqueles antigos [...] era uma tinta, um rolinho [...] Primeiro, escrevia à máquina, num papel que furava, não é? Então, a gente passava aquilo e tirava umas cópias. Então, Boletim Revolucionário, no Rio de Janeiro [...] Muitos, muitos, muito boletins foram feitos por mim. Faz favor de desligar (risos)[...] Então, todo mundo ouvia na Mayrink Veiga...[...] Torcida e forjando o boletim (BORRIELLO, 1986. Fita 2, lado A).

Da mesma forma que Borriello, Hamlet Aor, que era militante do Partido Comunista Brasileiro, com curso de formação revolucionária ministrado pelo próprio Partido, disponibilizou seu aprendizado adquirido na oficina de tipografia de Manguinhos a favor da revolução proletária. Na década de 1930, trabalhou em uma tipografia clandestina que funcionava em um casarão no subúrbio.

Hamlet tentou ainda implantar uma célula do PCB em Manguinhos, mas não obteve muito sucesso:

> Aqui em Manguinhos eu não consegui organizar uma célula porque o pessoal tinha medo. Não era medo do comunismo, era medo da polícia, medo de ser encanado. É lógico. Eles tinham que sustentar família e tudo isso. Eles contribuíam muito reservadamente. Havia uns dez ou doze que compravam o material que eu trazia: jornal, panfleto, livros. E eu levava o dinheiro. Mas nada de dizer nome de ninguém (AOR, 1986. Fita 2, lado B).

No entanto, quando perguntado sobre a ocorrência de greves ou de movimentos reivindicatórios[229] organizado pelos trabalhadores, Hamlet afirma não se lembrar:

> [Entrevistador] o senhor falou que nunca conseguiu formar uma célula aqui dentro. Mas aqui em Manguinhos, quando o senhor trabalhou aqui, chegou a ocorrer algum incidente envolvendo uma atitude de rebeldia dos funcionários? [Hamlet] Que eu me lembre não. [Entrevistador] Nenhum movimento de reivindicação salarial? [Hamlet] Que eu me lembro, não. De conotação coletiva? [Entrevistador] Mesmo não organizado, uma coisa espontânea? [Hamlet] Que eu me lembre não (AOR, 1986. Fita2, lado B).

---

[228] A revolução de 1932 foi um movimento armado que se insurgiu contra o governo provisório de Getúlio Vargas, com o objetivo derrubar o governo e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. As oligarquias paulistas eram a força deste levante, cujo ápice aconteceu entre julho e outubro do referido ano.

[229] Em 1925, em meio a crise financeira pela qual passou o IOC, os cientistas, à época denominados formalmente como técnicos, redigiram e enviaram ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e a outras autoridades, um documento que denunciava a situação calamitosa do Instituto, cujas dotações orçamentárias estavam muito aquém dos gastos necessários e ainda os baixos salários dos cientistas (BENCHIMOL e TEIXEIRA, 1993).

José Cunha reforça a versão do colega:

> [Entrevistador] Nunca houve nenhuma movimentação para se tentar falar em greve lá? [José Cunha] Nem se pensava. O Instituto era apolítico. Por isso é que sofremos um pouco.[...] Tanto assim que os políticos que influenciaram lá [...] foi o Penido e o Dodsworth. Esses que tinham mais coisas lá (CUNHA, 1987. Fita 3, lado A).

Cunha cita Henrique Dodswoth, médico e ex-professor de nível secundário e superior, que na década de 1930 foi eleito para dois mandatos como deputado federal. Em 1937, foi interventor na prefeitura da capital, o Rio de Janeiro, nomeado por Vargas.

Na época de sua candidatura à Câmara Federal, Dodsworth fazia campanha política em Manguinhos, utilizando-se de métodos bastante heterodoxos, como nos conta Borriello:

> [...] o Lopes trazia do Henrique Dodsworth um dinheirinho e distribuía. 2 mil réis, 3 mil réis, 5 mil réis, então, o indivíduo descia, votava, comia um sanduíche ou almoçava, naquele tempo tinha muito restaurante barato, essa coisa toda. E assim, aquela sequência. Depois é que a coisa foi mudando, não é? (BORRIELLO, 1986. Fita 2, lado A).

Apesar das evidencias demonstrarem que os trabalhadores de Manguinhos eram sujeitos políticos e não apolíticos como afirmam os depoimentos, de fato, essa consciência política não parece ter se materializado em movimentos de reivindicatórios por melhores condições de trabalho, direitos ou aumentos salariais.

Lembramos que estamos tratando de uma conjuntura onde ainda não existiam direitos trabalhistas, e que as relações de trabalho ainda guardavam muitas semelhanças com um modelo agrário, senhorial e patriarcal.

A essa conjuntura aliavam-se os aspectos das particularidades do trabalho no Instituto Oswaldo Cruz, onde as relações eram mediadas por afetos, cordialidades e favores recíprocos. Desta forma, o amor e a dedicação tinham que suplantar tudo. E assim, não haveria motivos para fazer greve:

> E isso é uma das coisas características de Manguinhos naquela ocasião. É que todo mundo fazia as coisas com amor. Desde o cientista, desde o diretor, vamos dizer assim, até o mais simples dos funcionários. Aquele grupo, por exemplo, com quem às vezes almoço aí, era um grupo que amava a instituição. Eu duvido que naquela ocasião houvesse uma greve. Sabe por que? Eles tinham um compromisso com a instituição. E esse compromisso era muito importante (CHAGAS FILHO, 1987 Fita 9, lado A).

No teatro e contra-teatro da lei (THOMPSON, 2015) atuavam os trabalhadores subalternos da Fazenda de Manguinhos. Sujeitos de sua própria história buscavam nas

brechas da instituição e na construção de relações de reciprocidade entre si, trabalhar e viver suas vidas, ora se submetendo e ora subvertendo o curso da história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma investigação desta natureza, onde buscamos contar a história de pessoas comuns, e não de mitos ou heróis, implica em enfrentar o desafio de compor um complexo jogo de quebra-cabeça, cujas peças não estão organizadas e disponíveis em uma só caixa. Foi necessário em primeiro lugar encontrar as peças, para depois tentar encaixa-las de modo a compor uma imagem que pudesse ser interpretada. A imagem resultante deste processo apresenta ainda muitas lacunas, mas também alguns horizontes de outras pesquisas que nos permitam reconstruir as histórias do trabalho e dos trabalhadores subalternos do campo da saúde.

Esse estudo procurou mostrar que o trabalho subalterno desempenhado pelos auxiliares de laboratório do Instituto Oswaldo Cruz, nas pesquisas experimentais, na produção de medicamentos, vacinas, soros e outros insumos, e no trabalho de campo das expedições, foi fundamental para o desenvolvimento da ciência e da saúde pública brasileira.

No entanto, a divisão de classe inserida na totalidade das relações sociais prevalentes no período da Primeira República no Brasil, manifestada na particularidade das relações de trabalho do Instituto Oswaldo Cruz, reproduziu uma divisão social do trabalho no Instituto que limitou o reconhecimento do trabalho e dos saberes dos auxiliares de laboratório, reservando para estes um lugar de menor valor na construção da ciência.

Essas relações foram mediadas pelo paternalismo, pela lógica do favor e da cordialidade, próprios da gênese da sociedade brasileira, onde os padrões de relacionamento dos espaços privados, como por exemplo, a família patriarcal característica do Brasil agrário oligárquico do início do século XX, sobrepõe-se à forma de atuação do Estado, pessoalizando o espaço público a partir de interesses particulares.

Nesta perspectiva, os afetos operaram como recursos que buscaram amenizar a exploração do trabalho e os possíveis conflitos emergentes da desigualdade, gerados pela manutenção da propriedade privada, e por mecanismos de poder, autoritarismo e distinção de classe que se manifestavam na totalidade da construção do trabalho livre e na particularidade do cotidiano do trabalho em Manguinhos.

Vimos que essas mediações estiveram presentes desde o recrutamento e seleção desses trabalhadores, passando pela moradia no local de trabalho, por sua ascensão funcional, nas estratégias de transpor o acesso ao conhecimento científico e na relação com os cientistas.

Por outro lado, agindo como sujeitos de suas próprias histórias, os trabalhadores subalternos souberam transitar pelos meandros de uma hegemonia cultural da instituição, que tentava impor um modo de vida onde o cientista era incontestavelmente soberano. Nas palavras de José Cunha[230] "Cada chefe era um Deusinho. [...] Pequenos Deuses. Todos eles eram. Quase sem exceção" (CUNHA, 1987).

Assim sendo, atuaram de forma a reverter os mesmos mecanismos de manutenção da hegemonia dominante em favor de seus próprios interesses, como por exemplo, no acesso aos livros da biblioteca, vedados a eles, e na colocação de postos de trabalho no Instituto para seus filhos ou outros familiares.

A moradia no Instituto, ao mesmo tempo em que os submetia a um regime de trabalho quase que ininterrupto, favoreceu as relações de solidariedade e ajuda mútua entre os companheiros de trabalho, como a organização de práticas associativas que pressupunham a institucionalização de sociabilidades de diferentes ordens, como o time de futebol do Manguinhos F.C. e a fundação de uma entidade religiosa beneficente, como o a Congregação Espírita Oswaldo Cruz.

Em relação ao time de futebol, essa questão parece se confirmar pelo próprio caráter coletivo do esporte, na adoção de símbolos como o escudo e o uniforme da agremiação, que por si só já confeririam um tipo de identidade compartilhada. No entanto, não foi possível saber se havia ou não participação de funcionários de nível superior ou da direção do Instituto, o que poderia indicar outro caráter à agremiação, mais parecido com o que Lopes (2004) encontrou ao pesquisar os times de futebol das empresas de tecelagem do Rio de Janeiro no início do século XX.

Uma questão adicional sobre estas experiências é saber se através destas poderiam estar presentes outros tipos de pautas que extrapolassem a natureza e os objetivos iniciais para os quais foram criadas, como discussões sobre condições de trabalho, e outras pautas de cunho reivindicatório.

Sabemos, no entanto, através das fontes orais, que apesar de vedada aos trabalhadores subalternos, a política esteve fortemente presente em suas relações de trabalho, através de ações concretas que incluíram a produção clandestina de panfletos sobre a Revolução

[230] CUNHA, José.1987. Fita 4, lado B.

Constitucionalista de 1932, e ainda sobre a ideologia marxista presente na distribuição de material impresso do Partido Comunista Brasileiro.

Da mesma forma, podemos considerar que o aprendizado no cotidiano de trabalho dos auxiliares de laboratório, que ultrapassou os limites impostos pela divisão social do trabalho na instituição, constituiu-se como um mecanismo de resistência dos subalternos, situado nas disputas do campo do trabalho-educação.

Nesta perspectiva, como assevera Ciavatta (2017, p.11),

> esse é o lócus mais visível da educação pelo trabalho, seja no sentido técnico seja no sentido político, como movimento que oscila nas duas direções: tanto educação pelo trabalho na sua negatividade, enquanto submissão e expropriação do trabalho, quanto na sua positividade enquanto espaço de luta, conhecimento e transformação das mesmas condições.

O acesso à educação formal, limitado pela condição social dos trabalhadores subalternos, não impediu que estes adquirissem os conhecimentos necessários para o bom desempenho de seu trabalho. O aprendizado com os cientistas e com os colegas de laboratório no Instituto proporcionou uma ascensão profissional por dentro da classe, mas não chegou a representar uma ruptura com a condição de subalterno.

Os limites dessa ascensão restringiram-se em torno de algumas prerrogativas que exprimiam o que se esperava de um bom auxiliar de laboratório: o respeito à hierarquia, a dedicação, o amor e a lealdade. Premido por este horizonte identitário, importava para os trabalhadores subalternos chegar a ser um técnico completo, ser um auxiliar dileto e conseguir um posto de trabalho para seus familiares.

Além disso, o ambiente da intelectualidade e da ciência, tradicionalmente, pertencia àqueles considerados “cavalheiros”. Steven Shapin (2013) traz uma importante reflexão sobre o conceito de ciência, suas formas históricas de construção e ainda sobre a produção historiográfica deste campo. Ao estudar a gênese da *Royal Society*, a Real Sociedade de Londres para o Melhoramento do Conhecimento[231], instituição secular do reino Unido, dedicada a promover a excelência na ciência, o autor afirma que a condição de cavalheiro era o que assegurava a credibilidade do conhecimento experimental.

> Mais importante é que a forma das relações sociais de uma assembleia composta de homens não-livres, ou pior, uma sociedade dividida entre livres e não livres, corromperia o processo pelo qual o conhecimento experimental deveria ser construído e avaliado, e pelo qual esse conhecimento podia ser anunciado como sendo confiável. Homens não-livres eram aqueles a quem faltava o controle arbitrário de suas próprias ações. Os técnicos, por exemplo, pertenciam a essa classe

[231] Cf. Disponível em https://royalsociety.org, ultimo acesso em 18 de junho de 2018.

> – a classe dos empregados – porque seu trabalho científico braçal era pago (ibid., p.81).

É inevitável relembrar aqui a analogia à metáfora da caneta e da enxada, os letrados e iletrados, que se situavam na base da divisão de classes da sociedade brasileira e que reverberam na construção do caráter moralizante do trabalho assalariado e do ideal de trabalhador, contribuindo para manter as desigualdades que pressupõem a divisão do trabalho em uma sociedade patriarcal e oligárquica como era o Brasil no período da Primeira República.

No universo onde se passa esta história, o Instituto Oswaldo Cruz nos trinta primeiros anos do século XX, a "caneta e a enxada" se encontram, trabalham juntas e contribuem para a construção da ciência e da saúde pública no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

1.1 Fontes manuscritas

Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
Fundo: Instituto Oswaldo Cruz.
Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários.
Série: Livro de Registros.
Código: BR RJ COC 02.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 52 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 66.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 2, folha 18.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 63 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 39 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.Livro 2, folha 5, Livro 4, folha 153.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros. Livro 1, folha 76.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros. Livro 2, folha 56.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros. Livro 3, folha 372.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros, Livro 3, folha 498.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros. Livro 2, folha 135.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 78.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 58.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 46.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livro de Registros. Livro 3, folha 509.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 3, folha 256.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 1, folha 38 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz, Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários, Série: Livros de Registros. Livro 4, folha 12.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 46.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.Livro de Registros Funcionais. Livro 1, folha 40.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 3, folha 509.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro de Registros Funcionais. Livro 2, folha 5.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, folha 44.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registro. Livro 2 Folha 62.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registro. Livro 3 Folha 425.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, Folha 28 verso.

Acervo casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 2, Folha 10.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 folha 38, verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1, Folha 52 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 Folha 18.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Seção Cadastro de Funcionários Estatutários. Série Livro de Registros. Livro 1 folha 66.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 Folha 40 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro1, folha ilegível.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 entre as folhas 19 e 22 (não consta o número da pagina na folha do livro onde estão registrados seus assentamentos funcionais.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro 1 Folha 68 verso.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros. Livro, Folha 83.

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz. Seção: Cadastro de Funcionários Estatutários. Série: Livro de Registros.

1.2 Fontes impressas

Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Fundo: Instituto Oswaldo Cruz
Seção: Direção
Código: BR RJCOC 02-05

Dossiê 001 - Ofícios expedidos pelo diretor do IOC, sobre assuntos diversos: remessa de vacina, análise de preparados, pagamento de servidores e envio de material científico. BR RJCOC 02-05-001

Dossiê 002 - Ofícios (cópias) expedidos pelo diretor do IOC e diferentes divisões. BR RJCOC 02-05-002

Dossiê 004 - Cópias de cartas expedidas pelo diretor do IOC e pelas diferentes divisões, sobre assuntos diversos: contas a pagar, pedidos de "Memórias do IOC", pedidos de vacinas e informações sobre a técnica da vacina brasileira contra varíola enviada à França. BR RJCOC 02-05-004

Dossiê 010 - Minutas de avisos expedidos pelo diretor do IOC, sobre assuntos diversos: aquisição de material científico, pedido de despacho livre da alfândega e colaboração entre o IOC e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. BR RJCOC 02-05-010

Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Fundo: Instituto Oswaldo Cruz.
Seção: Serviço de Administração Geral.
Série: Administração Geral.
Código: BR RJ COC 02-10-05-076**.**

Dossiê 016 - Ofícios, declarações, relação de material, termos de entrega e de recebimento do edifício denominado "Hospital Carlos Chagas", situado em Lassance. BR RJCOC 02-10-05-016

Dossiê 022 - Relatório do Gabinete de Envasamento do Instituto Oswaldo Cruz, referentes ao levantamento do fornecimento e do movimento geral de vacina antivariólica, ao Exército e repartições anexas ao Ministério da Guerra. BR RJCOC 02-10-05-022

Dossiê 028 - Ofícios e relatórios emitidos pelo Instituto Oswaldo Cruz, Paulo Horta e por Alcides Miranda, diretor do Serviço de Veterinária do Ministério dos Negócios da Agricultura. BR RJCOC 02-10-05-028

Dossiê 029 - Relatos sobre ocorrências administrativas e científicas do Instituto Oswaldo Cruz dos anos de 1912, 1913, 1915, 1919, 1920/1930 e 1935.
BR RJCOC 02-10-05-029

Dossiê 033 - Carta, lei, recortes de jornais e telegrama, emitidos pelo Instituto Ezequiel Dias, por Octávio Magalhães e outros. BR RJCOC 02-10-05-033

Dossiê 048 - Resumos, portarias e tabelas emitidos pelo Instituto Oswaldo Cruz e pelo Serviço de Medicamentos Oficiais do Brasil do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. BR RJCOC 02-10-05-048

Dossiê 056 - Histórico do Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-056

Dossiê 062 - Decreto n. 1.812, de 12 de dezembro de 1907, que cria o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos publicado no Diário Oficial, ano XLVI -19ª República, nº 292 em 14 de dezembro de 1907. BR RJCOC 02-10-05-062

Dossiê 063 - Decretos que tratam das diversas modificações estruturais sofridas pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-063

Dossiê 065 - Carta enviada pelo prefeito A. Coelho Rodriguez ao ministro e Secretaria dos Negócios do Interior enviando cópia da petição da Companhia Edificadora, relativa às obras executadas no laboratório do Soro Antipestoso da Fazenda de Manguinhos; carta do Barão. BR RJCOC 02-10-05-065

Dossiê 066 - Resumo histórico da vacina contra o carbúnculo sintomático (peste da manqueira) de autoria do arquivista Albino Antônio Taveira. BR RJCOC 02-10-05-066

Dossiê 067 - Resumo histórico da fundação do Instituto Soroterápico Federal, hoje Instituto Oswaldo Cruz. Coletânea organizada pelo arquivista Albino Taveira. BR RJCOC 02-10-05-067

Dossiê 068 - Resumo histórico da transferência do Instituto Vacínico Municipal para o Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-068

Dossiê 070 - Relatório da Divisão do Patrimônio do Instituto Oswaldo Cruz sobre questões relativas ao patrimônio do Instituto. BR RJCOC 02-10-05-070

Dossiê 072 - Decretos e memorandos enviados à direção do Instituto Oswaldo Cruz, encaminhando relatórios e informações sobre trabalhos feitos pelo Instituto Vacinogênico/Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-072

Dossiê 074 - Textos do Instituto Ezequiel Dias e Instituto Oswaldo Cruz. Tratam de assuntos diversos relacionados ao Instituto e sua filial em Belo Horizonte. BR RJCOC 02-10-05-074

Dossiê 075 - Escrituras, notas e textos emitidos pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-075

Dossiê 076 - Termo de ajuste, ofícios, relatórios e outros, emitidos pelo Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União, Secretaria da Justiça e Negócios Interiores e Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-076

Dossiê 082 - Listas de fornecedores e quantias despendidas mensalmente na aquisição de instrumentos, medicamentos e material de consumo destinados à experiência de profilaxia e para assistência médica nas zonas de incidência da doença de Chagas. BR RJCOC 02-10-05-082

Dossiê 083 - Listas de fornecedores e quantias despedidas na aquisição de aparelhos, vidraria, animais e materiais diversos. Anexos às listas encontram-se notas fiscais discriminando produtos e valores. BR RJCOC 02-10-05-083

Dossiê 084 - Listas de fornecedores e quantias despedidas na aquisição de aparelhos, instrumentos, materiais fotográficos e outros para a manutenção da filial do Instituto Oswaldo Cruz em Belo Horizonte. Estão acompanhados de notas fiscais. BR RJCOC 02-10-05-084

Dossiê 087 - Listas de pagamentos efetuados pela caixa do Instituto Oswaldo Cruz no mês de janeiro de 1916. Referem-se ao fornecimento de materiais e serviços prestados ao Instituto. Anexos às listas encontram-se notas fiscais e recibos. BR RJCOC 02-10-05-087

Dossiê 088 - Notas fiscais, recibos e listas de pagamentos efetuados pela caixa do Instituto Oswaldo Cruz referentes ao fornecimento de materiais e à prestação de serviços realizados em fevereiro de 1916. BR RJCOC 02-10-05-088

Dossiê 089 - Faturas e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em abril de 1916. Anexos às listas encontram-se as faturas e os recibos referentes aos pagamentos arrolados. BR RJCOC 02-10-05-089

Dossiê 090 - Faturas e listas de pagamentos efetuados pela caixa do Instituto Oswaldo Cruz em maio de 1916. Referem-se à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais. Anexos às listas de pagamentos encontram-se faturas e recibos. BR RJCOC 02-10-05-090

Dossiê 091 - Faturas e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em junho de 1916. Referem-se à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais diversos. Anexos às listas de pagamentos encontram-se faturas e recibos. BR RJCOC 02-10-05-091

Dossiê 092 - Faturas e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em julho de 1916, referentes à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais diversos. BR RJCOC 02-10-05-092

Dossiê 093 - Faturas, memorandos e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em agosto de 1916. Referem-se a provisões de materiais diversos e a prestações de serviços relativos aos pagamentos nelas arrolados. BR RJCOC 02-10-05-093

Dossiê 094 - Faturas, memorandos e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em agosto de 1916. Referem-se a provisões de materiais diversos e a prestações de serviços relativos aos pagamentos nelas arrolados. BR RJCOC 02-10-05-094

Dossiê 095 - Faturas, recibos e lista de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em outubro de 1916. BR RJCOC 02-10-05-095

Dossiê 096 - Faturas, recibos e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em novembro de 1916. Dizem respeito ao suprimento de materiais diversos e prestação de serviços. BR RJCOC 02-10-05-096

Dossiê 097 - Faturas, recibos e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em dezembro de 1916. Dizem respeito ao suprimento de materiais diversos e prestação de serviços. BR RJCOC 02-10-05-097

Dossiê 098 - Listas de materiais de consumo diversos adquiridos pelo Instituto Oswaldo Cruz em janeiro de 1917. BR RJCOC 02-10-05-098

Dossiê 099 - Recibos e faturas referentes a serviços prestados e materiais fornecidos ao Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-099

Dossiê 101 - Lista de mostruários e quadros murais, previsão de despesa, e lista de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz visando sua representação na Exposição Comemorativa ao Primeiro Centenário da Independência. BR RJCOC 02-10-05-101

Dossiê 102 - Recibos, faturas e listas de pagamentos efetuados referentes à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais ao Instituto Oswaldo Cruz. Referem-se aos pagamentos realizados em janeiro de 1921.
BR RJCOC 02-10-05-102

Dossiê 103 - Recibos, faturas e listas de pagamentos efetuados referentes à prestação de serviços e ao fornecimento de materiais ao Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-103

Dossiê 109 - Faturas e listas de gastos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-109

Dossiê 111 - Listas de gastos diversos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz decorrentes do seu abastecimento de materiais e prestação de serviços.BR RJCOC 02-10-05-111

Dossiê 112 - Listas de gastos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz para o suprimento de materiais diversos e o pagamento de serviços. BR RJCOC 02-10-05-112

Dossiê 114 - Faturas e recibos referentes a gastos feitos pelo Instituto Oswaldo Cruz . BR RJCOC 02-10-05-114

Dossiê 115 - Faturas e recibos de gastos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-115

Dossiê 116 - Faturas e recibos de gastos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-116

Dossiê 117 - Faturas e recibos de gastos realizados pelo Instituto Oswaldo Cruz. BR RJCOC 02-10-05-117

Dossiê 119 - Faturas, recibos e listas de pagamentos efetuados pelo IOC, entre abril e agosto de 1915, referentes a despesas realizadas pelo IOC. BR RJCOC 02-10-05-119

Dossiê 120 - Recibos, faturas e listas de pagamentos efetuados pelo IOC em setembro e outubro de 1915. As listas estão acompanhadas de faturas e recibos referentes às despesas arroladas. BR RJCOC 02-10-05-120

Dossiê 121 - Recibos, faturas e listas de pagamentos efetuados pelo Instituto Oswaldo Cruz em novembro e dezembro de 1915. BR RJCOC 02-10-05-121

Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Fundo: Instituto Oswaldo Cruz.
Seção:Serviço Técnico Auxiliar
BR RJCOC 02-15-05

1.2.1 Periódicos (Jornais e Revistas)

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Imparcial, edição de 09 de abril de 1916.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Imparcial, terça-feira, 04 de Abril de 1916.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal Correio da Manhã, edição de 25 de outubro de 1918.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal Vida Sportiva, edições de 30/11/2018 e 30/01/1919.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. O Paiz, edição de 18/02/1919.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. Jornal O Paiz, sexta-feira, 31 de outubro de 1919.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional. O PAIZ, edição de 23 de janeiro de 1921.

Acervo BNDigital. Biblioteca Nacional.. O Malho. Edição de 07 de dezembro de 1912.

1.2.2 Relatórios das Expedições

Revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde
versão On-line ISSN 1678-8060

FONSECA, Olympio Oliveira Ribeiro da. *Diario de uma viagem ao oriente da Bolivia, de Porto Esperança a San José de Chiquitos*. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 22(1): 175-222, 1929.

LUTZ, Adolpho; MACHADO, Astrogildo. *Viagem pelo Rio São Francisco e por alguns de seus afluentes entre Pirapora e Juazeiro.* Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 7(1): 5-50, 1915.

LUTZ, Adolpho; PENNA, Oswino Alvares. *Estudos sobre a Schistosomatose, feitos no Norte do Brasil, por uma comissão do Instituto Oswaldo Cruz. Re latorio e notas de viajem apresentados*. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 10(1): 83-94, 1918.

LUTZ, Adolpho; SOUZA-ARAÚJO, H.C. de; FONSECA FILHO, Olympio da. *Viagem científica no Rio Paraná e a Assunção com volta por Buenos Aires, Montevideo e Rio Grande.* Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 10(2): 104-173, 1918.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisario. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás.* Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 8(3): 74-224, 1916.

TRAVASSOS, Lauro Pereira; PINTO, Cesar Ferreira; MUNIZ, Julio. *Excursão scientifica ao Estado de Mato Grosso na zona do Pantanal (Margens dos Rios S. Lourenço e Cuyabá) realizada em 1922.* Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; 20(2): 249-269, 1927.

1.3 Depoimentos orais

Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Projeto Memórias de Manguinhos, disponível na Série Depoimentos Orais do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz Código de refêrencia BR RJCOC 05-05-02-01.

AOR, Hamlet. **Hamlet Aor. Depoimento, 1986**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986.

BONFIM, Venâncio. **Venâncio Bomfim. Depoimento, 1986.** Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986

BORRIELLO, Attilio. **Attilio Borrielo. Depoimento, 1986**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986.

CHAGAS FILHO, Carlos. **Carlos Chagas Filho. Depoimento**, 1987. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1987.

CUNHA, José. **José Cunha. Depoimento, 1987**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1987.

GOMES, Francisco. **Francisco Gomes. Depoimento, 1986**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986

LOPES, Hugo de Souza. **Hugo de Souza Lopes**. **Depoimento, 1986**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1986.

OLIVEIRA, Sebastião. **Sebastião de Oliveira**. **Depoimento, 1987**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC.

PARAENSE, Wladimir Lobato. Wladimir Lobato Paraense. Depoimento, 1987. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC.

PATROCINIO, Sebastião. **Sebastião Patrocínio**. **Depoimento, 1986**. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC.

TREVINO, Teresa, **Teresa Trevino**. Depoimento direto à autora. 2018. Rio de Janeiro.

1.4 Legislação

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto 117 de 4 de novembro de 1892 que regulariza a concessão de aposentadoria aos funcionários públicos disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL117-1892.htm. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904**. Regulamenta a Diretoria Geral de Saúde Pública. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1151-5-janeiro-1904-583460-publicacaooriginal-106278-pl.html. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto 1.082 de 12 de dezembro de 1907** que cria o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, disponível em

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1802-12-dezembro-1907-582504-publicacaooriginal-105302-pl.html. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908**. Approva o regulamento, para o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, que passa a denominar-se Instituto «Oswaldo Cruz», a que se refere o art. 3º do decreto n. 1802, de 12 de dezembro de 1907. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6891-19-marco-1908-502874-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em abril de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 13.527, de 26 de Março de 1919**. Reorganiza o Instituto Oswaldo Cruz. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/3/1919, página 4142 (Publicação Original). Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13527-26-marco-1919-510498-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em abril de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 14.629, de 17 de Janeiro de 1921**. Dá regulamento para o Instituto Vacinogenico Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14629-17-janeiro-1921-501102-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados**. Decreto nº 17.512, de 5 de novembro de 1926**. Dá novo regulamento ao Instituto Oswaldo Cruz. Coleção de Leis do Brasil - 1926, página 289, Vol. III (Publicação Original) Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17512-5-novembro-1926-517458-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.043, de 27 de Maio de 1931**, que aprova o Regulamento que transforma o Instituto Oswaldo Cruz em Departamento Nacional de Medicina Experimental, ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, já no governo provisório de Getúlio Vargas.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 20.043, de 27 de maio de 1931, que **Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20043-27-maio-1931-515748-publicacaooriginal-83689-pe.html. Acesso em: abril de 2018

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936**. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo publico civil da União e estabelece diversas providencias. Disponível em : http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-284-28-outubro-1936-503510-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Consolidação das Leis do Trabalho** – Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.5 Outras fontes

Relatório da Fundação da Congregação Espírita Oswaldo Cruz, fornecido pela Sra. Conceição Correia Borba, integrante da diretoria da Congregação em 14 de maio de 2018.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de A. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, 2013.

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *In:* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 15, n 44, outubro de 2000.

ALVES, Claudia. A Educação Nacional de José Veríssimo. *In*: HAMDAN, Juliana C. e XAVIER, Maria do Carmo (orgs.). **Clássicos da Educação Brasileira**, vol. 2. Belo Horizonte: Editora Mazza, 2011.

ANDRADE, José H. Fishel e LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa. A política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). *In:* **Rev. Bras. Polít. Int.** 46 (1): 94-117, 2003.

ARAGÃO, Henrique de Beaupeaire. Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos). **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**; 48 (50th Ed. Celebration) 1-50, 1950.

BATALHA, Claudio H.M. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In*: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. *In:* BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). **Manguinhos: um retrato de corpo inteiro** (1° Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1988.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Retratos do Cotidiano em Manguinhos. *In:* **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, nº 1, vol. 1. Novembro de 1989. p. 19-31.

BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). **Manguinhos do sonho à vida: a ciência na *Belle Époque*.** Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical - A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informapação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry e TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Cobras, lagartos & outros bichos. Uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1993.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A.N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. (O Brasil Republicano; v.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.231-286.

BENCHIMOL, Jaime Larry e SÁ, Magali Romero (orgs.). Adolpho Lutz - Outros estudos em Zoologia. *In:* **Adolpho Lutz. Obras Completas**. Vol. 3 livro 4. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BENCHIMOL, Jaime Larry e SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v.15, n.3, p.719-762, jul.-set. 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 8ª edição, São Paulo, Brasiliense, 2012.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. Organização e introdução: Geoff Dyer; tradução: Paulo Geiger. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BIONDI, Luigi. Greve Geral de 1917. *In:* **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em http://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917. Acesso em 08 de maio de 2018.

BRAGA, Ialê Faleiros e LIMA, Julio Cesar França *et al*. **Memória da Educação Profissional em Saúde no Brasil (1980-1990)**. Relatório final. Observatório dos Técnicos em Saúde/LATEPS/EPSJV, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Lisboa: Editora. Presença, 1982.

BRITTO, Nara A. de. La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1995.

CALAÇA, Carlos Eduardo. Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VII (3): 587-606. Nov/Fev, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, vol. 40, n°. 2. Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª edição. São Paulo, Cia da Letras, 1987.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo**. São Paulo: Annablume; Curitiba, 2003.

CHAGAS FILHO, Carlos. **Meu Pai**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1993.

CHAGAS FILHO, Carlos. **Um aprendiz de ciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Editora da Fiocruz, 2000.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, p. 11-50, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril.** Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim.** O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo. Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. Cia das Letras, 2011.

CIAVATTA, Maria. A produção do Conhecimento Sobre a Configuração do Campo da Educação Profissional e Tecnológica. **Holos** (Natal. Online), v. 6, p. 33 - 49, 2016.

CIAVATTA, Maria. **Como se escreve a história em trabalho-educação: caminhos para a historiografia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2017. Mimeo.

CIAVATTA, Maria. Educando o trabalhador da grande "família da fábrica". *In:* CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs.). **A fotografia como fonte histórica: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

CIAVATTA, Maria. Formação profissional para o trabalho incerto. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação. Gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60).** Rio de Janeiro: Lamparina, CNPq, Faperj, 2009.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens. A fotografia como fonte histórica. (rio de janeiro, 1900 – 1930)**. Rio de janeiro: DP&A, 2002.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da educação profissional**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2015.

CIAVATTA, Maria. TRABALHO-EDUCAÇÃO: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Anais do III Seminário de Produção Científica do Grupo THESE**, 2017. No prelo.

CIAVATTA, Maria; REIS, Renata. O passado escravista no presente: a sociologia histórica de Luiz Antônio Cunha.**Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 70-86,

maio 2017. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649209>. Acesso em: 12 jul. 2018.

COSTA, Emilia Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Iná Camargo. **Sergio Buarque, o "Homem Cordial" e uma crítica inédita**. Disponível em https://outraspalavras.net/brasil/sergio-buarque-o-homem-cordial-e-uma-critica-inepta/. Acesso em 09 de junho de 2018.

CUKIERMAN, Henrique Luiz e TEIXEIRA, Marcia de Oliveira. Cotidianos De Manguinhos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n°19, jan/jun, 2008. p. 92 - 105 (2008).

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. Revista de Sociologia e política nº 29:63-78, Nov, 2007.

DIAS, Ezequiel. **O Instituto Oswaldo Cruz: resumo histórico (1899 - 1918)**. Rio de Janeiro, Manguinhos, 1918.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2015.

FERNANDES, Tania Maria e COSTA, Renato Gama-Rosa. **História de pessoas e lugares: memória das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

FERNANDES, Tania Maria. Oswaldo Cruz X Barão de Pedro Affonso: polêmica no controle de imunizantes. **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, nº 1, vol. 1. Novembro de 1989. p. 32-43

FERNANDES, Tania Maria. Ouvindo histórias e memórias: o depoimento oral como fonte. In: FRANCO, Sebastião P.; NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny, J. T. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Vol. 6, 2ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1999.

FERREIRA, Luiz Fernando. Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955). **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Vol.1. nº 1. Março de 2003.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA FILHO, Olympio da. **A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil**. São Paulo: s. n. (Oswaldo Cruz – Monumenta Histórica), 1974.

FONSECA, Celso Sucov. **História do ensino industrial no Brasil**. Vol 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FREUND, Gisèle. **Fotografia e Sociedade**. Tradução de Pedro Miguel Frade. 2ª edição. Lisboa: Editora Vega, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v 14, n 40. Jan/abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educar o cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? *In:* **Revista Trabalho Educação e Saúde**. Vol.1, n°1. p. 45-60. Rio de Janeiro, Março 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves na suas modalidades. **Educação, Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116. p. 619-638, jul-set, 2011.

GOMES, Angela Castro; PANDOLFI, Dulce e ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Nova Fronteira, CPDOC/FGV, 2002.

GORENDER, Jacob. Introdução. O nascimento do Materialismo Histórico. *In:* MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 5. O Risorgimento. Notas sobre a história na Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARAZIM, Dorrit. **O instante certo**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do Saneamento. As bases da política de Saúde Pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2ª edição, 2006.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 5, supl. p. 217-235, jul. 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

KROPF, Simone Petraglia e LIMA, Nisia Trindade. A doença de Chagas e o movimento sanitarista da década de 1910. *In*: PONTE, Carlos Fidelis e FALLEIROS, Ialê (orgs.). **Na corda bamba de sombrinha:** a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, EPSJV/Fiocruz, 2010.

KROPF, Simone Petraglia e MASSARANI, Luisa. **Carlos Chagas, a ciência para combater doenças tropicais**. Rio de Janeiro: Museu da Vida – COC/Fiocruz, 2009.

LACERDA, Aline Lopes. A fotografia nos arquivos: produção de sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n1, jan-mar, 2012, p. 283-302.

LAMAS, Fernando G.; SARAIVA, Luiz Fernando e ALMICO, Rita C. S. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia**. ABPHE, 2003. Disponível em: <www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_09.pdf.

LARA, Silvia Hunold. Trabalhadores Escravos. **Trabalhadores I**, Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LIMA, Nisia Trindade. Missões civilizatórias da República e a interpretação do Brasil. **História, Ciências e Saúde de Manguinhos**, Vol V (suplemento), 163-193, julho de 1998.

LOPES, José Sergio L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. *In:* BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. Ed. Marco Zero, 1988.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 26ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

MATTOS, José Veríssimo Dias de. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. *In*: SILVA, Filipa R. *et al* (coord.). **Relações Laborais em Portugal e no mundo Lusófono: História e Demografia**. Lisboa: Edições Colibri, 2014. pp 197-221.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012. pp.117-204.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de janeiro: Bom texto, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 1, n 1, jan-jun de 2009.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. *In:* CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs.). **A fotografia como fonte histórica: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. Quando a peste aportou no Brasil no ano de 1899. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** São Paulo: ANPUH, julho 2011.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p.217-240, junho 2006.

NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOVAES, Sylvia C. Imagem e ciências sociais: trajetória de uma relação difícil. *In*: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar T. da; HIKIJI, Rose S. G. (orgs.). **Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas: Papirus, 2009.

PALMER, Steven. **Gênese da Saúde Global: a Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2015.

PARAENSE, Lobato. Joaquim Venâncio. **Cadernos de Saúde Pública,** vol.4 nº.2 Rio de Janeiro abr/jun, 1988

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Introdução ao estudo da história: temas e textos**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. (22), jun 2001.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil. A história do levante do malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Tiago Siqueira. Dimensões do público e do privado na trajetória do Instituto Oswaldo Cruz (1900-1970). **Revista de História da UEG - Porangatu**, v.6, n.2, p. 147-165, ago./dez. 2017.

ROCHA, Juliana. **Pandemia de Gripe de 1918**. Disponível em: http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7. Acesso em junho de 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil. 1930/1973**. Petropolis: Vozes, 1978.

RUMMERT, Sonia Maria. Educar e qualificar: caminhos e descaminhos da educação de jovens e adultos trabalhadores. **Perspectiva.** Florianópolis, v 31, n 2, 405-423 maio/ago. 2013.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. *In*: LOPES, Eliane M.T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5ª edição. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2015.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.

SANTOS, Ricardo Augusto. O fotógrafo Joaquim Pinto da Silva, o J.Pinto (1884-1951) e a Fundação Oswaldo Cruz. **Brasiliana Fotográfica.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Instituto Moreira Sales. Acesso em maio 2018. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=familia.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo** [online]. 2009, vol.13, n.26, pp.32-55.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social:** trajetória da saúde pública. São Paulo: Senac, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1985.

SHAPIN, Steve. **Nunca Pura:** estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. 1ª edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. **Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918**. Disponível em: http://www.lteixeira.xpg.com.br/gripe.htm. Acesso em junho de 2018.

THIELEN, Eduardo Vilela e SANTOS, Ricardo Augusto. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, vol.9, nº.2, Rio de Janeiro, mai/ago, 2002.

THIELEN, Eduardo Vilela. Imagens da saúde do Brasil. **A fotografia na institucionalização da saúde pública**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Pebleus. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015, p. 25-85.

THOMPSON, E.P. Introdução: Costumes e cultura. *In*: **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo. Companhia das Letras, 2015, p.13-24.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria Homens do Progresso: o Conselho Municipal e a Instrução na capital federal (1892-1902)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do Mundo – Ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. **A presença da Fundação Rockefeller no Instituto Oswaldo Cruz e as transformações nas relações cotidianas de vida e de trabalho dos trabalhadores técnicos da saúde**. (Acta científica - XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología). ALAS, 2013.

Bibliografia consultada

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARMUS, Diego & HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BARRETO, Lima. **Lima Barreto.** Seleção e prefácio de Beatriz Resende (Coleção melhores crônicas). São Paulo: Global, 2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. 2ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **A ciência a caminho da roça:** imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin.** 2ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho:** política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos.** Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** (Coleção Historial, 6). 5ª Edição. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

MÜLLER, Ricardo Gaspar & DUARTE, Adriano Luiz (Orgs.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **En defesa da história:** marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.